



REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Nº68
2018
CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
DIRETORIA GESTÃO 2017 -2018

<i>Presidente</i> Ernani Buchmann	<i>Orador</i> Albino Freire
<i>Vice-Presidente</i> Eduardo Rocha Virmond	<i>Projeto Academia vai à Escola</i> Chloris Casagrande Justen
<i>Primeira Secretária</i> Marta Morais da Costa	<i>Observatório da Cultura Paranaense</i> Flávio Arns
<i>Segundo Secretário</i> Antonio Carlos Carneiro Neto	<i>Patrimônio</i> Darci Piana
<i>Primeiro Tesoureiro</i> Nilson Monteiro	<i>Comissão de Avaliação de Candidaturas</i> Albino Freire
<i>Segundo Tesoureiro</i> Dante Mendonça	Adélia Maria Woellner Ricardo Pasquini
<i>Diretor Jurídico</i> René Ariel Dotti	<i>Editor da Revista da APL</i> Eduardo Rocha Virmond

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
Publicação da Academia Paranaense de Letras
Ano 79, nº 68, novembro de 2018. A revista não se responsabiliza pela redação,
nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

Projeto gráfico
Rita Soliéri Brandt

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

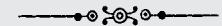
Avenida Visconde do Rio Branco, 931 | 1º andar
Curitiba/PR – Tel. 41 3883 4530
CEP. 80410-001
www.academiaparanaensedeletras.com.br
e-mail: secretaria@academiaparanaensedeletras.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)
Oscar Martins Gomes (1942-1951)
Otávio de Sá Barreto (1951-1957)
Oscar Martins Gomes (1957-1966)
Osvaldo Piloto (1966-1970)
Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)
Felício Raitani Neto (1990 -1992)
Valfrido Pilotto (1992-1994)
Túlio Vargas (1994 - 2008)
Lauro Grein Filho (2008)
José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)
Chloris Casagrande Justen (2010)
Eduardo Rocha Virmond (2011-2013)
Chloris Casagrande Justen (2013-2016)
Ernani Buchmann (2017-2018)



EPÍGRAFES



Selecionadas pelo editor

“Avalanche – veux tu m'emporter dans ta chute?”

Charles Baudelaire

“Não suporto os pessimistas!”

Kaiser Guilherme

“É muito difícil imaginar que os homens muito maus morram.”

Theodor W. Adorno

“Não sejas vencido pelo mal, mas vence com o bem o mal.”

São Paulo (epístola aos romanos)

“Eu sou trezentos, trezentos e cinquenta.
Só o esquecimento é que condensa,
E então minha alma servirá de abrigo.”

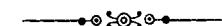
Mário de Andrade

“A Europa será palco da mais terrível guerra que já viu,
Desde a queda do Império Romano.”

The Times, 3 de agosto de 1914

“A cinquenta metros da catásfrofe, as pessoas continuam
A comprar e vender, a amar e trabalhar, a comer e a beber.”

Michel Corday, Paris 1918





PREÂMBULO

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

“Homens são homens, mulheres são mulheres!” disseram Buster, mulher do Turgood Marshall (futuro *chief justice* da Suprema Corte – USA) e também Clemmie, mulher de Winston Churchill, em momento de revide a ambos os maridos exigentes. Aqui, em nossa província, podemos acatar estas lições, mormente quando é o caso de procurar evidenciar tais aberrantes diferenças, como encontramos, por um acaso, em artigo escrito em velha “Seleções do Readers Digest” por um professor americano do Arizona. Surpresa muito reveladora, que em 1951 (provado por um anúncio de belo carro Ford desse ano, segundo a estampa), um senhor Louis I. Dublin tenha escrito esse artigo clarividente sobre a diferença entre os gêneros. Não seria tão revelador se tivéssemos melhor observado os movimentos de mulheres em várias partes do mundo, como em Boston, Londres e ainda em Moscou e São Petersburgo, só para exemplificar. Na Russia, a célebre Alexandra Kolontai, do partido bolchevique, se destacava; em Paris, George Sand e Colette; na Alemanha, Rosa Luxemburg. Todas escreviam artigos reveladores e assim por diante, em defesa dos direitos das mulheres sobre a brutalidade de péssimos exemplos da macharia – que felizmente no Brasil não viemos a copiar, agora parece entrar na moda.

Aqui lembramos a figura inesquecível de Rachel de Queiroz, que ainda muito moça escreveu *O Quinze*, ombreando-se aos escritores do Nordeste (ela tinha apenas vinte anos), como José Lins

do Rego, em estilo e linguagem para evidenciar os toques do Ceará, como Graciliano Ramos tinha feito em Caetés, na década de 20, em Alagoas. Fui conhecê-la em 1957, de sua franqueza não se poderia presumir o que ela tinha enfrentado.

No filme Casablanca, Rick (Humphrey Bogart) se sente obrigado a matar o major alemão na frente do chefe de polícia (Claude Rains) quando o nazista correu ao telefone para pedir reforços contra o embarque em fuga de Lasló (Paul Henried) e Ingrid Bergman para Lisboa. O policial pega o telefone e comunica que um desconhecido tinha passado fogo no nazista e determina que fossem presos "os suspeitos de sempre". Aqui Raymundo Faoro contou-me, quando soube que ela teve a delicadeza de me dar dois de seus livros, que ela, por ser trotzkista, no Estado Novo era constantemente presa, junto com os "suspeitos de sempre".

Veremos e destacamos mulheres tão importantes entre os mais importantes escritores, começando por Madame de Sevigné na França (onde houve também Madame de Lafayette, Madame de Staël, George Sand), ela só escreveu cartas, sem saber que estava fazendo literatura do mais alto nível, como disse Virginia Wolf. Na Inglaterra tivemos Jane Austen (ainda Virgínia Wolf escreveu que Jane Austen e Shakespeare eram os dois mais importantes escritores da língua inglesa), tudo sem falar do século XX.

Teremos de homenagear a memória de Jane (200 anos de seu falecimento), festejar o fim da Primeira Guerra Mundial, 100 anos, os 130 anos da proclamação pela Princesa Isabel do ato denominado Lei Áurea, os 100 anos de aniversário do já falecido Ingmar Bergman, os 40 anos da realização em Curitiba da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, - em maio de 1978 - considerada a mais importante de todas, que teve o efeito final da revogação do Ato Institucional n. 5, por ato do Presidente Ernesto Geisel em novembro de 1978 (ele mandou um recado pelo Ministro Luiz Raphael Mayer, de que aos advogados ele considerou que facilitamos essa decisão) e assim por diante.

Esta revista está recheada de contribuições, principalmente dos membros da Academia Paranaense de Letras, como deve ser, e demonstra a permanência, a vitalidade e o interesse coletivo de aprimoramento em sentido geral de cada um e de seus trabalhos.

Do editor.





BRASIL, UM PAÍS MAL-EDUCADO?

Por CLEMENTE IVO JULIATTO

*"Se você acha a educação cara,
experimente a ignorância".*

Derek Bok, educador, reitor de Harvard, nascido em 1930.

Desejo escrever sobre educação, um tema - acredito - bastante importante. A vida inteira me dediquei a ela. Todos os meus cursos foram voltados para a educação e a minha profissão também. São mais de cinquenta anos gastos com ela. Nada foi sem motivo e sem consequências, disso estou convencido.

A educação sempre foi importante, e até básica, para qualquer sociedade e para todo o indivíduo. Talvez, hoje, ela o seja ainda mais. Assim, pelo menos, ela aparenta ser, sobretudo, quando falta, o que parece estar acontecendo em nossa querida pátria.

Diz-se, com frequência, que o Brasil é um país mal-educado. E parece sé-lo de fato. Não quero afirmar, nem estou afirmado, que todos os brasileiros sejam mal-educados. Seria até um exagero dizê-lo. Neste país, encontramos gente boa, bem-educada e até refinada. No entanto, elas pertencem, em geral, a uma minoria. Mas, quanto à primeira educação, à básica, a maioria dos brasileiros deixa muito a desejar. Refiro-me ao brasileiro médio, ao cidadão comum. Basta olhar um pouco ao nosso redor, para se chegar à mesma conclusão. Gostaria até de estar enganado!... Mas parece que não, infelizmente! E não sou o único a pensar assim.

Se o nosso querido Brasil fosse mais bem-educado, muitas coisas seriam diferentes neste país. Não haveria tanta gente desencaminhada

e sem rumo na vida. Não teríamos tanta corrupção, tanto crime, tanta desobediência e malandragem entre nós. Teríamos, ao contrário, mais respeito, melhor comportamento e até mais entre ajuda.

De fato, a educação constitui um grande desafio entre nós. Já em 1932, o grande brasileiro do Rio de Janeiro, Miguel Couto, que foi Ministro da Saúde e que tem, em reconhecimento ao muito que fez, hospitais e até educandários com seu nome, dizia que o Brasil só tem um problema: a educação do seu povo. Ele afirmou:

“A educação do povo é o nosso primeiro problema nacional; primeiro porque solve todos os outros; primeiro porque, resolvido, colocará o Brasil a par das outras nações cultas, dando-lhe proveitos e honrarias e lhe afiançando a prosperidade e a segurança; e se assim, na verdade se torna o único”.

O conhecido e respeitado maestro João Carlos Martins proferiu, no ano passado, palestra a cerca de 300 detentos do Complexo Penitenciário do Bangu, no Rio de Janeiro. Falou para divulgar o filme *“João, o Maestro”* - documentário recém-lançado sobre sua vida. Ao ver a grande atenção dos ouvintes, muitos deles até com lágrimas nos olhos, percebeu neles pessoas que poderiam ter tomado um outro rumo na vida. Reconheceu, então, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo: “O maior problema do Brasil chama-se educação, que automaticamente está aliado à cultura”. E se perguntava: “Por que nós não seguimos os outros países que têm como objetivo primeiro a educação, resultando numa evolução fantástica como exemplo de nação”? (Folha de S. Paulo, 27/9/17, A3). A propósito, dizia o grande poeta e político francês Victor Hugo: “Quem abre uma escola, fecha uma prisão” e ainda: “Não há nem más ervas nem pessoas más. Só há maus cultivadores”.

O publicitário Washington Olivetto não pensa muito diferente. Isso ele diz em artigo também publicado no jornal Folha de S. Paulo, no início do presente ano:

“O grande problema passa por não termos um projeto nacional tão consequente. O Brasil, infelizmente, continua mal-educado. No sentido pleno. Desde a escolaridade do dia a dia até os nossos políticos, que são mal-educados. Nossos depoimentos estão mal-educados; nossa vida está mal-educada” (Folha de São Paulo, 21/1/18, Mercado, A3).

Um grande especialista em educação no Brasil é Arnaldo Niskier. Foi professor e membro do Conselho Federal de Educação. É jornalista e escritor. Atualmente, é da Academia Brasileira de Letras. Em artigo recente (29/3/18), também na Folha de São Paulo (A3), intitulado “As novas escolas do futuro”, diz: “É lamentável que, em nosso país, ainda faltem investimentos na qualificação de professores. Faltam também laboratórios e bibliotecas”. Continua dizendo que “O Brasil tem cerca de 200 mil escolas, a maioria sem bibliotecas e laboratórios compatíveis”. E se pergunta: “Diante disso, como oferecer a nossos educandos a possibilidade de uma educação de qualidade?” E reconhece: “É essencial corrigir essas falhas”. E termina seu artigo, assim: “A questão da educação é estratégica para atingir o estágio de desenvolvimento que almejamos como nação”.

Já está para fazer o centenário do que falou Miguel Couto, e nossos políticos continuam a dizer as mesmas coisas de sempre, já manjadas, e a fazer as mesmíssimas promessas. Infelizmente, ninguém leva em consideração o que disse o grande brasileiro acima citado. É que falar é fácil, fazer algo é um pouco mais difícil. Mas continuo tentando demonstrar o que constato, com citações de gente considerada importante no país. Em seu discurso de posse, no Congresso Nacional, em 1º. de janeiro de 2015, a Presidente da República, Dilma Rousseff, afirmou ao assumir seu mandato: “Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero”. Belas palavras! E ainda escolheu como slogan do seu governo, a magnífica expressão: “Pátria educadora”.

O então Ministro da Educação, Mendonça Filho, no início do presente ano, determinou que todos os professores deverão fazer

“residência pedagógica”, antes de lecionar. Até o presente momento, somente se tinha ouvido falar da necessidade de ser feita a “residência médica”, certamente por ser a saúde importante e outro grande problema brasileiro. Esperamos que essa “residência pedagógica” não seja mais uma balela “prá boi dormir”. Já é passada a hora de se “pegar o boi pelo chifre”, como se diz na gíria, e de se fazer, de fato, algo para valer.

Dá para confiar nos políticos? Depende muito de em quem. Desejo lhes contar algo que presenciei. Estava eu em Brasília, reunido com a diretoria da ANEC (Associação Nacional de Educação Católica) da qual eu também fazia parte. Sem muito alarde, parou um simples taxi em nossa porta e apareceu um senador da República para nos visitar. Era o Senador Cristovam Buarque, que havia sido Reitor da Universidade de Brasília - UnB, Governador do Distrito Federal e Ministro da Educação, demitido desse cargo pelo Presidente Lula, por telefone, quando se encontrava em Portugal.

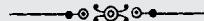
Como era de toda conveniência, paramos nossa reunião e demos a palavra ao senador. Este nos disse que admirava muito o sistema católico de educação, sobretudo por duas razões (e eu as repito aqui pela única razão que foram contadas por ele pessoalmente e uma vez que não nos pediu segredo). Primeiro, porque ele havia passado por uma escola católica, ao ser aluno de um Colégio Marista em Recife, Pernambuco. Conhecia, portanto, como ninguém, por experiência própria, a seriedade do sistema e o admirava. Segundo, porque tinha sido, em começo de carreira, professor da Universidade Católica de Pernambuco. Lecionara naquela instituição até o momento de seu exílio. Com seus ganhos de professor sustentava seus genitores, que eram bastante pobres. Mesmo ausente da instituição, esta fez questão de continuar pagando o seu salário para ajudá-lo. Indo a Paris, fez mais cursos e foi contratado como assessor do Banco Mundial. Ao voltar, após anistia recebida, já mais equilibrado financeiramente, quis devolver tudo o que havia recebido sem trabalhar. A direção da universidade, porém, nada aceitou; apenas ressaltou que ele agira

bem ajudando os seus pais. Emocionado, Cristovam prontificou-se em ajudar a quem, com honestidade, luta por uma educação melhor neste país. Em políticos assim, acredito que a gente pode confiar porque são retos e sinceros.

A nossa pobre educação brasileira continua a suplicar: por favor, façam algo profundo e sólido por mim!...



A EDUCAÇÃO E OS PROBLEMAS DE HOJE



Por CLEMENTE IVO JULIATTO

*"A ignorância é a noite da mente;
mas noite sem lua e sem estrelas".*

Confúcio, 551-479 a.C.

Meu propósito, neste escrito, é somente o de levantar alguns problemas. Não mais que isso. Não pretendo solucioná-los. São problemas que todos nós, sem exceção, cedo ou tarde, na vida, encontramos. Em parte, eles podem ser resolvidos pela educação. Também necessitam, para tranquilidade pessoal, senão de uma resposta definitiva, ao menos de um bom encaminhamento, até para nos tranquilizarmos internamente. Essa tarefa, no entanto, pertence a cada um, mesmo porque nem todas as soluções pessoais são coincidentes.

Entre esses problemas, arrisco citar alguns. Como exemplos, apenas: o que significa, para mim, existir? Qual é o meu papel aqui neste mundo? E o meu destino, qual será? Em outras palavras: como devo viver neste mundo de contradições? Como posso ajudar a construir, com relativa paz, o amanhã? Como educar meus filhos ou sucessores na suprema arte de viver?

Também seriam fundamentais, duas outras questões, um tanto preocupantes. Ambas são relativas à educação. Primeira, no atual contexto, qual é a contribuição que a escola deve dar para a sociedade? Segunda, que respostas dar às novas gerações que nos procuram? Não vou, tampouco, me ocupar com essas questões.

Entre as múltiplas tendências fortes de hoje, nota-se claramente: uma cultura do desperdício e do descartável; um culto do corpo (com o espírito, também parte essencial da pessoa, será que todos se incomodam na mesma proporção?); uma consideração, quase exclusiva, com o aqui e o agora; um individualismo generalizado, etc.

Percebe-se uma redução de espaço na cultura atual para o respeito à natureza e o cultivo dos valores perenes da vida e da humanidade. Parece estarmos vivendo numa época em que predomina a falta de percepção da realidade das coisas.

O que está acontecendo em nosso planeta, nossa casa comum? Vemos que abundam as guerras, os conflitos, a poluição, o lixo, o desmatamento, a seca, o aquecimento global, a pobreza, o luxo, as falsidades, os *fake-news*, as drogas, o sexo livre, o subemprego, a fome, as doenças, as contaminações, a falta e o desperdício de água etc.

Entre os problemas a afligir nosso mundo, podemos citar, além de outros, o político (a imigração, a ideologia perniciosa), o social (a pobreza preocupante, a superpopulação) e o ambiental (o clima, o descarte). Podemos, de alguma forma, resumi-los todos, citando o problema ético, responsável por uma crise considerada sistêmica.

Não é que nos faltem os meios de sanar tais males. Não os desconhecemos. Na verdade, o que nos falta é coragem e disposição para enfrentar esses problemas.

Os problemas de hoje continuam os mesmos de sempre. O econômico a dominar tudo. É de se perguntar: por acaso, dinheiro seria igual à riqueza? A riqueza do nosso planeta não está exatamente na sua biodiversidade? Em nossas florestas, animais, peixes, pássaros, variedade de climas, belezas naturais, etc?

Implantamos uma sociedade capitalista. O pior é que agora somos escravos dela. É de se perguntar: o dinheiro é realmente o principal neste mundo? Com isto, percebemos que o perigo ronda permanentemente as pessoas e as instituições. Chegamos até a reconhecer que é preciso 'civilizar' o capitalismo selvagem. Evidentemente, todos necessitamos de dinheiro. Precisamos comer, vestir-nos, morar, além, muitas vezes, de ter de sustentar nossas

famílias. Mas isso, nos autoriza a considerar o dinheiro como um deus?

O reconhecimento de que o nosso sistema econômico não funciona, vem de longe. Já dizia Thomas Morus, em seu famoso livro *Utopia*: “Onde todo o mundo avalia as coisas em relação ao dinheiro, dificilmente é possível estabelecer nos assuntos públicos um regime que seja ao mesmo tempo justo e próspero”.

Bem antes desse grande homem, a Bíblia já tinha dito: “Não dá para servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6 24). É bom escolher, então, a quem servir!

Considerado o papa do capitalismo moderno, o economista inglês John Maynard Keynes, escreveu: “O capitalismo decadente internacional, mas individualista, nas mãos do qual nos encontramos depois da guerra, não é um sucesso. Não é inteligente. Não é belo. Não é justo. Não é virtuoso. E nem cumpre o prometido”.

Sem exceção, todos procuramos a felicidade. Muitos, porém, a buscam em lugar errado. Sabemos que nunca a encontraremos fora de nós mesmos. Sabemos também que o dinheiro nunca tornou alguém mais feliz; ao contrário, pode ter causado até mais cobiça. Por que? Simplesmente porque quem mais tem mais quer ter. Não é à toa que se afirma que o dinheiro é bom servo, mas péssimo patrão.

Os verdadeiros motivos desta situação podem ser atribuídos a muitas causas. Entre elas: ao antropocentrismo moderno ensimesmado; ao predomínio da técnica sobre a ética na vida pessoal e social; à cultura do descarte e do desperdício; a uma economia desvirtuada; à busca do poder e do prazer a todo o custo; à falta de espiritualidade em nossa vida.

Em minhas leituras, encontrei esta preciosidade, mantida por uma tábua cerâmica assíria, escrita há cerca de 2800 anos a.C., ou seja, a quase 5000 anos atrás, portanto antes da utilização do papiro e da invenção do papel. Assim diz a tabuinha: “Nosso mundo está degenerado nestes dias; suborno e corrupção são comuns; os filhos não obedecem mais aos pais; e o fim do mundo está evidentemente próximo”.

Isso não é muito diferente do que também notou Sócrates, há cerca de 400 anos a.C.: “Os jovens de hoje amam o luxo, têm manias e desprezam a autoridade. Respondem aos pais, cruzam as pernas e tiranizam seus mestres”.

Será que hoje as coisas são muito diferentes?

Até nos servem de consolo as palavras do radialista americano Paul Harvey: “Em tempos como este, ajuda quando se pensa que sempre houve tempos como este”.

Hoje, “fala-se tanto em segurança, mas a palavra verdadeira é guerra. O mundo está em guerra, porque perdeu a paz. Quando eu falo em guerra, falo em guerra de interesses, de dinheiro, de recursos, não de religiões. Todas as religiões querem a paz”. Com essas palavras, o Papa Francisco, durante a viagem que o levou a Cracóvia, na Polônia, para a Jornada Mundial da Juventude em, 28/7/2016, descreve o mundo de hoje. Em outra ocasião, ele lastima a existência de tantos ‘mercadores da morte’, referindo-se com essa forte expressão, àqueles que seguem a lógica do poder e do dinheiro a todo o custo, no comércio do sexo e das drogas.

Com o famoso jornalista inglês G. K. Chesterton, podemos dizer: “Faláciais não deixam de ser faláciais só porque se tornaram moda”. O nosso grande Ruy Barbosa tinha razão ao escrever em sua *Oração aos Moços*: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto. Esta foi a obra da República dos últimos anos”.

Evidentemente, precisamos reencontrar o caminho do parentesco com a natureza, com a alegria de viver, com o equilíbrio interior, com o sentido da vida, com a espiritualidade, com a paz interior e social.

É questão de se perguntar: a serviço de quem nós estamos? Do bem ou do mal? Percebe-se facilmente que existe algo mais importante do que muitas futilidades que o mundo atual teima em nos apresentar e nos impor “goela a baixo”.

É o caso de dizer: chega de mentiras e falsidades!...e também de se perguntar: que sociedade queremos? Com todos esses problemas, podemos perder o sentido do mistério de Deus, do mistério do mundo e do mistério de nós próprios. Facilmente podemos esquecer de que somos terra, pó das estrelas, sem dúvida, mas também pó da terra.

O educador português José Pacheco questiona: “Ninguém nasce consumista. O consumismo é hábito instalado. Onde está a educação para o consumo crítico, inteligente? Quando se ensinará a comer, a consumir? Quando se aprenderá a viver? Se não aprendermos na escola, onde e quando iremos aprender”?

Termino, com um pensamento de Gandhi, pessoa bastante admirada por muita gente, advogado, político e grande educador por suas atitudes e exemplos: “Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”.



PARA QUE FALAR TANTO EM EDUCAÇÃO?



Por CLEMENTE IVO JULIATTO

“A única coisa melhor do que educação é mais educação”.

Agnes E. Benedict, ativista social e editora americana, 1906-1956.

Será que educação é tão importante assim, a ponto de merecer nossa especial atenção? Efetivamente, parece que é!

Em linguagem simples e direta, a educação é o processo de desenvolver os talentos e as habilidades da pessoa. Educar alguém é desenvolver o seu desejo de aprender, pois é só pelo aprendizado que a pessoa pode melhorar na vida.

Em assunto de tamanha importância, devemos buscar o que falam os entendidos. O filósofo Platão já dizia que “o objetivo da educação é a virtude e o desejo de converter-se num bom cidadão”. Mais recentemente, um dos grandes líderes modernos em direitos humanos, Martin Luther King, afirmava: “Inteligência mais caráter - esses são os objetivos da verdadeira educação”. E o nosso pedagogo por excelência, Paulo Freire, falava que “educar é, fundamentalmente, formar”.

Percebemos, então, que educar não consiste em encher cabeças, mas em formar boas cabeças e bons corações. Consiste, basicamente, em duas linhas básicas: ensinar a pensar e a agir corretamente.

Para o conhecido e respeitado Mahatma Gandhi, pessoa por muitos admirada, “A educação deve fazer desabrochar o que existe de melhor nas pessoas”.

Constatamos ser preciso formar as pessoas. Elas aprendem o que lhes é ensinado: tanto o bem quanto o mal. A criança é como uma “*tabula rasa*”, um quadro em branco que aceita qualquer tinta; uma alma limpa, recebe o que lhe é apresentado. Pode tornar-se um santo ou um demônio. Depende do que lhe ensinam.

É por isso que os pais procuram encaminhar bem os seus filhos, desde cedo. O filósofo Sêneca constatava que “ninguém é bom por acaso; a virtude deve ser aprendida”. E Vladimir Lenin: “Deem-me quatro anos para ensinar às crianças, e as sementes que eu plantar jamais serão extirpadas”. Victor Hugo, levando isso para o campo prático, dizia que abrir uma escola é fechar uma prisão.

O presidente dos EUA, John Kennedy, reconhecia que “As crianças são o recurso mais valioso do mundo e a melhor esperança para o futuro”. Por essa razão, um bom governo sempre cuida da educação, porque sabe que procedendo assim, com o tempo, terá uma sociedade melhor. Pelo mesmo motivo, cuida também dos hospitais para assegurar a saúde dos seus cidadãos, da polícia para garantir a segurança da sociedade e de outras organizações sociais responsáveis por setores básicos da vida do povo.

É sabido que dispomos de grande capacidade intelectual. Dizem até os entendidos que, no geral, as pessoas só usam, mais ou menos, 20% do potencial que possuem. Os cerca de 80% restantes levam para o túmulo praticamente intocados. Confirma o que estamos dizendo, o filósofo e jornalista catalão José Ortega y Gasset: “A maior parte das pessoas tem uma capacidade muito superior ao exercício que dela fazem”.

Sobre a possibilidade das pessoas de adotarem bons comportamentos, o poeta alemão Johann Wolfgang von Goethe aconselha: “Trate as pessoas como se elas fossem o que deveriam ser e você haverá de ajudá-las a se tornarem aquilo que são capazes de ser”.

A UNESCO, em reunião geral de fim de século, pensando na educação a ser dispensada no século XXI, apontou algumas linhas: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender

a aprender. É isso que as escolas devem fazer para preparar bons cidadãos para a sociedade vindoura.

Constatamos, entretanto, que em muitas escolas, a educação, é limitada à mente. E, pior, estas escolas ainda fazem propaganda da distorção que adotam. Se são escolas de ensino fundamental e médio, prometem colocar seus alunos nas melhores universidades do país; se seus alunos são universitários, dizem que os preparam bem para o mercado de trabalho, como se isso fosse tudo! É uma pena, pensarem assim. Pior, nisso são, infelizmente, acompanhadas por muitos pais. Ora, isso é só a metade da formação da pessoa. E a outra metade como fica? O alerta do filósofo inglês John Locke é muito sério: “Creio que a instrução é a parte menor da educação”. Muitas escolas dizem estar preocupadas com valores, mas só dizem isso para impressionar e enganar os “trouxs”. Suas preocupações verdadeiras são outras.

Dizem que Platão, o fundador da famosa Academia de Atenas, considerada por alguns como a primeira universidade, ao ser perguntado aonde queria que a localizassem, teria respondido: “o mais longe possível do mercado”. Com essa palavra, ele certamente não se referia ao lugar aonde se compra e se vende cenoura e outros vegetais, mas ao lugar onde são feitos os negócios. De fato, a educação verdadeira pouco tem a ver com o mercado, tão falado hoje em dia! Nunca tanto, como muitos pregam.

Na escola, é preciso ir além da formação da mente e chegar à formação do coração. Ortega y Gasset lastima que muitas escolas cultivem apenas a inteligência e entreguem à sociedade o que ele chama de “novos bárbaros” ou pessoas incompletas, porque malformadas.

O grande especialista em educação, o pensador suíço Jean Piaget, é categórico ao dizer: “Apenas a educação pode salvar nossas sociedades de um possível colapso, seja gradual ou súbito”.

Nosso mundo vai mal? Escutemos, então, o que diz Nelson Mandela que apresenta uma fórmula para salvá-lo: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. De

fato, sem educação, nada se faz. Esta é a opinião também de Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Esse bom autor, totalmente convencido do que diz, assim prega a seus seguidores idealistas: “Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, dos direitos e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não com a sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos”.

Deparamo-nos, então, com uma pergunta fundamental em educação: instruir apenas ou também educar? Eis a grande questão! Ela toca de perto todas as escolas e os educadores.

Por instrução entende-se a pura transmissão de noções, conteúdos, competências específicas, de conhecimentos científicos, enfim. Por educação, entende-se bem mais. Esta inclui também a transmissão de valores, de posturas, de condutas comportamentais. Necessariamente engloba aspectos da sabedoria de vida. O educador Paulo Freire afirma categórico: “Transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formativo”. Uma vez que educar é, fundamentalmente, formar, como diz.

AS ARMAS E OS BARÕES ASSINALADOS

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

É bastante conflitante abrirmos uma elucidação clara sobre as causas, os destinos e os efeitos da 1^a Grande Guerra. As interpretações diferem, os caminhos são tortuosos, os achados são muito chocantes, em suas diferenciações. O que se sabe, ninguém pode negar, é que essa foi uma guerra de extermínio, com incontáveis perdas inúteis de vidas, que poderiam ser enriquecidas, em participações vitais na formação das ideias, de necessidades, de fatalidades, de esperanças.

O que se sabe – e sem discussão – é que o mundo europeu estava, até os inícios do ano 1914, em paz e em progresso, os povos estariam se admirando uns aos outros (exceto os briguentos rancorosos de todo o gênero), a vida cultural era exuberante em todos os quadrantes, os artistas estavam em pleno florescimento e abriam uma nova fase em suas criações. Na música havia Debussy criando uma forma de impressionismo, os impressionistas como Cézanne, Renoir, Van Gogh, Manet e Monet e outros estavam já em estado de maturidade; o cubismo 1906-10, criado por Picasso, Matisse, George Bracque, Juan Gris, inventava novas formas de expressão, Igor Strawinsky apresentava magistralmente as suas músicas, o Sacre (1913), Petrouchka, o Pássaro de Fogo com o Ballet Russe de Diaghilev, Nijinsky.

Marcel Proust estava lançando os primeiros volumes de Em Busca do Tempo Perdido, Thomas Mann já tinha escrito

Os Buddenbrook, Morte em Veneza; T.S. Eliot e Ezra Pound revolucionavam com outros a linguagem poética, como sequência inevitável de Verlaine, Mallarmé; a filosofia apresentava outras visões, como de Bergson, Bertrand Russel. Freud já iniciava sua transformadora visão dos descobrimentos do inconsciente e do interior da alma. Einstein, Goedel, Fregge inventavam a nova física e a matemática, - por aí vai.

De repente esse mundo de criatividade, que vinha descoberto por Thomas Edison, Graham Bell, Santos Dumont, até Cartier, se botava em compasso de imobilidade, através de uma política que ameaçava os alicerces da história e acabou por estancar as esperanças do mundo todo, sem porém destruí-las, apesar de toda a mortandade, as agressões à inteligência, ao bom sentido da vida.

O próprio Czar de todas as Rússias Nicolau II escreveu para seu primo Guilherme II, então Imperador da Alemanha, o seguinte:

“Uma guerra vergonhosa foi declarada contra uma nação fraca, eu comarkhilho inteiramente a intensa indignação na Rússia. Muito em breve serei forçado a tomar medidas que conduzirão à guerra. Para prevenir a infelicidade de uma guerra europeia, eu te peço que faças todo o possível para impedir que seu aliado vá longe demais”.

Pois Nicolau II e o primo Guilherme viraram inimigos.

Havia já nessa época um movimento em favor da paz, ou da neutralidade, que se multiplicava em algumas facetas. Socialistas europeus, pertencentes a partidos social-democráticos de vários países denunciavam uma guerra imperialista. Livros foram escritos pelas figuras já notáveis de Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Nikolai Bukharin, Jaurés, Karl Liebnecht, Vladimir Lenin, outros socialistas como o inglês Harold Laski escreveram artigos analíticos e teóricos. Um deles, Mussolini, já enganava todos eles. Como marxistas, focalizaram nas propulsões econômicas que levaram à guerra; não houve um trágico acidente, segundo eles, inevitável consequência do imperialismo.

Porém as ideologias que carregavam estavam em colisões entre elas mesmas e sobre as análises da guerra, prevalecendo no entanto o sentido prático de que seria oportuno aproveitá-la para os socialistas-comunistas tomarem o poder, o que ocorreu na Rússia em 1917. Culminou, neste aspecto, em que, vitoriosos na revolução, trataram de fazer a paz em separado com a Alemanha, resultando na volta dos soldados do front, para consolidar a aliança interna que se tornou os sovietes de soldados, campesinos e do proletariado. Milhares de russos puderam voltar do “front”, onde estavam previamente destinados a morrer. Multiplicados, culminaram por criar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, hoje considerada, salvo por aqueles que se recusam a enxergar, uma lamentável experiência que durou mais de oitenta anos. Salva a Rússia, provou-se maior que o regime.

Pensavam que esse exemplo exercesse influência sobre a Alemanha e os demais países do leste europeu, a começar pela Hungria, onde um notório Bela Kun tomou o Poder como líder comunista. A reação se fez chegar rápido e essa aventura terminou com grande derramamento de sangue. Na Alemanha os que acreditavam foram desde logo mortos, como é o caso de Rosa Luxemburg e Karl Liebnecht, dois notáveis intelectuais revolucionários, liquidados em 1919.

Assim essa crença de que o mundo iria ser tomado pelo proletariado morreu. Ficou circunscrito na época à União Soviética, que, em contradição com as teorias internacionais marxistas, passou a se chamar “pátria” do socialismo.

O outro passo, em sentido extremamente diverso, foi e é dos criadores do movimento que passou a se chamar de “os objetores de consciência”, que dura até hoje, pelos pacifistas puros e os de origem religiosa.

Notável a contribuição de Bertrand Russel que desde antes da guerra proclamava e agia em torno da ideia de que a Inglaterra, ou melhor, o Reino Unido, deveria manter sua neutralidade. Esta ideia foi consequência de que já em certo ponto do calendário não seria possível evitar a guerra. A Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a França e a Rússia já estavam em beligerância.

A campanha para que os ingleses entrassem decididamente na guerra tomou enorme vulto, a ponto de, na convocação, serem condenados à morte trinta e sete pessoas, que se recusaram ao alistamento, tomados pela objeção de consciência. Bertrand Russel ficou desesperado e com a sua imensa autoridade e mais de alguns intelectuais, inclusive mulheres muito ativas, entre elas a maravilhosa escritora Katherine Mansfield, conseguiram célebre audiência com o primeiro ministro Lord Asquith, acusando as forças armadas de homicídio, ao que Asquith concedeu a comutação da pena de morte. A configuração de traição à pátria foi deixada de lado em muitos lugares, definida como desobediência civil, tal como Thoreau havia mais de cem anos antes proclamado nos Estados Unidos.

Este movimento foi imenso nos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnam, encerrada pela decisão de abandonar este país. O Presidente Nixon perguntara a Kissinger o que fazer para acabar a guerra. A resposta foi a de que havia duas soluções, jogar uma bomba atômica ou abandonar o campo de guerra, entregando o Vietnam ao inimigo, fazendo o retorno dos soldados aos Estados Unidos - 1974, como foi feito.

Entre 1914 e 1918, na Inglaterra o movimento foi intenso, criando-se uma entidade denominada No Conscription Fellowship, que tinha raízes fortes entre os pacifistas, mas não tão fortes que impedissem a Guerra. O povo foi tomado de entusiasmo pela luta, invasão da Bélgica e outras ideias que começaram com a perda de vinte mil soldados ingleses. Ao contrário da lógica, os ingleses viram nessa perda mais um decisivo motivo para vingança e continuar lutando contra os alemães.

Os grupos pacifistas do Reino Unido e ainda dos países da Commonwealth, como Canadá e Austrália, ainda têm até hoje vida intensa. Os militares, no entanto, tomaram reação considerada racional para adotá-los em atividades que não se coadunasse com a ideia de matar, que era o principal motivo da recusa dos objetores de consciência, utilizados a força em hospitais e entre atividades que não os levavam à luta.

Não fugir à luta (que está no hino), impulsionava as pessoas, entre as mais ilustres e dignas, para se alistar e não para apresentar objeções de consciência ou religiosa, quando poderiam tê-lo feito. Na Inglaterra a família real participou das forças armadas, como o Rei George VI, como oficial naval, mais além, na Segunda Guerra, a então princesa Elisabeth alistou-se nas forças mecânicas, depois como Rainha recomendou ao Príncipe seu neto que participasse da retomada das Ilhas Malvinas, o que aconteceu.

Também de outro lado, inocentes se alistaram, como é o triste caso de Alain Fournier, na França, que já estava nas Forças Armadas em setembro de 1914 e foi morto logo em seguida pelos alemães. O seu belíssimo romance "Le Grand Meaulnes" se apresentava como renovação da literatura francesa e prometia uma vitoriosa continuidade, liquidada por uma bala no front da França. Dizia-se pela escritora Dominique Barbéris algo que poderia ser agora interpretado como de mau gosto, embora realidade: "La mort a nurtri la légende".

De maldade agressiva, há um filme de Stanley Kubrick, "Glória Feita de Sangue", que revela o episódio em que os franceses perderam uma batalha. Os oficiais resolveram, não podendo condenar todo o batalhão à morte, fazer um sorteio, para que três dos soldados fossem escolhidos para receber a pena de morte – o que aconteceu de modo horripilante.

Tudo a justificar as objeções de consciência e sua legitimidade, tanto de 1914 em diante, como o imenso movimento que levou ao fim da Guerra do Vietnam, como do que vier, que não seja Hitler e os seus continuadores do Oriente Médio, ou ainda de todas as latitudes, a tornar premente a defesa da humanidade.

O General MacArthur, comandante supremo das operações de guerra no Pacífico, quando recebeu a bordo de um porta aviões os alto dignatários japoneses para assinatura da rendição do Japão, pronunciou discurso notável, perante as delegações de todos os países beligerantes, ao ar livre, recheado de fuzileiros navais, marinheiros e ampla assistência, dizendo :



“Hoje as armas estão silenciosas, a grande tragédia acabou. Falo em nome de milhares de lábios selados no meio das selvas, das praias, nas profundezas das águas do Pacífico, que marcam o caminho. Rezo para que a Providência convoque as pessoas de boa vontade para a compreensão da essência da futilidade máxima da guerra. Conhecemos o amargor da derrota e a exaltação dos triunfos. De ambos aprendemos que não pode haver volta, devemos seguir adiante para preservar em paz o que ganhamos na guerra.

O potencial de destruição da guerra para o progresso das descobertas científicas chegaram a um ponto que revê o conceito tradicional de guerra.

A guerra, a doença mais maligna e o maior pecado da humanidade não pode mais ser controlada, apenas abolida. Estamos em uma nova era. Se não acharmos um modo maior e equiparável para acertar as discordias entre as Nações, o Armagedon estará em nossas portas. Temos agora a nossa maior, a nossa última chance.”

É o que disse o General MacArthur em agosto de 1945.

Ficará sempre a ideia de que a 1^a Guerra foi mais violenta, a mais cruel de todas, com seus quarenta milhões de mortos. Essa discussão não pode ter similar em face dos vinte e dois milhões de russos mortos, dos seis milhões de judeus torturados, dos 52 milhões perdidos na 2^a Guerra e de toda e qualquer experiência bélica em todo mundo.

Alguns historiadores e intelectuais, naturalmente pacifistas, têm feito por sua iniciativa dramáticos apelos de alerta sobre os perigos de generalização de conflitos em direção à terceira guerra mundial, segundo alguns já se desenrolaria em fragmentos por vários campos deste mundo, com iguais ou piores atos de imensa crueldade, contra crianças, mulheres, velhos, contra todos os inocentes desarmados da face da terra.

Como explicar que pessoas comuns, mulheres e homens, se reunissem em enormes comícios, em Londres particularmente, em reuniões multiplicadas para entusiasmados pedir a guerra, sacrificando os jovens, seus filhos, que se tornariam massacrados?

É efeito de um delírio, um acesso de agressividade, de insensibilidade, que sacode inocentes, que se recusam a prever as consequências, mas se tornam produto da banalidade do mal, tão bem definido pela filósofa Hanna Arendt, banalidade do mal que envenena as consciências, que brutaliza a natureza humana.





HERANÇAS DA GRANDE GUERRA

Por ERNANI BUCHMANN

Primeiras considerações

Antes de qualquer coisa é preciso que se analise o sentido de “legado”. Diz o Aurélio que legado é conceito que vem do latim, dádiva deixada em testamento. No Direito de hoje, é o valor previamente determinado ou objeto previamente individualizado que alguém deixa a outrem por meio de testamento. Também aquilo que se transmite a outrem e, aí, o dicionário cita Machado de Assis: “Não transmiti a nenhuma criatura o legado da minha miséria”. Há também o sentido de legado como a pessoa que exerce uma legação, vindo da Roma Antiga e que hoje tem sentido exclusivamente diplomático.

Já consequência, segundo o Houaiss, é efeito, resultado. Efeito negativo sobre a saúde ou integridade física; dano, ferimento, seqüela. Temos, então, dois significados muito diferentes. Vamos tratar de distingui-los, portanto.

De início vemos que não apenas legado foi o que nos deixou a Grande Guerra, depois chamada de Primeira Guerra Mundial. Ela nos trouxe um número inestimável de mortes, uma readequação política e o limiar de outra guerra. Enfim, trouxe mais consequências.

Existe História, com H maiúsculo, em ambos os conceitos. A História está na tragédia e na literatura. Está na baixeza, no oportunismo, na bajulação, na má interpretação dos fatos, no desejo de vingança, no absurdo e, enfim, em todos os fatores que geraram aquele ambiente devastador.

Mas como isso se deu? O que levou os homens a tamanha carnificina, a um morticídio até então não visto na história da humanidade? A guerra que destruiu não só a juventude daquela geração europeia, desfalcando os países de seus homens mais preparados, em pleno vigor da idade?

É evidente que o pretexto do assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand pelo militante sérvio Gavrilo Princip foi o estopim.

As causas vinham da Guerra Franco-Prussiana, que deu à Alemanha a Alsácia Lorena francesa. Vinham de velhas animosidades alemãs com a Inglaterra, disputas recorrentes pelo domínio do mundo. Vinha dos problemas enfrentados pelo Império Austro-Húngaro nos Bálcãs. Tiveram a ver com a Guerra Russo-Japonesa e com uma infinita sucessão de pequenos motivos, que juntos incendiaram o planeta.

Em 1911, uma pequena canhoneira alemã invadiu o porto de Agadir, no Mediterrâneo, a pretexto de proteger interesses alemães. Era uma forma de intimidar a França, então protetorando o Marrocos, mesmo que informalmente.

O porto de Agadir era de menor interesse, porém o Foreign Office inglês considerou a atitude alemã uma imprudência. Como conta Michael Shelden, em *Churchill, o Jovem Titã*, parecia que os alemães estavam iniciando uma disputa que não sabiam como acabar.

“Estará a Alemanha à cata de um pretexto para entrar em guerra com a França?”, perguntou Churchill, então Ministro do Interior britânico. Os ingleses sabiam que o governo alemão vinha espionando seus passos. Churchill, que acompanhara as manobras do exército alemão em 1906, e as achou superadas, tinha consciência de que as tropas do Kaiser haviam feito notáveis progressos nos cinco anos seguintes.

No fim de 1911, Churchill declarou que a força da marinha inglesa era questão de sobrevivência, enquanto que a expansão da Marinha alemã era um luxo. A palavra, mal traduzia para o alemão, chocou a imprensa de Berlim. “O discurso de Mr. Churchill mal consegue esconder ameaças contra a Alemanha”.

A guerra da propaganda estava instalada. Havia problemas

internacionais a serem discutidos, havia negociações a serem encetadas, havia muito a ser acertado, mas nada que justificasse a completa perda de discernimento.

Isso foi insanidade.

O chefe do Estado-Maior do Exército do Kaiser, Helmuth Von Moltke, também conjecturava sobre a guerra. Em 1912, ele disse: “Se a guerra está vindo, que venha logo, antes que eu esteja velho demais para resolver as coisas à satisfação”, conforme o historiador Max Hastings.

O explosão do conflito

Diz Max Hastings que Franz Ferdinand não era muito amado por ninguém, exceto por sua mulher. Nem o próprio imperador Franz Joseph era fã do sobrinho. Seu assassinato, em 28 de junho de 1914, foi resultado não só da imprudência do Arquiduque em visitar a Bósnia, anexada pelo Império Austro-Húngaro, como também do imprevisto, do acaso.

Gavrilo Princip matou o casal de nobres porque o automóvel que os conduzia passou ao lado de onde estava, depois de ataque à bomba lançada pelo tipógrafo Nedeljko Cabrinovic. O motorista do automóvel do Arquiduque errou o caminho da comitiva e Princip não perdeu a chance.

Os Jovens Bósnios, militantes do pan-eslavismo sulista, movimento do qual Princip fazia parte, estava a mando do Coronel Dimitrijevic, conhecido por Ápis, chefe da inteligência militar sérvia e mentor do movimento terrorista conhecido como Mão Negra. Ápis era um extremista, que viu o sonho da Grande Sérvia, batizada como Iugoslávia, a Terra dos Eslavos do Sul, concretizada depois da guerra.

Isso foi consequência.

Morto o Arquiduque, o mundo preparou-se para o desatino. André Gide declarou, 30 dias depois do atentado: “Estamos nos preparando para entrar em um longo túnel repleto de sangue e escuridão”.

O ultimato à Sérvia, pelo Império Austro-Húngaro, deu o toque final ao jogo de cena. As Potências Centrais uniram-se contra Sérvia, França e Rússia, os Aliados, a Entente. Estava montado o teatro. A Alemanha imaginava uma guerra rápida de movimento, a ser resolvida em semanas, antes da chegada do inverno. Não contavam que a resistência sérvia ao sul, contra os austro-húngaros, com as dificuldades para ultrapassar a Bélgica e se estabelecer na França, com a entrada em cena do até então insignificante exército inglês e com os problemas logísticos em manter duas frentes ao mesmo tempo, a ocidental e a oriental.

As batalhas estenderam-se e aqui já temos outra consequência do conflito: o rápido desenvolvimento tecnológico. O que começou como uma guerra de movimento transformou-se em uma guerra de trincheira. Então vieram os gases, iniciando pela primeira vez na História da humanidade uma guerra química. Entraram em cena os tanques e os aviões – e nunca mais o mundo foi o mesmo.

O tom misturava-se entre o triunfalismo e a fatalidade. Peter Englung, em seu magistral *A Beleza e a Dor – Uma História Íntima da Primeira Guerra Mundial*, deixa seu legado nos contando o seguinte episódio:

“Terça-feira, 4 de agosto de 1914. Noite quente de verão. Música ao longe. Elfriede e seu irmão encontram-se dentro de casa, na Alte Banhofstrasse, 17, mas assim mesmo ouvem o som da canção, que vem se aproximando. Eles logo percebem o que está para acontecer. Saem correndo para a rua, rumo à estação de trem, uma construção de cor amarelada, que lembra mais uma fortaleza. Em frente ao prédio, concentra-se uma multidão. Elfriede acha que o reflexo das luzes batendo na folhagem das castanheiras faz com que ela pareça de papel.

Ela sobe a cerca de ferro que separa a estação do local onde a multidão se aglomera. A música se aproxima. Ela vê um trem de carga parado, à espera, na plataforma número 3. Vê que sai vapor da locomotiva. As portas dos vagões estão abertas, e lá dentro ela vislumbra os soldados reservistas vestidos à paisana, prontos para a

partida. Os homens se inclinam para fora, acenam e riem. Ao mesmo tempo a música fica cada vez mais alta, mais clara, nessa noite quente de verão. O irmão de Elfriede anuncia: Eles vêm vindo, o 149º.

É por ele que todos estão aguardando: o 149º Regimento de Infantaria, a unidade militar da cidade. Eles irão para a Frente Ocidental. (...) Até hoje Elfriede não tinha ouvido falar nisso. A guerra é coisa dos russos, todo mundo sabe; é para enfrentar as forças russas que o Exército Alemão foi mobilizado, elas logo atacarão, todos sabem disso também. A ameaça do leste é uma constante, em especial para os que vivem na Pomerânia e Scheinelmuhl não é nenhuma exceção. A fronteira russa fica a menos de 160 quilômetros dali (...), o que a torna um alvo fácil para o perigoso inimigo oriental”.

Intelectuais de todo gênero cuidaram de divulgar suas opiniões. O “Manifesto dos 93 Intelectuais Alemães” defendeu o papel da Alemanha. Depois, em outubro de 1914, o “Manifesto aos Europeus”, escrito por Georg Nicolai e Albert Einstein, assinado apenas pelos dois, previa o caos. Disseram eles: “A luta travada hoje dificilmente pode produzir um vencedor; todas as nações que participam dela vão, com toda a probabilidade, pagar um preço muito alto”. Stefan Zweig, pacifista de primeira hora, teria assinado em conjunto, se soubesse do manifesto. A esse tempo, Marcel Proust havia se refugiado no noroeste da França, a salvo dos perigos pelos quais passava Paris.

Até Leon Trostki, pegou carona nas exigências de paz, ao elaborar o Manifesto de Zimmerwald, em 1915:

“A guerra já dura mais de um ano. Milhões de cadáveres estão sobre os campos de batalha (...) Uma coisa é certa: a guerra que ocasionou este caos é resultado do imperialismo, (...) das classes capitalistas de cada nação para satisfazer sua ganância por lucro através da exploração do trabalho humano e dos tesouros da natureza”.

Isso já era proselitismo.

É importante ressaltar que a velha máxima segundo a qual a

verdade é a primeira vítima da guerra esteve presente em todos os momentos. Foi a primeira guerra midiática da história. Apenas na Inglaterra, 400 obras de ficção foram publicadas entre 1918 e 1939, das quais a mais lida, ainda hoje, é *Nada de Novo no Front*, de Erich Maria Remarque, publicada em 1929:

“Para mim, a frente é um redemoinho sinistro. Quando se está em águas calmas, ainda longe de seu centro, já se lhe sente a força a aspiração que nos arrasta, lenta e implacavelmente, sem encontrar muita resistência. Mas a terra e o ar fornecem-nos forças defensivas; principalmente a terra. Para nenhum homem a terra é tão importante quanto para um soldado. Quando ele se comprime contra ela demoradamente, com violência, quando nela enterra profundamente o rosto e os membros, na angústia mortal do fogo, ela é seu único amigo, seu irmão, sua mãe. Nela ele abafa seu pavor e grita no seu silêncio e na sua segurança; ela o acolhe e o libera para mais dez segundos de corrida e de vida, e volta a abrigá-lo: às vezes, para sempre”.

Erich Maria Remarque produziu tanto um relato da guerra como fez dela boa literatura. Isso é legado.

A guerra da propaganda

H. G. Wells, citado por Niall Ferguson em *Horror da Guerra*, escrevia de encomenda para os norte-americanos, que a batalha da Grã-Bretanha era contra o kruppismo, referência às indústrias Krupp, maiores fornecedores do exército alemão. Sigmund Freud, do lado da Tríplice Aliança, e Bertrand Russell, do lado inglês, podiam ser pacifistas, mas Chesterton, Connan Doyle, Kipling e outros estavam ao lado da guerra, assim como Wittgestein, que se alistou no exército austríaco. Anatole France, com mais de 70 anos, estava presente nos piquetes durante as greves dos trabalhadores, em Paris.

Hardy, Kipling, D. H. Lawrence, Ford Madox Ford, entre muitos, escreveram poemas e textos a favor da vitória aliada, enquanto Rilke, no lado inverso da trincheira, condenava o conflito, em *As elegias de Duíno*.

Entre os best-sellers publicados à época, a reconstituição histórica realizada por Bárbara Tuchman sobre o início da guerra, *Canhões em Agosto*, foi o maior de todos, vendendo muitos milhares de exemplares em língua inglesa. Hoje está disponível para download na internet.

Os filmes de guerra passaram a levar multidões aos cinemas. O filme *For the Empire* foi visto por nove milhões de pessoas até dezembro de 1916. *A Batalha do Somme* talvez seja o mais bem-sucedido de todos, exibido em mais de dois mil cinemas ingleses. Mais de 400 “jornais de trincheira”, relatos filmados do andamento da guerra, foram produzidos e exibidos na França.

Do outro lado das Potências Centrais, os alemães dedicavam-se com igual ímpeto às produções cinematográficas, que galvanizavam multidões.

Muitos, como ainda hoje acontece, preferiram jogar a culpa para a imprensa. O escritor satírico austríaco Karl Kraus escreveu: “O jornal queima e incendeia o mundo. As páginas dos jornais acenderam o pavio da conflagração mundial”.

Isso foi tanto propaganda quanto entretenimento.

Outros autores e a guerra

O conflito não atingiu a todos ao mesmo tempo. Em seu clássico *A Consciência de Zeno*, o protagonista de Ítalo Svevo relata:

“26 de junho de 1915. A guerra atingiu-me, afinal. Eu, que andava a ouvir as histórias de guerra como se tratasse de um conflito de outros tempos sobre o qual era divertido falar, mas que seria tolice deixar-me preocupar, eis que me vi metido nela sem querer e ao mesmo tempo surpreso por não haver percebido antes que acabaria envolvido. Era como se vivesse tranquilamente num prédio cujo

andar térreo estava em chamas e eu não imaginasse que mais cedo ou mais tarde todo o edifício acabaria por arder”.

E Stefan Sweig, em *Extase da Transformação*:

“1916 – dezoito anos. Em casa é incessante o uso de um novo termo: muito caro. A mãe, o pai, a irmã, a cunhada se refugiam de suas angústias nas pequenas misérias das folhas de papel em que juntos fazem contas, da manhã à noite, de sua pobre vida cotidiana. A carne é muito cara, a manteiga é muito cara, os sapatos são muito caros: Christine, ela própria, mal se atreve a respirar, com medo de que seja muito caro. As coisas mais necessárias para apenas viver, fogem, como que assustadas, e se escondem em tocas de ratos e extorsivos ninhos de texugos, é preciso farejá-las, o pão tem que ser mendigado, só com artimanhas se consegue um punhado de verduras da quitandreira, os ovos são trazidos do campo, o carvão é apanhado na estação ferroviária com o carrinho de mão, é uma competição diária entre milhares de mulheres famintas e friorentas, e a presa é cada dia mais escassa.

É 1917 – dezenove anos. Dois dias após São Silvestre, o pai foi enterrado, o dinheiro na conta de poupança mal foi suficiente para mandar tingir a roupa de preto. A vida fica cada vez mais cara, dois quartos já foram alugados a um casal de fugitivos de Brody, mas não basta, não basta, embora se labute da manhã até tarde da noite”.

Isso é drama e um belo legado!

Os Estados Unidos na guerra

A guerra seguia nas trincheiras enquanto as potências seguiam se armando, aprimorando tecnologias, convencendo potenciais aliados. Japão e Itália alinharam-se a favor da Entente, a Turquia preferiu o lado oposto. A inicial neutralidade norte-americana, de fachada, foi perdendo a força. Havia o sentimento difundido entre os



políticos de que aquela seria, enfim, a guerra para acabar com todas as guerras, como escreveu Wells. Trágica ilusão.

Em 2 de abril de 1917, o presidente Woodrow Wilson pediu ao Congresso americano que declarasse guerra às Potências Centrais. O governo passou a ter poderes antes não imaginados. Foram nacionalizadas temporariamente as ferrovias, estabeleceu-se o Conselho das Indústrias de Guerra, títulos chamados de "Empréstimo da Liberdade" foram emitidos, com a arrecadação chegando a U\$ 20 bilhões, e as leis de Espionagem e da Sedição restringiram as liberdades civis. Meio milhão de cidadãos alemães residentes nos Estados Unidos foram fotografados e suas impressões digitais registradas.

Os Estados Unidos foram o grande diferencial da guerra: entraram com um potencial militar assombroso, com capacidade de organização, exércitos motivados e bem aparelhados e num momento em que seus inimigos davam sinais claros de exaustão profunda. Mas eles não passearam pela Europa, pagaram pela vitória com o sangue de seus soldados.

"No último verão daquele ano ocupávamos uma casa numa aldeia, de onde, além do rio e da planície, víamos as montanhas. O leito do rio era de pedregulho, com pedrouços emergentes, que ao sol pareciam secos e esbranquiçados.

As tropas de passagem pela estrada erguiam pó e o pó acamava-se sobre as folhas. Também o tronco das árvores vivia empoado. As folhas caíram cedo daquele ano. Víamos as tropas em marcha pela estrada sempre envolvidas numa nuvem de pó; e víamos as folhas caírem ao sopro do vento; e depois que os soldados passavam, a estrada estendia-se deserta e branca, só pintalgada das folhas secas.

A planície abundava de plantações, muitos pomares, árvores frutíferas e ao longe as montanhas pardas e descalvadas. A guerra nas montanhas manchava as noites de clarões da artilharia. Clarões que lembravam os relâmpagos do verão, mas em contraste com o frio da noite e nenhum sinal de tempestade.

Às vezes, nas trevas, ouvíamos rumor de tropas em marcha

pela nossa rua, os canhões puxados por tratores. Muito movimento de tráfego à noite – tropel de mulas carregadas de munição, barulho de caminhões cheios de homens, outros com a carga coberta de lona a desfilarem, lentos. Grandes canhões passavam de dia, puxados por tratores, os longos canos camuflados de folhagem. Olhando para o norte víamos, além da planície, uma floresta de castanheiros; depois, a montanha daquele lado do rio. Também houve luta pela posse daqueles montes, mas sem resultado; e quando chegou o outono as folhas dos castanheiros também caíram e vímos a galharada e os troncos desnudos e enegrecidos pelas chuvas. Os vinhedos eram varas, e por toda a região pairava a tristeza da chuva e da morte dos fins de outono. Das voltas do rio elevava-se um nevoeiro; a montanha distante toucava-se de nuvens; os caminhões amassavam e espirravam lama; os soldados passavam sujos de barro; os rifles reluziam do molhado e os úmidos capotes cintzentos abrigavam as duas patronas de couro à frente do cinturão, pesadas de cartuchos; e aquilo bojalha-lhes o ventre durante a marcha, dando idéias de grávidos de seis meses.

Pequenos automóveis cintzentos passavam depressa, usualmente com um oficial junto ao chofer e outros no assento traseiro. Espirravam mais lama que os caminhões; e se um dos oficiais do banco traseiro era de pequena estatura e vinha entre dois generais, tão pequeno que não podíamos ver-lhe a cara, mas apenas o boné, e se o carro corria mais que os outros, provavelmente víamos passar o rei. O rei fixara-se em Udine e por ali transitava, quase todos os dias, para com seus próprios olhos ver como andavam as coisas. E as coisas iam mal, mal.

O inverno entrou com chuvas continuadas e trouxe a cólera. Mas foi combatida a tempo. Só sete mil soldados morreram nessa epidemia".

Este o legado de Ernest Hemingway, no primeiro capítulo de seu magistral *Adeus às Armas*, obra sobre a Primeira Guerra quase tão lida quanto a de Erich Maria Remarque.

O início do fim

A revolução russa de outubro de 1917 apressou o fim dos combates na frente oriental. E se a cólera não chegou a ser grande ameaça a qualquer exército, a gripe espanhola o foi, matando mais que as armas químicas, mais que canhões e metralhadoras. Em um tempo sem os benefícios da penicilina, os soldados sofriam nas trincheiras com todo tipo de doenças, além da fome e do desânimo:

“Matar um piolho de cada vez não é fácil, quando os temos às centenas. Os bichinhos são duros, e esborrachá-los sempre com as unhas é cansativo. Arame, em cima do todo de vela acesa. Basta jogar os piolhos nesta panelinha: um estalo e estão liquidados”.

Seria o caso de se comentar: este trecho de *Nada de Novo no Front* traz, sim, uma novidade, a de incluir os piolhos entre os inimigos a serem combatidos.

O *Journal of the American Medical Association*, revista científica, como reproduzido pela revista *Veja*, publicou em sua última edição de 1918:

“1918 acabou: um ano importante para o fim da guerra mais cruel dos anais da raça humana; um ano que marcou o fim, pelo menos por um tempo, da destruição do homem pelo homem; infelizmente, um ano em que se desenvolveu a mais fatal doença infecciosa, responsável pela morte de centenas de milhares de seres humanos. Durante quatro anos e meio, a ciência médica se dedicou a pôr o homem na linha de frente das batalhas e a mantê-lo lá. Agora, deve-se mudar o foco para combater o maior inimigo de todos – a doença infecciosa”.

Às 5h10 de 11 de novembro de 1918, os alemães assinaram os termos do armistício, a entrar em vigor às 11h do mesmo dia. O 4º exército britânico, como conta Marin Marix Evans, enviou uma mensagem ao quartel-general do II Corpo Norte-Americano, às 7h35:

“Hoje, 11 de novembro as hostilidades cessarão às 11h. As tropas ficarão a postos na frente de batalha onde estiverem neste momento. Essa posição deverá ser informada por telégrafo ao quartel-general do Exército o mais rápido possível. As precauções de defesa serão mantidas. Não haverá comunicação de qualquer natureza com o inimigo até o recebimento de instruções do quartel-general do Exército. Mais instruções seguirão em breve”.

Os Estados Unidos acreditaram que a partir dali vigorariam os 14 pontos que haviam sido destacados pelo presidente Wilson para justificar a entrada norte-americana na guerra. Ingleses e franceses pouco estavam interessados nisso: a eles importava apenas que a Alemanha estava de joelhos.

O que sobrou

Estaria encerrada a Grande Guerra? Vimos, mais tarde, que não. Vejamos o que disse Niall Ferguson”

“Talvez de forma mais notável, os Romanov, os Habsburgo e os Hohenzollern foram derrubados (e o sultão otomano não durou muito mais tempo); repúblicas tomaram o lugar deles. Neste aspecto, a Primeira Guerra Mundial acabou sendo uma reviravolta no conflito de longa data entre o monarquismo e o republicanismo; um conflito que teve suas origens na América e na França do século XVIII e, com efeito, ainda antes, na Grã-Bretanha do século XVII. (...) Na prática, a guerra deu um golpe fatal nas três maiores monarquias da Europa e abalou gravemente uma série de outras. Às vésperas da guerra, descendentes e outros parentes da Rainha Vitória haviam ocupado não só o trono da Grã-Bretanha e da Irlanda, como também o da Áustria-Hungria, da Rússia, da Alemanha, da Bélgica, da Grécia e da Bulgária. Na Europa, só a Suíça, a França e Portugal haviam se tornado repúblicas. Apesar das rivalidades imperiais da diplomacia

do pré-guerra, as relações pessoais entre os próprios monarcas permaneceram cordiais e até amigáveis: as cartas trocadas entre “George”, “Willy” e “Nicky” atestam que continuou a haver uma elite real, cosmopolita e poliglota, com, no mínimo, um senso de interesse coletivo (...) No fim das contas, a posição dos monarcas estava fadada a ser ameaçada por uma guerra que mobilizou milhões de homens: em sua raiz, a Primeira Guerra Mundial foi democrática”.

Há controvérsias.

A pilhagem dos despojos

Ao fim, na Europa, na Ásia, na África e na Oceania, milhões de habitantes de diversas regiões mudaram de status, deixando de pertencer a um país para fazer parte de outro. É certo que o Tratado de Versalhes impôs, por outro lado, a realização de plebiscitos que definiriam o destino de outras milhões de pessoas.

Isso foi o butim.

Lawrence Soudhaus exemplifica por que o Japão saiu com os maiores ganhos: em uma guerra que gerou 8,5 milhões de mortos militares, o Japão perdeu apenas 500 homens, tendo ganho a península de Shantung, com o porto Tsingtao e a baía de Jiaozhou, mais as antigas ilhas alemãs do Pacífico ocidental, Carolinas, Marianas e Marshalls. A guerra inflou o ego japonês.

Dos destroços, emergiram os novos estados, separados, da Áustria e da Hungria. Tchecoslováquia, Polônia, Finlândia e os estados bálticos conquistaram suas independência. A Sérvia conseguiu a união entre os eslavos do sul, no país que depois, e por 60 anos, se chamou Iugoslávia.

A Inglaterra perdeu a Irlanda, mas aumentou seu império com os “mandatos” no Iraque, na Palestina. O mesmo ocorreu com a França, que passou a mandar na Síria e no Líbano. A Itália aumentou seu território, com a Ístria, o Tirol do Sul e a Dalmácia. Boa parte da África também foi dividida: a Alemanha perdeu o que tinha, Grã-

Bretanha e França regalaram-se com os melhores territórios. Na Oceania, Austrália e Nova Zelândia dividiram entre si outras duas colônias alemãs, Samoa e Nova Guiné.

Na questão da reparações, Sondhaus relembra o John Maynard Keynes, que escreveu em *As Conseqüências Econômicas da Paz*:

“No meu julgamento (...) é absolutamente certo que a Alemanha não possa pagar qualquer quantia que se aproxime desse total (...). Há uma grande diferença entre fixar uma soma definida, que embora grande estivesse dentro da capacidade de pagamento da Alemanha, permitindo-lhe guardar um pouco para si, e estabelecer uma quantia muito superior à capacidade de pagar. (...) A segunda hipótese consiste em tirar-lhe a pele ano após ano, em perpetuidade, e por mais discreta e habilidosamente que isso se faça, tendo o cuidado de não matar o paciente no processo, trata-se de uma política, que se fosse efetivamente sustentada e praticada de modo deliberado, não tardaria a ser considerada pelo julgamento dos homens como um dos atos mais ultrajantes de crueldade de um vencedor, em toda a história da civilização”.

No Tratado de Versalhes está a essência da paz mal-sucedida. Isso é vale-tudo, a arte de nocautear o adversário, deixando-o sem sentidos. O mundo acabava de iniciar o processo de chocagem do ovo da serpente, como tão bem definiu o cineasta sueco Ingmar Bergman em seu filme ambientado na Berlim do início dos anos 1920.

Entre legados e conseqüências

Mas o legado não se resume às obras literárias, assim como as consequências vão além do que foi estabelecido em Versalhes e da distribuição dos despojos.

A Primeira Guerra gerou resultados para a humanidade, como a criação da Liga das Nações, embrião da organização das Nações

Unidas. Não é nada, não é nada, isso é muito.

As conquistas intangíveis foram inúmeras. A par do niilismo que a Europa intelectual passou a viver, os movimentos artísticos se sucederam. No anos 20, parecia que todo o mundo com algum interesse na cultura vivia em Paris. O futurismo de Marinetti enaltecia tudo o que fosse máquina, como as ferrovias, o telégrafo, o avião os transatlânticos, defendendo a absorção do homem pela matéria, confundindo arte com maquinaria. D'Annunzio, que havia ajudado a evitar que a região de Fiume fosse para os Balcãs, em 1909, escreve o primeiro romance de aviação, *Forse Che si, forse Che no*.

O papa da fotografia, Henri Cartier-Bresson, tinha dez anos no Dia do Armistício. Enquanto Paris exultava, sua família cruzava a cidade até o cemitério de Montmartre, para enterrar Louis Cartier-Bresson, irmão de seu pai, que o fotógrafo considerava um “pai mítico”, morto em consequência de ferimentos em Verdun. Sua posterior dedicação à fotografia quem sabe seja um legado indireto da guerra: foi seu tio que o influenciou com a inquietude artística.

A prova de que nem todo mundo vivia em Paris, está no nascimento do expressionismo alemão, gênero estético que marcou a produção artística, no cinema, com *O Gabinete do Dr. Caligari* ou *Nosferatu*, no teatro, nas artes plásticas e gráficas, na literatura. É o típico movimento artístico de um mundo atormentado, em que as manifestações de angústia, remorso, em que o estado interior do artista se transforma em arte. Ele só seria possível depois da mutilação promovida na humanidade pela guerra.

O fato é que os efeitos da nova estética se espalharão pelo mundo nas duas décadas seguintes. Em 1929, por exemplo, é publicado o romance *Hotel Savoy*, do austríaco de origem judaica Joseph Roth, outro dos romances famosos sobre a Grande Guerra. Ele conta:

“É de novo o tempo dos regressados.

Eles chegam em grupos, muitos de uma só vez. São levados como alguns peixes também o são, em certas estações do ano. Os regressados são levados pelo destino em direção ao oeste. Não se

viu nenhum por dois meses. Daí, durante semanas, afluem para cá, vindos da Rússia, da Sibéria e de países vizinhos.

O pó dos anos perdidos a caminhar cobre suas botas, seus rostos. Suas roupas estão esfarrapadas, suas bengalas rudes e gastas. Chegam sempre pelo mesmo caminhinho e não viajam de trem, mas caminham. Devem ter caminhado anos até chegar aqui. Sabem dos países estrangeiros, da vida forasteira e, como eu, percorreram muitas vidas. São errantes. (...) Talvez não seja sua vontade voltar para casa. São levados para o Ocidente como os peixes também o são, em certas estações do ano”.

Milhares de outras obras foram escritas, pintadas, filmadas, encenadas, musicadas. No centro do palco, a mesma tragédia.

Em 28 de junho de 1992, o presidente francês François Mitterrand apareceu sem ser anunciado em Sarajevo, então palco de outra guerra, a da independência da Bósnia. Por que razão? Porque 28 de junho era o aniversário de 78 anos do assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand. Eric Hobsbawm afirma que a visita, naquela data, significava a evocação da catástrofe histórica, precipitada por um erro político e de cálculo.

É difícil discordar dele. E isso, inclusive Mitterrand, também já é História.

Ainda em Versalhes, em 1919, o ministro inglês Lloyd George, declarou sobre os termos do tratado que então se assinava:

“Lutaremos mais uma guerra em 25 anos.”

Errou para menos. A Segunda Guerra Mundial começou exatos 20 anos mais tarde. Mas os efeitos da Guerra de 1914/18, ainda se fazem sentir.

A versão brasileira do jornal *The New York Times International Weekly*, de 18 de agosto de 2014, noticiou que em Ypres, na Bélgica, cujas cercanias foram palco de algumas das mais sangrentas batalhas da Primeira Guerra, bombas continuam a ser encontradas. Desde janeiro, um morador recolheu 46 projéteis de morteiros, entre plantações de beterrabas e batatas em sua propriedade. Seu pai

evita arar dois de seus campos, por temer que as lâminas do arado encontrem uma bomba. O camponês belga, de 26 anos, já encontrou em seu terreno centenas de itens como sapatos, óculos, lâminas de barbear e uma máscara de gás. Em março passado, dois trabalhadores foram mortos e um terceiro ficou gravemente ferido quando tentavam manipular um projétil, em uma construção.

Isso é consequência. Pior, consequência com 100 anos de idade. É irônico, curioso e lamentável que, passado um século, ainda continuemos a acrescentar vítimas aos 8,5 milhões de mortos militares e sete milhões de mortos civis que faleceram na hecatombe, no armagedon que foi a Grande Guerra.

Ainda são atuais as palavras de um soldado francês, que havia perdido as duas pernas naquelas batalhas infernais:

“- Hoje sou um herói. Daqui a algum tempo, serei apenas um aleijado.”

As bombas da primeira, assim como da segunda guerra, continuam a fazer aleijados, não mais heróis.

Bibliografia

Obras consultadas

Assouline, Pierre. *Cartier-Bresson, o Olhar do Século*. L&PM Pocket, 1999
 Englund, Peter. *A Beleza e a Dor – Uma História Íntima da Primeira Guerra Mundial*. Companhia das Letras, 2014
 Evans, Martin Marix. *História da Primeira Guerra Mundial*. M.Books, 2014
 Ferguson, Niall. *O Horror da Guerra*. Planeta, 2014
 Hastings, Max. *Catástrofe – 1914: A Europa Vai à Guerra*. Editora Intrínseca, 2014
 Hemingway, Ernest. *Adeus às Armas*. Companhia Editora Nacional, 1957
 Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos*. Companhia das Letras, 1999
 Remarque, Erich M. *Nada de Novo no Front*. Abil Cultural, 1981

Roth, Joseph. *Hotel Savoy*. Estação Liberdade, 2013
 Shelden, Michael. *Churchill, o Jovem Titã*. Globolivros, 2013
 Sondhaus, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial*. Editora Contexto, 2013
 Svevo, Ítalo. *A Consciência de Zeno*. Nova Fronteira, 1980
 Torre, Guillermo de. *História das Literaturas de Vanguarda*. Editorial Presença, 1970
 Willmott, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Nova Fronteira, 2008
 Zweig, Stefan. *Êxtase da Transformação*. Companhia das Letras, 1987

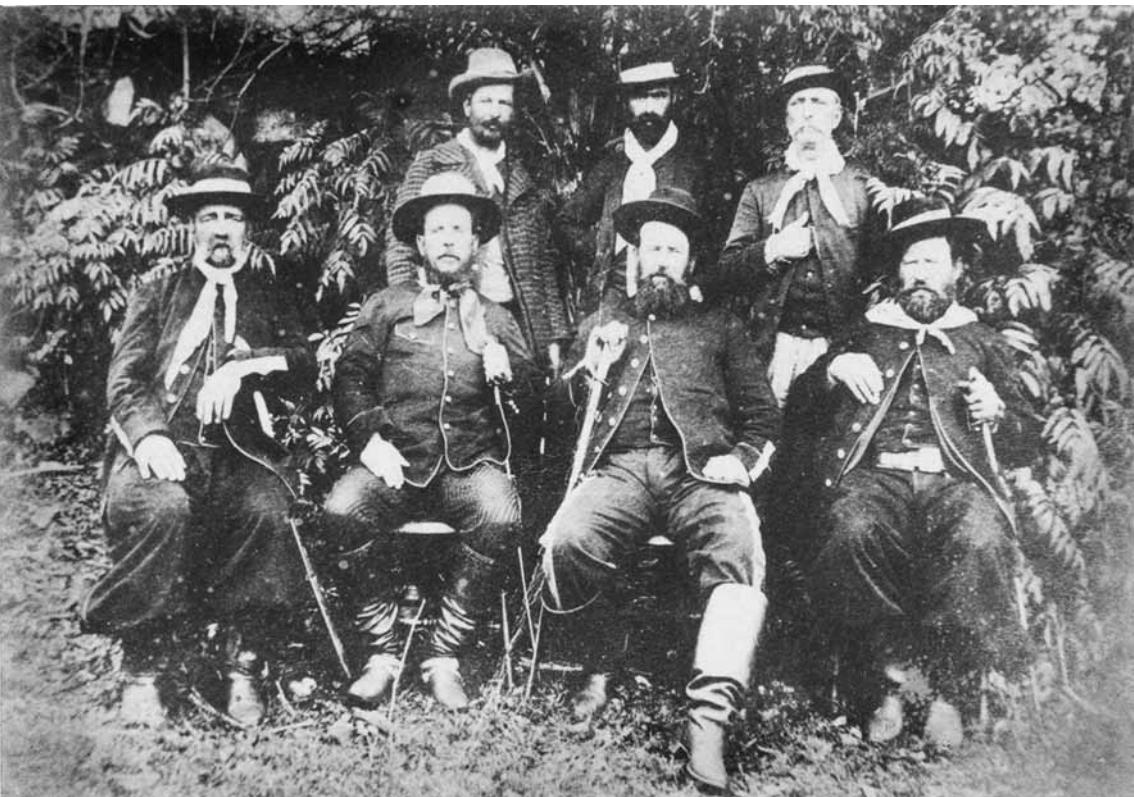
Periódicos

Especial Revista Veja. 100 Anos da Grande Guerra, 2014
The New York Times International Weekly, edição em português encartada pelo jornal Gazeta do Povo, 18 de agosto de 2014



OS 125 ANOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA E O SEU LEGADO NA HISTÓRIA DO PARANÁ

Por LAURENTINO GOMES



Este 2018 é um ano de efeméride importante na história paranaense. Comemoram-se os 125 anos de uma das guerras civis mais cruentas da história brasileira, a Revolução Federalista de 1893, e que teve o Paraná como cenário na sua fase mais aguda, quando os rumos do conflito ainda pareciam incertos e, dependendo do desfecho, teriam impacto profundo e duradouro na história do país e, em particular, do nosso Estado.

Apesar de sua importância, a Revolução Federalista é ainda um episódio obscuro, repleto de dúvidas, controvérsias e zonas nebulosas. Pela história oficial, até tempos atrás se dizia que a heroica cidade da Lapa “salvou a república”, ao resistir bravamente, durante 26 dias, ao cerco das tropas comandadas por Gumerindo Saraiva, dando tempo para que o socorro enviado do Rio de Janeiro impediscesse o avanço dos revoltosos rumo à capital. Que a Lapa salvou uma república não há dúvidas. Mas qual delas?

Havia muitas repúblicas a serem salvas em 1893. Uma delas era a república liberal sonhada por Rui Barbosa, àquela altura submetida a uma dura repressão por parte do governo de Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”. Outra, e igualmente sob pressão, era a república mais revolucionária e popular, inspirada nos ideais da Revolução Francesa, defendida por Lopes Trovão e Silva Jardim – este recém-falecido de forma épica, ao cair dentro do vulcão Vesúvio, na Itália. Havia ainda república aristocrática, e também liberal, dos cafeicultores paulistas representados por Prudente de Moraes e Campos Salles,

entre outros. E havia, por fim, a república dos estancieiros gaúchos, liderados pelo senador Silveira Martins, federalista e simpatizante da monarquia, na qual se alistavam as tropas do Cerco da Lapa.

A Lapa, portanto, salvou uma dessas repúblicas, a de Floriano Peixoto, um regime marcial, xenófobo, nacionalista e avesso às liberdades civis.

Outra zona de sombras diz respeito ao papel controvertido desempenhado por alguns protagonistas da época, caso do então governador Vicente Machado e do Barão de Cerro Azul. Ambos tiveram ações de destaque e hoje são homenageados com nomes praças, ruas, avenidas e monumentos em Curitiba e muitas cidades do interior, embora estivessem em campos diametralmente opostos e tenham enfrentado destinos igualmente diversos. Vicente Machado fugiu de Curitiba, deixando a capital à mercê das tropas de Gumercindo Saraiva, depois da tomada da Lapa. Abriu mão, portanto, do seu papel de liderança num momento crucial da refrega. Essa tarefa coube ao Barão de Cerro Azul, que à frente de um grupo de comerciantes e liderança locais, angariou recursos e negociou uma trégua pela qual a cidade não seria saqueada nem destruída. Terminada a luta, Vicente Machado retornou como herói, enquanto Cerro Azul era martirizado de forma cruel e silenciosa dentro de um vagão de trem na Serra do Mar.

Há outros aspectos ainda mais sensíveis e repletos de dúvidas nesses acontecimentos. O grande historiador paranaense David Carneiro dizia ter ouvido de uma testemunha uma revelação bombástica: a de que a bala que matara o general Gomes Carneiro, aliado de Floriano Peixoto e comandante da resistência aos federalistas, teria partido não das fileiras de Gumercindo Saraiva, mas de dentro da própria cidade da Lapa, onde, como se sabe muito bem, havia inúmeros simpatizantes da causa gaúcha. Infelizmente, o nosso saudoso David Carneiro morreu sem nunca ter revelado o nome dessa testemunha, mas o minguado raio de luz que lançou nessa zona sombria do Cerco da Lapa até hoje atormenta a imaginação de todos nós, paranaenses.

Por essas razões todas, antes de saltar ao julgamento dos personagens e acontecimentos, melhor observá-los com mais atenção. Quais foram as razões que colocaram os paranaenses no olho do furacão republicano em 1893? De onde provinham as forças que nos engolfaram de forma tão absoluta que até hoje temos dificuldades em compreendê-las? Como enquadrar essas diferentes nuances dos acontecimentos de 125 atrás no ensino de História do Paraná em nossas escolas de hoje, fundamental na construção da nossa identidade regional e brasileira?

O preço pago pela república

“Um passeio militar” é a descrição mais comum que se vê nos livros sobre a proclamação da república. A facilidade com que se derrubou um regime e se proclamou outro na manhã de Quinze de Novembro, sem reação popular, sem troca de tiros, sem protestos, parecia confirmar, uma vez mais, um mito de que as transformações políticas brasileiras se processam sempre de forma pacífica. Essa imagem, no entanto, se desfoca por completo quando se avança um pouco no calendário.

O sangue que deixou de correr em 1889 verteu em profusão nos dez anos seguintes, resultado do choque entre as expectativas e a realidade do novo regime. Para que o novo regime se consolidasse, milhares de pessoas perderiam suas vidas. Massacres, fuzilamentos, prisões e exílios forçados marcaram o período entre a ascensão de Floriano Peixoto, em dezembro de 1891, e a posse do segundo presidente civil, Campos Sales, sete anos mais tarde. Foram o preço que a República cobrou pela sua própria consolidação.

Duas guerras civis, somadas à Revolta da Armada, deixariam marcas profundas no imaginário brasileiro. No sul, os três anos de combates da Revolução Federalista custaram as vidas de 12.000 picapaus e maragatos, como eram chamados os combatentes dos dois lados do conflito – incluindo cerca de 2.000 vítimas de degolas coletivas.

No sertão da Bahia, o sacrifício épico da vila de Canudos resultou na morte de outras 25.000 pessoas e uma história de humilhação para o exército brasileiro, derrotado em quatro expedições consecutivas por um bando de jagunços e sertanejos pobres e mal armados, sob a liderança messiânica de Antônio Conselheiro, ao qual se atribuía, erroneamente, a ameaça de restauração da monarquia. Somadas as 37.000 vítimas, a república pagou em sangue um preço infinitamente maior do que a Guerra da Independência, cujo número de mortos teria ficado entre 2.000 e 3.000 combatentes brasileiros e portugueses.

Para entender os acontecimentos da Revolução Federalista é preciso recuar um pouco no tempo. Em 1889, proclamada a República, havia dificuldades de toda a natureza pela frente, a começar pela falta de quadros republicanos para ocupar os postos chaves da administração e a pouca experiência dos novos governantes. Durante o primeiro ano do regime, a rotatividade nos governos estaduais foi altíssima. O Rio Grande do Norte teve dez administrações. Minas Gerais, treze; Paraná, onze; Pernambuco, oito; e Sergipe, sete. Habitado à vida na caserna e desconfiado das reais intenções dos civis, que ele conhecia pouco, Deodoro preferiu de início delegar esses cargos aos seus companheiros de armas. Por essa razão, os militares dominaram por completo a cena política brasileira.

Velho, gravemente enfermo, sem forças nem paciência para reagir às pressões, Deodoro da Fonseca renunciou ao mandato no dia 23 de novembro de 1891, passando o governo ao vice-presidente, Floriano Peixoto, alagoano e marechal como ele. As semanas anteriores foram marcadas por convulsões em todo o país. O clímax do conflito se dera no dia 3 de novembro de 1891, quando o marechal, em mais uma de suas atitudes intempestivas e autoritárias, dissolvera o Congresso Nacional.

No chamado Golpe de Três de Novembro, três semanas antes da renúncia, Deodoro mandara publicar dois decretos que, na prática, colocavam o país sob o tacão da ditadura militar. O primeiro dissolia o Congresso. O segundo instaurava o estado de sítio, pelo

qual ficavam suspensas todas as disposições da nova constituição republicana relativas aos direitos individuais e políticos. A partir daquele momento, qualquer pessoa poderia ser presa sem direito a habeas corpus ou defesa prévia. Forças militares cercaram os edifícios da Câmara e do Senado. Vários opositores foram presos, incluindo Quintino Bocaiúva e outros republicanos civis que na manhã de Quinze de Novembro estiveram ao lado do marechal no momento de derrubar a monarquia.

O resultado foi uma onda de protestos e rebeliões e em todo o país. No Rio Grande do Sul, um grupo depôs o positivista Júlio de Castilhos do governo do Estado, substituindo-o por uma junta administrativa, jocosamente apelidada de *governicho*. Na manhã de 23 de novembro, o almirante Custódio José de Melo ameaçou bombardear a cidade caso Deodoro não voltasse atrás nas suas decisões. Começava ali a breve primeira Revolta da Armada, impasse que durou algumas horas, sem que um só tiro fosse disparado. Atacado por todos os lados e incapaz de encontrar uma saída política para o labirinto em que transformara o próprio governo, só restou ao velho marechal Deodoro a renúncia.

Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro, conduziu o governo mais tenso e violento dos primeiros anos da República. Ao assumir o cargo, encontrou pela frente, entre outros obstáculos, uma crise financeira sem precedentes, profundas divergências entre as lideranças republicanas, a oposição da Marinha, ameaçando bombardear a capital, e uma crise política no Rio Grande do Sul que logo se converteria em guerra civil. Enfrentou todos esses problemas de forma obstinada, subjugando implacavelmente a todos os que ousaram atravessar-lhe o caminho. Nacionalista e centralizador, Floriano Peixoto aproveitou o ambiente de crise para reforçar o seu poder pessoal. Passaria para a História como o “Marechal de Ferro” e também como o “Consolidador da República”.

Semanas após assumir o cargo, forçou novamente o congresso a encerrar seus trabalhos, alegando que ameaças de restauração da

monarquia exigiam a mão forte de um executivo sem o obstáculo das divergências políticas no parlamento. Em seguida, governou o país sob estado de sítio, mandando prender e deportar os opositores. Nunca o país esteve tão dividido e nunca tantos brasileiros perderiam suas vidas em defesa de suas paixões políticas. O sangue derramado nesse período iria definir para sempre os rumos da república brasileira.

O “Marechal de Ferro” foi sempre um enigma para jornalistas, historiadores, biógrafos, escritores e cronistas, pela dificuldade em decifrar seu caráter. Ao tentar descrevê-lo, todos desenvolveram ao longo dos anos uma curiosa tendência de compará-lo a animais peçonhentos e traiçoeiros da fauna brasileira. “Floriano Peixoto tinha o ar de tenebroso molusco”, afirmou Alberto Rangel. “Em todo ele havia um quê de jabuti e de jaguatirica”. Para Oliveira Viana, o marechal era dono de “um temperamento apático e frio, uma alma com a temperatura de batráquio, cujo entusiasmo ardia sem chama”. Euclides da Cunha o descreveu como uma “figura insolúvel e dúbia”, (...) com seu aspecto característico de eterno convalescente e o seu olhar perdido caindo sobre todos sem se fitar em ninguém”.

Com seu moralismo radical, regenerador e nacionalista, Floriano Peixoto encarnava um mito recorrente na história brasileira – o do salvador da pátria. Apresentava-se como o guerreiro forte, austero e solitário, que, imbuído de bons propósitos, conseguia resgatar a pátria de suas mais profundas atribulações. Isso talvez explique a surpreendente popularidade que alcançou ao final da vida, apesar do seu notório desprezo pela opinião pública. Como sucessor de Deodoro, recusou a residência oficial e continuou a morar na mesma casa modesta de subúrbio, onde viveria até morrer.

Durante os momentos mais tensos do seu governo, saía escondido pelos fundos do palácio do Itamarati, às duas horas da madrugada, de maneira a burlar a segurança encarregada de proteger-lhe a vida e, sozinho, tomava o bonde para voltar para casa. Pagava a passagem do próprio bolso.

Grande parte da oposição a Floriano dizia respeito à legitimidade do seu governo. O artigo 42 da nova constituição



republicana previa que "...no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência não houverem ainda decorridos dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição". Como Deodoro renunciara ainda no primeiro ano de seu mandato, teoricamente caberia a Floriano convocar novas eleições de imediato. O marechal ignorou solememente a disposição constitucional e se manteve firme no cargo por mais três anos. Alegava que a exigência de convocação de eleições só se aplicaria a presidentes eleitos diretamente pelo povo. Como Deodoro tinha sido eleito pelo Congresso, de forma indireta, seu governo se constituiria, portanto, em uma exceção. De forma precavida, usou sempre, até o último dia do mandato, o título de vice-presidente.

O caldeirão gaúcho

Em 1893, o Rio Grande do Sul era, na definição do historiador José Maria Belo, "o ponto nevrágico da república", uma região de paixões políticas exaltadas ao extremo. Durante todo o século 19, os gaúchos tinham vivido sob permanente estado de conflagração. Na Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, estima-se que 3.400 pessoas morreram. Coube também aos gaúchos a cota maior de sacrifício em vidas humanas durante as guerras do Segundo Reinado na região do Prata, em especial a do Paraguai. Como resultado das sucessivas matanças, calcula-se que, em 1889, havia duas mulheres para cada homem no Rio Grande do Sul. A população masculina havia sido devastada pelas guerras regionais.

Nos anos que antecederam a Proclamação da República, o Rio Grande do Sul funcionou também como um laboratório para as novas ideias que iriam transformar a história brasileira. Ali estavam alguns dos mais importantes teóricos do futuro regime, entre eles os advogados e pecuaristas Joaquim Francisco de Assis Brasil, José Gomes Pinheiro Machado e Júlio Prates de Castilhos. Cada um tinha sua própria concepção a respeito da república ideal. Assis Brasil

era liberal. Pinheiro Machado, conservador. Castilhos, positivista e autoritário. Tinham como adversário comum o também advogado e pecuarista Gaspar Silveira Martins, monarquista convicto, líder do Partido Liberal, conselheiro do Império e conhecido na corte de D. Pedro II como o "Rei do Rio Grande".

O confronto dessas ideias no momento de implantar o novo regime jogou o Rio Grande do Sul mais uma vez em um turbilhão político. Em apenas dois anos, entre Quinze de Novembro de 1889, data a proclamação da república no Rio de Janeiro, e Doze de novembro de 1991, dia da deposição de Júlio de Castilhos, seu primeiro mandatário eleito, o Rio Grande do Sul teve dezoito governadores, média de um a cada quarenta dias. "Este estado é o pesadelo do governo do Rio de Janeiro e parece tão ingovernável quanto seus países vizinhos", escreveu o jornalista americano Ambrose Bierce.

Na Revolução Federalista, de um lado estavam os republicanos fiéis ao presidente Floriano Peixoto e ao governador Júlio de Castilhos, também conhecidos como legalistas ou pica-paus devido à cor do uniforme que usavam. De outro, os rebeldes federalistas, chamados de maragatos, sob a chefia política de Gaspar Silveira Martins, antigo senador do Império pelo Partido Liberal recém-retornado do exílio, e o comando militar do caudilho uruguaio Gumercindo Saraiva.

Maragato era o nome que se dava no Uruguai aos descendentes de imigrantes oriundos da localidade de Maragataria, situada na província de Léon, na Espanha. Esses espanhóis de origem berbere haviam trazido para a região do Rio da Prata no começo do século 19 o uso da bombacha - calças muito largas, apertadas acima do tornozelo – que ainda hoje serve para identificar a indumentária tradicional do gaúcho.

Mestiços de europeus, índios e negros, os maragatos eram um povo rústico que lutava por comida e pela possibilidade de saquear as regiões ocupadas. Combatiam a cavalo e eram hábeis no uso da lança, da espada e do facão. Tinham como principal reduto o departamento de Cerro Largo no Uruguai, onde cerca de 70% das terras pertenciam aos fazendeiros gaúchos, incluindo o liberal Silveira Martins, que ali nascera.

Deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e 1892, Castilhos se destacara como o campeão da corrente ultra federalista e positivista. Acreditava que, para se consolidar, a república precisava antes passar por uma fase ditatorial. Suas propostas estavam todas alinhadas a esse objetivo, de centralização do poder na figura do ditador republicano. Na constituinte nacional essas ideias não vingaram, mas ele as transformaria em lei, a ferro e fogo, na redação da nova constituição estadual gaúcha meses mais tarde. Coube a ele escrever o anteprojeto praticamente sozinho, ignorando por completo as sugestões de outros dois juristas da comissão nomeada com esse fim. Em seguida, o texto foi aprovado de forma esmagadora pela Assembleia Constituinte estadual controlada pelo próprio Castilhos.

Como principais novidades, a constituição republicana gaúcha previa que as leis não seriam elaboradas pelo parlamento, mas pelo chefe do poder executivo; o vice-governador (ou vice-presidente do Estado, como se dizia na época), em vez de eleito nas urnas, seria escolhido também pelo titular; por fim, o governador poderia ser reeleito tantas vezes quantas estivesse disposto a concorrer – e o eleitorado, a apoiá-lo. A soma de todos esses poderes transformava o novo governador republicano gaúcho em um ditador na prática. Como o voto era em aberto (não secreto) e manipulado pelos chefes regionais adeptos de Castilhos, o dispositivo da reeleição lhe garantia a permanência no poder por período indefinido, sem dar chances aos adversários.

A constituição positivista de Júlio de Castilhos e sua rivalidade visceral com Silveira Martins, somadas às dificuldades iniciais da republicana brasileira, serviam de combustível para a sangrenta Revolução Federalista que por dois anos iria dilacerar o Rio Grande do Sul.

Castilhos, que havia sido eleito governador constitucional em julho de 1891 e deposto em novembro, após apoiar o golpe de Deodoro contra o Congresso, voltou ao poder em 25 de janeiro de 1893, desta vez em uma eleição sem concorrentes. Passou a governar com mão de ferro. Em resposta, os federalistas de Silveira Martins, que defendiam

a reforma da constituição gaúcha e a renúncia do governador, pegaram em armas. Acuado, o governador logo conseguiu convencer Floriano Peixoto de que o levante federalista não era apenas uma guerra dos gaúchos, mas uma tentativa de restauração da monarquia chefiada por Silveira Martins. Tratava-se, portanto, de um ataque à própria república federal. A partir daí os destinos de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos estariam definitivamente interligados.

A Lapa numa encruzilhada

O resto é história, de todos já bem conhecida. A aliança entre a Revolução Federalista de Saraiva e Gumercindo e com a Revolta da Armada de Custódio José de Melo e Saldanha da Gama. A épica marcha de Gumercindo Saraiva percorrendo 2.500 quilômetros com idas e voltas entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na qual travou cinco grandes batalhas e setenta combates menores contra as tropas federais e pelos pica-paus de Júlio de Castilhos. O Cerco da Lapa e a morte do general Gomes Carneiro ao final de 26 dias de encanizada luta. A fuga de Vicente Machado, a tomada e a retomada de Curitiba e o sacrifício do Barão de Cerro Azul. Até a morte de Gumercindo, a derrota final dos maragatos e o segundo exílio de Silveira Martins.

O destino colocou a pequena e charmosa cidade da Lapa numa encruzilhada da história. A sorte da então jovem república brasileira se decidiu ali.

As paixões daquele momento, e a forma como passaram para os livros da história oficial, às vezes não permitem discernir exatamente o que queriam os dois lados da luta.

A república nacionalista, centralizadora, autoritária e xenófoba de Floriano Peixoto morreu com o seu protagonista, em junho de 1895. Suas convicções positivistas, no entanto, continuaram a ecoar ao longo da história republicana brasileira. E ecoam ainda hoje, nas

faixas de manifestações e postagens de rede social que, diante das nossas sempre renovadas dificuldades republicanas, pedem a volta de um regime militar

Que república queriam os castilhistas e pica-paus? No Rio Grande do Sul, a república austera, centralizada e organizada que se perpetuaria por mais meio século depois da morte de Júlio de Castilhos nas mãos de Borges de Medeiros. Mas seguramente não era a mesma república dos fazendeiros, da política do café com leite de MG e SP, que seria confrontada décadas mais tarde por Getúlio Vargas, herdeiro do castilhismo, na Revolução de 30.

E quanto aos maragatos de Gumercindo Saraiva e Silveira Martins, o que queriam eles exatamente?

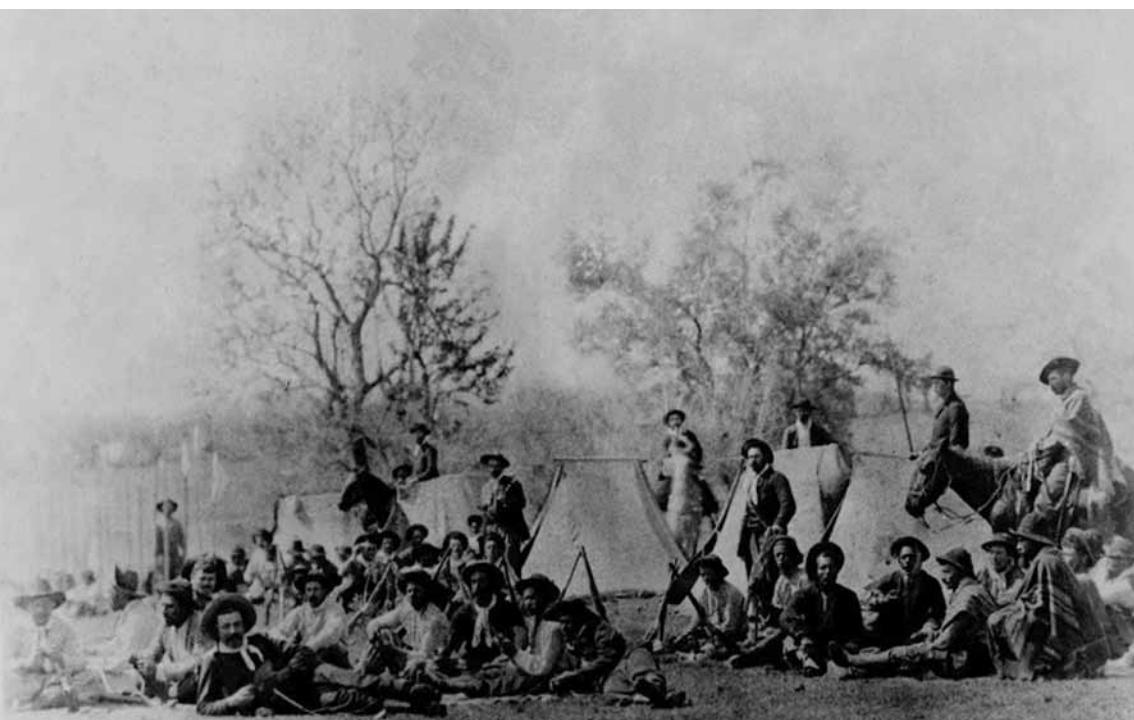
Lutavam, obviamente, contra o poder pessoal do adversário Júlio de Castilhos, mas o fantasma da restauração monárquica, acenada na época por florianistas e castilhistas, perde consistência quando confrontada pelos seus próprios personagens. Na Revolta da Armada havia lideranças de reconhecida simpatias monárquicas, caso o almirante Saldanha da Gama. Silveira Martins tinha sido o principal chefe político do Rio Grande do Sul nos anos finais do império e na própria noite de Quinze de Novembro de 1889 havia sido cogitado para a chefia de um novo ministério pelo imperador Pedro II, em substituição ao deposto Visconde de Ouro Preto. Isso de nada justifica a crença de que os federalistas estavam todos envolvidos em conspiração restauracionista da monarquia. Caso contrário, como se explicaria, por exemplo, a presença entre os chefes maragatos de republicanos históricos de forte convicção liberal, como Assis Brasil?

Hoje, passados 125 anos, seria possível identificar na República brasileira ainda algum traço dos sonhos e convicções dos heróis daquele tempo. Conseguiriam pica-paus e maragatos se reconhecer na nossa república atual?

A história, como se sabe, não é feita de conjecturas, mas de fatos e personagens reais. A história da Revolução Federal é repleta de dúvidas e perguntas que nos confrontam ainda hoje, sem respostas adequadas.

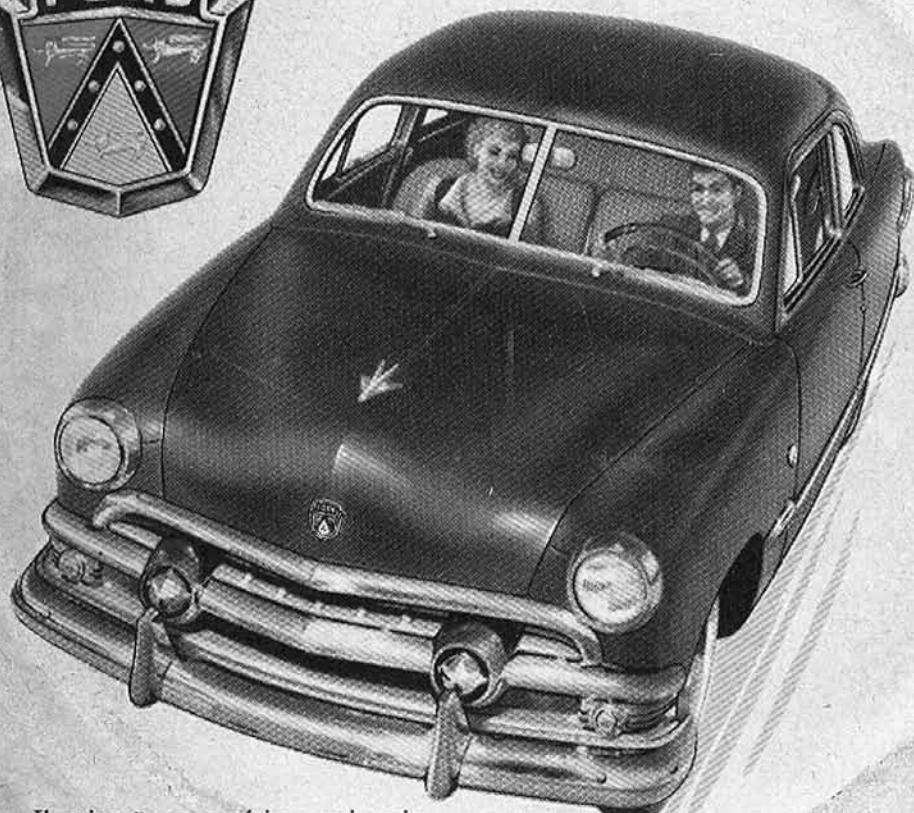
Diante da impossibilidade de respondê-las, a nós cabe estudar, meditar e guardar um respeitoso silêncio diante das lutas heróicas dos que nos precederam.

A nós que temos hoje a responsabilidade de zelar pelo país que herdamos desse período cabe esperar que a força dos nossos antepassados nos inspire agora, diante dos desafios do presente - não pelo seu aspecto violento e sanguinário, responsável por tanto sangue derramado naquela época, mas sim pela coragem e determinação com que enfrentaram as dificuldades daquele momento. É essa a lição que devemos ter em mente hoje, em um Brasil que às vezes ameaça cair vítima de uma mistura de cinismo, falta de esperança e desencanto.



Ford 1951

construído para
os anos futuros!



- Iluminação automática no interior
- Novo estofamento de borracha esponjosa
- Novo sistema de amortecedores a controle viscoso
- Novo sistema de carburação - usa até a última gota de gasolina
- Painel de instrumentos de novo estilo - mais conveniente
- Partida combinada com a chave de contacto

...E vários outros aperfeiçoamentos!



AS MULHERES SÃO DIFERENTES

—•••—
Por LOUIS I. DUBLIN *

Malgrado o muito que clamam em defesa da igualdade, as mulheres não são como os homens e nunca o serão. São diferentes em todas as fases da vida, da concepção à morte.

Embora persista ainda a velha crença relativa à inferioridade da mulher, o chamado sexo fraco é superior, pelo menos fisicamente. No decorrer de todo o lapso da vida, cada ano isoladamente e todos os anos em conjunto, a mortalidade das mulheres é menor que a dos homens. (A natureza procurou compensar isto fazendo com que nasçam mais meninos do que meninas: 106 meninos para cada 100 meninas.) A proporção de sobrevivência feminina é mais alta até mesmo antes do nascimento. A mortalidade pré-natal sob a forma de abortos e nascidos mortos é consideravelmente mais alta para os varões.

Excetuando a coqueluche, as doenças infecciosas da infância parecem ter preferência pelos meninos. Na idade pré-escolar, a escarlatina; a gripe, a pneumonia, a meningite cerebrospinal, a diarreia e a disenteria são, com mais frequência, fatais para os meninos do que para suas irmãs. As mortes accidentais são 1 1/2 vezes mais frequentes. Globalmente, o risco de morte é 20% maior que para os meninos de um a quatro anos de idade.

Na idade ginásial, os rapazes continuam ainda mais sujeitos a acidentes do que as meninas. Estas, entretanto, são mais predispostas à tuberculose: morrem tísicas mais 63% de mocinhas do que rapazes. As doenças orgânicas do coração atingem-nos quase igualmente: em cada 100 mil jovens de ambos os性os morrem 15 rapazes e 14 meninas.

Nos primeiros anos de idade adulta as complicações do parto nas mulheres – felizmente muito menos frequentes hoje do que antigamente – e uma diminuição do espírito de aventura nos rapazes, quando entram na idade viril, aproximam mais os índices da mortalidade dos dois sexos. As mulheres, porém, ainda têm uma vantagem: a mulher de 25 anos ainda tem diante de si 48 anos de vida provável, ao passo que o homem da mesma idade tem 42.

Se o marido e a mulher são da mesma idade, as probabilidades que ela tem de ficar viúva são de 55 contra 45. Entretanto, o mais comum é casarem-se as mulheres com homens mais velhos do que elas, aumentando assim ainda mais suas probabilidades de envelhecer. À idade de 65 anos e daí pra diante, a proporção de sobrevivência das mulheres com relação aos homens é de 111 para 100.

Outra diferença, está na razão do crescimento. Até aos oito anos de idade, os meninos são mais altos e mais pesados do que as meninas. Dos oito aos 12 anos, elas começam a recuperar a diferença e, daí até 15 ou 16, as moças são geralmente mais pesadas do que altas do que os rapazolas da mesma idade (com pesar para eles muitas vezes.) Daí em diante, o índice de crescimento inverte-se novamente.

Há também acentuadas diferenças nos traços de caráter e no desenvolvimento da personalidade entre os sexos em muita idade. Desde muito cedo, as meninas sofrem umas cinco vezes mais de ansiedade, nervosismo e temores do que os meninos, e esses temores são de uma categoria diferente. Os meninos temem ferimentos físicos. As meninas têm medo de coisas inatingíveis como, por exemplo, a escuridão. São mais invejosas, sentem ciúme, mais vivamente, são mais exclusivistas e subjetivas.

As meninas têm uma vida imaginativa mais rica do que os meninos, que vivem mais preocupados com a ação. Muitas surpreendem os pais, professores e amigos pela rapidez camaleônica com que mudam de personalidade. Tornam-se Sarah Bernhardt, Florence Nightingale, a sua professora predileta ou qualquer outra pessoa que porventura lhes empolgue a imaginação.

Em idades iguais, meninos e meninas denotam em média, o mesmo potencial de inteligência. Entretanto, os especialistas em testes têm notado que, em certos assuntos, as meninas são melhores e os meninos são em outros. As atividades de predileção feminina, na idade pré-escolar, são a combinação de cores, dobrar papel, pregar botões, dar laços; na escola primária, preferem a leitura e a gramática. Os meninos são melhores no sentido de orientação, em qualquer coisa de mecânica, em aritmética e no estudo da natureza; mais tarde, em história e ciências. Embora, de acordo com os testes, os meninos e as meninas se equiparem em quociente de inteligência, suas habilidades e potenciais não são os mesmos. Aqui como em outras coisas, os dois sexos não são iguais, e sim equivalentes. Nenhum dos dois é superior ou inferior: são apenas diferentes.

Quando começam a trabalhar, as moças em geral não pretendem continuar trabalhando o resto da vida, como fazem os homens. Frequentemente, depois do casamento, elas se recolhem ao lar, tem filhos e assumem o controle da economia doméstica, passando a constituir assim cerca de três quartas partes do poder aquisitivo do país.

As mulheres perdem mais tempo de trabalho do que os homens por motivos de doença. Uma grande companhia informa que, durante o ano, os homens faltam cerca de nove dias contra 12 ½ das mulheres; outra diz que os homens faltam sete dias e as mulheres 13. Isto não prova que as mulheres sejam mais doentes que os homens, mas justamente o contrário. As doenças das mulheres são em grande parte de curta duração, ao passo que doenças graves, que exigem longa ausência do trabalho, são mais frequentes entre os homens. As mulheres acentuam as suas pequenas enfermidades, ficam em casa por causa de um resfriado ou de uma leve indisposição. Isto evita, muitas vezes, que o mal se agrave. Talvez seja esta uma das razões por que as mulheres vivem mais tempo.

Há maior número de mulheres que tentam o suicídio, mas o número de homens que conseguem realmente suicidar-se é superior

na proporção de três para um. É possível que as mulheres não queiram realmente matar-se, mas apenas chamar atenção para seus agravos, reais ou imaginários.

O fato de viverem mais que os homens esclarece ainda melhor por que as mulheres controlam tão grande parte da riqueza de um país. Nos Estados Unidos, elas não só são beneficiárias de 80% do total de seguros de vida em vigor, como recebem também 71% de todas as propriedades deixadas por homens e 64% das deixadas por outras mulheres.

Ter filhos continuará sendo sempre o fato central na vida das mulheres. É a razão básica pela qual se pouparam o trabalho excessivo, protegem a sua saúde, pensam subjetivamente, sentem instintivamente, reagem num sentido protetor e emocional relativamente aos seus filhos, e pela qual desejam a paz e a preservação da estrutura social existente. É a razão básica por que são diferentes.

***Louis I. Dublin**

Chefe de Serviço de Estatística da *Metropolitan Life Insurance Company*

Transcrição da Revista Seleções do Reader's Digest - Março de 1951

JÚLIA, O ROMANCE, E JÚLIA MARIA DA COSTA, A MULHER

Por ROBERTO GOMES

COMO ME INTERESSEI POR JÚLIA MARIA DA COSTA

Há muitos anos me interesso pela vida de Júlia da Costa. De início foi através de pequenos detalhes lidos aqui e ali ou pela leitura ocasional de seus poemas. Na verdade, existe pouca coisa escrita sobre ela. Seja como for, sempre senti algum impacto inexplicável quando lia algo que a mencionava – eu achava que ali havia algo de interessante. Tratava-se, no entanto, de uma curiosidade meio vadia, aleatória, sem rumo.

Com o tempo, essa curiosidade foi aumentando, em especial por conta de leituras que na época eu fazia, procurando entender acontecimentos ligados à Revolução Federalista tendo em vista outro romance que ainda não escrevi.

Foi quando descobri um livro muito interessante, escrito pelo excelente historiador Carlos da Costa Pereira(*), que vem a ser neto do irmão do marido de Júlia Maria da Costa, o Comendador Francisco da Costa Pereira.

Outro livro, que tem o mérito de ser precursor, é de Rosy Pinheiro Lima (**), em que a autora faz um esboço de biografia da poeta e torna públicos os bilhetes que Júlia da Costa escreveu a seu amado Benjamim Carvalho de Oliveira. Rosy, que esteve em São Francisco

(*) *Traços da vida da Poetisa Júlia da Costa*, FCC Edições, Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis, SC, 1982.

(**) *Vida de Júlia da Costa*, Ed. Escola Técnica de Curitiba, Curitiba PR, 1953.

entrevistando pessoas que haviam conhecido ou tido notícia de Júlia, acabou indo ao Rio de Janeiro, onde encontrou Benjamim, já muito idoso, de quem recebeu as cartas ou bilhetes que Júlia lhe enviara.

A curiosidade é que o livro de Carlos da Costa Pereira foi escrito a pedido de Rosy Pinheiro Lima. Em 1952, Rosy escreveu ao historiador dizendo que fora encarregada pelo Centro Paranaense de Cultura de colher dados biográficos a respeito de Júlia da Costa tendo em vista um livro a ser editado em comemoração ao primeiro centenário de criação da Província do Paraná.

Nesta carta ela lamenta a falta de dados a respeito da vida da poeta e a imprecisão das informações de que se dispunha. “Nada há de exato”, escreve ela.

Quem foi Júlia?

Disso resulta uma pergunta aparentemente simples, mas que nos leva por um longo labirinto: quem foi Júlia Maria da Costa?

Para uns, Júlia teria sido um modelo idealizado de beleza: loira, alta, olhos azuis. Para outros, era morena, mas muito bela. Alguns a descreviam como meio sem graça, um tipo comum, mas charmosa ou atraente. Em todos os casos, uma mulher muito inteligente, que, aliás, como estávamos no século XIX, sofreu por ser inteligente – ela dizia que ser inteligente era “um fardo muito pesado para uma mulher” - e por fazer coisas que eram reservadas aos homens: escrever em jornais, defender idéias, ter idéias próprias, ser independente e, inclusive, pintar os cabelos, ousadia que, segundo alguns, só as prostitutas cometiam na época.

Por outro lado, circulavam comentários a respeito da infelicidade crônica da poeta. Teria vivido quase prisioneira, teria sido levada a um casamento de conveniência com um homem 30 anos mais velho do que ela, a quem não amava. Alguns chegavam a dizer que no casarão onde residia, além de sofrer com os maus-tratos do

marido, tinha como hóspede no andar de baixo uma das amantes preferidas do Comendador. E a suposta amante seria negra, o que parecia agravar o insulto.

Por fim, teria vivido os últimos anos de sua vida completamente alienada, trancada no primeiro andar do casarão no qual vivera desde seu casamento, sem ver e sem ser vista por ninguém.

As imprecisões eram estas e outras ainda. Mas o que moveu Carlos da Costa Pereira a escrever um livro a respeito de Júlia – aliás, livro feito com muito cuidado, baseado em pesquisas sérias, escrito de forma muito equilibrada – é que em quase todas as versões o Comendador aparecia como um algoz de Júlia, um marido intratável, rústico, brutal. Carlos da Costa Pereira quis recuperar a imagem de seu tio-avô.

Vale lembrar que na época em que se começou a escrever sobre ela, circulava, além das lendas a respeito de sua vida, uma polêmica que envenenava ainda mais os ânimos de historiadores e críticos literários. Como havia nascido em Paranaguá, mas passara a vida em São Francisco, desencadeou-se uma inútil e provinciana rixa para se saber se seria uma poeta paranaense ou catarinense. Devemos lembrar que isso se dá após a morte da poeta, em 1911, quando a guerra do Contestado, que colocara os dois estados em conflito, era coisa recente no universo mental de catarinenses e paranaenses, o que provocou discussões movidas por um clima patrioteiro.

Daí decorriam novas imprecisões: uns diziam que ela não só nascera, como tivera toda a sua formação escolar esmerada, inclusive aulas de piano, em Paranaguá – cidade a qual devia tudo e que estaria presente em seus versos como uma lembrança nostálgica de um lugar para o qual nunca pode voltar. Seria, então, paranaense.

Com isso se insinuava ao mesmo tempo em que ela fora impedida de voltar a sua terra natal por culpa do Comendador, que, embora sendo português, passava aqui por uma espécie de tirano catarinense.

Por outro lado, aqueles que defendiam que ela seria catarinense, argumentavam ter ido muito jovem para São Francisco, cidade que

lhe dera a formação intelectual, sendo o lugar onde ela escrevera, publicara em jornais, tendo seu livro editado na capital de Santa Catarina, a Ilha do Desterro. E ali vivera até a morte. Portanto, seria catarinense.

Esses defendiam o Comendador, que não seria o tirano pretendido. Ao contrário, dera a ela uma vida de luxo, que de outra forma jamais teria, tratava-a bem, e o declínio de sua saúde mental não teria nada a ver com maus-tratos, mas com um estado depressivo no qual sempre vivera, desde quando era apenas uma jovem adolescente.

É neste contexto que Carlos da Costa Pereira escreve seu livro, querendo mostrar o valor da poeta Júlia, a quem ele mostra respeitar como figura humana e como intelectual, mas sem esconder seu comportamento depressivo, suas fantasias amorosas, suas escapadas extraconjugais, que teriam sido diversas etc.

De toda essa polêmica, resultaram algumas coisas.

Hoje dispomos de uma única foto da poeta e nela não encontramos a criatura idealizada. Júlia não era loira, não tinha olhos azuis, não era um modelo de beleza. Não teria “cintura de fada”, como registrara um poeta popular que a conheceu, nem olhos “meigos”. Deve ter sido morena clara, cabelos pretos e, no dizer de Antônio Lopes Serrão, que a conheceu pessoalmente, “só era bastante feia”. Além disso, era ligeiramente gordinha e estrábica, segundo depoimentos de quem a conheceu.

Como se vê, só imprecisões. O que se sabe – e isso parece ser verdade, pois é opinião partilhada por muitos – é que era inteligente, arrojada e sedutora. Foi para São Francisco ainda criança – embora seja difícil estabelecer em que data; talvez tivesse uns seis anos. Estudou e formou-se em São Francisco, portanto.

Mas manteve sempre uma ligação muito forte com Paranaguá, o que transparece em muitos de seus poemas, mas devemos nos lembrar de que este culto nostálgico do passado, da infância tida como inocente e pura etc., faz parte da concepção romântica do mundo e

da vida, então predominante na escola literária que a influenciou, o Romantismo.

Por outro lado, não foi forçada a casar com o Comendador, embora as pressões sociais e familiares para tanto tenham sido fortíssimas.

Quem era o Comendador?

O Comendador, por sua vez, não parece ter sido um tirano de opereta. Era um sólido português, que chegou ao Brasil sem um tostão no bolso e que, depois de passar vários anos no Rio de Janeiro, onde enfrentou todo tipo de trabalho árduo, conseguiu juntar alguns trocados. Veio para São Francisco em busca de fortuna e se casou com uma viúva com algumas posses e alguns anos mais velha do que ele – ela morreria poucos anos depois do casamento, deixando ao Comendador as bases a partir das quais se tornou um homem muito rico, dono de fazendas, de uma companhia de navegação, ativo na importação e exportação de mercadorias. Além do mais, tornou-se um político respeitado e influente. Foi por muitos anos o presidente local do Partido Monarquista e conviveu com políticos importantes da época, que o ouviam a respeito de questões relacionadas àquela região de Santa Catarina.

Aliás, quando ainda no Rio de Janeiro, o Comendador presenciara ao ato de coroação e sagrada de d. Pedro II como imperador constitucional do Brasil, ocorrido em 18 de julho de 1841. Este fato foi para ele muito importante e o marcou pelo resto da vida. Ele se identificou com D. Pedro II, tornou-se monarquista convicto e, pelo resto da vida, viveu às turmas com os republicanos.

Não era um homem culto, mas era – como Homero diz de Ulisses – “astuto”. Grande comerciante, empreendedor, líder político, monarquista convicto. De qualquer forma, não parece ser o homem talhado para o papel de algoz de uma jovem indefesa.

Teve suas amantes e era frequentador de bordéis – o que um homem do século XIX de sua posição não dispensava – mas é descabido aceitar que tenha abrigado uma delas no andar térreo de sua casa. Ademais, o andar de baixo das casas era reservado na época para o depósito de mercadorias.

O que sabemos – e não sabemos – a respeito de Júlia

Sabemos que Júlia – e as 44 cartas recuperadas por Rosy Pinheiro Lima mostram isso – cultivou, mesmo antes e depois de casada, um amor romântico e delirante por um certo Benjamim Carvalho de Oliveira. Tratava-se de um pobre professor de escola pública, ex-seminarista, músico, compositor, talentoso – autor inclusive de um hino da Revolução Federalista – que lá pelas tantas trocou seu nome para Carvoliva, junção que fez de Carvalho Oliveira, passando a chamar-se Benjamim Carvoliva.

Pois este Carvoliva foi a grande paixão de Júlia – e podemos imaginar o que isso significou numa pequena cidade do século XIX, São Francisco.

Mas é preciso também lembrar que Júlia nada mais fez – a exemplo da “saudade” que sentia de Paranaguá – do que dar corpo, neste caso, a outro sonho do movimento literário romântico: o culto ao amor impossível, volátil, entre criaturas idealizadas, ela e Carvoliva, quase anjos. No entanto, muito concretos. Concretíssimos. Embora encontremos quem, neste oceano de contradições produzidas a respeito de Júlia, pretenda defender que, aprisionada pelo Comendador, ela se recusou a consumar o casamento e teria morrido virgem...

É evidente que tudo isso, esses personagens e estes episódios, essa série de versões divergentes, de contradições, de boatos, de fofocas, que tanto poderiam irritar ou dificultar o trabalho de um historiador, são, para um romancista, um prato cheio. São informações com esse caráter incerto e movediço que servem de matéria a obras de ficção.

A ÉPOCA: O SÉCULO XIX EM SÃO FRANCISCO

No entanto, depois destas pesquisas, eu tinha a personagem principal (Júlia), seu marido (o Comendador), seu amor romântico (Carvoliva), mas na verdade tudo isso me dava apenas um enredo simplificado, que poderia desandar numa historinha de amor banal. Na verdade, a história contada no romance, embora inspirada e, acredito, de modo fiel, na vida de Júlia, é recriada por mim. Por isso faço uma distinção, que se encontra no título desse texto, entre *Júlia* e Júlia Maria da Costa. É assim que se origina a ficção – caso contrário, seria apenas uma biografia.

Fui levado então a ler muito a respeito da época, da ilha de São Francisco no século XIX, dos governos da Província de SC, de seus políticos, dos acontecimentos nacionais desta época, do reinado de D. Pedro II, da revolução federalista etc.

Mas, é bom alertar, minha leitura deste período não é a leitura de um historiador, mas de um romancista. Eu não estava em busca de dados históricos comprovados ou de explicações históricas ou sociológicas exatas, mas em busca de personagens, de situações, daquelas coisas que fazem com que a vida das pessoas se movimente no interior dos fatos históricos.

Uma história de amor

Mas esse romance é, sobretudo, uma história de amor. Meu projeto era recuperar este tipo de narrativa – frequente no século XIX – que os romancistas atuais correm o risco de perder. Então, uma história de amor. Mas é também, sendo uma história de amor, a história de um homem e uma mulher – Júlia e seu marido, o Comendador Francisco da Costa Pereira, um tipo extraordinário.

Mas, sendo Júlia a mulher que era, é também a história de outro homem, Benjamim Carvalho de Oliveira, sua grande paixão romântica.

Além disso, é a história de um período da história do Brasil. Sugere, com a ascensão e queda do Comendador Francisco e de Júlia, não só a ascensão e queda do predomínio da ilha de São Francisco na economia da Província de Santa Catarina, como também a história da ascensão e queda da monarquia. O Comendador é uma espécie de D. Pedro II municipal.

Ou seja, a vida de Júlia é ao mesmo tempo um retrato de sua época e um marco do fim de uma época. E o anúncio de uma nova era. Temos aí o fim do amor romântico, o fim da monarquia, o fim da escravidão. Há um mundo que acaba, que se esgota. Chega ao fim um tipo de mulher e de homem, um tipo de casamento, um modo de fazer política. Chega ao fim a hegemonia do porto de São Francisco. Chega ao fim o reinado de D. Pedro II, por quem Júlia e o Comendador tinham uma admiração imensa. E começa a república com seus acertos e desacertos.

E Júlia, no meio desse turbilhão, anuncia uma nova mulher que só será possível no século seguinte. Foi uma mulher com um espírito livre e indomável, que, no entanto, terminou vítima do grande sonho de um amor romântico, casada com um homem 30 anos mais velho do que ela e a quem não amava.

Sem realizar seus sonhos, sua vida só poderia terminar em desgraça. Esta tragédia pessoal – que retrata a tragédia da mulher em geral no século XIX – é ao mesmo tempo a derrota e a grandeza da vida de Júlia. Essa tragédia, completadas as suas lacunas pela imaginação do romancista que a literatura permite, é o cerne do romance *Júlia*. Em resumo, o fim de um romance, como o fim de um amor, é o fim do mundo, como todos nós estamos cansados de saber.

SÉVIGNÉ, SINETES E ZELOS



Por MARTA MORAIS DA COSTA

Era no tempo do rei, como escreveu Manuel Antônio de Almeida no início de *"Memórias de um sargento de milícias"*. Cabe uma elegante luva social nesta frase para iniciar uma apresentação da obra de Marie de Rabutin-Chantal, a marquesa de Sévigné (1626-1696). Conhecida como Mme. de Sévigné, autora de obra monumental composta por aproximadamente mil e quinhentas cartas, passou à posteridade como cronista da corte de Luís XIV (1638-1715) e como a dedicada e sofrida mãe de Françoise-Marguerite (1646-1705), a esposa do conde de Grignan. Sua vida atravessou o longo período do auge da corte francesa em Paris e Versalhes, de que retratou acontecimentos, mexericos e comportamentos, que expressavam a ideologia da época. A arte estava imersa no chamado período clássico da arte francesa, uma retomada de motivos clássicos, a busca do equilíbrio das emoções e do pensamento, um estilo de contenção e rigor – Boileau e sua obra *"Arte poética"* vigiavam a escrita literária setecentista. Corneille, Racine, Molière, La Rochefoucauld e La Fontaine são expoentes e cujo esplendor se deu entre 1654 a 1715.

Em movimento divergente, a obra epistolar de Mme. de Sévigné caminha para a perspectiva singular no modo como apresenta pessoas, acontecimentos e reflexões; abre seu coração de mãe para dele deixar vazar ternuras e emoções: a carta pessoal em gênero literário diverso, nos destinatários, nos assuntos, na dosagem de narrativas e de sentimentos. Segundo Roger Duchêne, é neste tempo de La Bruyère (1645-1696) e de sua obra *"Caractères ou Les moeurs de*



ce siècle" ["Caracteres ou Os costumes deste século"] que se inicia o interesse pelas paixões autênticas e o apreço à sinceridade. Afirma ainda Duchêne: "faz-se mérito às mulheres de terem compreendido, melhor que os homens e antes deles, que a retórica das regras não é suficiente para se exprimir."

Uma das razões do sucesso da epistolografia na França no século XVII foi a quase inexistência de jornais. Somente a *Gazette de France* (semanal) e o *Mercure galant* (mensal) eram responsáveis pelas notícias do reino. As cartas, embora em perspectiva individual exacerbada, preenchiam as lacunas noticiosas desses parcós jornais. Há, portanto, um caráter jornalístico no trânsito intenso de correspondências nesse século. Até mesmo porque esses textos não circulavam apenas entre o autor e seu nomeado destinatário. Por vezes eram lidas e relidas em salões e reuniões literárias.

As cartas de Mme. de Sévigné tiveram, ao longo da história, diversas e variadas compilações, sujeitas a diferentes organizações e na dependência de novas descobertas. Em 1697, o primo da autora publica algumas dessas correspondências em sua obra *Mémoires*. As cartas manuscritas foram publicadas clandestinamente em volume exclusivo apenas 50 anos após o falecimento da autora. A primeira edição, de 1725, continha apenas 31 cartas, algumas delas fragmentadas. Nova edição em 1726 com diferentes cartas. Em 1734-1737, um editor, contratado pela neta de Mme. de Sévigné, Pauline de Simiane, publicou 614 cartas. Em 1757, os volumes continham 722 cartas. Ao longo dos anos as cartas foram sofrendo correções e alterações. Eliminadas aquelas que diziam respeito a questões familiares privadas e aquelas de baixo valor literário, as novas edições foram repetindo as mesmas cartas. A edição em 1862-1867 estabelece textos em formato definitivo na *Collection Grands Écrivains*. Em 1873, um acervo contendo metade da correspondência de Mme. de Sévigné com sua filha foi descoberto com um antiquário. O resultado produziu dois volumes editados em 1876 por Capmas. No entanto, a totalidade dos textos publicados passa por questões de autenticidade, haja vista que apenas 15% das cartas continham o autógrafo da escritora.



A quantidade e qualidade da correspondência mantida com a filha, Mme. de Grignan, resultou na criação da imagem materna dedicada e carinhosa que Mme. de Sévigné mantém até hoje. Algumas frases podem dar uma ideia pálida do que foi essa relação mãe-filha.

“Resumindo, minha filha, eu não vivo senão por você” (“*En un mot, ma fille, je ne vis que pour vous.*” - Carta de 5 de outubro de 1673).

“Adeus, minha querida criança: eu te amo além do que se pode amar.” (“*Adieu, ma chère enfant: je vous aime au-delà de tout ce qu'on peut aimer.*” - Carta de 2 de novembro de 1679).

“Eu lhe rogo, meu querido bem, para conservar seus olhos; pois os meus, você bem sabe que eles devem se acabar a seu serviço. Você comprehende bem, minha bela, que da maneira com que você me escreve, tenho que chorar ao ler suas cartas.” (“*Je vous conjure, ma chère bonne, de conserver vos yeux; pour les miens, vous savez qu'ils doivent finir à votre service. Vous comprenez bien, ma belle, que de la manière dont vous m'écrivez, il faut bien que je pleure en lisant vos lettres.*” - Carta de 18 de fevereiro de 1671).

“Meu coração está em repouso quando está perto de você.” (“*Mon coeur est en repos quand il est auprès de vous.*” - Carta de 5 de outubro de 1673).

As frases expressam a declaração de amor materno de uma escritora que fez da ausência da filha motivo para legar à posteridade o poder da escrita familiar. Nesse clima afetuoso criado pela textualidade das mensagens e pela saudade da filha ausente, as frases lambuzadas em mel, dão conta dos acontecimentos da corte, dos flertes, dos adultérios e dos casamentos; das intrigas políticas, dos processos e das mortes em batalhas; das festas e dos velórios.

Em 12 de junho de 1672, a França, envolvida na guerra com as Províncias Unidas (hoje Holanda), viveu a tragédia da “passagem do Reno”, em que tropas holandesas e francesas travaram sangrentas batalhas e causaram a morte de oficiais da aristocracia francesa. As cartas de Mme. de Sévigné relatam alguns desses acontecimentos. Já em 17 de junho, Mme. de Sévigné escrevia a sua filha, morando no sul da França: “*Soube, minha querida, uma triste notícia, da qual desconheço ainda os detalhes. Apenas sei na passagem do Yssel [um dos*

braços do rio Reno] sob as ordens do Príncipe [Luís XIII], M. de Longueville foi morto: esta notícia nos enluta. Estávamos em casa de Mme. de La Fayette com M. de La Rochefoucauld, quando nos comunicaram, e simultaneamente, os ferimentos de M. de Marsillac [filho mais velho de La Rochefoucauld] e a morte do cavaleiro de Marsillac [quarto filho de La Rochefoucauld] que morreu por causa dos ferimentos. Enfim esta desgraça desabou sobre ele em minha presença. (...) Suas lágrimas correram vindas do fundo do coração, e sua sisudez não permitiu que elas explodissem exteriormente.” (Carta de 17 de junho de 1672).

A notícia surge em ambiente social e a proximidade faz com que ela ganhe tons mais trágicos, dada a presença do pai dos combatentes no momento em que a notícia chegou à corte. Mas, de imediato, a descrição do estado emocional de La Rochefoucauld vem associado a seu caráter. E a interpretação de Mme. de Sévigné contrapõe o sentimento paternal ao temperamento fechado do autor das “Máximas”, um dos livros que registra, sob uma perspectiva amarga, o ambiente volúvel, carregado de ambições e intrigas, mas ainda assim festivo da corte de Luís XIV. A alternância das notícias com a interpretação pessoal da escritora afasta-se do jornalismo puramente informativo e se aproxima do texto confessional e valorativo. Esta personalização dos escritos confere à obra de Mme. de Sévigné uma perspectiva que transita entre o emocional, a conversação de salão e a narrativização dos acontecimentos. Há uma fronteira tênue entre a observação individual, os mexericos da corte e as informações da história presente da narradora.

Toma o estilo de narrar e expressar-se como preocupação relevante. A tal ponto que, quando sua neta, Pauline de Simiane se dispôs a publicar as cartas da avó, usou dois critérios para descartar algumas delas: as passagens que continham informações e detalhes indiscretos em relação à família e aquelas em que o estilo se mostrava mais descuidado.

Nem mesmo o tom afetivo das cartas à filha impede que as narrativas e a visão crítica da sociedade desandem em discurso

meloso ou puramente emocional. A busca de equilíbrio e objetividade são barreiras autoimpostas. É evidente que, ao se dirigir à filha, as palavras ganham mais suavidade e calor humano.

Aos demais destinatários (e foram muitos e das altas camadas sociais da corte francesa, como M. de Pompone, Mme. de La Fayette, M. de Chaulnes, e, em especial seu primo alemão, M. de Coulanges), Mme. de Sévigné manteve a preocupação com a escrita refinada e com as informações dadas em registro culto. No entanto, ela mesma fazia uma diferença entre seus destinatários, como confessa em carta a sua filha em 28 de outubro de 1675: *"Se eu pudesse escrever todos os dias, eu acharia muito bom; e frequentemente encontro meios de o fazer, mesmo que as cartas não sejam enviadas. O prazer de escrever existe, mas somente quando escrevo para você; porque para todos os outros a quem eu gostaria de escrever é porque devo fazê-lo."* ("Si l'on pouvait écrire tous les jours, je le trouverais fort bon; et souvent je trouve le moyen de le faire, quoique mes lettres ne partent pas. Le plaisir d'écrire est uniquement pour vous ; car à tout le reste du monde, on voudrait avoir écrit, et c'est parce qu'on le doit.)

Esta distinção entre os destinatários e a disponibilidade emocional da escritora ficam evidentes na comparação entre cartas enviadas a vários destinatários na mesma época. Quanto mais Mme. de Sévigné se sente afetivamente próxima ao destinatário, mais efusivas e pessoais se tornam os textos. Esta é uma característica marcante do gênero textual carta.

Em carta a M. de Coulanges, de 26 de abril de 1695, Mme. de Sévigné declara: *"Quando você me escreve, meu amável primo, experimento uma viva e forte alegria; suas cartas são agradáveis como você; leio-as com prazer que se espalha por todas as frases; gosto de ouvi-lo, aprovo suas ideias, admiro você. (...) Quando você não me escreve, não fico de mau humor e digo: Meu primo está em algum palácio encantado, meu primo não está em si, alguém sem dúvida terá sequestrado meu primo; e eu espero com paciência o retorno de sua lembrança, sem jamais duvidar de sua amizade."*

O avô de Philippe-Emmanuel, o destinatário M. de Coulanges, foi tutor de Marie de Rabutin-Chantail, desde que ela ficou órfã.

Philippe-Emmanuel era primo da futura Mme. de Sévigné e passaram juntos a infância. Havia entre eles, portanto, não apenas laços de parentesco, mas uma vivência comum. Essa afetividade transparece nas cartas que trocaram quando adultos.

As cartas vão além dos acontecimentos da Europa: elas permitem aos leitores conhecer a própria intimidade da escritora. Ela se revela, deixando ao longo de uma série de cartas sua visão de mundo, seus temores e esperanças, memórias e expectativas. Em carta de 16 de março de 1672, confessa: "penso que a morte é tão terrível, mas odeio mais a vida porque a ela me leva do que pelos desgostos naquela contidos. Você pode dizer que desejo viver eternamente. Nada disso; mas se tivessem pedido minha opinião, eu gostaria mais de ter morrido nos braços de minha ama de leite: isto me teria poupado muitos desgostos, e me teria dado o céu bem mais assegurada e facilmente."

Não se furt a conselhos e análise de comportamentos e sentimentos pessoais ou de sua filha: "é melhor administrar os bens que a Providência nos concede. Após haver feito esta recriminação, posso lhe assegurar de boa fé que o mereço tanto quanto você, e que não se pode ser mais amedrontada do que eu pela rapidez do tempo, nem pressentir os desgostos que se seguem normalmente aos prazeres. Enfim, minha filha, é a vida, sempre mesclada de bens e males: quando conseguimos o que desejamos, estamos mais perto de o perder; quando ele está distante, sonhamos que o atingiremos: é preciso pois tomar as coisas como Deus as dá; por mim, quero sentir a esperança amorosa de ver você, sem nenhuma outra contrariedade." (Carta de 22 de setembro de 1680).

Até mesmo em relação a outras pessoas, Mme. de Sévigné opina a respeito quando se dirige à filha: "Você é bondosa ainda quando você afirma ter medo dos intelectuais (*beaux esprits*). Infelizmente, minha querida, se você soubesse como são pequenos vistos de perto, e como algumas vezes se atrapalham a si mesmos, você os colocaria em seu lugar justo." (Carta de 13 janeiro 1672).

Na mesma maneira sutil, esclarecedora, vivenciada relata a morte de M. de Turenne (em textos antológicos datados de 27 de julho, 9 de agosto e 28 de agosto de 1675), ou a queda em desgraça perante o rei Luís XIV de M. de Pompone na carta de 22 de novembro de 1679. Também os relatos da execução de Mme. Voisin em 22 de fevereiro de 1680. São narrativas vívidas, opinativas e detalhadas dos acontecimentos e suas repercussões.

Émile Faguet, em 1910, assim se referiu à obra de Mme. de Sévigné: “A imaginação de Mme. de Sévigné não é a imaginação criadora; Mme. de Sévigné não inventa nada. A imaginação de Mme. de Sévigné é a imaginação que pinta, que encontra o desenho, as cores, as sombras, os reflexos por onde entrariam nos olhos e nas mentes, com um poder de penetração prodigiosa, as coisas que viu, que você também provavelmente viu, mas que eram pálidas ou ternas ou cinzentas antes que ela nos tivesse mostrado.”

Na entrevista traduzida por Lélia M. M. Virmond em 1996, em excelente trabalho publicado no extinto jornal *Nicolau*, da Secretaria Estadual de Cultura, Roger Duchêne afirma: “As suas cartas eram como fósforos que deveriam servir apenas uma vez. Foi necessário que os gostos mudassem, dando-se preferência à espontaneidade, para que elas fossem elevadas à categoria de literatura, numa época em que somente a epopeia e a tragédia eram consideradas.”

Felizmente a admiração pela espontaneidade pôde encontrar uma obra rica em desnudamentos da alma feminina, na faceirice, na elegância e nas conversas de salão, na compreensão dos fatos históricos e na extrema afeição pela filha distante. Realmente, cartas que são momento, movimento e monumento.

MADAME DE SÉVIGNÉ CARTAS - PRIVILÉGIO DE MULHERES?

Por ROGER DUCHÈNE

Tradução LÉLIA M. M. VIRMOND

Preâmbulo EDUARDO ROCHA VIRMOND

Como tantas mulheres francesas, Mme. de Lepinasse, Mme. de Lafayette e tantos homens de letras da França, como Baudelaire, Sterdhal, Descartes e Flaubert, Madame de Sévigné escreveu cartas, somente que, neste particular, é considerada a maior escritora de cartas da França. A. Tilley, o importante crítico e professor em Cambridge, escreveu um estudo denominado *Madame de Sévigné, the Queen of Letters Writers* – passando por cima, em consequência, de todas as escritoras inglesas de cartas, também famosas. A. Stanley, outro especialista inglês em literatura francesa, escreveu no mesmo sentido o livro intitulado *Madame de Sévigné, her Letters and her World*. A “Pléiade” publicou *Correspondances*, em três volumes, que constitui a totalidade de sua obra literária. O texto traduzido de Antoine Adam se refere a muitos personagens da época, mas é fácil entender que as várias “Madames” eram suas amigas da corte, algumas das quais se tornaram notáveis também por algumas cartas, com força muito menos intensa que as de Mme. de Sévigné.

Roger Duchêne e Jacqueline Duchêne são editores das *Correspondances de Madame de Sévigné*, em três volumes, da “Pléiade” – fato por si só sinônimo de competência, inteligência e profissionalismo. Ele na verdade é um dos maiores especialistas do mundo acerca do século XVII francês, sobre o qual é autor de vários livros, alguns deles sobre Madame de Sévigné. Houve um livro muito bonito de Duchêne intitulado *Chère Madame de Sévigné*, da Gallimard,

com iconografia em cores absolutamente perfeitas e papel de primeira qualidade que a Livraria Francesa em São Paulo vendia por volta de vinte reais. Além da iconografia e da análise histórica e literária, o volume trazia trechos de Proust, Voltaire, Lamartine e Virgínia Woolf sobre a autora. O texto reproduzido é o Prefácio das Cartas escolhidas para o *Livre de Poche*, da edição por eles denominada *nouvelle approche*.

Os ingleses compraram Madame de Sévigné a Jane Austen. A primeira está para a França como Jane Austen para a Inglaterra, pela importância nas letras e pelo teor incomparável de seus textos, embora os gêneros de ambos não sejam igualáveis. Entre Mansfield Park, Pride and Prejudice e as Cartas de Mme. de Grignan, há enorme diferença de pontos de partida. O que as aproxima é a qualidade da linguagem para o inglês ou o francês, sem nada que as ultrapasse.



ENTREVISTA COM ROGER DUCHÈNE

(in revista semanal *LE POINT*, 20.07.1996)

Hoje aposentado, depois de ter ensinado na universidade de Aix-en-Provence, Roger Duchêne publicou o seu primeiro estudo sobre Mme. De Sévigné há trinta anos. A escolha foi feita por acaso, um tema de tese que lhe foi proposto. Logo se persuadiu que o seu “tema” era inicialmente uma mãe escrevendo a uma filha, com as frases longas e repetições que isso pressupõe.

Le Point: O que sustenta sua convicção?

Roger Duchêne: Mme. de Sévigné quer brilhar, sentir-se admirada; seduzir. A literatura não a preocupa; jamais ela imagina estar no mesmo nível que Horácio, Racine ou La Fontaine. “Ensine-lhes a escrever como nós, sem fazer disso um problema”, disse ela a respeito das noras de Mme. de Grignan.

Le Point: Não existe nesse caso uma hipocrisia aristocrática, uma forma desdenhosa de dizer: “Eu não escrevo, encho folhas de papel?”

R. Duchêne: Não. Para pessoas com os Rabutin, o desejo de eternidade era satisfeito pelo nome. Eles desejavam apenas que seus contemporâneos reconhecessem seu talento por meio de uma literatura de intimidade, rápida. Mme. de Sévigné nada mais é do que um exemplo dessa produção mundial, florescente na época, mas hoje totalmente desaparecida. As suas cartas eram como fósforos que deveriam servir apenas uma vez. Foi necessário que os gostos mudassem, dando-se a preferência à espontaneidade, para que elas fossem elevadas à categoria de literatura, numa época em que somente a epopeia e a tragédia eram consideradas.

Le Point: Existe, no entanto, em Mme. de Sévigné uma imensa facilidade literária.

R. Duchêne: Realmente, ela escreveu sem interrupção e sem rasuras. Ela redige com as “rédeas soltas” e corrige apenas seus sentimentos, nunca seu estilo. É verdade que ela “polia” suas narrativas nas conversas com os amigos; sem dúvida apanhando

algumas fórmulas que fazem ainda sua reputação. Mas ela não pensava na publicidade, menos ainda, na posteridade; ela não gostaria de se tornar a Mme. de Sévigné que conhecemos hoje. Repare como ela fica constrangida quando seu primo Bussy lhe diz que algumas de suas cartas seriam publicadas no *Histoire...*, que ele pretende mostrar ao rei!

Le Point: Mas ela não o proíbe. E, se lamenta algo, quando sua filha mostra as cartas que ela lhe envia a outras pessoas, é que esconda a “amorosa” sob a cronista. Ela age um pouco como com os homens: não diz não, mesmo sem dizer sim.

R. Duchêne: Diremos que sua atitude foi ambígua nos dois primeiros meses; mas depois que Mme. de Grignan a proíbe de ler as cartas que escreve a seu marido, exige, por seu lado, que suas cartas permaneças particulares, o que sua filha, mais pudica por natureza, aceita imediatamente.



VIRGÍNIA WOOLF – SÉVIGNÉ IMPRESSIONISTA?

Virgínia Woolf, romancista inglesa, autora de “Mrs. Dalloway”, “Orlando” e tantos romances importantes, contemporânea de Proust, propõe uma leitura “impressionista” da obra de Mme. de Sévigné, à imagem da sua, constante de sua coleção de trabalhos denominado “A Morte da Mariposa e Outros Ensaios”. Este é meu texto:

Esta grande dama, esta vigorosa e fecunda escritora que, em nossos tempos, teria sido sem dúvida uma romancista entre os grandes, toma mais espaço na consciência viva dos leitores de hoje do que qualquer outra personagem da sua época desaparecida... Ela criava sua existência não por peças de teatro, nem por romances, mas por cartas, toque a toque, por repetições, acumulando as frivolidades de cada dia, escrevendo como lhe vinham à cabeça.

Os catorze volumes de suas cartas são enorme espaço, semelhante a um de seus grandes bosques. As sendas se entrecruzam com a sombra complexa dos galhos, as silhuetas circulam nas clareiras, passam do sol à sombra e desaparecem da vista, não se fixando jamais a uma atitude.

Pois viveremos em sua presença e, como é de uso das pessoas vivas, em uma semiconsciência dela. Continua a falar, nós a escutamos vagamente. E, de repente, qualquer coisa que ela vem a dizer nos sacode. Nós nos comovemos e a incorporamos a seu caráter, que se desenvolve, que muda, e é então que ela aparece como a vida, inesgotável.

Os livros são sua residência habitual, de maneira que (...) Pascal ou os absurdos romances intermináveis da época não são lidos por ela, mas gravados em seu cérebro. Seus versos, suas histórias sabem a seus lábios junto a seus próprios pensamentos (...). Há sempre um ponto de partida para suas impressões: de um lado a mordacidade, a profundezas e a comédia que jogam tantas luzes sobre suas exposições. Nada há de ingênuo nela. Não é de nenhuma maneira uma simples espectadora.

UMA CARTA DE MME. DE SÉVIGNÉ

Nesta carta, endereçada ao primo Coulanges, Mme. de Sévigné anuncia com humor um acontecimento mundano que agita os meios parisienses na moda: o casamento do duque de Lauzun, um oficial conhecido pela vida aventurosa e da Grande Demoiselle, filha de Gaston d'Orléans, irmão de Luis XIII.

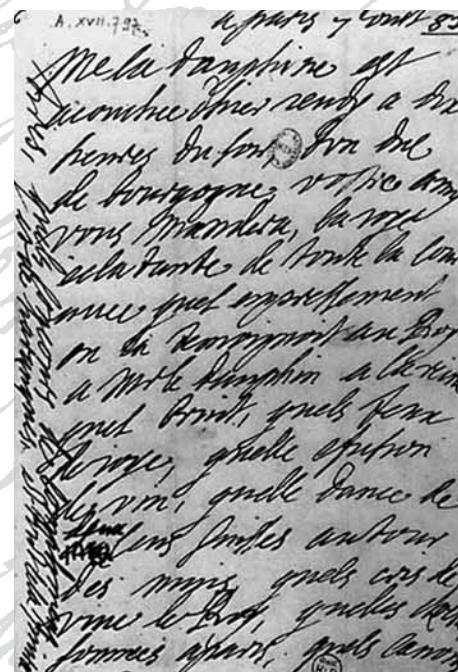
Vou anunciar-lhe a coisa mais admirável, surpreendente, maravilhosa, miraculosa, triunfante, atordoante, inaudita, singular, extraordinária, incrível, imprevista, grande, pequena, rara, comum, notória, mais secreta até hoje, brilhante, digna de inveja, uma coisa enfim da qual só se encontra um exemplo nos séculos passados, embora esse exemplo não seja correto; uma coisa na qual não se pode acreditar em Paris (como se poderá crer nela em Lyon!?); uma coisa que faz com que todos peçam clemência, uma coisa que enche de alegria Madame de Rohan e Madame de Hauterive; uma coisa, finalmente, que acontecerá domingo, quando os que a virem acreditarão estar vendo uma miragem; uma coisa que se realizará domingo e que talvez não esteja feito na segunda-feira.

Não posso decidir-me a dizê-la: adivinhe: aposto três contra um. Você não consegue adivinhar? Pois bem, é preciso dizer-lhe: Monsieur de Lauzun se casa domingo, no Louvre, adivinhe com quem? Aposto quatro contra um, dez contra um, cem... Madame de Coulanges diz: - Aí está uma coisa muito difícil de se adivinhar, é Madame de la Vallière. - De modo algum, minha senhora. - É então madame de Retz? - De maneira nenhuma; a senhora é muito provinciana. - Somos na verdade muito tolos, dirá você; é Mademoiselle Colbert? - Menos ainda. - É com certeza Mademoiselle de Créquy? - Você não acertou. É preciso por fim dizer: ele se casa, domingo, no Louvre, com a permissão do Rei, com Mademoiselle, com Mademoiselle de... com Mademoiselle... adivinhe seu nome: ele se casa com Mademoiselle, afirmo por Deus e por minha fé, minha fé jurada, com Mademoiselle,

a "Grande Demoiselle", filha do falecido Monsieur. Mademoiselle, neta de Henrique IV: Mademoiselle d'Eu, de Dombes, de Montpensier, de Orléans; Mademoiselle, prima em primeiro grau do rei da França; Mademoiselle, destinada ao trono; Mademoiselle, único partido na França que poderia ser digno de Monsieur.

Eis um belo tema para se discorrer. Se você gritar, ficar fora de si, se você disser que nós mentimos, que isso é falso, que estão zombando de você, que isso não passa de um belo gracejo, que isso é bem enfadonho de se imaginar; se enfim você nos injuria: acharemos que tem razão; nós fizemos o mesmo que você.

Adeus, as cartas que serão levadas por este mensageiro lhe farão ver se dizemos a verdade ou não.



RACHEL DE QUEIROZ EM SEU TEMPO

Por ETEL FROTA

“Cafute abriu as asas, deu um voejo, aterrissou mais longe e gritou de despedida: - Adeus, que eu vou-me embora, companheiro velho! Escolhi a liberdade! E saiu aos pulinhos, pensando em tudo de bonito que ainda tinha para descobrir neste mundo.”

Rachel de Queiroz, “Cafute & Pena-de-Prata”, 1975

Em 1910, em Osasco(SP), o engenheiro franco-brasileiro Dimitri Sensaud de Lavaud pilotou o monomotor por ele próprio construído, em um voo de 105 metros, a 4m do solo, o primeiro nos ares da América Latina. Sete anos antes, Santos Dumont iniciara, em Paris, a história da aviação. A bordo de um navio da Marinha Brasileira, João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, liderava a Revolta da Chibata, que exigia da jovem velha república - recém assumida por Hermes da Fonseca, que derrotara Rui Barbosa - a cessação da prática corriqueira, na Marinha, de aplicação de castigos físicos aos marinheiros rasos, em sua grande maioria negros e pardos. [Era um resquício da escravidão, cuja abolição acontecera, afinal, havia recentes 22 anos]. No dia da eclosão da Revolta da Chibata, a cearense Clotilde Franklin de Queiroz amamentava a pequena Rachel, sua primogênita, nascida 5 dias antes. A criança fora trazida ao mundo pelas mãos da bisavó Miliquinha, prima irmã de José de Alencar (1829-1877), com quem privara, na juventude, de tertúlias literárias.



Bem se vê que em que berço esplêndido nascia essa menina, precedida por uma linhagem de homens rebeldes e mulheres fortes, em casa de pouca reza e muito livro. Prima, três anos mais moça, do mineiro Pedro Nava, filha de pai admirador confesso da Revolução Francesa e de mãe leitora ávida, passaria a infância entre as aventuras de Júlio Verne, o realismo de Eça de Queiroz, o gênio autodidata de Machado de Assis, o longínquo universo de Dostoiévski e os volumes que a mãe, Clotilde, importava da francesa Editora Plom, através de um complexo sistema de assinatura, com a remessa mensal de francos pelos correios.

Apenas aos 10 anos Rachelzinha foi à escola. Depois de uma admissão um tanto atípica, dada a sua absoluta ignorância nas matemáticas e gramáticas – atropeladas que foram por uma singular hipertrofia nas geografias e histórias – a menina fez uma carreira escolar meteórica, terminando os estudos fundamentais em cinco anos, para não mais frequentar escolas formais.

Em 1927, Getúlio Vargas se preparava para seu primeiro cargo executivo, a presidência do estado do Rio Grande do Sul. Aos trancos e barrancos, a República Velha seguia seu curso. Com pouco mais de 16 anos, concluídos os estudos no internato, Rachelzinha novamente vivia na fazenda, entregue à leitura e escrita, sob o olhar benevolente e de estímulo dos pais. 500 km a leste dali, Celina Guimarães Viana seria a primeira brasileira (e latino-americana) a tirar seu título de eleitora: o Rio Grande do Norte aprovara, em lei estadual, o direito de voto às mulheres potiguaras, antecipando-se em cinco anos à lei federal.

Suzana de Alencar Guimarães, bela jovem intelectual, editora do suplemento literário do anticlerical “O Ceará” fora eleita Rainha dos Estudantes. Uma tal Rita de Queluz fez chegar ao jornal uma carta endereçada à *graciosa Majestade*, que definia como *rainha ‘made às pressas’, que anda comigo no bonde*, dando-lhe “os parabéns calorosos pelo triunfo que sua bela inteligência de mulher culta alcançou sobre a dolorosa mediocridade de nossas melindrosas. Nada mais justo que o ato das classes estudiosas do Ceará, elegendo-a. Mas agora que vai ter sobre a fronte o diadema

real, pergunto-me se são de fato os parabéns que lhe devo dar. Não os acha mal cabidos, dada a atual desvalorização do sangue azul?”

O jornalista Jader de Carvalho, conhecedor da verve de Rachelzinha e amigo de seu pai, Daniel de Queiroz, identificou-lhe imediatamente o estilo. Decifrado o pseudônimo, foi contratada a menina, com 16 anos, para seu primeiro emprego, em “O Ceará”. Ali, na forma de um folhetim com 7 capítulos, Rachel de Queiroz publicou sua primeira ficção, “A História de um Nome”, na qual apresenta (ou inventa) uma longa linhagem de rachéis através dos tempos. Inicia com a filha de Labão, no Gênesis do Antigo Testamento, para terminar, imodestamente, ali mesmo no Ceará. Ainda nesse ano Rachel se soube míope e ganhou seus primeiros óculos, o que a alçou a uma seleta galeria de autores célebres com visão prejudicada para a distância: James Joyce, Machado de Assis, Fernando Pessoa, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, entre outros.

Estes primórdios biográficos da escritora vão tecendo o cenário sobre o qual, aos 19 anos, Rachel de Queiroz impacta a literatura no Brasil com a publicação de “O Quinze”, seu primeiro romance. Era 1930. Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas depõe o presidente Washington Luiz e assume o poder. Rachel e Getúlio conquistam o Brasil, portanto, no mesmo ano. A Semana de Arte Moderna que acontecera na distante São Paulo, oito anos antes, não revelara nenhuma escritora mulher. Patrícia Galvão, a Pagu, nascida no interior de São Paulo no mesmo ano que Rachel de Queiroz, passaria à história da cultura brasileira muito mais pela atitude do que pela produção literária.

“O Quinze” – que teve lançada sua 100ª edição em 2015 pela José Olympio – trata, profunda e visceralmente, do ponto de vista de uma protagonista mulher, da dramática seca que assolou o Ceará em 1915. Finca o pé no chão sofrido do sertão e consolida as bases do romance regionalista. Precedeu as publicações de “Menino de Engenho”, José Lins do Rego (1932); “Cacau”, Jorge Amado (1933); “Caetés”, Graciliano Ramos (1933). É, aliás, de Graciliano, o melhor parágrafo a definir a perplexidade da cena literária ante essa

perturbadora estreia. “*O quinze caiu de repente ali por meados de 1930 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com esse nome. É pilhária. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.*”

A garota míope e seu romance ganharam o ‘Prêmio Graça Aranha’ no ano seguinte. Rachel foi ao Rio de Janeiro recebê-lo. Voltou da viagem namorada de José Auto da Cruz, poeta e bancário no Recife, e também secretária do Partido Comunista Brasileiro no Ceará, nos albores do governo Getúlio Vargas. Ainda uma vez com o beneplácito do pai liberal, as reuniões do partidão aconteciam em sua casa.

No ano seguinte, Rachel voltou ao Rio de Janeiro com os originais de seu segundo romance, “*João Miguel*”. Instada a submeter o livro à cúpula do PCB, foi admoestada a ajeitar as biografias de seus personagens, adequando sua origem social à natureza moral de seus feitos. O protagonista João Miguel, por exemplo, cumpria pena por homicídio e era oriundo das classes trabalhadoras – deveria, portanto, ser convertido de assassino em vítima. Vários outros personagens deveriam ser reescritos. Rachel se recusou a fazer as alterações e foi expulsa do PCB, que lhe impingiu a pecha de “*anarcóide sentimental*”. O livro foi publicado, logo a seguir, por Augusto Frederico Schmidt. Data dessa estadia no Rio de Janeiro a primeira prisão de Rachel de Queiroz, enquanto participava de um comício diante do Teatro Municipal. Ficou na cadeia apenas uma noite; foi liberada e despachada de volta para casa pelo tio advogado que a hospedava.

Em 1932, o voto feminino foi aprovado em nível federal. A Revolução Constitucionalista sacudia São Paulo e punha o governo Getúlio Vargas em cheque. Em novembro, Rachel de Queiroz se casou com José Auto. Foram viver em Itabuna e Ilhéus, onde conviveram intensamente com Jorge Amado. No ano seguinte, Rachel voltou a Quixadá para que a filha, Clotildinha, nascesse na casa dos seus pais.

A nova família se mudou para o Rio de Janeiro e logo depois para São Paulo. Rachel e José Auto se uniram ao movimento trotskista, onde tiveram intensa militância. Durante esse período, a escritora participou do trabalho de tradução de “*Minha Vida*”, a monumental autobiografia de Leon Trotsky, em parceria com Mário Pedrosa e Lívio Xavier. Foi novamente presa. Desta vez, permaneceu na cadeia durante 1 mês e foi posta em liberdade porque ainda estava amamentando a filha. Saiu de São Paulo, no mesmo ano, com a missão de se candidatar a deputada pela Frente Única do Partido Socialista no Ceará. Não foi eleita, em um pleito marcado por denúncias de irregularidades. Em 1998, aos 87 anos, Rachel de Queiroz declararia à Folha de S.Paulo: “*Ideologicamente continuo trotskista, o camarada Trotsky ainda é uma personalidade muito importante para mim. Foi um grande escritor.*”

De volta a 1934, nova transferência de José Auto os levou a Maceió (AL), onde Rachel foi admitida na seleta confraria literária que reunia Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, José Lins do Rego. Promulgava-se no país aquela constituição que duraria três anos.

Clotildinha, a filha, morreu de meningite em 1935. Rachel de Queiroz reproduzirá esse momento lancinante de sua vida na morte do menino Guri, filho de Noemi, em seu romance “*Caminho de Pedras*”, publicado dois anos depois.

Ainda em 1935, em novembro, equilibrando-se sobre a complexa arquitetura de alianças e rupturas entre as tendências de esquerda no Brasil, ocorreu o Levante Comunista em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Na escalada da repressão que se seguiu, dois anos depois Getúlio Vargas instauraria o Estado Novo.

De acordo com matéria publicada pela EBC – Radioagência Nacional, “*...em 28 de outubro de 1937 [N.A.: 13 dias, portanto, antes da instalação do Estado Novo], Rachel de Queiroz foi presa. A detenção, que durou dois anos, aconteceu em Fortaleza, capital do Ceará, durante a ditadura de Getúlio Vargas. A acusação era a de que a escritora era comunista. Seus livros foram queimados em praça pública.*”

Na cadeia, então, Rachel escreve “Caminho de Pedras, esse quase *roman à clef*, desconcertante testemunho das inacreditáveis e contraditórias inflexões da sua vida. Para além de promover a catarse da recente morte da filha única, põe a nu contradições e nuances internas de uma célula de esquerda, onde a ‘classe operária’ se digladiava com os ‘intelectuais’. A trotskista, expulsa pelo Partido Comunista, encarcerada sob a acusação de ser comunista, usa seu tempo de reclusão para acertar as contas com os dogmatismos que tinham tentado reformatar sua escrita no episódio “João Miguel”. Voejos de Cafute.

Após sair da prisão, Rachel separou-se de José Auto. Em 1939 publicou “Três Marias”, em que ficcionaliza suas vivências do tempo do internato em Fortaleza. Confessadamente, as marias foram inspiradas na própria autora (o livro é narrado em primeira pessoa por Guta, a Maria Augusta) e suas duas melhores amigas do colégio, Odorina Castelo Branco (Maria da Glória) e Alba Frota (Maria José, que morreria em 1967 no mesmo acidente aéreo que vitimou o General Humberto de Alencar Castelo Branco).

Mudou-se, em definitivo, para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, o primo Pedro Nava a apresentaria ao médico Oyama de Macêdo, com quem a escritora viveu até a morte dele, em 1982. “*Foi esse negócio de paixão à primeira vista, fomos viver juntos, ele era desquitado e eu também. Não havia divórcio. Toda vez que no Congresso não passava a lei do divórcio, a mãe dele tinha uma enxaqueca. Quando chegou, acho que um dos primeiros casamentos do Brasil foi o nosso. Oyama deu esse presente para a mãe. Ele foi meu único grande amor.*” (Folha de S.Paulo, 1998)

A tradução, durante os anos 1940, talvez tenha sido sua principal atividade. Em romance, viria a publicar, ainda, “Dôra, Doralina” (1975); “O Galo de Ouro” (1986, originalmente publicado como folhetim em ‘O Cruzeiro’, 1950) e sua grande obra “Memorial de Maria Moura” (1992). [Ato falho ou homenagem tardia, o fato é que Maria Lacerda de Moura (1887-1945), mineira de Manhuaçu, anarquista, sufragista e autodeclarada feminista, fora entrevistada

pela menina Rachelzinha, repórter de “O Ceará”, no longínquo 1928].

Como autora infantil, Rachel publicaria “O Menino Mágico” (1969); “Cafute & Pena de Prata” (1975); “Andira” (1992). Dramaturga, escreveu “Lampião” (1953); “A Beata Maria do Egito” (1958); esquetes para a TV protagonizadas por Agildo Ribeiro e Cláudio Cavalcanti e “O Padrezinho Santo”, protagonizado por Tônia Carrero.

Participaria, ao lado de outros grandes nomes da literatura brasileira, dos livros coletivos “O mistério dos MMM”, Ediouro (1962) e “Brandão entre o mar e o amor, Martins Fontes (1982). Em 1998 publicará, em parceria com a irmã Maria Luiza – e por insistência desta - o livro de memórias “Tantos anos”. Em 2000, “Não me Deixes – histórias da fazenda e receitas”.

Rachel de Queiroz marcou época como cronista. Escreveu na Revista Cruzeiro de 1944 até 1975. No Estado de São Paulo, de 1988 até 2003. Foram mais de 2.000 publicações, eventualmente reunidas em livros. (“100 Crônicas escohidas”, 1958; “O Brasileiro Perplexo”, 1963; “O caçador de tatu”, 1967, “Melhores Crônicas de Rachel de Queiroz”, 2004, entre outros).

Da tentativa de compra do computador, “...juntei o dinheiro necessário, mas, na véspera do pagamento, a ministra Zélia me tomou a poupança. [...] ...me telefonou um querido amigo de Minas dizendo que arranjara um contrabandista que trazia computadores do Paraguai. [...] E, daí a uma semana, o amigo telefona de novo, dizendo que o contrabandista tinha sido preso junto com os computadores. Era evidente que Deus não queria que eu possuisse computador!”; às agruras do envelhecimento, “...os moços compadecidos, os quarentões assustados e os próprios velhos, apelando para tudo, inventaram ultimamente essa bobagem de ‘terceira idade’. [...] Mas não se iluda, velho, meu amigo e colega. Ninguém está acreditando naquilo”; ou o eterno assunto da falta de assunto do cronista, “...a crônica é por demais fácil de fazer. [...] A melhor terapêutica é abrir coluna na imprensa e desabafar; explicar que se está com sono, com gripe, com tédio, ou com simples falta de assunto.”; não houve o que escapasse à sua verve.

Rachel de Queiroz, além do já referido prêmio “Graça Aranha”, conquistou o “Sociedade Felippe D’Oliveira”(1939), os prestigiosos “Machado de Assis”(1957) e “Camões”(1993); também os “Jabuti”(1969), “Nacional de Literatura”(1980), “Juca Pato”(1993), “Moinho Santista”(1996), “Eusélio Oliveira”(2002).

O maior reconhecimento da obra e trajetória de Rachel de Queiroz veio em 1977, com seu ingresso na Academia Brasileira de Letras. Primeira mulher a ocupar uma cadeira na agremiação, sua eleição foi o coroamento de uma verdadeira cruzada, que teve momentos exponenciais com as escritoras Júlia Lopes de Almeida, Amélia Bevilacqua e Dinah Silveira de Queiroz. Detalhes pitorescos pontuaram esse processo, como uma discussão surreal a respeito do termo ‘brasileiros natos’, que define por regulamento as pessoas habilitadas a se candidatar à ABL, cuja flexão no masculino plural – segundo alguns acadêmicos – excluiria escritoras do sexo feminino. Outros argumentos aludiam às regras da academia italiana, fundada por Mussolini e à hierarquia da Igreja Católica.

Admitida a candidatura de mulheres, foi eleita Rachel de Queiroz, por 23 votos contra 15 concedidos ao jurista Pontes Miranda. Sua eleição impôs novos desafios aos homens de letras. Por exemplo, a construção de um até então inexistente banheiro feminino no *Petit Trianon*. E a grande celeuma ‘com que roupa eu vou’. Relata Heloísa Buarque de Hollanda, no saborosíssimo artigo “A Roupa da Raquel: um estudo sem importância”, “... a Casa de Machado de Assis tornou-se o palco de um dos mais curiosos debates deste final dos anos 70, com todos os lapsos e atos falhos que a psicologia impressa nos permitiu.”. Sobre as adaptações do fardão masculino que julgavam necessárias, a opinião dos acadêmicos se dividia. Redingotes, boleros de toureiro, fardão com saias, opas de procissão? Rachel, em constrangida entrevista à imprensa, acabou resolvendo o impasse, reiterando sua sobejamente conhecida opção pela simplicidade e sobriedade. Seu vestido, na cor ‘verde acadêmico’, foi de corte reto, longo, com mangas boca de sino, e decote em “V” ornado por folhas de carvalho bordadas em

fio dourado. Noticiando a decisão, Ibrahim Sued escreveu no *O Globo* que “...as mulheres já estão dando lucro à Academia, pois um fardão custa 60 mil cruzeiros e o vestido saiu por apenas 11. De leve”.

Em 4 de novembro de 1977, finalmente, Rachel de Queiroz tomou posse na ABL, sob aclamação popular. No Ceará, as ruas foram tomadas por blocos e escolas de samba cantando seus louvores. A Portela teve frustrada a sua tentativa de adentrar o *Petit Trianon* para homenageá-la. Discursos inflamados na Câmara dos Deputados e Senado, trataram a data como “marco civilizatório brasileiro”. O Jornal dos Sports louvou-a, como a ilustre vascaína que era.

Seu discurso de posse foi mais um capítulo à parte nesse folhetim. Com grande habilidade, iniciou costurando-se femininamente à genealogia da cadeira número 5. A menina de olhar apaixonado mirava o céu do sertão, enquanto recitava os versos de ‘Plenilúrio’, um dos mais conhecidos poemas de Raimundo Correia, o patrono. Logo a seguir, no entanto, subvertendo a tradição laudatória, refere-se ao patrono, Bernardo Guimarães, como “racista”, com sua personagem “ao gosto de senhores e senhás”, a branqueada Escrava Isaura. Sequer poupa Osvaldo Cruz, eleito como segundo ocupante dessa cadeira destinada à literatura, não porque fosse escritor, mas na categoria de “herói”. Cafute, em glória e esplendor, faz voar penas para todos os lados.

Toda e qualquer tentativa de se chegar perto de Rachel de Queiroz terá que se haver com os dois episódios que respingaram com polêmica sua obra e memória como pessoa pública: o apoio ao golpe militar de 1964 e a declaração de suas divergências com o feminismo, em 1991. Terá que abrir, segundo Heloísa Buarque de Hollanda, “as caixas pretas que envolvem a persona Rachel de Queiroz”. A amizade com Castelo Branco, sua atuação como tradutora durante os anos 1960 e 1970, apontada em trabalhos acadêmicos como tendo sido pautada pelos governos militares e direcionada à literatura anticomunista. O momento em que, primeira mulher a ser referendada pela mais alta instância de legitimação literária, “...rejeita abertamente não só o

movimento feminista mas ainda a legitimidade de possíveis diferenças que marcariam a escrita feminina enquanto tal". Ficaram estes tópicos, propositalmente, para um final em aberto, documental, que transfira a cada leitor material para as suas próprias análises e conclusões.

A escritora declarava ter, ao lado de seu grupo de amigos, "...apoiado o Jânio Quadros. O Jânio foi praticamente deposto, saiu porque obrigaram. [] Aí veio o Jango com todo o seu esplendor caudillista e fascista. E a gente estava vendo começar de novo aquela história de pelego, e começamos a conspirar, os antigos democratas..." ("Roda Viva", TV Cultura, 1991). "Sempre tive o maior desprezo pelo Jango intelectualmente, como pessoa, além do desconforto de ver na presidência o grupo getulista que já era por si fascista." (Folha de S.Paulo, 1998)

Todo o alinhamento político de Rachel de Queiroz parece ter se derivado do ódio pessoal que devotava a Getúlio Vargas e seus sucessores. Recusava-se, por exemplo, a pronunciar o nome de Leonel Brizola. À historiadora Isabel Lustosa, em 1973, declarou que tudo a que se contrapunha era aos "...carcomidos, o apoio ao Hitler que o Getúlio deu toda a vida, ao salazarismo. [] Os trabalhistas eram os pelegos. Era o que havia de mais reacionário. O PTB foi copiado do partido fascista italiano. A legislação trabalhista do Getúlio foi copiada da legislação corporativista fascista..."

Em várias ocasiões, Rachel se defendeu da acusação de ter apoiado a ditadura, alegando ter se afastado do regime após o seu endurecimento, em 1968. Alguns meses após março de 1964, de fato, publicara crônica em que exortava o governo a que identificasse e punisse "...os inimigos públicos que estavam leiloando o Brasil a essa espécie de socialismo degenerado que se convencionou chamar comunismo internacional [] sem se atacar essa cidadela que é o próprio coração da democracia: a liberdade de pensamento e de palavra...".

Isabel Lustosa conclui, com certa ironia: "Ao que parece, Rachel de Queiroz estava entre aqueles tantos que acreditavam que através de um golpe de Estado se tiraria do poder um governo democraticamente eleito para pôr em seu lugar outro governo democraticamente eleito, só que agora governando do jeito que ela e seus amigos gostariam."

Quando da sua eleição à ABL, em sua resposta ao telegrama de congratulações de Ernesto Geisel, cumprimentava-o pela maneira como vinha cumprindo seu ofício, "... com tanta bravura, sabedoria e equilíbrio, além do exemplar patriotismo, timoneiro de mãos seguras."

É também da entrevista à TV Cultura a outra declaração polêmica de Rachel de Queiroz. "Acho que a sociedade tem que crescer em conjunto. A associação mulher e homem é muito boa e acho um grande erro combater o homem. [] Nunca fui feminista, sempre discordei das feministas..."

Novamente é Heloísa Buarque de Hollanda, que se define como "professora de esquerda, militante, engajada com a causa feminista", que relata seu primeiro contato – "sem nenhum entusiasmo" - com Rachel de Queiroz, em 1989. Inesperadamente fulminada pelo encantamento com a personalidade da cearense, faz um *mea culpa* pelo desinteresse eivado de preconceito que sempre a afastara dos livros da outra. Mergulha a partir daí, obsessivamente, em sua obra. "Minha perplexidade aumenta, dividida entre o que podia perceber de riqueza e complexidade do material farto e novo que Rachel me oferecia e as contradições políticas e ideológicas que ao mesmo tempo esse contato me apresentava. [] Espanto-me com o perfil audaciosíssimo de suas personagens femininas, com a dicção radicalmente feminista de seus escritos [], com a presença contundente da política e do compromisso com a transformação social..."

Rachel conduz Heloisa ao universo das matriarcas nordestinas, a partir do qual a pesquisadora começa a compreender outras formas nas relações femininas de poder e de decisão, "conceito operacional inédito no quadro de preocupações de uma feminista com eu, típica do eixo Rio – São Paulo.". Rachel de Queiroz não tem o perfil da matriarca, conclui Heloisa. Mas foi esse o caldo de cultura em que foi formada. Desassombrada, contraditória, fascinante, livre, engracada, Rachel, em seu tempo, não coube em molde ou fórmula. "Rachel sempre primou em andar na contramão da História. [] O que é inofismável é que mesmo que se mostrasse bastante reativa em relação ao feminismo, seus romances desenharam as personagens femininas mais radicais da época. [] A galeria de mulheres exemplares inaugurada por Conceição, desdobra-se em seus livros seguintes sempre com a tônica da liberdade e da determinação na escolha de seus

destinos. É a Santa de João Miguel, base da resistência política do romance, a Noemi de Caminho de Pedras, que desafia a tudo e a todos em nome de seu direito de amar, a Guta de Três Marias, e sua forte vocação política, a rebelde Dôra de Dôra, Doralina e, finalmente, a mais, digamos, espetacular, Maria Moura, destemida chefe de um bando armado e que segundo Rachel “é tudo que eu queria ser e não consegui”.

Pena-de-Prata e Cafute saem pelo mundo em busca de fartura e liberdade, fugindo à panela, destino inexorável dos pintos. Pelo caminho vão encontrando aves que, exploradas por seus donos, são ora soberbas, ora resignadas, ora oportunistas. Chegam, afinal, a uma beleza de quintal, onde, em qualquer outra fábula, teriam sido felizes para sempre. *Pena-de-Prata, que era de boa raça, se virou num frangão lindo, todo branco, com um manto de penas furtas-cor lhe caindo até o peito.* Cafute acaba se cansando da calmaria, e chama o amigo para partirem em busca de novas aventuras. Pena-de-Prata quis ficar: o velho galo dono do terreiro estava para se aposentar. Cafute - que *se não era bonito, era vivo e engraçado e todo mundo gostava dele* - parte, sem tentar convencer ninguém de nada, sem julgar o que ficou, sem medo, sem remorso, sem saudade. Como única precaução, *encheu bem o papo de minhocas para se garantir.*

Rachel de Queiroz morreu dormindo em sua rede, no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 2003, aos 92 anos. Na véspera, dissera à irmã que “só não estava melhor, porque não estava no Ceará.” Sua última viagem a Quixadá fora um ano e meio antes. Talvez nessa última noite tenha sonhado com sua fazenda de profético nome, “Não me deixes”: o Ceará que nunca saiu dela. No Roda Viva, provocada, escolhera seu epitáfio - que no fim das contas não foi usado - *“Afinal, descansei!”*

A PORTA QUE RANGE

—••••—
Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

Jane Austen escrevia em seu quarto em uma pequena mesa, onde espalhava sua produção. Sua irmã mais moça chamou um “fixer” para arrumar a porta do quarto que rangia. Por sorte da autora o homem chegou quando ela ali estava escrevendo, suficiente para Jane despachá-lo, comentando que a porta que rangia era sua segurança, em face de todas as pessoas que de surpresa queriam abordá-la.

Jane Austen é até hoje extraordinariamente festejada e reconhecida autora romancista inglesa. Bastante curioso porque teve vida muito recatada, dentro de casa, cultivando sua imaginação, admirando a cultura de seu tempo, participando dela e assimilando-a de maneira absorvente, transmitindo sua riquíssima vida interior para suas iniciativas, particularmente duas delas, a saber. Em casa, preparava histórias para contar a seus pais e seus oito irmãos, em reuniões familiares, que é de se crer previamente preparadas. Era uma continuidade, do que remanesceram alguns escritos, anteriores naturalmente a seus seis mais famosos livros, que já evidenciavam a sua extrema sensibilidade romanesca.

A vida dela corria, como de seus irmãos, com certa folga, que durou até que houve a morte de seu pai, em 1805, quando a família já estava morando em Bath. Com o falecimento do pai, reverendo George Austen, as dificuldades começaram, mas seus dois irmãos que foram à marinha, um deles ficou muito bem de vida, a ponto de adquirir uma casa para as duas irmãs morarem,

já em Southampton e por último em Winchester, em cuja catedral está Jane sepultada. As suas produções mais reconhecidas, mais robustas, de alto nível literário, começaram a aparecer, porém sem o nome da autora, como era de hábito na Inglaterra, a se iniciar pelo romance “Sense and Sensibility” traduzido no Brasil com o nome de “Razão e sentimento” – denominação essa estranha e injustificável, pois que os dois substantivos ou adjetivos existem plenamente em nossa língua brasileira-portuguesa. Quanto a “Senso” basta lembrar o verso de Bilac em famoso soneto “ora direis ouvir estrelas, certo perdeste o senso”. Se é Olavo Bilac, é português castiço. Quanto a trocar sensibilidade por sentimento, basta dizer que pode haver sensibilidade sem nenhum sentimento ou o contrário: sentimento sem sensibilidade. Podemos consultar o mestre Cândido Figueiredo para fazer tal verificação. Mas este não é texto central deste artigo, voltemos a Jane Austen.

Foram editados seis livros de Jane Austen. Pela ordem *Senso e Sensibilidade*, *Orgulho e Preconceito*, *Mansfield Park*, *Emma*, *Northanger Abbey* e por fim *Persuasão*. Cada leitor de Austen tem as suas preferências, como para mim são *Orgulho e Preconceito* e *Persuasão*. Lembro, quando criança pelos dez anos (em 1939) via esse livro na estante de minha mãe, em nossa casa em Ponta Grossa, perguntei a minha mãe: que título esquisito esse, será que devo lê-lo? Minha mãe Aracy respondeu-me que era para mais tarde, que meu programa de leitura era muito rico, com o espetacular Monteiro Lobato, até hoje insubstituível, “Alice no País das Maravilhas”, Viriato Correia, as aventuras de Karl May, as poesias de Casimiro de Abreu e Castro Alves, etc.

Para os interessados em ingressar nesse mundo das pequenas localidades da Inglaterra, será bastante útil e prático assistir, ao lado da leitura, os filmes produzidos para ilustrar a qualidade de Jane Austen. “Senso e sensibilidade” não foi o primeiro a ser feito, mas vale a pena saber que quem preparou esse filme e escreveu seu roteiro foi a atriz Emma Thompson. Segundo ela, houve necessidade de tornar



certos trechos verossímeis, o que não era necessário no livro, por isso teve de adaptar algumas sequências, sem no entanto desfigurar o trabalho de Jane Austen. Ela chamou o cineasta chinês Ang Lee para dirigir, sem perder o comando que exerceria até o lançamento do filme. Entre outros, ela chamou os atores Kate Winslet, Hugh Grant, Alan Richman e ainda outros excelentes para participar intensamente desse notável filme. Aí temos Jane Austen inteira, com as suas identificáveis observações, contendo até mesmo sua filosofia de vida.

Neste particular, o seu segundo livro, o famoso "Orgulho e Preconceito" foi objeto de mais de três filmes, todos demonstrando o que a própria Jane Austen pensava de vida, do casamento, das classes sociais e de sua própria experiência, cujo senso de observação era riquíssimo, em face de sua vida em casa, em intimidade do lar. O primeiro filme foi feito, segundo se supõe por iniciativa de Laurence Olivier, com a severa participação da tremenda atriz Greer Garson.

Porém outras produções foram executadas até quando em 1995 a BBC resolveu fazer um seriado em alguns capítulos, no tempo total de seis horas. Essa extraordinária produção contou com, entre outros, Colin Firth e Jennifer Ehle, esta no papel de Elizabeth Bennet, ele no de Mister Darcy, tão bem sucedidos que, quinze anos depois, o diretor Tom Hooper afirmou que escolheu os atores mais importantes desse Orgulho e Preconceito para os papéis do extraordinário filme "O Discurso do Rei".

Vamos simplesmente destacar, na sequência, o filme "Mansfield Park", que no Brasil levou o subtítulo impróprio de "Palácio das Ilusões"; no caso, o primeiro deles foi superior ao segundo, a meu ver pela presença, no papel de Lord Bertran, do famoso escritor de romances e peças de teatro Harold Pinter, de relevo após 1960. O romance de Jane Austen é a história de Fanny Price – menina pobre que sua mãe dispensou de sustentar porque sua irmã mais rica acolheu a criança para viver no palácio Mansfield Park. Neste ponto ela homenageia seus irmãos, através de um belo personagem.

Há quem prefira esse livro, mas de minha parte nem Emma, nem Abadia de Northanger são tão interessantes quanto o último livro denominado "Persuasion". A BBC fez dois filmes deste, o primeiro em 1998, o segundo em 2007. Por incrível que pareça, o primeiro filme é muito superior ao segundo, contando com a particularidade de que os atores são praticamente desconhecidos (talvez seja só o meu caso). É bom ainda lembrar que a personagem mais importante desse livro revelava a opinião de Jane Austen ao dizer que a poesia de língua inglesa vivia naquele momento (1810) um momento de glória, principalmente pela obra de Walter Scott e de Byron, ainda de Keats, entre outros.

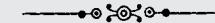
Para alguém que queira saber detalhes interessantes sobre o que se espera do reconhecimento dessa surpreendente autora, vale a pena assistir o filme "O Clube de Leitura de Jane Austen", que se passa na cidade de Sacramento atual, que é a capital do estado americano da Califórnia (quando se pensa que seja a linda San Francisco), cujas discussões sobre a obra de Jane Austen são bastante elucidativas.

Vamos encerrar para lembrar que Virginia Wolff considerava como os dois escritores mais importantes de língua inglesa Shakespeare, em primeiro lugar, e em seguida Jane Austen. Depois então viriam Dickens e, mais adiante, James Joyce, segundo o crítico Vladimir Nabokov.

Por fim, ninguém perderá nada lendo Jane Austen ou simplesmente assistindo os filmes sobre os seus romances. As traduções para o português são excelentes, principalmente as de Celina Portocarrero.

Há muitas edições em inglês de seus livros, destacando-se a da Editora de Oxford, com sábios comentários, e mais ainda de outra editora inglesa que se chamou de Winschester/Austen. Esta última é verdadeiramente magnífica, com o que se pode aprofundar em vasta análise de críticos ingleses.

MULHER, LUZ DO FUTURO



Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN*



Com a rude face sulcada
De marcas profundas do tempo,
A deusa lança sementes.

Com suavidade e amor,
Mulher - Raína do Lar
Guarda os valores da deusa.

Andou caminhos dos séculos,
Sofreu jornada de estepes,
Pisou searas de sangue.

Nos sonhos de buscas constantes
Sangrou mares e tormentas,
Rompeu trevas e montanhas.

A pele de seda de agora
Esconde os sulcos sofridos,
Condensa a mesma canção.

Nos olhos visões de harmonia.
Na mente traçados de auroras.
Nas mãos, um facho de Luz.

*Presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura.

O DIREITO DE SER MULHER

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

“Porque é preciso amar-se para sentir confiança e sentir confiança para ousar a liberdade.”

Diz a lenda que, desde os tempos imemoriais, a Deusa da Vida das sociedades primitivas, matriarca, senhora da sabedoria universal, pisou íngremes caminhos até chegar às condições humanas, para ser apenas mulher, sem poderes maiores do que aquele de trazer a luz à humanidade, base primeira da sua divindade.

Essa mulher, cujo ventre deveria povoar a terra, viveu permanentemente as condições transmudadas pelas ideologias, pela ciência, pelos preconceitos, chegando assim ao terceiro milênio.

Vivendo tantas contradições e perplexidades, em um mundo que se modifica dia após dia, a mulher das comunidades contemporâneas ampliou e diversificou seus campos de ação, consciente de que manteria a inexorável continuidade de suas lutas, permanecendo com os grandes ideais, desmistificando verdades ainda incompreensíveis.

A exposição dos princípios sociais e econômicos decorrentes da evolução da ciência e da técnica, raízes das descobertas e invenções, promovendo melhorias na vida humana e levando em conta a sua rapidez, caracterizaram as sociedades contemporâneas como sociedades em constantes mutações.

As forças da globalização, impulsionadas pelas mais variadas formas de comunicação, trouxeram consigo a queda do autoritarismo e a valorização dos preceitos da democracia, súmulas surpreendentes das transformações nos modos de pensar e agir de todas as gerações.



Sem comentários sobre as condições da mulher, no transcorrer dos tempos, a literatura abriu espaço para as mulheres, contando histórias encantadoras de rainhas que eram santificadas por sua bondade, referindo-se também às condições de moças não pertencentes à nobreza, mas que, com a sua convivência, teriam sido por ela educadas e que, com uma cultura melhor, substituíam as mães em viagens ou falecidas, atendendo e, de certa forma, educando as crianças dos castelos. Submissas e dedicadas ao atendimento das famílias nobres, destacavam-se pela sua cultura, competência, suavidade e submissão, levando os homens que as conheciam a grandes paixões que, após algumas peripécias, finalizavam por um casamento. Esse o romance da Coleção das Moças, que as mães, após uma leitura prévia, admitiam como leitura para suas filhas.

Assim a literatura abriu espaço para o romance, que valorizava a mulher, sem, no entanto, tirar-lhe da condição de um ser humano de inferioridade maior, que subia de categoria, elevada pela justificativa das suas qualidades culturais, descaracterizando a sensibilidade de um amor, ainda não aceito como elemento a ser considerado. Aí os clássicos Romeu e Julieta e outros, um aqui, outro ali.

Já no século XIX, um poema de Victor Hugo divulgava seus poemas, firmando a superioridade do homem, falando de uma mulher sem cérebro, o que vale aqui citar:

O Homem e a Mulher. O homem é a mais elevada das criaturas./
A mulher a mais sublime dos ideais,/ o homem é o cérebro,/ a mulher o coração./ O cérebro fabrica a luz,/ O coração, o amor./ A luz fecunda,/ O amor ressuscita./ O homem pensa,/ A mulher sonha,/ O homem é forte pela razão,/ A mulher é invencível pelas lágrimas./

Tão profundamente infiltrada a condição da inferioridade de uma mulher sem cérebro, o poema foi aceito como um elogio àquela mulher com as qualidades necessárias à caracterização de

um ser humano servil e dependente. Incrível a aceitação tão comum da inferioridade feminina, que as moças da época, sentindo-se valorizadas pela beleza do poema, nem perceberam a oficialização da ausência do seu cérebro. O poema correu o mundo da Literatura, e as moças o incluíram em seus Caderninhos de Belas Leituras.

Fonte especial de análise social, a literatura trouxe a lume conhecimentos mais profundos dos sentimentos e comportamentos da mulher, evidenciando que ela, aos poucos, estava deixando de ser a metade do outro, que esperava que a mulher apenas complementasse as condições do bem viver do homem.

Tempo após tempo, e pela literatura, foram surgindo revelações da sensibilidade feminina no relacionamento familiar e na sua competência nas decisões do lar. Com a variedade dos trabalhos masculinos, firmou-se a presença da mulher substituindo o homem nas suas ausências por guerras ou doenças. Com vistas à sua inteligência, a mulher começou a ser considerada um ser uno, de individualidade inteira e inteligente, capaz de construir seu próprio destino, considerações aceitas desde que permanecesse a sua subserviência.

Muito tempo levou para que lhe permitissem requerer seu ingresso em colégios e até em petições às autoridades oficiais. Sendo atendida aos poucos, sempre dentro de uma luta permanente, foi abrindo espaço sem agressões a sociedade masculina. Ultrapassada também a teoria que a considerava especialmente frágil, sem condições vivenciais comuns, por ser do gênero feminino e, com a oficialização de um tratamento diferenciado, foi classificada como uma cidadã feminina, cidadania de qualidade menor.

Pouco a pouco, entre os seixos e as flores, as contradições do seu destino, apresentavam-na como cidadã de condições peculiares, porém com necessidades e capacidades próprias. Um ser humano com especiais condições de fragilidade, no entanto capaz de, sofrendo vicissitudes e carências, sempre buscasse a dignidade do seu viver.

Cobrindo as necessidades humanas, a sua convivência revelava

uma condição de praticar a irmandade, unir as pessoas e buscar a salvação da humanidade, condições que o homem aceitava como valores de qualquer ser humano. As lutas masculinas a buscas da sobrevivência foi apresentando ser a Mulher, não somente responsável pela vida dos nascidos de suas entradas, mas àquelas pessoas que, entre tantas outras qualidades, poderia ser apoio e encantamento, envolvendo as criaturas na busca da felicidade. Aceita essa sua “conquista”, evidenciava também estar vencendo uma fragilidade resultante da sua não participação no campo do conhecimento, das técnicas e das artes, limitações já definidas secularmente.

Seus direitos maiores assumidos por ela não dependeram das conquistas alheias, mas das próprias lutas que passaram a iluminar sua vida e a vida de seus semelhantes, revelando a sensibilidade e compreensão das vicissitudes humanas, que passaram a ser aceitas como uma das características da Mulher.

Com a melhor amplitude dos seus estudos, participações de apoio à comunidade, substituições do homem no desempenho de profissões masculinas, foram-lhe concedidas licenças para programações curriculares correlatas às funções de atendimento à maternidade e a muitas outras assessorias, desde que asseguradas como submissas.

O seu progresso sempre esteve ligado ao seu direito e dever de assimilar lições de humildade, aprendendo e lutando pela sobrevivência, compartilhando responsabilidades, somando tarefas, diminuindo sofrimentos e multiplicando sabedorias. Os próprios pais, já nos tempos de seus doutorados pessoais, não permitiam que suas filhas freqüentassem cursos destinados aos homens. No entanto, a competência feminina, as suas lutas pelo seu direito de ser mulher-cidadã capaz de dirigir falanges, sem a necessidade de modificar sua condição de mulher, reforçaram suas posições de igualdade colaborando nas lutas contra o sofrimento, a favor de uma vida melhor.

Os tempos comprovaram que à mulher não lhe cabiam

somente as soluções simplistas ou ingênuas da ignorância, pois que já lhe tinham reconhecido sua inteligência e capacidade cerebral para assimilar conhecimentos, levando-a a participar dos mistérios das ciências, desmistificar as meias verdades do saber e estabelecer novas abordagens para compreender o desconhecido. Essas condições deram-lhe a segurança de exercer o seu direito de buscar o saber, de integrar-se culturalmente já que as ciências, as técnicas e o conhecimento, comprovavam as possibilidades por ela alcançada.

Os novos campos de ação e de trabalho para o homem, nas comunidades sempre em mudança, a diversidade das condições das comunidades abriram espaço para a participação da mulher, ainda que, em princípio, sempre em situações de inferioridade. Essas novas condições dignificaram o direito da mulher de ser inteiramente mulher, pensando e agindo como tal, sem a necessidade de incorporar modos e formas de exteriorizações masculinas para assumir tantas funções impulsionadas pela globalização.

A integração social e seus embates, os desacertos e disparidades dos diferentes relacionamentos, a ignorância e as inseguranças sociais, as divergências políticas, deram lugar ao aumento da criminalidade, exigindo organizações dos segmentos oficiais na busca de manutenção dos princípios conquistados pela democratização dos poderes públicos.

Alargaram-se os crimes contra os cidadãos, as famílias e as organizações sociais. Com a sua participação mais generalizada, a mulher ficou igualmente sujeita às todas as agressões físicas e mentais dos demais cidadãos, acrescidas dos crimes contra a sua fragilidade física feminina. Mesmo ciente das suas conquista de igualdade de direito e deveres, a mulher, por sua dignidade, escondia a humilhação das agressões recebidas dentro de seu próprio lar.

Consciente dos seus direitos, a mulher buscou o apoio legal do Poder Público que, estabeleceu planos de ações específicas para a segurança e proteção de mulheres em situação de risco. Vivendo agressões físicas de seu marido ou companheiro, dentro de seu próprio

lar, as legislações de proteção à mulher estabeleceram inclusive, Casas da Mulher, como meios de proteção. Mas, a preocupação das vítimas com a segurança dos seus filhos e a perda dos seus bens, levavam-na a retirar as queixas policiais para voltar ao seu lar para proteção dos filhos e segurança dos seus pertences.

Apresentada por uma mulher advogada, o que comprova o pouco tempo do acontecido, agredida por seu marido e, em decorrência disso, destinada ao uso permanente de uma cadeira de rodas, a sua proposta de uma implantação legal, que acabou levando o seu nome, a Lei Maria da Penha, foi aprovada e implantada oficialmente pelo Poder Público, determinando um processo criminal de urgência máxima e de proteção continuada à vítima e aos seus filhos.

No seu Art. 10- a Lei Nº 11.340/06 reza: -“ É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores preferencialmente do sexo feminino- previamente capitalizados”. Segue-se toda uma orientação especialmente segura de proteção aos direitos de cidadania específica da mulher, com base nos Direitos Humanos e a sua ampla e segura legislação, eliminando a antiga possibilidade de ter o direito de voltar ao lar, somente se retirada a queixa do crime.

Essa a condição cidadã de atendimento democrático às condições diferenciadas da mulher, nada tem a ver com o protecionismo diferenciado em razão de serem homens ou mulheres. Mas no direito às condições físicas diferenciadas na segurança pessoal em condições especiais ao Respeito à Integridade Física da Mulher.

Aberrações sempre existiram, assim como crimes, desmandos e agressões, o que não surpreende. Confusões com os direitos e deveres da cidadania, descaracterizando a formação democrática, entrechocando-se com a busca da liberdade, confundida com os exageros que ultrapassam a educação de base, intrínseca às responsabilidades de pais e mães dentro ou fora do lar, essas as características que atingiram o mundo moderno e, igualmente à mulher.

Buscando o respeito de ser Mulher, volta agora às suas raízes para assumir plenamente a posição de Mãe, lutando contra a vulgaridade de os seus filhos a chamarem por seu nome próprio, desvalorizando sua condição maior de ter gerado e parido filhos que, em sendo parte intrínseca sua, devem-lhe a vida e o respeito milenar da maternidade. O tratamento de Meu Pai, Minha Mãe é a confirmação intrínseca do princípio de hierarquia, base de toda a educação e do respeito mútuo, respeito aos mais velhos, respeito aos conceitos de cidadania democrática, respeito às leis, função específica de pai e mãe.

Para a educação dos filhos, nos casos de divórcio e separações judiciais, as lutas dos Direitos de ser Mulher trouxeram-lhe a paridade de deveres e direitos entre pais e mães, ressaltando legislações que asseguram a continuidade das suas responsabilidades, como a Paternidade Partilhada no propósito de manter a interligação entre pai, mãe e filhos, legislações que buscam assegurar os preceitos de família, responsável primeira e base da formação da personalidade dos filhos.

O direito de ser mulher, apoiado legalmente, interliga a continuidade permanente da responsabilidade do pai e da mãe, no propósito de incentivar o uso constante do princípio da hierarquia, a ser estabelecido desde os primeiros momentos da vida humana, base da incorporação dos valores individuais e sociais, que darão norte à educação, formando homens e mulheres de dignidade e caráter, para a felicidade própria e para a formação de um país mais digno.

Claro aqui, o Direito de ser Mulher Cidadã, mantendo-se como ser humano com possibilidades e fragilidades semelhantes, sem privilégios, convivendo com os direitos que a democracia confere a todos os cidadãos. Direito de ser mulher buscando a unidade física e moral das propostas entre homens e mulheres, convivendo com as suas diferenças, mas com o dever de promover a construção conjunta de filhos cidadãos em um mundo melhor para todos.

Direito de ser Mulher incentivando ideais e sonhos com

sabedoria, capaz de sensibilizar-se com a grandeza das atitudes humanas, incentivando o aflorar das relações entre os seres, a sensibilidade pelo belo, que leva os homens à compreensão do divino nas manifestações humanas. Esse o direito subjetivo e inalienável de ser mulher que, sendo forte e digna, pode ser frágil como a brisa, movimentando sonhos e prenunciando a felicidade.

Direito de ser Mulher promovendo o direito de amar e ser amada, levando à compreensão de que o amor é força capaz de promover compreensão entre homens e mulheres. Direito inalienável de Ser Mulher que, através dos tempos, alcançou a consciência e sua própria dignidade, de sua inteireza como pessoa, pois como disse Françoise Theband, “é preciso amar-se para sentir confiança e sentir confiança para amar a liberdade.”

Liberdade que leva a uma nova visão de mundo, onde homens e mulheres compreenderão seus verdadeiros papéis para vencer os desafios do terceiro milênio, buscando no conhecimento, no amor e na bondade o seu verdadeiro destino na trajetória dos mundos.

Deusa da Vida, força maior na formação de um novo homem, a Mulher permanecerá levando a bandeira de sonhos e ideais como a marca indelével do seu envolvimento na construção de um mundo de Paz e de Harmonia.

A VOZ DA MULHER NA LITERATURA DO PARANÁ

Por ADÉLIA MARIA WOELLNER

A palavra é desde sempre.

Sim, criamos através da palavra: ela nos socorre, nos informa, nos embala, nos encanta, ela nos eleva... ou nos destrói. Por isso, a sábia orientação deste provérbio indiano: *“quando falares, cuida para que tuas palavras sejam melhores que o silêncio”*.

“Definir uma palavra é como capturar uma borboleta no ar”, indica poeticamente Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, pois, efetivamente, uma palavra, ainda que sozinha, é signo, é símbolo, é significado, é enunciado, é comunicação, é arte.

Estamos tão impregnados da palavra, desde quando balbuciamos as nossas primeiras manifestações, que nem nos damos conta do quanto ela é significativa, valiosa, importante.

“As palavras são mais poderosas do que balas de fogo; a caneta é mais potente do que a espada”, alerta Oswald Mbuyiseni.

O material de trabalho do escritor é a palavra. Feliz a expressão do professor e escritor paranaense Paulo Venturelli, ao afirmar que *“...as palavras são massa para modelação de instantes”* (Composições para meus amigos, pág. 59). *“Modelar instantes”* é criar!

Para Clarisse Lispector *“escrever não é fácil, é duro como quebrar rochas, mas voam faíscas e lascas como aços espelhados”*.

Palavras viram lascas e faíscas que, criando luz, iluminam a consciência e o saber, numa pequena imitação divina para desfazer as trevas da ignorância.

Palavra que está sempre disponível, ao homem e à mulher, como o raio de sol que desponta e se expõe, oferecendo-se a todos, sem escolhas ou restrições.

Semelhanças e diferenças, nem sempre facilmente identificáveis no estilo. Já observei, nas mulheres, a explosão da palavra forte, contundente, vigorosa, decidida, e palavras de homens revelando profunda doçura, suavidade, ternura.

As comparações são sempre inevitáveis. Parece ser da natureza humana balançar-se na gangorra dos opositos, para encontrar traços, investigar e identificar diferenças.

Certo é que a mulher, até há pouco tempo, era mesmo considerada executora apenas de tarefas auxiliares, menos importantes, cabendo, ao homem, aquelas consideradas principais.

Que mulher ousaria tentar quebrar barreiras tão grandes e tão profundas?

Uma delas, Mariana Coelho, que elabora um retrato da literatura no Paraná: “O Paraná Mental”, editado em Curitiba, em 1908, e reeditado pela Imprensa Oficial do Estado em janeiro de 2002.

Na apresentação, diz Wilson Hideki Sagae:

“Mariana Coelho, irmã dos poetas Teixeira Coelho e Thomaz Coelho, foi uma mulher de qualidades. Diretora fundadora do liceu Santos Dumont, escreveu contos e poesias e, com o mesmo cuidado estético e intelectual, ocupou-se com a crítica literária e de outras artes; por meio de pensamentos e ações, defendeu os direitos da mulher em uma época marcada pelo preconceito – lembremos que estamos em 1908 e as mulheres só passaram a ter direito ao voto a partir de 1932.

Dando mostras que seu feminismo tinha raízes profundas em seu ideário, Mariana Coelho escreveu “A evolução do feminismo”, obra pioneira no assunto e que tomou quase trinta anos de sua vida antes de ser editada em 1930 (...).

Este é o primeiro trabalho de catalogação crítica de uma mulher. E que coragem teve Mariana Coelho, nascida em Portugal,

em 1857, e que se radicou em Curitiba, em 1892, cidade na qual foi professora.

Em “O Paraná Mental”, segundo Rocha Pombo (pág. 14), Mariana Coelho “assinala, a traços gerais, (...) tudo que apresenta de significativo o esforço de duas ou três gerações no domínio das letras e das artes.”

No livro são destacados exatamente 103 literatos, porém apenas UMA MULHER: JÚLIA DA COSTA.

Se Mariana Coelho foi a primeira escritora a publicar um livro de análise literária, Júlia da Costa, segundo consta, foi a primeira mulher paranaense a publicar um livro. Seu primeiro trabalho – “Flores Dispersas” – 1º volume – foi editado em 1867; e o segundo volume, com o mesmo título, em 1868. Toda a obra conhecida da poetisa foi reunida em edição da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, em 2001, integrando a série “Brasil Diferente”. A organizadora da obra, Zahidé Lupinaci Muzart, oferece detalhes sobre a vida da poetisa:

“Júlia Maria da Costa nasceu em Paranaguá, em 1º de julho de 1844.

(...) Foi uma figura controvertida. Há artigos e estudos que a retratam de diversas maneiras, às vezes contraditórias.

(...) Lendo suas cartas à família e, sobretudo, as de amor, vemos delinear-se uma personalidade muito interessante: forte, decidida, às vezes audaciosa, antes de mais nada, porém, uma mulher que se antecipou à sua época e que, por isso, muito sofreu.

Nascida em um tempo cheio de preconceitos e tabus, e vivendo em uma cidade muito pequena, seu espírito ansioso de liberdade evade-se no sonho, na poesia, nas cartas. Bem jovem ainda colabora em revistas e jornais (...).

A vida de Júlia Maria da Costa tem feição cinematográfica. Não obedece aos padrões vigentes para a mulher brasileira do século XIX. Inteligente e independente, sucumbe somente ao amor-paixão pelo poeta Benjamin Carvoliva. Essa paixão e o abandono se tornam a marca da poesia de Júlia da Costa.

A solidão se tornou cada vez maior (...). Fechando-se em casa, acreditava-se perseguida pelos seus concidadãos, vendo o riso e o escárnio em

cada um que a olhasse. Nessa velhice solitária, Júlia da Costa enlouquece e se fecha no casarão, por oito anos, dele só saindo para o cemitério."

Eis um poema dessa melancólica e sonhadora poetisa:

*Outrora, outrora eu amava a vida
meiga, florida, na estação das flores!
Amava o mundo e trajava as galas
dos matutinos virginais amores!*

*Embalde, embalde, no ruído insano
das doidas festas eu procuro a vida!
Meu corpo verga... meu alento foge...
Sou como a rosa do tufão batida!*

Em 1933, no dia 5 de dezembro, três mulheres ousadas decidiram convocar outras mulheres para, juntas, criarem um local para discussão sobre cultura, por não terem entrada no campo de trabalho dos homens. Inicialmente, convocadas 15 mulheres, fundaram elas o Centro Paranaense Feminino de Cultura que, até hoje, além da atividade literária, promove cursos em diversas áreas da cultura. Homenagem, pois, àquelas três mulheres: Deloê Scalco, médica; Ilnah Secundino, advogada, (primeira mulher paranaense a ser funcionária do Itamaraty); e Rosy Pinheiro Lima, também advogada, a primeira brasileira a obter o título de "Doutor em Direito" e a primeira mulher eleita Deputada Estadual, no Paraná.

Em 1959, é o Centro Paranaense Feminino de Cultura que publica "Um Século de Poesia", registrando tratar-se de uma "coletânea da obra completa de todas as poetisas paranaenses, reflexo da alma poética e feminina do Paraná, nesse século de vida literária".

A obra, em suas 630 páginas, apresenta 42 intelectuais do Paraná, relacionando, além de Júlia da Costa e Mariana Coelho, que já mencionamos, outros nomes que vieram a se destacar no mundo literário paranaense.

Essa edição comemorativa do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná apresenta cinco nomes que merecem especial citação: Pompília Lopes dos Santos, Vera Vargas, Gracielle Salmon, Helena Kolody e Laura Santos, esta a única mulher negra a integrar a antologia.

Laura Santos nasceu em Curitiba, em 1921, e começou a escrever muito cedo. Seu primeiro soneto floresceu quando tinha ela apenas 13 anos de idade. O entusiasmo que lhe inspiravam os sonetos de Olavo Bilac, revelou-lhe a sua vocação de poetisa. Em 1953 publicou: "Poemas da Noite", "Desejo" e ainda "Sangue Tropical", premiado pela Academia José de Alencar.

É fácil imaginar a troca de olhares sorrateiros que a leitura do poema SANGUE TROPICAL provocava na pudica sociedade curitibana da época:

SANGUE TROPICAL

*Quero na limpidez
das rimas cristalinas
cantar em sons ardentes
o que vai na minha alma, o que vai no meu sangue...*

*A intensa embriaguez
das auroras divinas
e os cálidos poentes
em que o sol estertora, a vasquejar exangue.*

*Quero cantar o amor
na doce efervescência
de uma noite de orgia
entre os moles coxins de um harém oriental!
Quero cantar o amor
sem laivos de inocência,*

*na fulgente alegria
que revolve o meu sangue ardente, tropical.*

As outras quatro paranaenses, já citadas acima, alcançaram grande expressão e influência no mundo intelectual e literário do Estado.

A revista nº 35 da Academia Paranaense de Letras registra, resumidamente, algumas informações sobre a Professora Pompília Lopes dos Santos, que:

“nasceu em Curitiba, no dia 7 de agosto de 1900. Quando se formou, em 1918, na Escola Normal, já se destacava por seus recursos oratórios e intelectuais.

Tornou-se pioneira em muitas frentes de iniciativas culturais, notadamente na fundação de entidades. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Paranaense de Letras, quebrando velhos tabus.

Desde menina manifestava inclinação pela literatura, por influência de notáveis mestres da sua geração.”

Premiada e aplaudida como mestre e intelectual, a professora Pompília se destacava e era admirada também por sua forma de viver: bondade, compreensão, ternura, serenidade, desprendimento, são os traços marcantes da sua personalidade. Incentivadora dos novos.

Embora se considerasse prosadora, produziu muitos poemas, dentre os quais destaco *AFINIDADE*:

*Na imensidão da praia
há um bloco de granito,
solitário,
apontando o infinito.
Em suave carícia
uma alga-marinha o enlaçou.
Abraço eletivo.*

*Ao sopro da brisa, o vegetal murmura,
afinando a voz ao doce marulhar
das águas mansas.
Um dia, vagas impetuosas,
em doidos arremessos
lançam-se à praia
e arrebatam do granito a companheira...
Só então, o minério sente
sua condição de pária.
Percebe o significado real do isolamento.
E como antena prodigiosa
continua apontando o infinito,
na ânsia indomável de captar mensagens...
Eflúvios de amor que se evolam
da alga-marinha – a rolar
e se debater entre vagas e rochedos.
Mas, lá nas alturas,
enquanto a planta fenece...
eleva-se um clarão de luz sideral!
Sons magníficos alçam-se aos ares...
A antena vibra!
E a alma da pedra canta – em surdina –
a mesma canção da alga-marinha.*

Publicou biografias, romances e, em 1985, a obra “Sesquicentenário da Poesia Paranaense, resultado de incansável pesquisa e coleta de dados. Interessante notar que, dos 179 poetas homenageados no livro, apenas 56 são mulheres: MENOS DE UM TERÇO!

Mulheres... guerreiras de sonhos e de ideais. Não mais tão submissas ou inseguras; não mais tão presas à necessidade de aprovação prévia, como se o alvará do juízo crítico fosse indispensável ao primeiro passo...

Mulheres... contestadoras ou não, ousam debruçar-se sobre os

assuntos que agitam, retorcem suas entradas e que se derramam, esparramam em expressões de arte, cúmplices de inovações e crescimento da inteligência humana.

Na literatura, especificamente, a mulher paranaense, despindo-se de sua timidez cultural, expõe-se, confessa-se, expande limites, entrega-se à lente do estudo e da crítica.

Seu trabalho veio ganhando espaço, aos poucos, porém sempre deixando marcas inconfundíveis do valor da contribuição da voz feminina nas páginas da história cultural do Paraná.

O livro *“Antologia Didática de Escritores Paranaenses”*, de autoria da professora América da Costa Sabóia e da jornalista e professora Hellê Vellozo Fernandes, publicado, em 1976, pela Secretaria da Educação e Cultura, oferece a biobibliografia e textos para estudo de 50 autores paranaenses, dos quais **apenas 9 mulheres: menos de 20%, portanto!**

De Piraí do Sul, na região dos Campos Gerais, o Paraná recebeu Vera Vargas. Professora e advogada, ocupou cargos de destaque em sucessivos governos do Estado.

Criada junto à natureza, teve sua sensibilidade lapidada por sua avó, dona Joana Borba Rolim, a Vovó Nhandy, filha de Telêmaco Borba, o grande sertanista e indigenista, além de respeitado político paranaense que, certamente, impregnou a alma de Vera dos sentimentos de cidadania e de solidariedade.

Poetisa, cronista, trovadora, pesquisadora da trova e da literatura paranaense, publicou apenas um livro, de poemas: *“Um barco na poça d’água”*, em 1968. Destacou-se como compositora e letrista competente, autora de dezenas de hinos para municípios paranaenses, para o Centro Paranaense Feminino de Cultura, além do *“Hino do Reflorestamento do Paraná”*.

Dois poemas de Vera Vargas:

NA ANTIGA OLARIA

*Na antiga olaria
existe um burrinho*

*girando,
girando,
o dia inteirinho,
amarrado a um tronco,
amassando barro.*

*Velha e tosca olaria é a minha vida,
onde um coração fatigado e triste,
mói eternamente
palavras, palavras, palavras...*

MINHA VIDA

*Minha vida
é a sucessão contínua
das noites e dos dias.*

*Enquanto a luz do sol canta radiosa,
acho fácil trilhar minha vereda,
caminho alegre, forte, corajosa.*

*E quando a noite vem, para que não falte guia,
eu tiro do passado uma fagulha de ouro
e risco no meu céu a estrela da poesia.*

Contemporâneas de Vera Vargas, outras duas poetisas de relevo: Gracielle Salmon e Helena Kolody.

Sobre Gracielle Salmon, escrevi, em 1999, o ensaio *“Gracielle Salmon – A Ciranda da Estrela Sozinha”*.

No início de 1947, com 44 anos, edita seu primeiro livro: *“O que ficou do sonho”*. Nele, desnudava seu sentimento e ousava encarar suas emoções, revelar seu intenso, profundo amor. É como se fosse um diário íntimo que, num gesto compulsivo de desespero,

precisa ser revelado. E o amor de Graciette era doídamente desmedido, porque oculto.

Amor amado à distância, platônico e, por isso mesmo, potencializado na ansiedade, nas expectativas, nas idealizações.

Interessante notar que, embora desmorchando-se em amor, dele sempre fugiu, como se houvesse de cumprir o destino de sofrer apaixonada, para poder criar. Não partilhada, a dor cresce, incha, afoga... Escrever, portanto, era uma necessidade, uma compulsão.

Para Graciette, a vida, às vezes sem sentido, tomava o rumo e o sentido da emoção do momento, da alegria fugaz, ou do desalento. Junto com a emoção, o pensamento de Graciette Salmon vagava e divagava, encontrando, nos lugares comuns do dia a dia, os motivos da inspiração. Parecia aceitar a solidão, como se fora implacável fatalismo. E a poetisa se entregava, resignada, sem lutar, sem procurar encruzilhadas que lhe permitissem, ao menos, tentar... Depois, mergulhava, ilusoriamente, numa vida em que o amor, finalmente, parecia dominado, revertendo-se em sentimento manso. Nesse quase autismo voluntário, parecia sentir a vida de forma diversa. E seus poemas tinham outra melodia. Isolava-se em seus sonhos, recolhia-se na vida onírica. E tinha suas razões...

A poesia de Graciette flui graciosa, inspirada, comovente. Abordava o tema amor sem, no entanto, repetir-se. Ao contrário, a cada criação, renovava-se no encontro da imagem poética antes não pensada. No livro *A Vida por Dentro* desfilam os mais belos sonetos de amor que a literatura paranaense já teve.

Da obra de Graciette se pode inferir algumas características de sua personalidade: sensibilidade, perseverança, emotividade, delicadeza, ansiedade, perfeccionismo...

Alma pura, cultuava o belo com zelo, capricho, ternura, quase como que afagando as palavras ao depositá-las, carinhosamente, mas com firmeza, no lugar certo para compor o verso.

Por isso, enalteceu a literatura do Paraná, espalhando generosamente seus trabalhos, por meio de sua rica e intensa

correspondência, que ultrapassava as fronteiras do país. Com justiça, foi chamada de *Consulesa das Letras* e, também, como decorrência, recebeu homenagem inusitada, prestada por poetas mineiros, que colocaram seus trabalhos em primeiro plano, abrindo a antologia *"Garimpeiros de Sonhos"*, coletânea de 240 sonetos, editada em Belo Horizonte.

Versátil, Graciette ia do soneto à poesia livre e à prosa, com a mesma naturalidade, segurança, inspiração. Na métrica, foi perfeita, sem deslizes; na rima, foi criativa, original, revelando cultura invejável, riqueza de vocabulário. Parecia deslizar com suavidade, ao compor cada verso, cada estrofe, o poema inteiro.

Assim como um profissional habilidoso e competente maneja com desenvoltura seus instrumentos de trabalho, Graciette trabalhava com as palavras, numa relação de absoluta intimidade, sem vacilações.

Dominava o vernáculo; usava-o sem esforços artificiais. As expressões fluíam com naturalidade, porque partes integrantes dela mesma.

Publicou, além do livro já citado, mais 11 (onze) obras.

É a expressão lírica da alma da mulher paranaense.

Três poetisas fizeram da poesia sua forma de extravasar o amor não vivido:

Júlia da Costa, que viveu a dupla tragédia de um amor e de um casamento fracassados;

Graciette Salmon, que renunciou ao seu amado, por compreender o sentimento que surgira entre ele e sua irmã e certamente sufocou muitas dores e lágrimas, que apenas os versos acolhiam;

Helena Kolody, que rompeu um noivado, por entender que a vida boêmia de seu amado poderia, com o tempo, transformar o encanto do sentimento em decepção e amargura. Não quis correr o risco de ver seu sonho de amor naufragar em desilusões.

Graciette assim cantou o seu sofrimento, no soneto

DEPOIS DAQUELA DESPEDIDA

*Um aperto de mão, quase apressado,
uma frase banal, sem expressão.*

*Eu tinha o coração despedaçado,
mas sorria, fingindo distração.*

*A voz tranquila, o gesto sossegado.
Em nada se traiu minha emoção.
Dentro de mim, que choro desolado!
Mas era meu sorriso uma canção.*

*A angústia fiz passar despercebida,
porém, àquele adeus, rápido e frio,
minha alma inteira estremeceu ferida.*

*Você partiu. Eu, desde então, sorrio,
e no sorriso esconde este vazio,
este nada que é agora a minha vida.*

E a voz de Helena confessa, no poema

RENÚNCIA

*Porque fuijo de ti, dizes que sou covarde.
Não percebes, então, a excessiva bravura
que é preciso empregar para fugir-se à ventura,
quando em sede de afeto o coração nos arde?*

*Heróica e silenciosa, ignorada e sem glória,
a renúncia, no amor, é a suprema vitória.*

Em uma das mais sublimes composições poéticas, Helena expressou a não concretização carnal desse amor:

*Fomos duas árvores castas.
Não misturamos as raízes.
Apenas enlaçamos
os ramos
e sonhamos juntos.*

Helena Kolody...

Helena Kolody foi a primeira criança nascida, em 12 de outubro de 1912, no recém-criado núcleo colonial de Cruz Machado, Estado do Paraná.

Seu primeiro poema, "A Lágrima", escrito em 1924, foi publicado em 1927.

A partir de 1930, seus versos passam a ser divulgados em jornais e revistas e, especialmente, na revista "Marinha", de Paranaguá.

A beleza de forma e conteúdo do soneto "Sonhar", publicado em 1933, imediatamente alertou a crítica para o talento que surgia.

"Em 1941 publicou seu primeiro livro, "Paisagem Interior". que mereceu o segundo lugar em concurso de poesia, no Rio de Janeiro." (Revista da Academia Paranaense de Letras – Biobliografia, Curitiba, 2001).

Helena Kolody, com sua alma de brasileira, mas com a influência da sua ascendência eslava, é a poetisa do mundo interior, dos grandes sonhos de luz, de paz e de harmonia.

Percepção ampla, profunda, total...

Helena Kolody! Todos, todos, sem exceção, que com ela tiveram contato, expressam a sua admiração pela suavidade, meiguice, fluência no falar. Ouvir Helena era penetrar num mundo poético de grande conhecimento. Cada palavra era parte de um verso novo, que nascia com naturalidade, sem afetação.

Disse Alice Ruiz, certa ocasião: "Quando Helena fala e escreve, poesia e vida se confundem uma na outra" (Alice Ruiz, abril/1987, in Helena Kolody - Série Paranaenses, nº 6, p. 50/51).

Não me atrevo a analisar a obra de Helena. Quem o fez foi o professor-doutor Antonio Donizeti da Cruz. E também a própria Helena, em conversas e entrevistas que concedia, revelava como entrelaçava os fios da sua criação.

Afirmava haver “um elemento lúdico no fazer poético, uma emoção de prazer, como em qualquer jogo. É um jogo fascinante, feito com palavras” (Um Escritor na Biblioteca, edição da BPP, 11.08.1986)

Parece, mesmo, que Helena brincava com as palavras, como menina travessa, só para ver o resultado. Ficava na expectativa da reação, da qual ela necessitava, para validar a qualidade do seu trabalho. Dizia que lhe faltava senso crítico e que, portanto, não tinha certeza do valor do poema, razão pela qual a importância do julgamento alheio. Talvez por isso burilava, com tanto esmero, os seus versos.

O conhecimento linguístico admirável, o domínio de recursos estilísticos, as originais metáforas, a fina sensibilidade e intensa emoção refletidos nos poemas kolodyanos levaram, inevitavelmente, ao reconhecimento e admiração.

O sucesso foi – e é – merecido. Seu próprio nome parecia prenunciar a colheita, pois o anagrama de Helena Kolody, ao se efetuar a transposição das letras, revela: “ei-la colhendo”. Helena continua colhendo os aplausos, porque é (sim, no presente), é a voz feminina na literatura que comove, apaixona, sensibiliza, enternece, acrescenta.

A lamentar, tão somente, que as autoridades públicas não estejam (como nunca estiveram) voltadas à divulgação mais ampla da obra da inconfundível Helena Kolody.

Quanto amoroso cuidado tinha ela na escolha da forma de dizer. Então, confessava:

‘A poesia é, para mim, como uma visita inesperada. Nunca sei como, nem quando vai chegar. Começo a sonhar palavras. Depois, não sei se está bom, ou se está fraco, onde falhou. (...) O sonho sempre é mais bonito (...). A

expressão é uma luta ingente com as palavras. Quando acerto as que eu queria, transbordo de felicidade.

“Junto com a alegria de criar, existe a agonia de perseguir o inatingível.”
(Um Escritor na Biblioteca, edição da BPP – 11.08.1986)

“A palavra nem sempre consegue captar o sonho. O sonho é um voo. E o que digo é a sombra do que sonhei. O que a gente sonhou é maior, não conseguiu dizer” (Revista Cartaz 31.03 a 06.04.94).

O primeira estrofe do poema *CANTO MÍSTICO* bem demonstra a angústia, a luta interior entre o imaginado, sonhado e a limitação imposta pela concretude da manifestação verbal, a impossibilidade de dizer a essência, de expressar, fielmente, a intensidade do sentimento.

*“Aqui estou, Senhor, no meio desta nave
pra cantar em teu louvor.
Minha voz é prisioneira da garganta:
conhece a gama dos sons e não pode cantar.”*

Versátil, transitava, com a mesma facilidade e competência, entre os diversos estilos. Foi a primeira poetisa a publicar haicais. Observações comuns do dia a dia transformavam-se em inspirados poemas:

*“Vão demolir o casarão da esquina: / a casa antiga, ornada de volutas,
/ folhas de acanto na fachada, em frisos, / a sacada uma renda em ferro azul,/e
a cascata de mármore da escada. (Pêndula, primeira estrofe).*

*“Em seus caramujos, / os tristes sonham silêncios. / Que ausência os
habita? (Os tristes). “A morte desgoverna a vida./Hoje sou mais velha/que meu
pai.” (Idade).*

*“Cuidado, astronautas,/ com a lua crescente!/ Como poderão os deuses
/ beber a eternidade,/ se quebrares essa taça / de cristal luminescente?” (Lua
crescente).*

*“Alma inquieta, dividida / entre o real e o sonhado: / a ventura deste
mundo / lembra um riso soluçado.” E “Tinha o corpo delicado,/ era asa-delta
em menina./ Agora é um carro enguiçado / que não sai da oficina.” (Trovas).*

Com o seu porte majestático, Helena parecia ser a própria manifestação onírica. Era o sonho o seu refúgio.

Creio mesmo que o sonho era seu alimento vital.

Helena era autêntica. Aliás, tudo nela era autêntico, comovente. Sua vida foi uma permanente demonstração de verdadeira e eloquente beleza.

Faleceu em 14 de fevereiro de 2004.

Dias após, relembrando as visitas que lhe fazia, assim escrevi:

As mãos se levantam, abertas, leves como pássaros se alçando para o voo. Mãos generosas e acolhedoras. Acompanha as mãos, o sorriso largo, sincero. E os olhos confirmam todos os gestos: profunda e intensamente azuis, também se doam e sorriem. Afinal, mesmo sentada, seu corpo todo recebe, amorosa e serenamente.

Quem é capaz de esquecer um encontro assim?

A emoção aflora e a vontade é ficar de joelhos à sua frente, para usufruir, inteiramente, o privilégio de poder ouvir, ver, sentir... Doce Helena...

Os lábios se abrem e as palavras brotam. Nascem poesias, espontaneamente. Nada para estranhar; afinal, ela não é poeta: ela É poesia.

Cada encontro com Helena Kolody era uma viagem preciosa por mundos oníricos. Era receber a oportunidade de compartilhar revivescências, lições de vida e de amor.

Atenta, observadora, sabia conhecer, pressentir, ouvir também com a pele e com o próprio instinto os sinais emanados por quem estava ao seu lado. Sua percepção vibrava à mínima mensagem.

A sua sensibilidade não se limitou à criação poética, embora, por meio dos poemas ela tenha manifestado toda profundidade das emoções, que até mesmo as pequenas situações do dia a dia provocavam.

A natureza, a vida, as crianças, flores, astros, estrelas, fatos... tudo alcançava estado de vibração intensa.

Professora perspicaz, fazia da sua intuição a bússola a indicar

o caminho preciso para alcançar o objetivo, não de instruir, apenas, mas de verdadeiramente educar... por isso, respeitada por todos seus alunos.

Sensibilidade para saber o momento adequado para agir, para alertar, para ponderar, para decidir... por isso, amada por todos.

Sensibilidade para avaliar as incontáveis produções literárias que lhe eram enviadas, para apreciação, usando palavras adequadas de estímulo... por isso, admirada por todos.

Sensibilidade, afinal, perante ela mesma, aceitando com dignidade os seus limites, as dificuldades impostas pela idade. Jamais alguém a ouviu maldizer a situação que a impedia de participar das atividades que, antes, tantas alegrias lhe proporcionavam. Ao contrário, sempre demonstrou gratidão por tudo quanto vivia. A fé, sua companheira fiel e permanente, garantia-lhe a confiança no amor divino.

Enfim, pela mulher fascinante, professora competente e poetisa incomparável, foi aclamada, aplaudida, homenageada. E jamais perdeu a humildade.

Sensibilidade na hora derradeira... Reconhecendo que o grande e magistral poema de sua vida estava sendo concluído, testemunhou a colocação do ponto final cantando "Ramona", a música preferida na mocidade. Colocou em prática o que confessara ao encerrar o poema CANTIGA: "Chegar ao porto / da vida finda, / cantando sempre, / sonhando ainda."

Com certeza, a vida de Helena Kolody não teve ponto final, porque ela permanece imortal nos exemplos e na obra que deixou e que, indefinidamente, continuarão a despertar e estimular a sensibilidade em todos nós, pois, como disse a poetisa Cora Coralina: "Não morre aquele / que deixou na terra / a melodia de seu cântico / na música de seus versos."



OS 130 ANOS DA LEI DE OURO

Por MARIA SANDRA TEIXEIRA GONÇALVES



Era o segundo domingo de maio de 1888 e D. Pedro II, com a saúde bastante abalada pela diabetes desenvolvida na vida adulta e pela epilepsia congênita herdada do pai, estava na Europa em tratamento médico. Fiel ao movimento abolicionista que apoiava havia tempos, a Princesa Imperial Regente Isabel Cristina de Bragança e Bourbon, ocupando a regência do país pela terceira vez, deixou Petrópolis, onde passava uma temporada na casa de veraneio da família real, para ir ao Palácio do Rio de Janeiro. Lá, em nome de Sua Majestade, o Imperador, assinou a Lei 3.355, que passaria à história com o nome de Lei Áurea.

Não se tratou de uma traição. O culto e estudioso imperador também não via o trabalho escravo com bons olhos. No entanto, dada sua amizade com os barões da cafeicultura, era mais fácil que a filha ficasse com responsabilidade pela decisão que desagradaaria boa parte deles. O primeiro passo fora dado dois meses antes, em março de 1888, quando a princesa forçou a renúncia do conservador João Maurício Wanderley, o Barão de Cotelipe, então presidente do Conselho de Ministros do Império. Para seu lugar, Isabel nomeou o liberal João Alfredo Correia de Oliveira, aliado de primeira hora da causa abolicionista.

Na visão da jornalista Regina Echeverria, autora da biografia *A História da Princesa Isabel – Amor, liberdade e exílio*, áurea mesmo foi a coragem da regente. Sem a assinatura de Isabel, avalia a escritora, a lei de ouro levaria mais alguns anos para ser votada. Isabel era

uma convicta defensora da liberdade. Seu empenho havia sido fundamental para a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e para a Lei dos Sexagenários, de 1885.

A esposa do Conde d'Eu também financiou a alforria de escravos e apoiou a manutenção do Quilombo do Leblon, onde se cultivavam as camélias que simbolizavam a campanha pelo fim da escravidão.

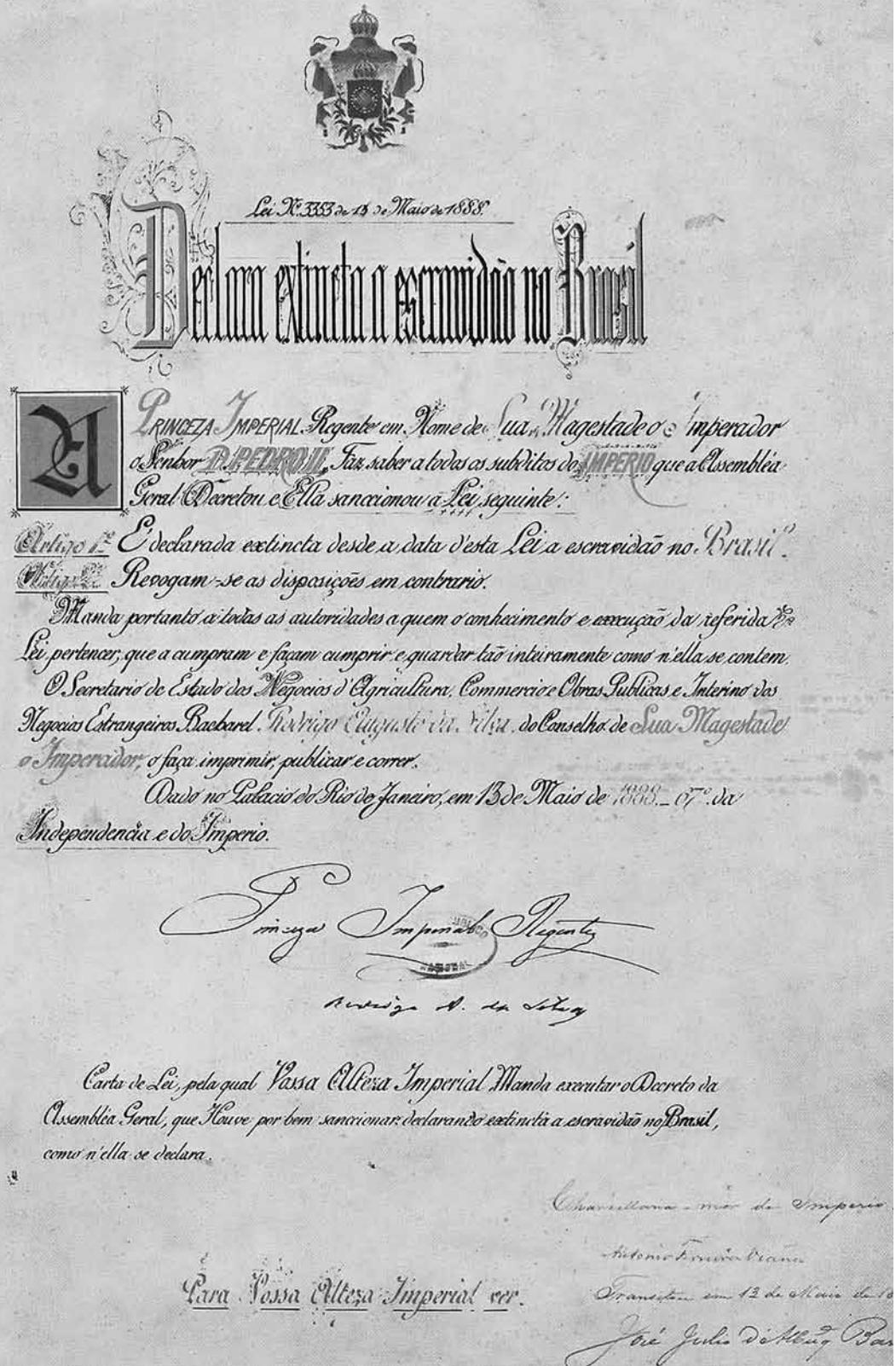
Do ponto de vista legal, a Lei Áurea pôs fim a mais de três séculos de exploração de homens e mulheres que tiveram sua dignidade aniquilada no país para onde vieram a contragosto. É indiscutível, portanto, o seu valor humano e histórico.

Mas, a despeito da vitória obtida pela Princesa Isabel e por outros ativos abolicionistas, como o engenheiro baiano André Rebouças e o negociante português José de Seixas Magalhães, a liberdade de fato não veio. Os escravos negros não estariam mais confinados às senzalas, mas a eles não foram oferecidos caminhos para partilhar da prosperidade das casas grandes. A questão é abordada em profundidade na obra *A integração do negro na sociedade de classes*, escrita pelo sociólogo Florestan Fernandes, que aponta a falta de oportunidades de trabalho para os negros e a substituição de sua mão de obra pela dos imigrantes italianos nas lavouras de café paulistas. Também Gilberto Freyre, no clássico *Casa Grande e Senzala*, considera a abolição um marco do distanciamento entre os negros e brancos e, em sua visão, do aumento do isolamento social dos homens então libertados.

Contexto

Em perspectiva histórica, é fácil compreender por que o 13 de maio perde espaço para o 20 de novembro na agenda dos que lutam pela igualdade racial. As circunstâncias que antecederam a promulgação da lei indicam que ela não foi somente resultado de





uma conquista. O Brasil foi a última das nações independentes das Américas a abolir a escravidão. A delonga indica menos uma decisão movida pelo respeito à dignidade das pessoas submetidas ao trabalho escravo e mais uma consequência das pressões vindas de todos os lados, inclusive das nações vizinhas. Além disso, embora ainda houvesse resistência à abolição, era crescente entre os fazendeiros a percepção de que elevariam seus lucros livrando-se da responsabilidade pelo sustento dos homens escravizados e optando pela força de trabalho assalariada dos colonos.

Os fatos que permitem analisar a Lei Áurea sem maniqueísmos ou romantismos são conteúdo recente nos livros didáticos de História. Só há 15 anos, com a Lei 10.639/2003, a mesma que instituiu o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra em memória da morte de Zumbi dos Palmares, é que o ensino dos acontecimentos que envolveram a escravidão negra ganhou contornos mais reais.

Nas novas diretrizes curriculares para o estudo da cultura afro-brasileira e africana, os negros passaram a ser considerados como sujeitos históricos, com pensamento e ideias que merecem registro. Decorre do marco legal a menção a intelectuais negros brasileiros e também às religiões e manifestações culturais de raízes africanas. O termo “escravo” usualmente empregado nos materiais didáticos até 2003, foi substituído por “homem escravizado”, para que não se perpetue entre as novas gerações a noção de que a escravidão é condição natural de qualquer ser humano.

Na luta pela ressignificação de conceitos, há quem defenda que a expressão “igualdade racial” deva ser abolida, pois a raça humana é uma só, seja qual for o tom de pele. No entanto, a maioria dos ativistas negros do Brasil defendem que o termo “racial”, empregado na defesa da equiparação de oportunidades para os negros, têm conotação sócio-política. Tanto assim que o termo dá nome à Lei 12.288/2010. É o Estatuto da Igualdade Racial, criado para corrigir distorções históricas por meio da promoção de políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e trabalho

para a população negra. O Estatuto também resguarda direitos das comunidades quilombolas e a liberdade de culto para as religiões de matriz africana.

Desigualdade

Passados 130 anos da Lei Áurea e 30 anos da promulgação da Constituição Federal que garante em seu Artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” temos, às portas da terceira década do século XXI, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a revelar uma disparidade na média de renda *per capita* nacional segundo a cor da pele. A renda média é de R\$ 741,60 entre negros e pardos e de R\$ 1.334,30 entre os brancos. Os indicadores da educação também expressam a assimetria racial presente no Brasil. A taxa de analfabetismo é de 11% entre negros e pardos e de 5% entre os brancos. Na educação de nível médio, outras diferenças: 70,7% dos adolescentes brasileiros de 15 a 17 anos estão regularmente matriculados na série adequada à sua idade. Considerando somente os negros e pardos, esse índice cai para 55%. Mais: são negras 64% das 493.145 pessoas encarceradas que tiveram raça, etnia e cor classificadas no fim de 2017 pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), promovido pelo governo federal.

Distorções desse tipo não são exclusividade do Brasil. Para combatê-las, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 1965 a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil é signatário desde 1966. Mais recentemente, a ONU destacou o período de 2015 a 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes, conclamando os países do mundo a reforçar a cooperação nacional, regional e internacional para fazer valer os direitos sociais, econômicos, civis, políticos e culturais dos descendentes de africanos, bem como sua participação plena nos mais variados âmbitos da vida social.

O dia 13 de maio de 1888 tem, indiscutivelmente, lugar de destaque na linha de marcos legais que revelam a caminhada do Brasil contra a discriminação racial. Mas é no respeito a essas leis, na equiparação efetiva de direitos, na solidariedade social, e no empenho pelo resgate histórico, permitindo que os afrodescendentes conquistem o legítimo direito a conhecer suas raízes e preservar suas tradições, que honraremos o esforço abolicionista e construiremos em nosso país sociedade áurea.

Maria Sandra Teixeira Gonçalves

Jornalista especializada em sociologia política.





O MÁGICO DA PALAVRA

Por RENÉ ARIEL DOTTI

Os maiores momentos de sedução de minha infância, nos domingos à tarde no circo dos Irmãos Queirolo, na Praça Carlos Gomes, eram as faces brancas da maquiagem, a vestimenta negra (o fraque), a destreza das mãos e a cartola do mágico. Elas dançavam em retas e curvas, para cima e para baixo, enquanto os dedos puxavam do grande e brilhante chapéu de veludo preto a variedade colorida de lenços, flores, bonecas e até mesmo coelhinhos agitados agarrados pelas orelhas. Eu me perguntava: *“Como é isso? Tanta coisa não cabe no chapéu”*.

Essas imagens vêm à lembrança com a leitura do terceiro volume da *Poesia Reunida*, de **João Manuel Simões**, publicadas no decênio 1980-1990. *Poemas de um heterônimo crí(p)tico, Poemas da infância, Canto plural ou tentação de Ícaro, Lira de Dom Quixote e Flauta Mágica*, formam a constelação de palavras com o mundo intermediário do autor, pleno de figuras, lugares e tempos. Na imaginária e fluída percepção da *Comédia* – que Erich Auerbach (1892-1957) concebe como *“um poema didático enciclopédico”*, **Simões** antevê a existência de uma *Santíssima Trindade Poética* apresentando *“Virgílio: foi esse o Pai. / E Dante o Filho. / Entretanto, / depois deles sobressai/ Pessoa, O Espírito Santo.”*

A Constituição declara que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança (e também ao adolescente), com absoluta prioridade, direitos fundamentais a partir do direito à vida, alimentação, educação, saúde e outros também relevantes. Certamente o legislador pensou em seu tempo de infância ao fazer

esta promessa que infelizmente não é cumprida para milhões de criaturas. Mas o poeta não esquece a criança feliz quando o soneto abre o “inventário da infância” que também pode ser encontrado nas “memórias de um menino”:

“Trouxe da infância rosas e manhãs/ e tarde parecendo a vida inteira, /ribeiros, prados, pássaros, maçãs, /papagaios erguidos na ladeira, / a velha casa, e entre muitas vãs / aquarelas, a imagem verdadeira / do velho avô com suas puras cãs, / sentado, absorto, à sombra da figueira. / Trouxe da infância (de além-mar!) brinquedos, / trens, carrosséis, bonecos, instrumentos oníricos / da orquestra da lembrança. / Trouxe comigo caixas com segredos, / bolas, contos, piões, latins, inventos / duma inquieta – que fui e sou – criança”.

A palavra está na *cartola* do poeta. Rebuscada pelos dedos da mão direita ele desenha no ar com a mão esquerda os versos de “O menino que eu era / morreu há muito. / Assim, / acabou-se a quimera: /eu sou órfão de mim”

A ponte de ouro entre o pensamento e a escrita; entre a geração e o termo; o conteúdo e a forma; o espírito e a criação é a *palavra*, o fenômeno mágico da comunicação do ser humano, assim glorificada nos versos de **Simões**, que desfilam numa passagem de sua *Poesia Reunida*: “É preciso, portanto que eu invente, / como quem executa uma alquimia, / as palavras, o sangue do poema”.

E assim caminha o nosso vate pelas frestas de uma quarta dimensão da existência. Ele enxerga a *Boca Maldita* e o contingente de insurretos buzinando contra a ditadura e os prebostes dos governos. Pergunta pela *Maria do Cavaquinho*: “Por onde anda, por onde, / andante, ondeante,/ com seus amuletos e andrajos, / a dedilhar o instrumento glorioso?” Não muito longe, nem muito perto dá de frente com o *Esmaga*, a fonte irreverente do jornalista Mazza, “figura de profeta, muito embora / sem barbas brancamente fidedignas. / Traz na ponta da língua sempre / a última catástrofe, / o óbito mais recente”. De uma das trincheiras da *Boca* o *Esmaga* era a gargalhada de alto decibel, o sarcasmo da verdade e a estocada perfurante na honra dos corruptos e outros personagens que

caíssem em sua alegre rede de intriga e maledicência.

Enquanto isso, o mágico continua retirando do chapéu um imenso e luminoso colar de palavras para compor alegria, tristeza, amor, saudade, melancolia e tudo o mais que fazem pensar sobre o elo entre a vida, a morte e a ressurreição.

Respeitável público! Senhoras e senhores! Meninas e meninos!. Sejam bem-vindos! O circo está chegando!

“O mundo é uma escola, a vida é o circo”.

MARISA MONTE (1967-) Cantora, uma das maiores artistas da música brasileira na atualidade.

René Ariel Dotti Advogado • Professor Titular de Direito Penal pela Universidade Federal do Paraná • Ex-Professor de Direito Processual Penal em curso de pós-graduação da mesma instituição • Corredor dos projetos que se converteram na Lei nº 7.209/1984 (reforma da Parte Geral do Código Penal) e Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) • *Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados* (2007) • *Medalha Santo Ivo – Patrono dos Advogados*, conferida pelo IAB (2011) • *Comenda do Mérito Judiciário do Estado do Paraná*, concedida pelo TJ-PR (2015) • Redator do anteprojeto sobre o procedimento do Júri (Lei nº 11.689/2008) • Autor do *Curso de Direito Penal- Parte Geral*, 5ª ed., atualizado com a colaboração de Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013 • *Comentários ao Código Penal*, Rio de Janeiro: G/Z Editora, vol. 1, t. 1 e 2 - 2014, 2016. • Diversos artigos de Direito.





DESAFIOS E DISSONÂNCIAS

Por MARTA MORAIS DA COSTA

A voz do poeta Paulo Henriques Brito em *"Trovar claro"* (2007) busca explicar a literatura:

Dúvida, porém, não há: língua é língua, e clavicórdio, clavicórdio é.

(...)

*palavra é mais que o babujar do vento,
que o monocórdio de cigarra ou pássaro,
mais mesmo que o mais sábio clavicórdio.*

*Mais mágica que música, afinal,
a inflacionar o mundo de fantasmas.*

Desses fantasmas se faz o real.

A língua que falamos e que expressa nossos desejos e pensamentos transcende o mundo real, converte-se em tempo imortal porque ganha a concreta forma da canção que, mesmo barata, persiste. Seu primeiro poder é o da permanência.

A literatura em sua forma mais desveladora cria mundos. Não se submete a apenas retratar o real. Por isso, seu poder, sua “mágica”.

E que pode a literatura contra a avassaladora corrente do sim? Sim ao mercado, sim à mesmice, sim à mídia, sim ao mediano? Que papel pode representar o texto literário numa sociedade marcada pela

ausência progressiva de leitores, pela incapacidade de compreender os meandros dos escritos, suas fissuras, seus abismos?

Que papel está reservado ao leitor nessa conjuntura? Que reais condições apresentam nossos jovens leitores, mais ligados aos fatos de uma realidade violenta, vivendo a perda das ilusões, submetidos a valores calcados no aqui e agora, lendo uma possível imortalidade em linguagem fragmentada, tautológica e quase onomatopaica?

Ítalo Calvino, na obra antológica **Por que ler os clássicos?** (1993) responde em 14 itens a este impasse da cultura contemporânea a se liquefazer, como a qualificou o filósofo Zigmunt Bauman. Seleciono três deles:

“Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.”

“Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram”

“Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos.”

Essa perspectiva de entendimento dos textos que desafiam a mortalidade, reserva para o leitor uma função exclusiva e insubstituível na corrente cultural em que se inserem os textos, de vez que a leitura é que permite a descoberta do real, o dizer inovador, o inédito. E a escola, ao apresentar aos jovens a história da literatura, muitas vezes o faz de uma perspectiva equivocada, sobrepondo ao fato literário uma didática de engessamento, de lista, de classificações limitadas.

Júlio Pimentel Pinto, em **A leitura e seus lugares** (2004) esclarece a respeito das histórias literárias constituídas a partir da localização das *escolas literárias* ou de *estilos de época*:

Não há equívoco algum ao selecionar obras e autores e articulá-los criticamente, com objetivos didáticos ou com a intenção de compreender mais amplamente tendências e movimentos de um certo período. É claro que aqueles que estudaram os diversos autores reunidos na ‘escola’ ou pertencentes ao ‘estilo’ sabem muito bem que a associação se deu posteriormente à elaboração das obras em si e que ela tem caráter precário e provisório. O risco de banalização surge quando o leitor troca a obra pela crítica constituída em torno dela ou quando o ensino da história literária omite o sentido arbitrário e contingente que as associações entre autores tiveram. (...) George Steiner assombra-se que seus alunos de Cambridge estudem as relações entre Shakespeare e Dante sem nunca terem lido uma linha de Dante. Se Steiner visse o panorama acadêmico brasileiro talvez tivesse exemplos ainda mais terríveis para dar.

O que se observa nesse comportamento é que os produtos visados são a compartmentalização dos conteúdos e o caráter absoluto das verdades. Esse é o conflito maior vivido por docentes e estudantes no trabalho com a literatura: a subversão, a diferença e a capacidade de reflexão sobre o ser humano, proporcionadas pela literatura, ficam reduzidas ao sistema, ao enquadramento, à legibilidade denotativa, ao esvaziamento das razões primeiras de existência da literatura: a sua leitura e descoberta renovada em cada atuação do leitor, não importa o momento histórico, a ideologia, a metodologia, o sistema.

Lenine, músico, cantor e compositor, afirma em comentário sobre o livro de Augusto dos Anjos **Eu e outras poesias**, reeditado recentemente:

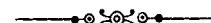
“Este foi um livro marcante na minha vida. Meu pai, poeta e amante de poesia, foi quem me aplicou Augusto dos Anjos, e me lembro até hoje do impacto que me causou a descoberta. Meu pai abrindo aleatoriamente o livro e pinçando sonetos metafísicos,

proféticos, soturnos, e, a cada novo soneto, minha admiração pelo poder daquelas palavras aumentava. (...) Há pouco tive o prazer de constatar a perenidade do poeta e retribuir o gesto de meu pai. Apliquei Augusto a meu filho de 16 anos e creio que, pelos olhos de Bruno, o impacto tenha sido o mesmo.” (Folha de São Paulo, 17 abril 2005. Ilustrada, p.2)

Depoimento que contraria a maior parte do trabalho que a escola realiza ao apresentar a literatura a jovens que ou não conhecem os prazeres da literatura ou a encontram, ao revés de sua juventude, em roupas antigas, de anquinhas, espartilhos e altas perucas empoadas.

A pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” registrou que a maior influência na formação de jovens leitores se origina na família e, em menor grau na escola. Esta, teoricamente, tem o tempo, os acervos, a formação profissional e as metodologias que poderiam realizar duradoura e efetivamente a formação de leitores autônomos.

Enquanto isso, a mágica das palavras cede espaço a clavicórdios desafinados.



O SILENCIO GRITANTE DE INGMAR BERGMAN

Por ROBERTO MUGGIATI

Minha relação com o cinema de Ingmar Bergman é epidérmica e visceral. E tem também a ver com a lembrança: em nenhuma obra de arte – excetuando talvez o *Tempo perdido* de Proust – a memória afetiva é tão bem ilustrada como nos *Morangos silvestres*.

Lembro um punhado de loucos, jornalistas cinéfilos, acobertados pela escuridão numa segunda-feira de Carnaval no final dos anos 1950, assistindo num poeira de Curitiba a *Quando as mulheres esperam*, em sueco, *Kvinnors väntan*. (Aprendíamos um pouco de sueco nos filmes de Bergman. *Kvinnor*, que palavra estranha para “mulher”, aparecia ainda em *Kvinnodröm/Sonhos de mulheres* e *För att inte tala om alla dessa kvinnor/Para não falar de todas essas mulheres*.) Não me perguntam o que fazia aquele filme naquele dia naquele poeira. Era difícil, quase impossível, ter acesso aos filmes mais antigos de Bergman; ao final da década de 50 ele já havia dirigido cerca de vinte.

Tudo isso mudou para mim quando parti para Paris em outubro de 1960 com uma bolsa de estudos. As aulas no Centre de Formation des Journalistes eram à noite, três noites por semana, eu tinha o resto do tempo livre para me divertir no maior playground cultural do mundo.

Como cinéfilo, ganhei um *upgrade* no meu ano e meio de Paris: via dois filmes por dia, um deles inevitavelmente na Cinémathèque. O pioneiro do cineclubismo no Rio, Dejean Magno Pellegrin, morava lá e se tornaria meu *personal* de cinefilia (na época não se usava essa expressão, nem mesmo guru). Conheci Dejean num bistrô das

redondezas da Cité Universitaire frequentado por cineastas e cinéfilos brasileiros. Joaquim Pedro de Andrade morava lá, estudava no IDHEC (Institut de Hautes Études Cinematographiques), ficamos amigos. No fim do ano foi um festival, vieram de Roma Paulo César Sarraceni e Gustavo Dahl, que estudavam cinema em Roma e tinham um colega italiano chamado Bernardo Bertolucci. Dejean morava perto, dividia um apartamento com o pianista Artur Moreira Lima em Montrouge.

Minha mudança de endereço para a Place Dauphine, na Île de la Cité, não rompeu meu contato com Dejean. Logo passamos a compartilhar o que começou como um passatempo inocente e se tornou uma verdadeira obsessão: caçar filmes de Ingmar Bergman por toda a cidade. Dejean aparecia com a revistinha *La Semaine de Paris* debaixo do braço: "Está passando *Törst* num cinema de bairro perto da Mairie do 9ème, cara, vamos nessa." E lá íamos nós, fazendo três ou quatro "correspondances" (trocas de trem) no metrô de Paris. *Törst*, de 1949, era *Sede* em português, no Brasil se chamaria *Sede de Paixões*. Na França tinha o título poético de *La Fontaine d'Arethuse*, alusão a um recanto da Sicília mencionado no filme, que trata basicamente da DR de um casal numa viagem de trem da Itália à Suécia, atravessando a Alemanha devastada pela guerra. A evocação da ninfa Aretusa seria a metáfora da impossibilidade do amor. O filme, embora um Bergman menor, me tocou fundo e levou a visitar a Fonte de Aretusa, em Siracusa, no meu Grand Tour daquele verão. E a revisitá-la em 1999, 38 anos depois.

Havia muito Bergman a descobrir. Antes de *Morangos silvestres*, de 1957, ele tinha rodado dezessete longas. Dejean e eu – e outros bergmaníacos do nosso círculo – fazíamos concursos para ver quem lembava mais títulos originais: *Det regnar på vår kärle* (*Chove sobre nosso amor*), *En lektion i kärlek* (*Uma lição de amor*) *Sommarnattens leende* (*Sorrisos de uma noite de amor*), o quebra-línguas *Smultronstället* (*Morangos silvestres*), *Ansiktet* (*O rosto*) e o belíssimo *Gycklarnas afton* (*Noites de circo*), que teve traduções inspiradas em francês (*La Nuit des Forains/A noite dos circenses*) e em inglês (*Sawdust and Tinsel/Serragem e*



purpurina). Eu levaria a mania pela vida afora: um dos títulos mais geniais para mim é o de *Gritos e sussurros: Viskningar och Rop*. Claro, os franceses, inventores e cultores da sacrossanta Sétima Arte, projetavam estes filmes em **v.o.** – versão original – o áudio em sueco, com legendas. Assim, pela persistência das falas, sempre aprendíamos alguma coisa: *Jag älskar dig* (Eu te amo); *ingen tingen* (nada).

Em sessenta anos de carreira, Bergman faria mais de cinquenta filmes importantes, uma obra comparável à de um cineasta prolífico como Alfred Hitchcock, o que pode ser considerado um feito para um modesto filho de um pastor luterano e de uma enfermeira nascido num país que ficava à margem do eixo principal da produção cinematográfica. Jean-Luc Godard, escreveu para os *Cahiers du Cinéma* em 1958: “O cinema não é um ofício. É uma arte. Cinema não é um trabalho de equipe. O diretor está só diante de uma página em branco. Para Bergman estar só é se fazer perguntas; filmar é encontrar as respostas. Nada poderia ser mais classicamente romântico”. A definição de Godard não deixa de ser romântica e um tanto ingênua. Cinema é e sempre foi indústria e, para levar sua arte às telas Bergman teve de enfrentar toda a carga empresarial e burocrática que envolve fazer e exibir um filme. Mas só persistência e força de vontade não bastam, é preciso que o cineasta tenha algo muito importante a dizer ao mundo. Bergman tinha e começou a mostrar isto na segunda metade da década de 1950, com filmes como *Sorrisos de um noite de amor* (1955), *O Sétimo selo* e *Morangos Silvestres* (ambos de 1957). Começou aí também seu imenso prestígio internacional. Em 1966 ele daria um extraordinário salto de qualidade com *Persona*, seu primeiro filme com Liv Ullmann, que se tornaria sua musa e mulher. Precedido pela Trilogia do Silêncio, *Persona* é sucedido pelos filmes sombrios rodados na ilha de Fårö onde Bergman se refugiaria em várias ocasiões em sua vida. Estes thrillers psicológicos levam a marca do diretor: *A hora do lobo*, *Vergonha* e *A paixão de Ana*.

Em 1964 Bergman fez seu primeiro filme em cores, a comédia *Para não falar de todas essas mulheres*, uma paródia do 8½ de Fellini, que

o crítico Roger Ebert considerou “o pior filme feito por Bergman.” Ele voltaria a usar a cor em filmes da fase final de sua carreira, como *A hora do amor* (1971), *Gritos e sussurros* (1972), *Cenas de um casamento* (1973), *O ovo da serpente* (1977) *Sonata de outono* (1978) e *Fanny e Alexandre* (1982).

Ao contrário de muitos cineastas da sua geração – que mergulharam de cabeça no mundo da imagem, deixando de lado o universo das palavras – Bergman sempre foi muito ligado à literatura. Não deixa de ser, ele mesmo, um mestre da palavra. Sempre escreveu muito e publicou vários livros, entre eles a genial autobiografia *Lanterna mágica*. Este trecho dá uma ideia do seu humor peculiar:

“Confiando no silêncio de meu vizinho de carteira na escola, que se chamava Nisse, contei que meus pais haviam me vendido para o Circo Schumann (...). No dia seguinte, minha fábula estava na boca de todos (...). A professora achou o assunto tão sério que escreveu uma carta a minha mãe (...). Fui colocado contra a parede, humilhado, foi um escândalo (...). Vinguei-me do meu ex-amigo perseguindo-o ao redor do pátio da escola com a faca de escoteiro do meu irmão. Quando uma professora se atirou entre nós dois, eu tentei mata-la. Recebi uma suspensão da escola e apanhei muito em casa. Mais tarde, o meu falso amigo contraiu paralisia infantil e morreu, o que me alegrou muito.”

O domínio da palavra dá um trunfo a mais para Bergman na feitura de seus filmes. Uma das cenas mais eróticas do cinema não é mostrada em imagens, mas transmitida simplesmente através da palavra. Em *Persona*, Bibi Anderson relata para Liv Ullman um dia de verão que passou numa praia deserta. Faz calor. Ela e uma amiga tiram os biquínis e tomam banho de sol nuas. Dois rapazes aparecem do nada e param. Ficam a olhar. Quase sem palavras, rapazes e moças fazem sexo. Bibi diz que nunca na vida sentiu tanto prazer, repetidas vezes. Ela volta para casa, ao encontro do marido. Jantam, tomam

vinho e vão para a cama. Também com o marido o sexo é fantástico, ela nunca sentiu tanto prazer. Tudo isso durante cinco minutos e meio em imagens banais em preto e branco, as duas mulheres conversando num quarto de hospital.

Bergman também exerceu uma importante presença no teatro sueco. Começou a estudar arte e literatura na Universidade de Estocolmo aos dezenove anos, envolveu-se em teatro estudantil e tornou-se “um genuíno viciado em cinema.” Embora não se formasse, escreveu uma quantidade de peças e uma ópera e tornou-se diretor assistente num teatro. Em 1942, teve a oportunidade de dirigir um de seus próprios textos, *A morte de Caspar*. Membros da produtora de cinema Svensk Filmindustry gostaram da peça e convidaram Bergman para escrever roteiros: esta foi a sua a sua porta de entrada para o cinema.

Simultaneamente a seu trabalho como cineasta, construiu também uma carreira vitoriosa como diretor de teatro. Daí a importância que sempre deu, em seus filmes, ao trabalho de direção de atores. A projeção internacional que Ingmar Bergman deu a seus astros e estrelas os levou a serem cobiçados e atraídos pelo mercado internacional.

Max von Sydow – que fez doze filmes sob Bergman, a partir de *O sétimo selo* – participaria de dezenas de produções no chamado “cinemão”, nos últimos 50 anos. Sua carreira no estrangeiro começou em 1965 no papel de Jesus Cristo em *A maior história de todos os tempos*, dirigido por George Stevens. Fez dois filmes com John Huston (um deles *A carta do Kremlin*), interpretou *O exorcista* e foi dirigido, entre outros, pelos italianos Rosi, Lattuada, Zurlini, Bolognini, Argento; pelos americanos Sydney Pollack, Spielberg, Scorsese, David Lynch, Ridley Scott, Woody Allen (*Hannah e suas irmãs*) e pelos europeus Bertrand Tavernier, Lars von Trier e Wim Wenders. Até mesmo da saga *Star Wars* von Sydow não escapou: em 2015 fez o papel de Lor San Tekka em *O despertar da força*.

Com seu rostinho bonito e imenso talento dramático, Bibi

Anderson também pontificou em dezenas de produções internacionais. Começou com Bergman em 1955 em *Sorrisos de uma noite de verão* e fez com ele treze filmes. Na carreira estrangeira, iniciada em 1963, destacam-se um faroeste com James Garner e Sidney Poitier (*Duelo em Diablo Canyon*), o filme de espionagem de John Huston *A carta do Kremlin* (é a mulher de Orson Welles); na Itália, uma comédia com Alberto Sordi, um thriller com Giuliano Gemma; *Chove em Santiago*, um filme franco-búlgaro sobre a derrubada de Allende; um thriller erótico, *Blondie*, com Rod Taylor, o galã de *Os pássaros*, de Hitchcock; *Quinteto*, dirigido por Robert Altman, com Paul Newman e Vittorio Gassman; e o premiadíssimo *A festa de Babette*. Max von Sydow, com 89 anos, e Bibi, com 82, continuam vivos e ativos.

Ingrid Thulin – fez oito filmes com Bergman, começando por *Morangos Silvestres* – filmou também sob a direção de Vincente Minnelli (*Os quatro cavaleiros do Apocalipse*), Mauro Bolognini (*Agostino*), Alain Resnais (*A guerra acabou*) e Luchino Visconti (*Os deuses malditos*).

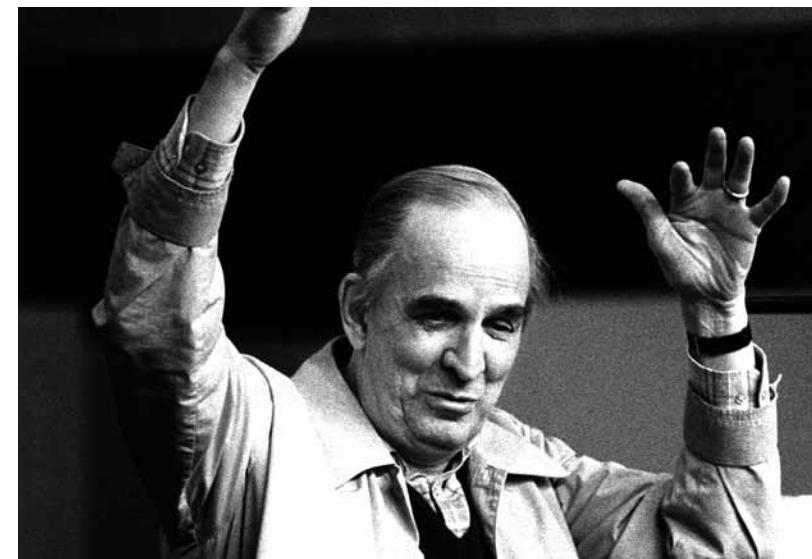
A própria musa de Bergman, Liv Ullmann, também participou de várias produções estrangeiras, entre elas a versão musical de *Horizonte perdido* (com temas de Burt Bacharach); o épico de guerra *Uma ponte longe demais* e a comédia *Quarenta quilates*, fazendo o papel para o qual foram consideradas também Audrey Hepburn, Sophia Loren, Elizabeth Taylor, Joanne Woodward, Doris Day, Glenda Jackson e Shirley MacLaine.

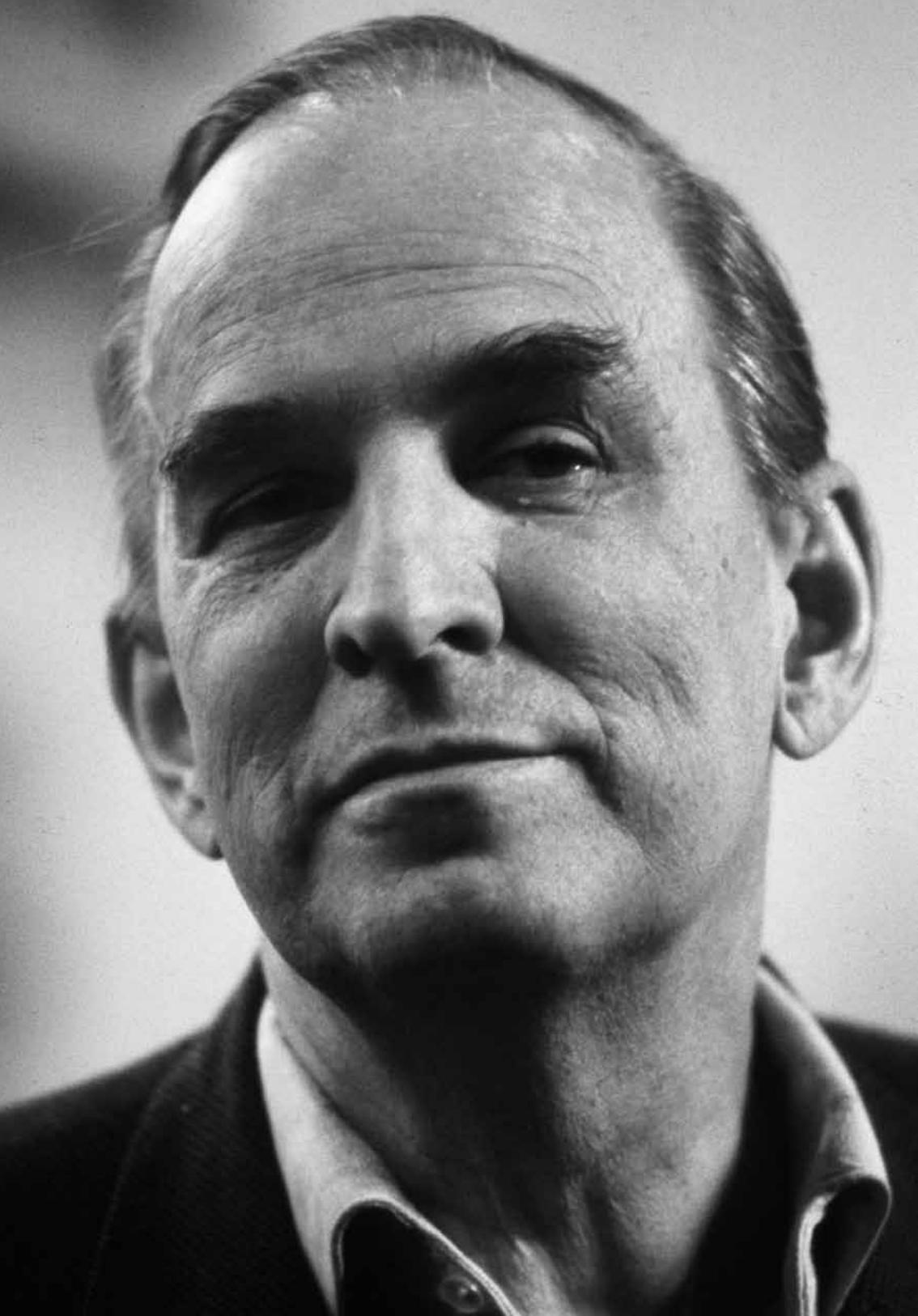
Nas comemorações do centenário de nascimento de Bergman, em 14 de julho de 2018, dois documentários trouxeram nova luz sobre a personalidade brilhante e complexa do artista e do homem Ernest Ingmar Bergman. Em *Ingmar Bergman: Por trás da máscara*, a cineasta francesa Manuelle Blanc se concentra nos bastidores de *Persona*. Diz ela: “Sua vida amorosa estava uma bagunça, sua saúde minada por uma úlcera. Era um controlador obsessivo que aproveitou uma crise estomacal para criar um de seus filmes mais emblemáticos.” Já *Bergman 100 anos*, da sueca Jane Magnusson, focaliza a vida e o trabalho de Bergman em 1957, um ano crucial para ele: lançou

os filmes *O sétimo selo* e *Morangos silvestres* e filmou *No limiar da vida* (lançado em 1958); dirigiu quatro peças, uma delas a aclamada versão de *Peer Gynt*, de Ibsen; e fez ainda um filme para a televisão. Diz a diretora: “Sua vida pessoal era uma loucura: tinha seis filhos com várias mulheres, era casado com Gun Grut e tinha um caso com Bibi Anderson.” (No cômputo geral, Bergman teve nove filhos de cinco casamentos oficiais e várias relações.) No documentário de Jane Magnusson convivemos duas horas quase promiscuamente com o “turbilhão” Bergman. Acompanhamos o seu rigor como cineasta absoluto: na criação da história e do roteiro, no trabalho com os atores (prefere-os rebeldes, sem seguir à risca o roteiro), na escolha das locações (a praia do *Sétimo selo* onde o cavaleiro joga xadrez com a Morte não surgiu por acaso), a fotografia e a montagem (ele é visto junto à moviola bufando no cangote da montadora). Nas centenas de fotos de Bergman no set de filmagem, ele aparece sempre com lentes penduradas no pescoço e fazendo enquadramentos com todo tipo de câmeras. E, a partir de *Noites de circo*, em 1953, ele teve a participação inestimável de Sven Nykvist, um dos melhores diretores de fotografia na história do cinema (em *Persona*, Sven criou toda uma nova técnica de retratar rostos para a tela.) Bendito entre as mulheres, poderíamos chamar Bergman de um protofeminista? Ou será que ele entraria hoje na berlinda do Festival de Abuso que Assola o Showbiz? A conclusão a que chegamos, a partir do intenso documentário de Magnusson, é que, em meio a toda a loucura de sua vida, o que Bergman priorizava, acima de tudo, era o trabalho, no qual injetava tanto ardor e tanto amor que isso o redimiria de todos os pecados. (A certa altura do filme ele não sabe ao certo quantos filhos tem e diz que nunca se familiarizou com os móveis de suas casas.)

Ingmar Bergman morreu na ilha de Fårö em 30 de julho de 2007 no começo da manhã, aos 89 anos. Por uma incrível coincidência, o italiano Michelangelo Antonioni morreu poucas horas depois em Roma, aos 94. Ambos deixaram uma obra monumental: a de Antonioni coroada por sua Trilogia da Incomunicabilidade

(*A aventura, A noite, O eclipse*), de 1960-62; a de Bergman pela Trilogia do Silêncio (*Através de um espelho, Luz de inverno, O silêncio*), de 1961-63. Escrevendo sobre as analogias na obra de ambos e a sincronia de suas mortes, um crítico definiu a obra de ambos como “um retrato da alienação do homem moderno num universo sem Deus.” O crítico de cinema americano Mick LaSalle afirmou: “Como Virginia Woolf e James Joyce na literatura, Ingmar Bergman lutou para capturar e iluminar o mistério, o êxtase e a plenitude da vida, concentrando-se na consciência individual e em momentos essenciais.”





UM GÊNIO DA ARTE DO SÉCULO XX

Por TÂNIA BUCHMANN*

Durante toda sua carreira cinematográfica, Ingmar Bergman teve uma relação tempestuosa com a crítica. Inicialmente com a imprensa sueca e, depois, à medida que passou a ser conhecido internacionalmente, com os críticos os demais países da Europa e dos Estados Unidos. Alegavam os analistas que sua obra era pouco comercial, acessível apenas aos intelectuais. Que seus filmes eram densos, intrincados, obscuros.

Bergman aguardou quase dez anos até que suas obras passassem a ganhar elogios em vez de críticas. Mas jamais deixou de fazer filmes com as temáticas que apreciava: as recordações da infância, as dúvidas em relação a Deus, as dificuldades de relacionamento, a impossibilidade de comunicação, os problemas entre os artistas e a sociedade.

Graças a essa forma original de fazer cinema, Ingmar Bergman acabou por se tornar um dos maiores mitos da indústria cinematográfica de todos os tempos, gerando uma bibliografia vasta e diversa, em todos os cantos do planeta. Mesmo após seu falecimento, o culto à obra continua, com o lançamento de livros e até de um filme, *Images from the playground*, um documentário de 30 minutos, lançado em 2009 no Festival de Cannes, com cenas captadas pelo próprio diretor durante a produção de diversos de sus filmes. Sua casa na Ilha de Farö foi vendida em outubro de 2009 a um grupo de fãs noruegueses, entre os quais sua filha Linn Bergman, para ser transformada em um centro cultural destinado a abrigar estudiosos da obra bergmaniana e artistas em geral.

Como se vê, o cineasta segue vivo por meio de seu legado.

(Do meu livro *Os Olhos de Bergman*, Imprensa Oficial do Paraná, 2010)

Nota: o centenário de nascimento do cineasta, em julho de 2018, gerou outros dois documentários sobre sua obra. *Ingmar Bergman, por trás da máscara* (o título original em francês é *Persona, le film qui a sauvé Ingmar Bergman*), da cineasta Manuelle Blanc, e *Bergman 100 anos* (título original em sueco, *Bergman ett år, ett liv*) de Jane Magnusson. Diversos de seus filmes foram exibidos na televisão e em salas de cinema, as peças que escreveu têm recebido novas montagens em todo o mundo, o que comprova exaustivamente a imensa grandiosidade da sua arte.

*Socióloga, fotógrafa, pós-graduada em Arte do Século XX pela Embap, e em Fotografia Avançada pelo UniCuritiba

INGMAR BERGMAN

COMENTÁRIO DO EDITOR



A primeira vez que vimos Ingmar Bergman por aqui foi no Cine Luz, o terrível “A Fonte da Donzela”, por volta de 1957. As mulheres dentro do cinema choravam copiosamente. Depois veio “Gritos e Sussuros”; em uma reunião de bar estávamos Nireu Teixeira, Osiris de Brito, Jaime Lerner e este editor, em furiosa discussão. Nireu dizia que antes de tudo o filme traduzia o que ele achava de Bergman: antes de tudo sempre desagradável. Jaime prometeu ir assistir e nós outros considerávamos um filme supreendente e inovador, uma grande surpresa, logo depois confirmada com a chegada em Curitiba de “Fanny e Alexander” que ele próprio dizia ser o seu melhor filme. Outros acham que “Persona” é superior. Só depois veio “Sonata de outono”, com Liv Ullmann e Ingrid Bergman, muito bem feito, muito triste. A grande artista, que havia sido usada por Rossellini em seus piores filmes, desempenhou com a máxima seriedade. Sabe-se que ela faleceu meses depois da estreia.

Bergman foi convidado a dirigir em Londres a peça sueca “Edna Berger”. Foi para lá e hospedou-se no Hotel Claridge. Recebeu lá a visita de Laurence Olivier, que o levou para fora, dizendo que ele estava gastando muito dinheiro, ofereceu um apartamento seu próximo a Charing Cross. Bergman comentou que lá ficou, porém o apartamento não estava muito limpo e iniciou a sua obsessão por limpeza. Toda a manhã recebia a visita de Laurence Olivier em animada e indispensável conversa – que alimentou e enriqueceu o



seu trabalho, graças a que permaneceu até o fim. Outras histórias atraentes encontram-se em sua autobiografia “Lanterna Mágica”, que vale a pena.

Woody Allen disse “Bergman é talvez o maior artista do cinema”. Há concorrentes no mesmo plano. David Lean (Lawrence d’Arábia, Grandes Esperanças, Cartas de Madeleine) William Wyler (Rosa da Esperança, Os Melhores Anos de Nossas Vidas), Michel Curtiz (Casablanca), John Huston (African Queen”, traduzido por Uma Aventura na África, com Humphrey Bogart e Catherine Hepburn), e agora Spilberg (Ponte dos Espiões, The Post, Império do Sol) todos em dimensões diferentes, não se comparam.

O cinema nos traz aventuras imaginárias, espírito de solidariedade, satisfação cultural e até espiritual, é um mundo a nosso alcance, um belo e enriquecedor mundo.



SAUDAÇÃO 40 ANOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB

Por ERNANI BUCHMANN



Caríssimos membros da mesa, já devidamente nominados, entre os quais tenho orgulho de manter relações profissionais e de amizade com tantos que me abstendo de destacar apenas um ou uma. Assim, sem saudar ninguém, cumprimento a todos.

Ilustres participantes da VII Conferência Nacional da OAB, convidados de hoje. É uma honra fazer parte desta cerimônia.

Senhoras e senhores.

Início a saudação que me incumbe fazer com uma pergunta:

- Quem matou Salomão Ayala?

Pois é. Mesmo contando aqui com a presença de ilustres advogados criminalistas, naquele ano de 1978 o país inteiro se perguntava.

- Quem matou Salomão Ayala? É óbvio que quem resolveu a questão foi a própria autora da trama, Janete Clair.

A repercussão da novela era tanta que Carlos Drummond de Andrade escreveu no Jornal do Brasil: "Agora que O Astro acabou, vamos cuidar da vida lá fora".

E a vida lá fora era feita de fatos que iriam marcar nossas vidas para sempre. Foi um ano atípico, como vamos comprovar.

Em 1978, pela primeira vez na história da Igreja Católica, tivemos três Papas. Em apenas dois meses. O cardeal italiano Albino Luciani, eleito para suceder Paulo VI com o nome de João Paulo I, faleceu logo no início do seu pontificado e foi substituído pelo cardeal polonês Carol Wojtyla, que adotou o nome pontifical de João Paulo II. Também não tínhamos tido papas com nome composto.

As nossas concepções sobre a vida estavam mudando. A própria concepção da vida iria mudar naquele ano, com o nascimento de Louise Brown, o primeiro bebê de proveta, produto da fertilização in vitro, nasceria na Inglaterra.

Como em todos os anos, também naquele estivemos suscetíveis aos desastres. Mas em vez de terremotos, furacões e erupção de vulcões, os desastres de 1978 foram de outra natureza. O assassinato de Aldo Moro, primeiro ministro italiano, por ativistas das Brigadas Vermelhas foi um deles. Também na Itália, o acidente que vitimou o piloto sueco Ronnie Peterson, companheiro de Emerson Fittipaldi. Na Guiana, quase 900 pessoas suicidaram-se a partir de um comando de seu tresloucado líder Jim Jones. Na Argentina, a tragédia foi um placar e a desclassificação do Brasil para a final da Copa do Mundo: Argentina 6 x Peru 0.

Dentro do nosso território, o desastre se materializou no incêndio que destruiu o Museu de Arte Moderna, o MAM, no Rio de Janeiro, reduzindo a cinzas obras-primas da arte brasileira e mundial.

No mundo artístico, Orlando Silva, o cantor das multidões, despediu-se dos microfones e da vida.

Na ponta inversa, a dos surgimentos, éramos apresentados a uma liderança que se revelaria permanente. “Nunca antes neste país” houve um líder sindical como Luís Inácio da Silva, o Lula, que em 1978 liderou a primeira greve dos metalúrgicos da nossa história.

Os acontecimentos no mundo político eram sérios. O país vivia sufocado pelo poder militar, ainda que o anseio por liberdade – a mais cara conquista do ser humano – estivesse latente em manifestações que pipocavam aqui e acolá.

“O Brasil aqui está para afirmar a sua indefectível confiança nos destinos da democracia. Vimos, sentimos, ouvimos as exemplares e gloriosas vidas de Pimenta Bueno e de Hugo Simas. Esforcemo-nos para sermos seus dignos continuadores.”

Com estas palavras o governador Jaime Canet Júnior saudou os convencionais na seção inaugural da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no dia 7 de maio, há exatos 40 anos,

em um Teatro Guaíra tomado de gente, de expectativa e de brios.

Seguiram-se os discursos do Professor Haroldo Valladão – em homenagem aos patronos Pimenta Bueno e Hugo Simas; do presidente da OAB Paraná, Eduardo Rocha Virmond, anfitrião da conferência; de Raimundo Cândido, pela OAB Mineira, e do Presidente Raymundo Faoro, que convidou os presentes a enfrentar “as eventuais decepções imediatas” e as converter em “estímulo para o triunfo da mais urgente causa do povo brasileiro: A CAUSA DA LIBERDADE, A CAUSA DA DEMOCRACIA, A CAUSA DO ESTADO DO DIREITO.

Ao longo dos seis dias de conferência, 47 teses foram defendidas – seis delas por advogados paranaenses. A tese nº 12 – “O Estado de Direito e os Direitos da Personalidade” – foi apresentada em conjunto pelo Professor José Lamartine Corrêa de Oliveira, e por Francisco Ferreira Muniz, que se tornaria desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

O professor Rubens Requião argumentou em favor da tese de nº 14, a respeito da “Função Social da Empresa no Estado de Direito”. Francisco Accioly Filho apresentou a tese de nº 15, acerca do “Direito ao Casamento e a sua Dissolução no Quadro das Garantias Fundamentais”. A previdência privada foi tema da tese de nº 35, apresentada por Fernandino Caldeira de Andrade.

A tese nº 13, sobre “O Estado de Direito e o Direito da Ação”, foi apresentada pelo professor Egas Dirceu Moniz de Aragão, que esta noite nos dá a honra de sua presença e que, lembremos, é detentor da medalha Teixeira de Freitas, símbolo maior do Direito Civil brasileiro. O professor Egas esgrimiu seus argumentos em 29 pontos para afirmar que é inaceitável qualquer restrição de natureza meramente política ao exercício do direito de ação. Suas conclusões postularam a necessidade de estatísticas jurídicas, a prestação judiciária aos necessitados, a criação das escolas de formação de magistrados e a fiscalização dos cursos jurídicos “cujo padrão de qualidade tem caído a olhos vistos”. Distraídos, poderíamos pensar que são palavras escritas para o tempo que hoje vivemos.

O professor René Ariel Dotti, também aqui presente, defendeu a tese “A Informação Cultural no Estado de Direito”, classificada nos anais sob o nº 32.

Dotti invocou os enciclopedistas franceses para destacar que “a liberdade de informação tem suas raízes fincadas no conjunto de liberdades intelectuais destacadas pelo Iluminismo”. Nos sete pontos de conclusão, o professor, conhecido defensor dos intelectuais perseguidos pelo regime, arguiu que a liberdade de informação deveria ser inscrita de maneira autônoma na Constituição Federal, no capítulo de direitos e garantias individuais. “Os meios de informação devem ter liberdade de expressão assegurada pelo Estado... O regime de censura deve constituir uma exceção porque mutila, deforma e suprime a informação...”, afirmou.

Eduardo Rocha Virmond inscreveu na história o nome da OAB Paraná ao dizer, no discurso de abertura que “para se respeitar a história e o povo, há que se deixar fluir, com a sua única perspectiva humana: a totalidade das garantias fundamentais e do Estado de Direito Democrático. Virmond também mostrou o brilho de sua oratória durante sua intervenção no painel “O Estado de Direito”, presidido pelo Ministro Seabra Fagundes: “Entre Karl Marx, neste ponto superado, e o John Maynard Keynes, múmia redivida pelos áulicos da política financeira, escolho Carlos Drummond de Andrade. O Brasil necessita um filósofo da qualidade de vida, sem tecnocracia.

Não por acaso, os três juristas citados são hoje aqui homenageados, com láurea outorgada pela OAB Paraná, dirigida pelo presidente José Augusto Araújo de Noronha.

Após a VII Conferência tivemos boas notícias brotando no país. Por exemplo, a Justiça condenou a União pela tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrido três anos antes. Decisão justa e célere.

É verdade que as eleições daquele ano transcorreram sob a Lei Falcão, de triste memória, que nos obrigou a passar dois meses

assistindo na TV à exibição de fotos 3 x 4 de candidatos, a maioria dos quais era descrita, à falta de outras possibilidades de apresentação, como líderes comunitários.

Em 13 de outubro o Congresso Nacional promulga a lei que extingue o Ato Institucional nº 5, responsável por todos os tipos de transgressões às liberdades individuais, políticas e aos direitos humanos, em 10 anos de dramática e violenta vigência.

Naquele epílogo de 1978, o Brasil parecia já ter esquecido quem tinha matado Salomão Ayala. A febre vinha da forma dos Embalos de Sábado à Noite, com John Travolta e Olívia Newton-John, e pela novela Dancin' Days, que abalava as estruturas da nação.

E valia a pena cantar:

*Abra suas asas
Solte suas feras
Caia na gandaia
Entre nessa festa*

*E leve com você
Seu sonho mais louco
Eu quero ver esse corpo
Lindo, leve e solto*

*A gente às vezes
Sente, sofre, dança
Sem querer dançar.*

A trilha sonora era contagiente. O Brasil dançava porque queria dançar. Estávamos chegando ao fim de 1978. E nada voltaria a ser como era antes, graças à Conferência Nacional dos Advogados.

Muito obrigado.

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, sábado 13 de maio de 1978 * Um jornal a serviço do Brasil * Ano LVII * N.º 17.937 *

“Estado Democrático, já”

Conferência da OAB encerra-se com a “Declaração dos Advogados Brasileiros”

“O Estado Democrático é a única ordem que pode proporcionar as condições indispensáveis à existência do verdadeiro Estado de Direito, onde a liberdade-autonomia cede lugar à liberdade-participação, que pressupõe princípios pernientes ao núcleo das decisões políticas e à sua legitimidade institucional. Para isso não basta o voto consentido, pois só ele não constitui a essência da democracia; ao contrário, é a própria democracia que dá conteúdo ao participação ao direito de voto.”

A “Declaração dos Advogados Brasileiros” foi aprovada ontem por aclamação no encerramento da VII Conferência da OAB, em Curitiba. A leitura do documento foi feita por Eduardo Virmond, presidente da OAB do Paraná, e os aplausos no final duraram mais de três minutos.

O encontro terminou num clima de verdadeira confraternização, com as diferenças políticas que chegaram a tumultuar várias sessões, postas de lado.

Na declaração estão refletidos os debates, que envolveram cerca de 3 mil advogados e estudantes de Direito, a respeito de questões como a liberdade sindical, limitação do poder econômico, distribuição da renda, co-gestão empresarial, anistia, estado de sítio como instância máxima das salvaguardas e o Estado de Direito – tema principal e a mais importante reivindicação do encontro, a favor da qual se destacaram paulistas e cariocas.

PÁG. 6



Ao encerramento ontem a Conferência Nacional da OAB, o presidente da seção de Curitiba, advogado Eduardo Virmond, leu a “Carta de Curitiba”. (Foto: Folha)

SAUDAÇÃO 40 ANOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB

Por JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA

Há exatos 40 anos Curitiba se tornou a capital da advocacia brasileira. No Grande Auditório do Teatro Guaíra, advogados e advogadas começaram a reconstruir um futuro diferente para o nosso país. Foi um momento tão importante que hoje nos reunimos para manter viva a chama daqueles que lutaram por um país democrático, livre do arbítrio e em busca do progresso. Naqueles dias, lembra Pontes de Miranda em que o Habeas Corpus foi um dos passos mais seguros e uma das armas mais eficientes para a salvação da civilização ocidental. É o “não” que a Justiça diz em mandamento à violência e à ilegalidade. É o “sim” a quem confia nos textos constitucionais e na lei. Na sessão de abertura, já tão lembrada, tão falada, tivemos presenças ilustres, inclusive do ministro da Justiça, Petrônio Portela, homem de confiança do general Ernesto Geisel.

Assim esse evento será sempre lembrado pela advocacia paranaense. Confesso, Ernani Buchmann, que não vivenciei o que você vivenciou. Na época eu tinha pouco mais de 6 anos. E de 1978, confesso que pouco lembro. Talvez com mais vivacidade eu lembre dos tempos em que, depois da escola, eu assistia Zico, Dirceu e Leão jogarem pela Seleção Brasileira. Mas estudei muito sobre essa conferência. Estudei muito para que ela fosse mantida na memória de todos nós.

Foi com os discursos antológicos de Eduardo Rocha Virmond e Raymundo Faoro que se materializaram os melhores anseios da nação brasileira. Eram tempos de pouca liberdade, ainda mais para

os advogados que bradavam pelo fim do AI-5 e pela volta do Estado de Direito – do Estado Democrático de Direito.

Sonhava-se com direitos que hoje parecem tão básicos: como o direito de votar e ser votado; o direito de ir e vir, com liberdade; o direito à nossa liberdade de expressão e de imprensa; a liberdade das nossas escolhas profissionais, culturais e tantas outras.

Extraímos dos Anais da Conferência de 1978 o sonho e o desabafo de Ponte de Miranda, um dos maiores juristas que este país já produziu. Disse ele:

“Para quem, há mais de 60 anos se dedicou à história e à prática do Habeas Corpus e há quase meio século, desde 1932, lança livros sobre direitos humanos, em três volumes publicados, ver dois volumes publicados por ordem de algum governo é um grande sofrimento. Não soa nada democrático”.

“No fim da vida, em vez de ver respeitado o que se sustentou antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assisto este decênio de atraso de muitos séculos em matéria de herança jurídica, política e moral. É muito triste. Espero antes de morrer, ver o Brasil voltar a ser o que foi”.

Senhoras e senhores advogados, este é o momento em que Ordem dos Advogados do Brasil precisa prestar este tributo àqueles que tiveram a coragem de lutar, efetivamente, pela redemocratização do nosso país. São muitos os depoimentos que tenho ouvido – e que certamente farei publicar, porque não cabe nesta única sessão fazer a leitura de todos. O que cabe nesta sessão de homenagem é lembrar e também nos questionar: qual a importância da VII Conferência Nacional da Advocacia, que tratou do Estado de Direito? E, principalmente, por que devemos enaltecer aqueles que fizeram dela um evento tão importante? Por que as novas gerações precisam estudar a VII Conferência? Porque precisamos lembrar que os corajosos advogados da época lutaram e precisamos lembrar por que lutaram. A VII Conferência plantou a semente do fim e do começo. O fim do AI-5 e do período de ausência de liberdades. E a semente do

começo, do restabelecimento da chama democrática, que culminaria com o que temos hoje.

As pessoas que lá estiveram, das quais tenho ouvido relatos maravilhosos, merecem ter sua mensagem registrada para que as próximas gerações possam conhecer o que vocês fizeram. Ouvi, por exemplo, depoimento da filha de Rui Ferraz de Carvalho. Contou-me que, como presidente da Ordem, seu pai frequentava os quartéis em busca de advogados sequestrados ou presos indevidamente. Ela disse lembrar da minha mãe e de si mesma dentro do carro, nas portas dos quartéis, esperando pelo pai. Afinal, na época era muito frequente que não aparecessem mais as lá entrassem.

Nós precisamos conscientizar aqueles que hoje vivem nesta época da informação fácil – do Whatsapp, do Facebook, do Instagram – e que fazem julgamentos apenas com base em uma imagem. Para esta geração, faz sentido. E, às vezes, apenas uma imagem serve como promotor e juiz, sem nenhuma piedade. Neste mundo que é tão líquido, muitas vezes as pessoas não refletem sobre o que significaria a volta do autoritarismo. Tenho visto com muita tristeza alguns incrédulos com a solução que a democracia pode dar aos seus próprios problemas, chegam a bradar que poderíamos reviver tempos que já vivemos. Mas nós, advogados, lembaremos que aquele tempo não pode mais voltar. Que é na democracia que acharemos a solução. Combateremos a corrupção, afastaremos aqueles que não prestam serviço à nação e que estão lá apenas para servir-se de um Estado que hoje se mostra gigantesco e ineficiente. Diremos que não se faz aquilo que tentaram evitar os conferencistas de 1978. Queremos democracia, um Estado de Direito que cumpra seu papel social. A consciência dos advogados, baseada no primado da Justiça, assumiu o protagonismo.

A conferência de Curitiba estava marcada para entrar na nossa história. Talvez pela fama da conferência de 1978, foi que sediamos mais duas conferências no Paraná. Somos o estado que mais sediou conferências nacionais: Foz do Iguaçu, em 1993, e Curitiba novamente em 2011. Todas conferências com absoluto primor de organização, que

deixaram um legado à advocacia brasileira e também à sociedade, que tanto deposita em nós, dirigentes de Ordem, a chama da esperança de tempos melhores.

Li as teses apresentadas por Sérgio Bermudes, sobre direito de petição; de Pontes de Miranda sobre o Habeas Corpus; de Lamartine e Francisco Muniz, direitos de personalidade; de Rubens Requião sobre a função social da empresa; de Aciolly Filho sobre a solução do casamento; sobre mandado de segurança e ação popular; de Barbosa Moreira sobre a motivação das decisões judiciais. Falava-se há 40 anos sobre motivação das decisões judiciais e ainda temos decisões judiciais imotivadas. Geraldo Ataliba tratou de limites constitucionais em matéria tributária; professor René Ariel Dotti falou sobre a informação cultural no Estado de Direito. Tantos outros deixaram esse legado que em algumas teses parece tão atual.

Neste tempo evoluímos em muitas coisas, mas podemos ver que alguns pontos não evoluímos nada. Como disse Eduardo Rocha Virmond: “Quanta atualidade há nisto!” Há 40 anos, Virmond falava o que nós não temos hoje. Precisamos levar as palavras dele aos mais de 1,1 milhão de advogados do Brasil. Nós, sem dúvida, levaremos aos 66 mil advogados ativos da OAB Paraná.

Nestes tempos de smartphones, da doentia necessidade de informação imediata, nesses novos tempos de difíceis julgamentos sociais é que a advocacia precisa trilhar o seu caminho e cumprir efetivamente o seu papel de ser a protagonista das mudanças sociais. Não ficar calada sobre nenhum tipo de ilegalidade, mas propor e encontrar o caminho para a saída democrática dessa encruzilhada que estamos enfrentando. Se o Pasquim estivesse sendo editado hoje, qual seria a manchete? Qual seria a manchete de cada escândalo? Qual seria a manchete de cada violação? Teríamos algo como “Advogados são grampeados: leiam o que diz a gravação”, ou “A corrupção toma conta do país: salve-se quem puder”. É tempo de fazermos uma nova Conferência de 1978, para que possamos resgatar o que nós desejamos para o Estado de Direito. Por tudo isso, hoje nós

realizamos esta sessão comemorativa. Neste momento que saudamos a todos aqueles que, como eu disse, anonimamente fizeram parte da história democrática do nossos país.

O presidente do Conselho Federal, Cláudio Lamachia, pediu que eu mencionasse o quão atual é Raymundo Faoro, que na cerimônia inaugural disse: “Dentro da névoa autoritária, acenderam os advogados a fogueira que reanima as vontades e esclarece os espíritos. Estamos diante da transição inevitável, estamos diante da luz do amanhã. É preciso que a advocacia seja a luz do amanhã”. E nós o faremos, do resgate da história da VII Conferência Nacional. Essa luz chama-se democracia e precisa efetivamente voltar. Mas não voltar apenas simbolicamente, voltar efetivamente ao nosso país, porque hoje vivemos tempos em que a democracia é limitada ao financiamento daqueles que comandam os partidos políticos. Não se tem a democracia plena para qualquer um que deseje ou queira concorrer a uma eleição majoritária ou proporcional. Tivemos um arremedo de reforma política, que prejudica a todos nós.

A advocacia precisa deixar o seu legado neste momento dos 40 anos da VII Conferência e exigir reformas estruturais efetivas no nosso processo político, no nosso processo eleitoral. Sem isso, nenhuma esperança teremos dos tempos que Faoro desejou. Resgatar a memória daqueles que construíram a nossa história é obrigação de todos nós.

Muito obrigado.



HÁ ECOS DE 46, DE 78 E DE 2018



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND



*“Diz o povo que o direito
Deve dar-se a quem o tem
E eu digo que o povo
Por certo não pensa bem
Pois quem já tem não carece
Deve dar-se a quem merece
O direito ou a razão.”*

Francisco das Chagas Batista, poeta popular paraibano (1882-1930)

A Sétima Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil começou muito antes de sua plena realização. Verificou-se essa grande realização com seu início na Bahia, onde sediava a Sexta Conferência: os advogados do Paraná estavam com uma delegação de mais de quinze advogados. Rubens Requião e Waterloo Marchesini encontravam-se em um lugar qualquer, talvez no hall do Hotel Othon, junto ao belíssimo mar, fazíamos comentários sobre a Conferência da Bahia. Foi cogitado então de realizar a próxima em Curitiba. Rubens Requião disse que eu devia dar uma opinião, já que eu seria o próximo presidente. Eu disse que eu era simples candidato e ele então lembrou que a Mãe de Santo vidente já tinha resolvido isso, ao dizer que eu seria chefe de alguma coisa brevemente. O Rubens estava ao meu lado, na casa da bahiana, para onde dois advogados da Bahia nos levaram, e ouviu toda a conversa e gostamos. Levamos o assunto ao presidente de então Francisco Brito de Lacerda, que consultou ainda

o Athos Velloso e o René Dotti. Em seguida, escreveu de próprio punho a proposta, levando-a aos Presidentes dos outros Estados. Voltou em menos de uma hora dizendo que todos assinaram e apreciaram a ideia. Na reunião coletiva final, o Presidente federal, Professor Caio Mario da Silva Pereira, comunicou que ele já resolvera o assunto e não iria pedir votação. Ninguém achou ruim e alguém pediu a salva de palmas, dizendo a seguir por aclamação havia se decidido a próxima Conferência em Curitiba. Eleitos os presidentes dos Estados, começou a campanha, pela qual o Raymundo Faoro foi eleito. Aqui a Ordem aprovou a sua indicação, já na minha presidência e também insistência, dos trinta houve cinco votos contra.

Começaram então as reuniões no Rio sobre a nossa Conferência. O melhor que aconteceu lá foi a escolha dos presidentes das Comissões. Eles pensavam que eu iria ser generoso e entregar a rapadura para eles, por isso ficou acertado que seriam indicados em cada comissão um ligado a eles, outro nosso e assim por diante. Desconfiado, eu imediatamente passei em minha cachola quais seriam os nossos. Eles apressadamente disseram “primeira comissão – é a sua indicação”. Para susto deles eu já disse José Munhoz de Mello. Daí eles viram que eu não ia fraquejar, e eu fui indicando Ari Florêncio Guimarães, Guilherme Albuquerque Maranhão, Newton de Sisti. E assim foi, não é preciso dizer que estes foram os melhores presidentes de comissões, escolhi de inopino os que sabiam presidir qualquer reunião, basta dizer que o Munhoz de Mello presidiu o Tribunal de Justiça do Paraná por seis anos. Era preciso autoridade para presidir reunião de advogados.

Quero aqui homenagear alguns que mais colaboraram comigo, pois era preciso gente de boa vontade, como Edgar Cavalcanti de Albuquerque, a família Maranhão, Ney Leprevost, Albarino Mattos Guedes, Kioshi Kanayama, Osmar Koehler, Joaquim Munhoz de Mello, Regina Afonso, Luiz Gastão Franco de Carvalho e outros tantos.

Fiz o discurso de abertura, no Teatro Guaira estavam 3.000 pessoas, em um domingo, seis horas. Em seguida falou pelos

visitantes Raimundo Cândido, presidente da Seção de Minas Gerais, por fim falou Raymundo Faoro. Essa enorme assistência nos ovacionou entusiasmada, várias vezes. Ficamos muito emocionados. Quando acabei o meu discurso, bateram palmas em pé, por mais de dez minutos, Pontes de Miranda, Miguel Seabra Fagundes, Victor Nunes Leal, Evandro Lins e Silva, José Paulo Pertence, Caio Mário da Silva Pereira, Bernardette Pedrosa, Gofredo da Silva Telles, Raphael de Almeida Magalhães, Terezinha Zerbine, Oscar Corrêa, Sérgio Bermudes, Samuel McDowell de Figueiredo, o grupo inteiro de Pernambuco e de Minas Gerais, tantos outros, sem falar nos paranaenses.

Vamos voltar às considerações que julgamos pertinentes. Não é fácil organizar um congresso do porte que dele era exigível. Mais que antes, perante o momento histórico que atravessávamos. Somos amadores nessas coisas e como tal nos comportamos inevitavelmente, no plano das execuções materiais e ainda a enfrentar a massa crítica de advogados e juristas.

Passado esse considerável tempo, já podíamos detectar alguns dos reflexos de nossa reunião, tanto mais que houve imediatos, outros cuja atualidade permanecerá por tempo imprevisível afora, a aguardar o amadurecimento das sucessivas conjunturas. Realizada em momento de incrível vacuidade político-institucional, a VII Conferência chamou para si o centro dos acontecimentos, chamando ainda à razão os adormecidos, os indiferentes, de outro lado os hostis, alguns detentores do Poder. A atmosfera em que vivia o País era propícia às demonstrações, proposições e indignações que recheavam os plenários das reuniões, o que de fato enriquecia a vitalidade dos participantes.

Algumas frações da abertura política que se lhe seguiram deverão ser creditadas ao imenso clamor que se fez brotar aqui do sul e que representava a vontade despertada dos povos do Brasil. Por sua vez as perspectivas de um estado de direito democrático não poderiam se ajustar sem a participação decidida de juristas, que deverão saber,

com boa vontade, moldar, na letra da lei, a vida de participação do povo na construção democrática que sempre se exige, para eivá-la então da perdida legitimidade. Esses reflexos em parte se realizaram, estarão presentes ainda agora, mas jamais serão extirpados da história, seja dos advogados, seja do País. Os advogados e juristas tiveram a liderança de quem soube interligar a lição da história, que aprendera e ensinara, com a vida do mundo jurídico, por isso tantos participantes, como a personalidade fulgurante de Raymundo Faoro, de Pontes de Miranda e Victor Nunes Leal entre muitos, foram além da própria classe. E o Brasil, porque a mensagem deste “dossier” construído pela mão de tantos, integrhou-se e se inscreveu dentro de sua imensa comunidade, delineando os seus contornos, interpenetrando suas vocações, tendências e até fatalidades, a serem absorvidos no sentido pelo menos de que sejam respeitados os direitos da pessoa, na função essencial da liberdade.

As outras funções, conjunturais e sociais, foram e ainda deverão ser equacionadas e até resolvida em atmosfera liberta da intolerância e do obscurantismo – chagas que dominam os círculos, as tribunas, as cátedras onde necessariamente por destinação deveria ser livre o pensamento.

Ainda, passados exatamente quarenta anos da VII Conferência, assistimos algumas dessas denominadas chagas voltarem na vida política do Brasil, seja pela arrogância, pelo malfadado oportunismo, mais a estonteante corrupção.

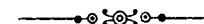
Dizia Hegel que “a liberdade é o conhecimento da necessidade”, ou quase isso. Não bastará o direito de ser livre – mas a vontade e a capacidade de sê-lo e de exercer amplamente esse direito, com profundidade e consciência. Os obstáculos a essa conquista estão não só na repressão, “lato sensu”, que inclui, além do Poder e da autoridade, a sociedade, a ignorância, a pobreza, as oligarquias velhas e novas, mas também na autocensura, no medo, na covardia, no oportunismo, na preguiça de dizer.

O aprendizado da liberdade – muitas vezes amortecido pelo sistema corporativo e oligárquico inacabado – não se resolverá pela lei como mero participante, mas pela continuidade da experiência e da história: um lento caminho a ser percorrido em direção a um futuro que ainda parece longínquo, tanto quanto a distância que levará para soltarmos os pés do que há de remanescente do visguento atoleiro subdesenvolvido. E assim falou o bravo Horacio:

*“Para todos os homens desta terra
Vem a morte, mais cedo ou mais tarde.
E como um homem pode morrer melhor
Senão enfrentando as
probabilidades impossíveis?
- Pelas cinzas de seus pais
E os templos de seus Deuses...”*

Horacio, poeta romano, 65-8 AC

Curitiba, em 7 de maio de 1918





VERGONHA - A MORTE DE UM MUSEU

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

Era em 1944, eu precisava de melhor instrução na disciplina de Física, tinha dificuldades neste particular no Colégio São José (Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro), em que os professores de Física e de Química eram por demais exigentes, para quem saira do Ginásio Regente Feijó de Ponta Grossa. Em compensação ali em Matemática e em História eu aprendera “summa cum laudis”, o que me ajudou pelo resto da vida. Hosanna para o Ginásio: era excelente de verdade, como atestou o Reitor da Universidade Federal do Paraná Riad Salamuni. Procurou-se para mim um professor para Física e Química, alguém no Rio falou ser insuperável o Mestre Jorge Alberto de Mello, bom que ele aceitasse, como aconteceu. Eu ia em dia e hora previamente marcado até Vila Isabel, em sua diminuta casa, e fizemos amizade forte e indestrutível até ele desaparecer. Ele era professor do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, em São Cristovão, Rio de Janeiro, pelo qual ele tinha carinho especial. Eu tinha quinze anos e ele me convidou para conhecer o Museu, lá fomos de bondes (era mais de um), levou mais de uma hora, chegamos. Então ele explicou que o Museu, afora já ter fama internacional, era vítima da falta de verbas e do descaso das autoridades – ministérios e governantes em geral. Fui com ele duas vezes nessa demorada expedição, gratificados pelo que ele teve a paciência de me mostrar, que era para mim, proveniente do excelente Regente Feijó, uma tremenda revelação.

Segundo conta Roberto da Matta, em seu perfeito artigo intitulado “A Morte de um Museu”, houve desde então, nesses oitenta anos, quem se interessasse, daí o Museu sofreu uma evolução, por causa de seus diretores e funcionários, a despeito de ter sido sempre desprezado por sua entidade mantenedora, que é até hoje a partidária-política Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujos chefes se gabam de ser da esquerda festiva, engajados e atuantes em suas políticas primárias e desagregadoras.

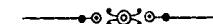
Houve uma silenciosa evolução, da qual supreenderia o Jorge Alberto de Mello, que se devia unicamente às gestões internas do Museu, que evidentemente ficou de mãos atadas. Conta Roberto da Matta, que foi ali durante trinta anos seu fiel professor de Antropologia, que, lembrando seus mestres: “O que sentiriam esses fundadores ao ver a catástrofe anunciada pelo total descaso de múltiplos governos, partidos, posicionamentos e hipocrisia tão nacionais, tão isentas ao perigo de incêndio? O que diriam eles que, seja como pesquisadores, estudantes, professores e administradores como, aliás, desprezaram sua honestidade intelectual para privilegiar suas preferências ideológicas e partidárias? Essa malvada dialética do ser isso ou aquilo vai suicidando o Brasil”.

Um prognóstico trágico, que se ombreia com os dois editoriais do “O Estado de São Paulo”, entre outros artigos de Fernando Gabeira, de José Neumanne, este último resultante de sua indignação furiosa, como de qualquer intelectual verdadeiro que se preza, dizendo: “..o que se assistiu foi ao assassinato sem piedade de milhares de anos da História do País e da humanidade pelas castas que dilapidam há séculos o patrimônio público”

Chega! Não vamos nos estender com mais vocábulos condenatórios daquilo que disse Roberto da Matta: “Instituição foi vítima do descaso, irmão da nossa aliança com a ignorância e o oportunismo”.

O atual diretor conclamou “precisamos de ajuda ou fechamos de vez”. É isso que dá em qualquer aventura séria no ramo geral da

cultura no Brasil. As Secretarias de Cultura são geralmente dirigidas por alguns que pensam que cultura é entretenimento, por isso o financiamento, ou o dinheiro não vai para museus e quando sejam à cultura destinados, dão um jeito de reverter para situações até constrangedoras. Será agora, com essa brutal destruição (as águas possíveis eram brutalmente escassas, como vimos malogradamente na televisão). Tudo o que vier a ser feito por essas políticas partidárias em favor ou em ajuda dessa morte anunciada será uma grande surpresa. A experiência no setor, por mais fraca que seja, mostra que as autoridades superiores vão esperar o esquecimento para depois mandarem uns caraminguás e se dizerem emocionados com tal hipocrisia.





DIREITO E LITERATURA: COINCIDÊNCIAS

Por EROULTHS CORTIANO JUNIOR*

Falar sobre **Direito e Literatura** exige a tomada de algumas opções, a escolha de algumas abordagens. Tradicionalmente se trabalhar o *Direito na Literatura* (a identificação de temas jurídicos sobre os quais o autor literário desenvolve sua narrativa), o *Direito como Literatura* (a visualização da produção jurídica como uma produção textual) e o *Direito da Literatura* (os aspectos jurídicos da atividade literária, remetendo a temas como autoria, plágio etc.).

Muitas obras literárias cabem no *Direito na Literatura*: são aquelas que têm enredo jurídico, e há muitas delas. E não me reporto somente à produção literária – geralmente estrangeira e principalmente americana – fértil em reproduções e encenações de júris e julgamentos. Falo das obras de temática jurídica direta ou indireta, que impulsionam reflexões jurídicas, ou que revelam temas sensíveis e caros ao direito.

O primeiro nome que vem à mente de todos é **Kafka**, com o seu *O processo*, cujas primeiras linhas são demais conhecidas “*Alguém devia ter caluniado Josef K., porque foi preso uma manhã, sem que ele houvesse feito alguma coisa de mal*”, desenrolando-se daí em diante um absurdo processo (e não serão, todos os processos, absurdos?). **Shakespeare** está cheio de essência jurídica, e o melhor exemplo disso talvez seja o *Mercador de Veneza* em que Shylock exige a garantia – uma libra de carne – de um contrato descumprido. Ali, a exigência da garantia pode ser vista como um ato de desumanidade ou como um ato de confiança na lei (e a confiança na lei não revela, em certa medida, alguma desumanidade?).

Rabelais, no seu *Gargântua e Pantagruel* fala de um juiz que joga dados para decidir (e não farão isso os juízes, ainda que os dados sejam outros?). **George Orwell** nos mostra, n'A *Revolução dos Bichos*, a sociedade em que todos são iguais, mas uns são mais iguais que os outros; no **1984**, antecipa a sociedade da supervigilância (as duas obras não seriam retrato fiel e inacabado ocidente atual?). Em seu **O estrangeiro**, **Camus** nos mostra que o réu não importa, é figurante, já que o protagonista é o aparato judicial advogado/juiz/promotor (não será isso o retrato permanente de nossa Justiça?).

Dostoiévski é fundamental, não só no *Crime e Castigo* (um dos quatro problemas da justiça distributiva que nos fala Bobbio: crime-pena, trabalho-remuneração, mercadoria-preço, dano-indenização), mas também n'*Os Irmãos Karamazov* (que nos faz perguntar: afinal, quem ou o que é um júri para condenar alguém?). E o borgiano **Pierre Menard** não invoca a delicada questão da autoria e do plágio?

O *Direito na Literatura*, na verdade, vem de longe. Já os gregos nos revelavam, no seu teatro, um dos temas essenciais do Direito, que é a separação entre o direito positivo e o direito natural. Está lá, no no debate entre Creonte e *Antígona*, de **Sófocles**:

“- E tu, declara sem rodeios, sinteticamente, sabias que eu tinha proibido essa cerimônia?
 - Sabia. Como poderia ignorá-lo? Falaste abertamente.
 - Mesmo assim ousaste transgredir minhas leis?
 - Não foi, com certeza, Zeus que as proclamou, nem a Justiça com trono entre os deuses dos mortos as estabeleceu para os homens. Nem eu supunha que tuas ordens tivessem o poder de superar as leis não escritas, perenes, dos deuses, visto que é mortal.”

Há muito mais *Direito na Literatura*, inclusive nos autores brasileiros. **Machado de Assis** é, talvez, o que mais expôs as entranhas do direito: sua obra esta cheia de advogados, solicitadores, juízes, oficiais de cartório, escrivães. Advogados são narradores, como em *Brás Cubas*, e encontramos o advogado Salustiano n'*O Alienista*.

Esaú e Jacó retrata a transição da monarquia para a república numa tabuleta da confeitaria. No conto **A Teoria do Medalhão** há uma deliciosa passagem que expõe o bacharelismo na vida brasileira:

“Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti”.

Teria muito mais, entre eles **Érico**, que retrata a justiça administrativa no *Incidente em Antares*, e **Clarice**, que na *Hora da Estrela* faz Macabea ser emblema do problema da liberação feminina. A lista não teria fim.

No que diz respeito ao *Direito como Literatura*, pode-se falar dos juristas que correm a pena para inscrever pura literatura em textos técnicos (nunca é demais lembrar que **Graciliano** foi descoberto por sua habilidade em redigir reclames de jornal e atas administrativas em rico estilo). Um exemplo, aleatório, é o do gongórico **Ruy Barbosa** (que merece todas as críticas, mas também todos os respeitos literários). Assim ele narrou o suplício porque passou Dreyfuss, num dos maiores erros judiciários de todos os tempos:

“Essa cruel solenidade horrorizou a Europa. Antes de se separar irremissivelmente da pátria, amaldiçoado pelos seus conterrâneos, para ir agonizar, sob o indelével ferrete, em remoto presídio penal, esse infeliz passou pelos tratos do mais tremendo suplício conhecido na história das torturas morais. O formidável espetáculo fora preparado com todos os requintes da encenação regulamentar. Quando o condenado entrou no quadrângulo da Escola Militar, as insígnias, que ainda lhe sobressaíam na farda, já não figuravam ali senão por artifício convencional, como outros tantos estigmas no peito e na fronte daquele homem. O alfaiate substituíra de véspera as costuras por alinhavos; o cutileiro partira e ressoldara a espada, que no outro dia se devia quebrar publicamente diante das tropas. A lenta e implacável pragmática esgotou no flagelado o cálix das afrontas possíveis. Se entre elas não figura o esbofeteamento,

dir-se-ia que não é senão para poupar à mão do executor o vilipêndio do contacto com o rosto de réprobo”.

Pode-se argumentar que o relato do horror infligido a Dreyfuss é um escrito político, portanto jurídico. Mas o que dizer de um texto eminentemente técnico, que é o comentário ao artigo 121 do Código Penal, feito por **Nelson Hungria**, consagrado penalista? A descrição do tipo jurídico do homicídio passional, figura que já foi acatada com benevolência por nossos tribunais, é literatura adulta:

“Comumente, quando se fala em homicídio passional, entende-se significar o homicídio por amor. Mas, será que o amor, esse nobre sentimento humano, que se entretece de fantasia e de sonho, de ternura e êxtase, de suave emoções e íntimos enlevos, e que nos purifica do nosso próprio egoísmo e maldade, para incutir-nos o espírito da renúncia e do perdão, será, então, que o amor possa deturpar-se num assomo de cólera vingadora e tomar de empréstimo o punhal do assassino? Não. O verdadeiro amor é timidez e mansuetude, é resignação, é conformidade com o insucesso, é santidade, é auto-sacrifício; não se alia jamais ao crime. O amor que mata, o amor-Nêmesis, o amor açougueiro é um contrafação monstruosa do amor. É o animalesco egoísmo da posse carnal, é o despeito do macho preterido, é vaidade malferida da fêmea abandonada. É o furor do instinto animal da Besta (...) Os matadores chamados passionais, para os quais se invoca o amor como escusa, não passam na sua grande maioria, de autênticos celerados: não os inspira o amor, mas o ódio inexorável dos maus. Impiedosos, covardes, sedentos de sangue, porejando vingança, mas só agindo diante da impossibilidade de resistência das vítimas, estarrecem pela bruteza do crime, apavoram pela estupidez do gesto homicida. Para eles não basta a punhalada certeira em pleno coração da vítima indefesa: na volúpia da destruição e da sangueira, multiplicam os golpes até que a lâmina sobre si mesma se encurve. Não basta que, ao primeiro tiro, a vítima tombe numa poça de sangue: despejam sobre o cadáver até a última

bala do revólver. Dir-se-ia que eles desejam que a vítima tivesse, não uma só, mas cem vidas, par que pudessem dar-lhe cem mortes!”

Muito longe desses monstros da escrita, eu mesmo já tive o prazer de fazer um brincalhão parecer jurídico, encomendado pelo querido **Dante Mendonça**, sobre a origem do barreado, que, salvo engano, foi publicado no *Serra Abaixo Serra Acima: o Paraná de Trás pra Frente*.

Mas falar em *Literatura e Direito* merece uma outra abordagem, que envolve o recurso do jurista à literatura como instrumento para aprendizagem de sua própria ciência. Este confronto disciplinar vem de longo tempo, e sua origem é atribuída, tradicionalmente, à publicação do ensaio *A List of Legal Novels*, de **John Wigmore**, em 1908, ou ao jurista **Benjamin Cardozo**, que em 1925 publicou *Law and Literature*, com o que buscava examinar a qualidade literária do Direito.

É bem verdade que o entrelaçamento entre Literatura e Direito já aparecia bem antes: Jacob Grimm – um dos irmãos Grimm, que estudaram Direito em Marburgo, e se tornaram amigos de Savigny – publicou, em 1815, *Von der Poesie im Recht*, onde afirmava que “o direito e a poesia se levantaram juntos de um mesmo leito”. Ainda no século XIX, **Rudolf von Ihering**, em *A luta pelo direito* (1872), recorreu ao citado *O mercador de Veneza*, de Shakespeare, para expor seu argumento. Outro precursor que se aventurou a refletir sobre uma questão jurídica a partir da Literatura foi **Hans Kelsen** (1905), em tese sobre a teoria do Estado de Dante Alighieri.

Mas as obras de **Wigmore** e **Cardozo** são consideradas o marco inicial dos estudos entre **Direito e Literatura**, que logo reverberariam na Europa. Pelo que se sabe, a primeira experiência mais articulada foi um artigo de **Ferrucio Pergolesi** (1927), para quem a literatura de um povo é essencial, entre outras coisas, para conhecer a história do seu direito. Na Alemanha e na Suíça surgiram (entre 1929 e 1936) estudos em que o Direito aparece como um

fenômeno cultural comum à educação dos juristas e dos literatos, enquanto a Literatura surge como fonte para o conhecimento jurídico e um meio de crítica às instituições jurídicas. A corrente solidificou-se nos Estados Unidos, por intermédio do *Law and Literature Movement* que, nos anos 1970, propôs recorrer à literatura, à sua teoria e a seus textos para oferecer uma perspectiva pós-moderna e multicultural aos estudos jurídicos convencionais, sempre positivistas e formalistas. Entre os seus pensadores, os mais conhecidos no Brasil foram **Richard Posner** e **Ronald Dworkin**.

Na América do Sul, os anos 1990 viram aparecer muitos estudos entrelaçando **Direito e Literatura**, e o Brasil não ficou de fora. Antes, veio a lume o estudo pioneiro de **Aloysio de Carvalho Filho**, jurista e político baiano que publicou dois livros a partir de suas investigações machadianas no campo jurídico. O mais conhecido, intitulado **O processo penal e Capitu**, foi publicado em 1958 e examina, sob a perspectiva criminal, os indícios favoráveis e desfavoráveis à tese da traição na obra machadiana. Há outra obra, de José Gabriel Lemos Britto, de 1946, intitulada **O crime e os criminosos na literatura brasileira**, com seu nítido viés lombrosiano, teoria criminológica que era, então, sucesso de público e de crítica.

Algum tempo depois destaca-se o jurista argentino **Luis Alberto Warat**, que se radicou em Florianópolis, com seu *A ciência jurídica e seus dois maridos*, de 1985, que virou um clássico e tornou-se leitura obrigatória para todos aqueles que estudam **Direito e Literatura**. Com base na famosa obra de **Jorge Amado**, Warat representa, metaforicamente, as duas facetas da ciência jurídica, recorrendo aos conhecidos maridos de Dona Flor: Teodoro é o ícone do cartesianismo, enclausurado nos dogmas erigidos pela razão, enquanto Vadinho é símbolo do desejo marginal, a voz do subsolo que não tem medo de refletir ludicamente suas contradições.

Depois dessas obras seminais, institucionalizaram-se os estudos em **Direito e Literatura**, com grande expansão ao longo da última década. Para exemplificar, existem hoje, nos programas de

pós-graduação em Direito (mestrado e doutorado), cerca de 15 grupos de pesquisa voltados exclusivamente ao estudo das interseções entre direito e literatura.

Vale registrar, como homenagem, **Luiz Carlos Cancellier de Olivo**, que publicou um texto intitulado *Direito e Literatura: o ensino jurídico partir de Shakespeare*, posteriormente incorporado ao livro *O estudo do direito através da literatura*. O registro vai na conta da história trágica de Cancellier: vítima de exagerada perseguição criminal, então Reitor da UFSC, suicidou-se num shopping de Florianópolis.

Vale lembrar que temos vários escritores com formação jurídica: **Gregório de Mattos, José de Alencar, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Raul Pompéia, Alphonsus de Guimaraens, Augusto dos Anjos, Graça Aranha, Godofredo Rangel, Oswald de Andrade, Alcântara Machado, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Jorge Amado, Monteiro Lobato, João Ubaldo Ribeiro, Ariano Suassuna**, entre outros. Outros chegaram perto, ainda que na crítica ao aburguesamento da vida, como Paulo Leminski nos diz em:

“quando eu tiver setenta anos então/vai acabar esta adolescência/vou largar da vida louca/e terminar minha livre docência/vou fazer o que meu pai quer/começar a vida com passo perfeito/vou fazer o que minha mãe deseja/aproveitar as oportunidades/de virar um pilar da sociedade/e terminar meu curso de direito/então ver tudo em sã consciência/quando acabar esta adolescência”

Na mesma linha, cumpre referir que, em março de 2017, quase metade dos membros da Academia Brasileira de Letras tinham formação jurídica: **Tarcísio Padilha, Carlos Nejar, Nelson Pereira dos Santos, Rosiska Darcy de Oliveira, Helio Jaguaribe, Sergio Paulo Rouanet, Celso Lafer, Lygia Fagundes Telles, Affonso**

Arinos de Mello Franco, Murilo Melo Filho, Alberto Venancio Filho, Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, Eduardo Portela, Geraldo Cavalcanti.

Não é o caso de falar aqui de todas as escolas, metodologias, epistemologias e abordagens do **Direito e Literatura** construídos e em construção. Mas apenas sinalizar um aspecto interessante desse interessante encontro.

A pragmática do Direito é, acima de tudo, interpretação. Interpretação dos fatos, interpretação das leis, interpretação das decisões judiciais e dos negócios jurídicos. Se trata, então, de descobrir significados no texto narrativo. O leitor descobre significados, e o jurista – que é um leitor – também. O que é isso, senão pura atividade literária? Em última **instância**, duas perguntas calham: qual a realidade que o direito revela ao seu leitor, seja ela operador jurídico ou sujeito ao qual se dirige a normatização? E qual a realidade que a obra literária apresenta e representa ao **leitor**?

Mas o Direito também é recriação: por intermédio do processo, ele cria ficções que não são reais, mas que passam a ser para o seu leitor. No processo, se tenta recompor os fatos tal qual ocorreram, mas essa não é necessariamente a verdade real (*rectius*: geralmente não é). A verdade processual tenta ser a verdade real, e por isso ela tenta se construir com uma lógica interna (sucessão temporal de fatos ou estrutura do processo ou coesão) e com alguma relação com os outros discursos disponíveis na sociedade e na cultura. Vêem aqui algo que não seja pura literatura? O processo não traduz necessariamente verdade, mas está em busca da verossimilhança, que é um conceito caro ao Direito. E à Literatura. Se verossimilhança é a impressão da verdade que a ficção consegue provocar no leitor, estamos, no Direito, diante de pura literatura.

Vê-se, por aí, que dois dos mais importantes elementos do Direito, os textos e os processos, coincidem com a literatura e a teoria literária. Direito será literatura? Parece-me que sim.

Os conflitos do mundo e os preceitos do mundo se revelam no Direito e na literatura. A condição humana nos aparece no Direito e

na literatura. Direito e literatura, ao seu modo, criam a verdade que nos acompanha pela vida. Direito e literatura nos trazem promessas.

Uma das melhores explicações da sedução da literatura li numa entrevista com João Ubaldo Ribeiro. Dizia ele da diferença entre literatura e cinema, focando no leitor. Ele disse algo como: no cinema, a realidade criada na tela é apreendida igualmente por todos os espectadores, mas na escrita, cada leitor enxerga uma realidade diferente (usar exemplo do homem na estrada). Nisso resida a mágica da literatura. Talvez nisso resida a mágica do Direito: sua leitura diversa, por cada pessoa.



*Advogado. Doutor em Direito. Professor da Faculdade de Direito da UFPR.



PROBLEMÁTICA DA CULTURA: UM ENSAIO CRÍTICO

Por JOÃO MANUEL SIMÕES

Não é fácil definir o que vem a ser a cultura. Qual a sua natureza ontológica? Qual o seu perfil epistemológico? Qual a sua dimensão axiológica? Dependendo do interlocutor, do prisma ótico, da postura ideológica, cada uma dessas perguntas poderá ter as mais variadas respostas. Afinal, a cultura é, por excelência, um termo polissêmico: pela sua amplitude, pela sua abrangência, pela sua profundidade, pode assumir, e quase sempre assume, diferentes facetas.

Comecemos pela consulta ao dicionário. Entre outras definições, pincemos estas: aplicação do espírito a uma coisa; desenvolvimento que, por cuidados assíduos, se dá às faculdades intelectuais do ser humano; estudo; desenvolvimento do intelecto; civilização; sistema de ideias, conhecimentos, técnicas, artefatos, padrões de comportamento e atitudes que caracterizam uma determinada sociedade; amor ao saber, esforço contínuo para desenvolver a educação científica, artística ou literária; resultado desse esforço; conjunto de atitudes, instituições e valores de uma sociedade.

Por aí se vê a complexidade do termo. Mas todas essas definições são ainda pálidas, imperfeitas, incompletas.

Avancemos, pois – e aprofundemos – a nossa caminhada nas entranhas desse conceito polimorfo, multifacetado, proteico, que é – Cultura. E usamos a maiúscula para mostrar, na própria configuração exterior, a sua dignidade e a sua grandeza inalienáveis.

A cultura possui uma base ampla. Pirâmide ciclópica, cada uma das suas faces mostra aspectos de natureza física, biológica,

psicológica e histórica, cujo conjunto define, estrutura e singulariza cada agrupamento humano.

Pioneiros em quase todas as áreas do conhecimento, são os gregos que nos oferecem a primeira concepção da cultura. Assim, para Platão e Aristóteles, ela significa, fundamentalmente, a formação, a melhoria, o refinamento do homem, dentro de uma moldura naturalista. Corresponderia a uma *paideia*, que os romanos, alguns séculos mais tarde, traduziriam por “*humanitas*”.

Esse conceito clássico de cultura, como processo de edificação do ser humano, excluía do seu mundo as atividades utilitárias. Assumia, pois, um caráter preponderantemente aristocrático. Entronizava a vida teórica, dedicada à pesquisa, à busca da sabedoria.

O pensamento medieval (Alberto, Bacon, Duns Scotto, Alberto Magno, São Tomás de Aquino, Occam) conserva parcialmente essa postura aristocrática – e aristocratizante – mas marginaliza, minimiza o aspecto naturalista. Assim, as artes do trívio são a gramática, a retórica e a dialética; e as do quadrívio são a aritmética, a geometria, a astronomia e a música.

O Renascimento volta a restabelecer o primado do naturalismo cultural, deixando de lado a posição, por assim dizer, contemplativa, e dando ênfase ao lado ativo, dinâmico, da sabedoria humana. Daí a posição de um Pico della Mirandola, para quem só através da cultura chega o homem à sua realização completa, tornando-se verdadeiramente um microcosmos no qual o próprio macrocosmos encontra a sua perfeição. E o brilhante platônico, morto com apenas 31 anos de idade, no seu admirável *Discurso sobre a Dignidade do Homem*, sustentava, enfatizando justamente a importância do saber: “Tu, Homem, liberto de quaisquer limites, tu mesmo fixarás os limites da tua natureza. Como autor e modelador de ti mesmo, poderás assumir a forma que preferires. Tu terás o poder de te degenerares nas formas inferiores de vida, que são bestiais. Mas terás também o poder, por tua alma e teu intelecto, de atingir formas superiores, que são divinas...”.

As concepções renascentistas, que tinham no jovem Florentino um grande intérprete, insistiam ainda, contudo, na feição aristocrática da cultura, manjar fino destinado a poucos.

Essa ótica elitista começa a desmoronar com o advento do Iluminismo (Kant, Hegel, Voltaire, Diderot, os enciclopedistas), defendendo a necessidade de uma difusão ampla – massificação, diríamos nós contemporaneamente – do produto cultural, que não pode ser propriedade exclusiva de um pequeno grupo de privilegiados, de uma elite, devendo, pelo contrário, ser o instrumento, a ferramenta de renovação da vida da sociedade e do indivíduo, estendendo-se, comunicando-se a todos os homens ou, pelo menos, a segmentos cada vez mais amplos da humanidade. Universalizando-se, pois.

Por sua vez, os movimentos românticos tentam em vão, com suas posturas reacionárias e antiliberais (não estamos analisando aqui as suas qualidades estéticas ou literárias) reviver o conceito aristocrático e elitista da cultura. Porém, paralelamente a essa tentativa – frustrada – assiste-se ao paulatino alargamento do próprio universo cultural, que se enriquece com novas disciplinas científicas que se estruturavam, definiam e ganhavam finalmente autonomia. É então que surge o enfoque enciclopedista da cultura, que passa a significar conhecimento amplo, geral e sumário em todas as latitudes do saber.

Benedetto Croce rebela-se contra essa concepção. Já no limiar do século vinte, o magistral filósofo e esteta italiano lamenta que “tenha prevalecido nos últimos cinquenta anos [escrevia estas palavras em 1908] um tipo de homem que tem incontáveis conhecimentos, mas não possui o Conhecimento; que está restrito a um pequeno círculo de fatos ou dissipado entre fatos das mais variadas espécies, mas que, assim restrito e assim dissipado, está desprovido de uma diretriz ou, como se diz, de uma fé”.

E eis-nos em pleno século XX. Desafiadora, a cultura continua à nossa frente, dardejando sobre nós o seu olhar sibilino de esfinge, fazendo perguntas, exigindo respostas.

Essas respostas continuam sendo dadas, “ad infinitum” e “ad nauseam”, por homens das mais diferentes mentalidades e ideologias, sem que nenhuma delas tenha a pretensão de ser a única verdadeira, a única válida.

Assim, para o ensaísta português Fidelino de Figueiredo, “a cultura é um complexo de saber, de arte, de ciência, de filosofia, de religião, ou seja, de tudo o que constitui uma forma de aprofundamento no âmago do homem e da natureza; um conjunto de técnicas extraídas do patrimônio científico; um sistema de escrúpulos morais na utilização dessas técnicas; e um amplo sentimento de solidariedade humana e universal simpatia”.

As ciências, as artes, a filosofia, a técnica, a religião, tudo isso são departamentos ou especificações da atividade humana, mas é preciso que se fundam no cadiño da consciência para que cheguem a construir o complexo supremo da cultura.

Cultura, sem dúvida alguma, é conhecimento, é instrução, é saber. Mas não se limita a isso. Ela consiste, é o resultado, não da ingestão de manuais, mas do seu domínio; não da assimilação dos termos de um dicionário, mas da sua oportuna e adequada utilização; não do acúmulo de lições, dados, fatos, números, mas da sua organização, da sua ordenação na mente.

É também um hábito, uma disposição permanente, inata ou adquirida, da inteligência, da sensibilidade e, sobretudo, da vontade. Abertura da inteligência, querendo saber sempre mais e compreender sempre melhor; refinamento da sensibilidade, objetivando captar e fruir com deleite todas as coisas e todas as formas de beleza; impulso da vontade, rumo ao verdadeiro, ao bom e ao belo.

A cultura seria, pois, um refinamento do espírito, uma perfeição do intelecto, uma espécie de magia do entendimento, semelhante à poeira que reveste a semente da razão ou enfeita a asa da borboleta, para seguir ainda o pensamento luminoso de Fidelino? É, sem dúvida; mas é mais que isso. Numa colocação extrema, chegaríamos a esta verdade expressa um dia, de forma quase paradoxal, por Herriot:

“a cultura é tudo aquilo que fica no espírito depois que tudo foi esquecido”.

Vejamos, entretanto, outras opiniões de mestres sobre a cultura. Segundo Linton, como termo geral, cultura significa a herança social e total da humanidade; como termo específico, uma determinada variante da herança social. Assim, a cultura, como um todo, compõe-se de um grande numero de culturas, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos.

Ser vivente, segundo Frobenius, ela consubstancia não apenas a soma das técnicas, mas também uma energia envolvente e ajustadora para aptidões e conduta nos moldes do trabalho genérico, “abrangendo o mecânico-tradicional, o orgânico-continuador e o espiritual-criativo”. Para Ortega y Gasset, o grande pensador espanhol, “a cultura é sempre funcional, vigorosa, mantenedora do estado normal do povo”.

Já o antropólogo Franz Boas vê nela totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta dos indivíduos componentes de um grupo social, coletivo e individualmente, “em relação ao seu meio natural, a outros membros do grupo e de cada indivíduo em relação a si mesmo”. Idêntica é a visão de Ratzel, ao vislumbrar no organismo cultural um elenco de “disponibilidades mentais” de um povo em uma determinada época.

Burnett Tylor, por seu turno, conceitua a cultura como um complexo no qual estão contidos conhecimentos e crenças, artes e leis, moral e costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro integrante de uma sociedade.

Todo indivisível no qual penetram as próprias instituições, segundo Malinowski, a cultura, para Mac'Iver, é a expressão derradeira, a **ultima ratio**, da nossa natureza, do nosso modo de pensar e viver no quotidiano, no terreno da arte, da literatura, da religião e do próprio divertimento. A sua órbita, dessarte, seria o domínio dos valores, estilos, estados emocionais e aventuras intelectuais do ser humano.

Um novo aspecto – aliás decisivo – é assinalado por Ferrater

Mora, ao enfatizar que “si la vida es continuamente una formación y transformación de bienes culturales según su espontaneidad, es también, al mismo tiempo, un vivir dentro de los bienes transmitidos o reconocidos, un existir dentro de la continuidad histórica de la tradición”.

Aprofundando o conceito. Parsons define a cultura basicamente como “one of the components of the system of action” que tem por epicentro o homem. Para ele, o mundo dos objetos comporta três classes distintas: objetos físicos, sociais e culturais. Estes últimos nada mais são do que elementos simbólicos expressivos ou padrões de valores, desde que considerados como objetos situacionais pelo ego e desde que, naturalmente, não sejam internalizados, passando a integrar a estrutura da personalidade.

Temos aí delineada, com efeito, uma visão eminentemente erudita da cultura. Para o vulgo, porém, a realidade é bem mais simples: ela seria um mero sinônimo de sabedoria, de conhecimento. Ser culto, para muitos, é possuir uma gama variada de conhecimentos, é ter no cérebro um fichário enclopédico, com verbetes catalogados de A a Z. E no entanto, em que pese a opinião contrária, a cultura não é tanto o saber as coisas: é sobretudo um modo de saber, de conhecer, de interpretar – de ver as coisas. É mais importante o aspecto qualitativo do saber do que a quantidade de conhecimentos disponíveis. Implica a preexistência de uma certa organização mental, de uma certa estruturação interior dos conhecimentos, interdependentes, articulados num “organum”.

Necessariamente crítica – e portanto epistemológica – a cultura não pode ser estática: tem que ser dinâmica, viva, pulsante. Deverá ser uma constante ginástica do intelecto, um halterofilismo de ideias. Dir-se-ia uma usina nuclear em cujas entranhas se realizam a fissão, a desintegração dos átomos do conhecimento.

Por tudo isso, a cultura autêntica repele a superficialidade, abomina o pedantismo, ojeriza a autossuficiência “remplie de soi-même” em cujos caminhos ínvidos tantos se perdem, julgando

encontrar-se. Para lá da visão de superfície, epidérmica, epitelial, busca a essência de todas as coisas. Procura edificar o castelo da sua cosmovisão.

Acima de tudo, como pretendiam Kant, Hegel ou Bacon, a cultura busca o inter-relacionamento, a interligação, a conjunção dos conhecimentos que, embora situados em diversas latitudes e altitudes, têm sempre um denominador comum: o espírito humano.

A cultura é humilde: tem a humildade de reconhecer – e assumir – a sua insuficiência e as suas limitações. E nesse ato de humildade, que numa sutil metamorfose se transforma num ato de esperança – o grande exercício do espírito – prepara-se para dar início àquela caminhada incessante em busca do conhecimento a que se refere Platão, nos seus Diálogos. Refletiva, intimista, introspectiva, avessa a exteriorizações baratas – ou gratuitas – “pour épater le bourgeois”, a cultura é acima de tudo, como ensinava António Sérgio, problemática, confrontação, exame. Ela dá aos que a possuem a capacidade de enfrentar mais facilmente fatos ou ideias novas. Sem preconceitos. Sem pré-juízos. Sem prevenções mentais de qualquer tipo.

O homem culto tem ciência daquilo que conhece. Sabe que sabe. Porém, com nitidez maior ainda, tem consciência do que ignora, cuja extensão, por paradoxal que isso possa parecer, cresce à medida que se alarga – ou aprofunda – o universo conhecido. E será isso de espantar? De modo algum. Afinal, à medida que o espírito humano, na sua quotidiana e prometeica aventura, sobe os caminhos ásperos que o levam ao alto do Monte Sinai do conhecimento, alargam-se lá em baixo os latifúndios das coisas desconhecidas, à maneira de uma Terra da Promissão inatingível. Sócrates, que subiu tão alto na montanha alcondorada do conhecimento, proclama: “só sei que nada sei”.

Por outro lado, a cultura é – tem que ser, necessariamente – humanista: não perde jamais de vista a dignidade da pessoa humana, na sua verticalidade, na sua integralidade. Por isso mesmo, tudo o

que se fez em favor do homem é um trabalho em favor da cultura. E vice-versa.

Da mesma forma que tudo o que se fizer contra o homem, contra a sua dignidade, contra os seus direitos inalienáveis, é a negação, é o aviltamento da própria cultura. Pois é através do cultural – mais do que do econômico – que o homem se manifesta e define, em toda a sua incomensurável grandeza de ser criado por Deus à Sua imagem e semelhança. De ser que é, a um só tempo, caniço pensante, binômio de carne e espírito, pedra viva, pulsante, centro e medida de todas as coisas.

Se o econômico se preocupa com as necessidades materiais de homem, o cultural tem presentes as suas impostergáveis exigências espirituais. Nessa perspectiva, a cultura é o pão do espírito.

Na verdade, o ser humano, ente de cultura, como pretende Jaspers, só através da fruição do oxigênio cultural consegue sobreviver à poluição deletéria representada pelos agentes da anticultura ou da contracultura, como ensina Mestre Alceu de Amoroso Lima.

Eu ousaria afirmar, do fundo da cripta da minha insignificância pensante, que cultura é um vasto edifício de conhecimentos, de saber (da sabença dos antigos), um edifício organizado, estruturado, mas sobretudo enriquecido e iluminado por um **plus**: a ética. Sem ética, a cultura perderia a sua dimensão fundamental, a um só tempo humana e humanista.

Mas cuidado: não se imagine a cultura assumindo o papel de um novo jardim de Epicuro, em cujos canteiros desabrocham flores raras, ornamentais, que inebriam os sentidos e ofusciam a mente.

Ela é, pelo contrário, uma floresta densa. Não, por certo, aquela selva “selvaggia” em que Dante se viu embrenhado um dia, “nel mezzo del camim” antes de iniciar o seu périplo pelos abismos do inferno. Mas antes uma floresta do espírito cujas árvores frondosas, num ininterrupto processo de fotossíntese, oxigenam – e purificam – o ar que envolve o território do homem.

Cultura, pois, sob diferentes formas, sob várias metamorfoses,

é sempre espírito que se materializa e opacidade que se ilumina. A própria civilização, como enfatizou um dia John Kennedy, é uma luta constante entre a cultura e a catástrofe. Sem ela não há desenvolvimento. Tampouco liberdade.

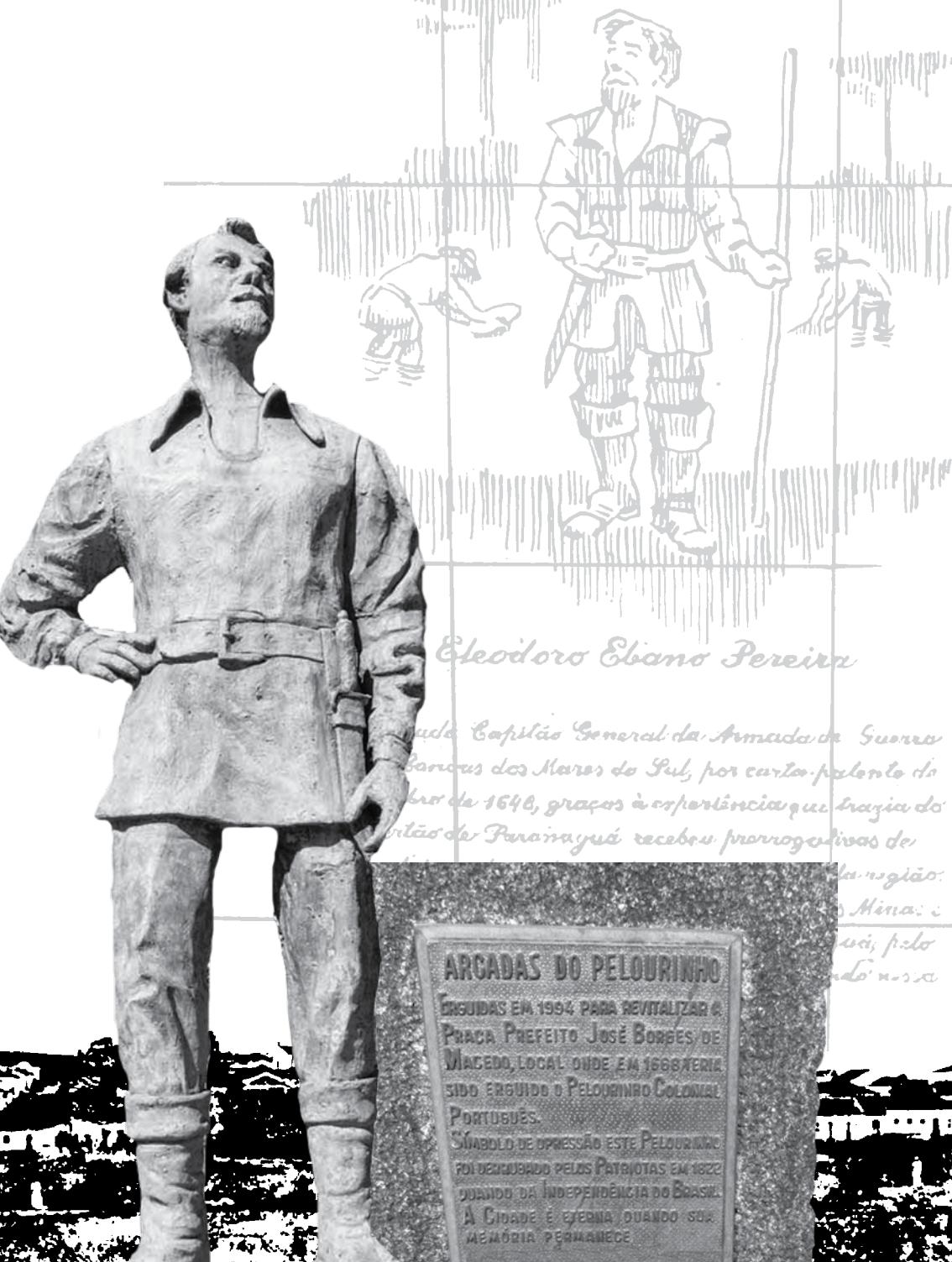
Pascal, em “Les Pensées”, tem uma colocação feliz que, feita com outro endereço, embora, nos dá a chave para a compreensão de um novo ângulo da realidade cultural.

Afirma o grande filósofo francês que a nossa natureza reside no movimento – o repouso completo é a morte.

Não é isso, em última análise, a Cultura?

Assim, ela não se limita apenas a ser a mais admirável aventura do espírito humano, na sua caminhada que vai das cavernas do paleolítico à descoberta da fissão do átomo e à conquista do espaço: é também a sua maior realização, forma de crescimento, de avanço, de enriquecimento interior, de ascese espiritual. Como diria Montaigne, ela ajuda a “faire bien l’homme”. E nessa construção do homem reside, de modo emblemático e definitivo, o cerne, o coração, a essência, a “**ultima ratio**” da multifacetada e proteica cultura.





OS 350 ANOS DO PELOURINHO E A LENDA DA FUNDACO DE CURITIBA

Por ERNANI BUCHMANN

No próximo dia 4 de novembro comemora-se 350 anos da instalação do Pelourinho em Curitiba. Ou, quem sabe, a data seja ignorada. O local fica atrás do Paço da Liberdade, de frente para a Praça Tiradentes. Um marco, contendo placa informativa, esclarece os circunstântes – que se olharem para cima encontrarão ali uma cobertura de acrílico, erguida na primeira gestão de Rafael Greca na Prefeitura, a qual deu o nome de Arcadas do Pelourinho.

A questão que se apresenta é o despropósito da cidade possuir um monumento construído um quarto de século antes de sua fundação. E que não se diga ser algo sem importância. O Pelourinho simbolizava a existência da justiça no local, donde se depreende que a vila existia bem antes de ter sido fundada.

Aos fatos. Em 1668, o vilarejo de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais vivia o processo de organização de suas instituições. Em 1º de setembro daquele ano, Mateus Leme recebeu uma sesmaria localizada no planalto curitibano, concedida pelo Capitão-Mor Gabriel de Lara, a maior autoridade do reino português na região.

Naqueles idos a vila já estava estabelecida em torno da atual Praça Tiradentes, na esplanada que a lenda diz ter sido apresentada aos homens brancos pelo cacique Tindiquera. No seu entorno localizavam-se as casas dos moradores da vila, os chamados homens bons. Eram eles que administravam a rotina do lugarejo.

A lenda do cacique é inspiradora, romântica, poética e pouco provável. Seu autor é Romário Martins, o historiador, que garantia ter

recolhido o relato por meio da tradição oral. Mais de 250 anos após o surgimento da Vila, ele transformou a fantástica história em versão oficial da fundação da Curitiba.

Teria sido um momento épico, tão fantasioso quanto a história da Loba de Roma. Um cacique, a guiar um punhado de garimpeiros desde os altos do Atuba até o centro da área indicada, bate no chão e diz aos quatro ventos (ou mais, em Curitiba temos muitos ventos a mais):

- Curitiba.

Todos entenderam que a palavra pronunciada pelo cacique significava “muito pinhão”, com o que trataram de construir ali suas moradias. É possível que desejassesem se empanturrar com o fruto, embora não saibamos se era época de pinhão ou não.

A edulcoração do passado é própria de muitas civilizações, até porque histórias idealizadas são sempre interessantes: o tempo se encarrega de esculpi-las. A lenda da criação de Curitiba, se ocorrida no hemisfério norte, teria gerado uma superprodução hollywoodiana. Talvez com Brad Pitt no papel de Ébano Pereira. No melhor momento do filme, o cajado empunhado pelo cacique deitaria ao chão algumas lascas, da qual nasceria uma imponente árvore – madeira de lei, é certo. Tudo conforme a narrativa que a privilegiada mente ficcional de Romário Martins nos legou.

O protagonista Eleodoro Ébano Pereira era um sertanista, voltado à busca do ouro, que em 1649 já havia dado conta ao Rei de Portugal da fundação de uma vila nos campos de Curitiba. Era a povoação que chamamos hoje de Vilinha do Atuba. Como a instalação do Pelourinho é de 1668, em algum momento entre as duas datas os nossos pioneiros migraram para o local que hoje é o Marco Zero da cidade. Com ou sem a companhia dos índios Tinguís.

Anos depois, já instalados e na lida pelo desenvolvimento da vila, viram-se obrigados a solicitar a Gabriel de Lara a instalação de um pelourinho, de forma a que se respeitasse a justiça dos homens. No outro plano, o da justiça divina, é da mesma época a instalação da

paróquia na vila, conforme narra o prefeito Rafael Greca, em sua obra “Curitiba, Luz dos Pinhais”, citando depoimento do antigo Arcebispo Dom Pedro Fedalto.

O Pelourinho foi produto de uma reivindicação coletiva, liderada por Mateus Leme, por isso nomeado Capitão-Povoador, espécie de gerente, pela Coroa portuguesa, representada por Gabriel de Lara. Mateus Leme só deixou o cargo pela época da fundação oficial da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em 29 de março de 1693, quando foram constituídos, entre outros, os camaristas – atuais vereadores, representantes do povo – e o Juiz, para exercer a justiça.

É significativo que a instalação do Pelourinho, à falta de data mais exata, não seja considerada a da verdadeira criação da vila. Como vimos, os curitibanos já estavam aqui bem antes de 1693, com autoridade designada, justiça ostensiva e presença da Igreja. Porém, de acordo com a versão oficial, somos um fenômeno: surgimos antes de termos sido concebidos.





OS CAMINHOS DA FELICIDADE

Por ANTONIO CARLOS CARNEIRO NETO

Algo que me intriga é abrir um livro, qualquer tipo de revista ou o *wikipedia* da vida e ler que os egípcios e os gregos foram civilizações evoluídas na Antiguidade, que faziam e aconteciam, mas que se perderam através dos tempos.

Curioso. Como é que com o passar dos séculos um povo perde os seus referenciais ? Bem, talvez seja fácil explicar. Basta dar uma olhada no Brasil dos últimos tempos.

Os filósofos gregos reconheciam três formas de felicidade: a dos prazeres materiais, a da glória e da virtude.

A primeira é a mais cultivada e se transformou nos países desenvolvidos numa espécie de religião. É o evangelho da sociedade de consumo e, através dele, o homem procura o máximo de bens materiais e seu desfrute. É a valorização do ter, do possuir, no lugar do ser. No passado, era um sinal de *status* ser estudioso, intelectualmente preparado, honesto, responsável, educado, trabalhador, etc. Hoje em dia o valor do cidadão é diretamente proporcional aos bens acumulados.

Na segunda forma, a felicidade é o alcance da glória. Alguns procuram as colunas sociais para a notoriedade, outros o caminho da política e assim por diante. Nesse esquema de vida o homem, para se sentir feliz, necessita da aprovação dos demais. Esta forma não é incompatível com a anterior, na qual o importante é ter, e não ser. Para muitas pessoas o poder é tão fascinante quanto o dinheiro.

No terceiro caminho, o homem atinge a felicidade pela virtude. Os seus atos, independentemente das compensações materiais ou

necessidades de aprovação, constroem a felicidade. Um gesto, uma palavra, uma ação, podem levar a pessoa a se sentir bem, com leveza espiritual.

A felicidade diária é muito difícil, já que a vida exige uma variedade de comportamentos e experiências. E felicidade não é só prazer. Às vezes nem nos damos conta de nossa felicidade, como na música do sambista Ataulfo Alves recordando a sua infância quando “eu era feliz e não sabia”.

Pela dinâmica da vida moderna, pelas transformações tecnológicas nos meios de comunicação e pela rapidez das informações temos a sensação de cansaço ao final do dia. É tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo. Com o volume de acesso ao noticiário nas mais diversas plataformas de interligação nos sentimos permanentemente no olho do furacão.

Antigamente as notícias demoravam para chegar até nós. Talvez, pela escassa informação recebida de fatos desagradáveis, nos sentíssemos mais felizes. Ou com a cabeça menos cheia de indagações e preocupações.

Seria ótimo se, por um passe de mágica, os telejornais, os boletins radiofônicos, as páginas dos jornais, redes sociais ou o incrível *whatsapp* pudessem desfilar somente informações positivas, agradáveis e que elevassem a autoestima de todos. Mas a turma do *fake news* reagiria para não ficar marginalizada.

A inteligência e a cultura foram colocadas em cheque diante da forma como as pessoas se comunicam. O telefone celular tornou-se o objeto imprescindível e absolutamente inebriante para todos os povos.

Não há preocupação com a escrita, com o estilo ou mesmo com os cuidados para a verdade dos fatos. Vivemos numa sociedade novidadeira. Diante disso parece ter sobrado pouco espaço para a verdadeira busca da felicidade.

NO CORPO DO SONHO

Por MARCIO RENATO DOS SANTOS

O desaparecimento de Joana não é exceção. Testemunhas, incluindo garçons e José, o gerente do restaurante em que ela almoçava de segunda a sexta, dizem que a cliente entrou no banheiro antes das treze horas de uma quinta-feira. As imagens registradas pelas câmeras do sistema de monitoramento mostram a farmacêutica entrar, mas não há registro dela saindo do banheiro do restaurante.

Mônica, Priscila e Tereza, mulheres de quarenta anos, mesma idade de Joana, também desapareceram. As três entraram em um shopping e, até o momento, não foram localizadas. Mônica avisou o namorado, Leon, que iria comprar uma calça. Há imagens da engenheira química entrando, mas não há registro dela saindo da loja. O sistema de segurança também captou a movimentação de Priscila de uma das portas de acesso ao shopping até o hall de entrada do cinema, sem, no entanto, mostrar ela deixando a sala de exibição.

Tereza, na verdade, nem entrou no shopping. O seu carro foi encontrado com as portas destrancadas no estacionamento — o telefone celular, um casaco e a bolsa da profissional de mídias sociais estavam no porta-malas. As câmeras de vídeo não registraram o momento em que automóvel entrou no local, mas há imagens do veículo estacionado.

Luciana foi para a faculdade, Cristiane disse para a mãe que iria encontrar amigas em um bar, Sandra seguiu para a academia e Alessandra precisava comprar remédio. Elas e outras mulheres de quarenta anos também desapareceram.

Antônia acompanha a repercussão desses casos pelos jornais. Ela tem quarenta anos, trabalha como detetive particular e já ajudou a localizar mulheres e homens que, por variados motivos, saíram de cena.

A detetive sabe que duzentas pessoas desaparecem por dia, metade são mulheres. Cem mulheres somem todo dia, quatro por hora, uma a cada quinze minutos. Curioso, para Antônia, é ter esse novo dado: agora, especificamente, mulheres de quarenta anos entram na estatística.

Equipes de inteligência trabalham em tempo integral com a finalidade de desvendar o caso e, mesmo assim, todo dia mais mulheres de quarenta anos desaparecem.

Antônia investiga os desaparecimentos por conta própria e com discrição. Tem algumas hipóteses, desconfia de uns sujeitos em particular e também de milícias e outros grupos de extermínio.

Mas, hoje, após se dedicar intensamente no assunto, ela está exausta e, pela primeira vez em anos, acaba de dormir sentada no sofá da sala em frente à televisão, que deve seguir ligada nas próximas horas.

Antônia acorda antes das cinco, toma banho, esquenta o café, veste um agasalho e vai caminhar. Segue por cinquenta minutos e chega ao centro

A detetive observa uma mulher, possivelmente de quarenta anos, se jogar em frente a um ônibus da linha “O menino mentido”, que seguia talvez a quarenta quilômetros por hora. Uma segunda mulher, também de quarenta anos, praticamente repete a ação da primeira, e se joga, neste caso, em frente a uma van da empresa “Meu sétimo dia”.

Uma terceira mulher pula em frente a um carro forte e outras mulheres, todas de quarenta anos, repetem o gesto durante o período em que Antônia está nas ruas.

Ela anda sem cansar e sem ter certeza do que vê.

As mulheres que se jogam contra veículos em movimento desaparecem não se ferem, nem caem no asfalto, mas seus corpos somem.

Algumas pessoas, incluindo homens, caminham e, de repente, flutuam, ou seja, andam no ar como se existisse uma escada invisível que conduz o pedestre a metros, metros e metros acima do nível do chão.

Outras pessoas seguem nas calçadas e, de um instante para o outro, desaparecem. Mulheres também atravessam paredes sem utilizar portas. Há mulheres que somem, aparecem alguns metros para, em seguida, desaparecerem, surgindo e desaparecendo de novo – continuamente.

Antônia anda, coça os cabelos sem saber que tem piolhos – ela está no bairro há alguns minutos e não chega ao apartamento. Uma nuvem de moscas indica que há rebanhos em decomposição nas calçadas manchadas de sangue. Mulheres com feridas no rosto passam gritando, pouco antes da chuva de granizo e de uma nuvem de gafanhotos encobrirem o céu, até então nublado, agora totalmente escuro.

Então, um coelho diz para Antônia:

– Ei, você, me dá um cigarro?

A detetive passa pelo coelho, que insiste:

– Me dá um cigarro?

O coelho repete o pedido:

– Me dá um cigarro?

Antônia já está alguns metros distante e tem a impressão de ainda ouvir o coelho pedindo um cigarro, não necessariamente para ela, mas para qualquer pessoa, personagem ao animal que passar por ele, coelho.

A detetive para e, então, se dá conta de que coelho pedindo cigarro é um personagem de um conto do Murilo Rubião e, possivelmente, ela não está acordada, mas dentro de um sonho. Antônia sabe que se uma situação apresenta exagerados nonsenses, como os que presenciou há pouco, ou um inequívoco erro de continuidade e personagens de ficção, ela se encontra em um enredo onírico.

Ela deseja sair do sonho, mas isso não depende apenas de desejo. Às vezes demora, surgem outras situações complicadas, das quais Antônia não escapa facilmente. Mas a detetive tem consciência,

mesmo no corpo do sonho, de que precisa acordar e seguir na investigação a respeito do desaparecimento das mulheres de quarenta anos.

Antônia observa que na parede de um prédio há um telão em que é projetada a imagem de um telejornal. A apresentadora afirma que o caso das mulheres de quarenta anos divulgado na imprensa trata-se de *fake news*. “Não houve desaparecimentos”, ressalta a apresentadora. Joana, Mônica, Priscila, Tereza, Luciana, Cristiane, Sandra e Alessandra, mulheres que supostamente teriam desaparecido, estão bem e, de acordo com a apresentadora, não passaram pelas situações mencionadas em reportagens. “Elas nunca desapareceram”, insiste a mulher de quarenta anos que aparece no telão.

O céu negro se torna lilás, verde, vermelho, depois laranja e, finalmente, azul. A detetive está a poucos metros do apartamento, mas as ruas são desconhecidas. Agora, Sônia tem certeza de que está dentro de um enredo onírico que não acaba e do qual precisa sair, antes que alguém divulgue que ela desapareceu da realidade.



O ENSINO PÚBLICO NO ESTADO DO PARANÁ

Por CHLORIS ELAINE JUSTEN DE OLIVEIRA*

Em 1853, o Paraná contava com aproximadamente 120 mil habitantes, sendo 711 crianças em idade escolar. Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente provincial, deparou-se com um quadro desolador: uma comunidade que havia abandonado a agricultura e a pecuária pela procura infrutífera de metais em prováveis veios auríferos, tornando-se pobre e com altos índices de analfabetismo.

Ante tal situação, estabeleceu um programa para organizar os serviços básicos, inspirado nas idéias liberais, influenciado pela maçonaria; diante da Assembléia exortou a necessidade da criação de escolas, contratação de professores, falou sobre a importância do conhecimento e, conclamou os pais a enviarem seus filhos à escola, inclusive as meninas. A situação era caótica, um professor percebia vinte e quatro mil réis por mês e pagava o aluguel da casa escolar, enquanto um pedreiro ganhava cinqüenta mil réis mensais.

A Assembléia propôs e, então, o governo promulgou a Lei nº. 17, em 14 de setembro de 1854, sobre o ensino primário e secundário que instituía a instrução primária obrigatória. Com um plano de estudos, diferenciado para meninas, seguia a Lei do Parlamento Imperial de 15 de novembro de 1827, inspirado na legislação francesa: o Método Lancaster, que consistia em dividir as turmas em grupos de dez - chamado decúria - e escolher um aluno, entre os considerados mais capazes, como orientador. Apesar de ineficiente na sua aplicação, perdurou por longo tempo, até ser proposto pelo Inspetor de Ensino Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, o Método La Salle, adotado em todo o Império. Em 1870, o presidente da província, Dr. Venâncio José



da Silva Lisboa, escolheu o Dr. Bento Fernandes de Barros (futuro desembargador) Inspetor de Ensino, que implantou a prática do ensino religioso semelhante ao que ocorria nos estados alemães, onde o culto religioso era o ponto central do ensino, a alma da escola.

Em 1873, assumiu a presidência da Província o Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches e nomeou para o cargo de Diretor da Instrução Pública o Dr. João Manoel da Cunha, Doutor Honoris Causa na Universidade de Roma, deputado provincial, poeta, músico, orador. Reinava grande anarquia nos meios educacionais e, após a verificação da realidade do ensino, o novo inspetor apresentou um relatório circunstanciado sobre aspectos físicos e pedagógicos da escola pública paranaense – edifício escolar, área da sala de aula, ventilação, iluminação, número de alunos, instalações sanitárias – comparou métodos educacionais, técnicas de aprendizagem e concluiu que não bastavam um programa de ensino e um edifício escolar. O êxito da aprendizagem estava na competência do professor. Inúmeras reformas ocorreram embasadas em tal relatório.

O Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello, nascido em Porto Alegre, considerado “benemérito presidente” da Província em 1884, imbuído de ideais pedagógicos, instituiu em cada cidade uma circunscrição escolar, subdivisões distritais, encarregadas de arrolamento da população estudantil e controle da frequência. Incluiu no currículo a matéria de Educação Física. Criou um fundo escolar para o fornecimento e distribuição de roupas, calçados e livros aos alunos, originando a cooperativa escolar, sistema que vigorou por muitos anos. Temendo alguma influência por parte dos primeiros imigrantes, determinou que o dia de sábado fosse reservado ao ensino e prática das matérias de cunho moral, religioso e cívico. O último presidente provincial foi o médico Balbino Cândido da Silva que, numa atitude política, sustou a criação de dezenas de escolas primárias, provocando revolta geral. Em posição insustentável, entregou seu cargo ao vice-presidente, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

Em 1889, com o advento da República, o ensino público novamente atravessou um período de intranquilidade. No Paraná

eram 6.848 crianças de 6 a 15 anos matriculadas. A Constituição de 1891, considerada lacônica em relação à Educação, permitiu que a legislação ordinária fosse pródiga em atos e leis, na tentativa de fixar um sistema escolar.

Em 1904 assumiu a presidência do Estado o Dr. Vicente Machado, que dignificou o magistério, proclamando que o destino da Nação estava intimamente ligado à escola primária. A luta contra o analfabetismo era intensa, além da necessidade de integrar os novos moradores – os imigrantes – recém-chegados, e a escola era o meio, as crianças aprendiam a ler e a falar português e, ao mesmo tempo, ensinavam o idioma pátrio aos pais.

Quando o Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920/28) assumiu o governo do Estado, convidou para o cargo de Inspetor Geral do Ensino o Professor Cesar Prietto Martinez, que estabeleceu um plano de atividades e um programa único para cada matéria, incluindo a cadeira de Música. Organizou o primeiro quadro funcional de carreira para os docentes. Encerrou-se, assim, a fase em que cada professor ensinava sobre o assunto que melhor dominasse. Criou e instalou o Curso de Professores. Determinou que, ao lado de cada escola normal, funcionasse um grupo anexo para a prática pedagógica. Neste período, o Estado atravessou grave crise, causada por conturbações sociais e políticas e sofreu uma epidemia de varicela, impedindo a frequência às aulas e o cumprimento dos objetivos educacionais. Preocupado com a formação dos jovens, o governo incentivou a instalação de escolas de ensino profissionalizante. A programação fundamental do Prof. Prietto Martinez perdurou até 1953.

No governo federal, o Presidente Artur Bernardes (1925) sofreu com agitações populares que acabaram impedindo ações favoráveis à educação e, igualmente, o governo estadual de Affonso Camargo (1928/30) não conseguiu manter a unidade administrativa.

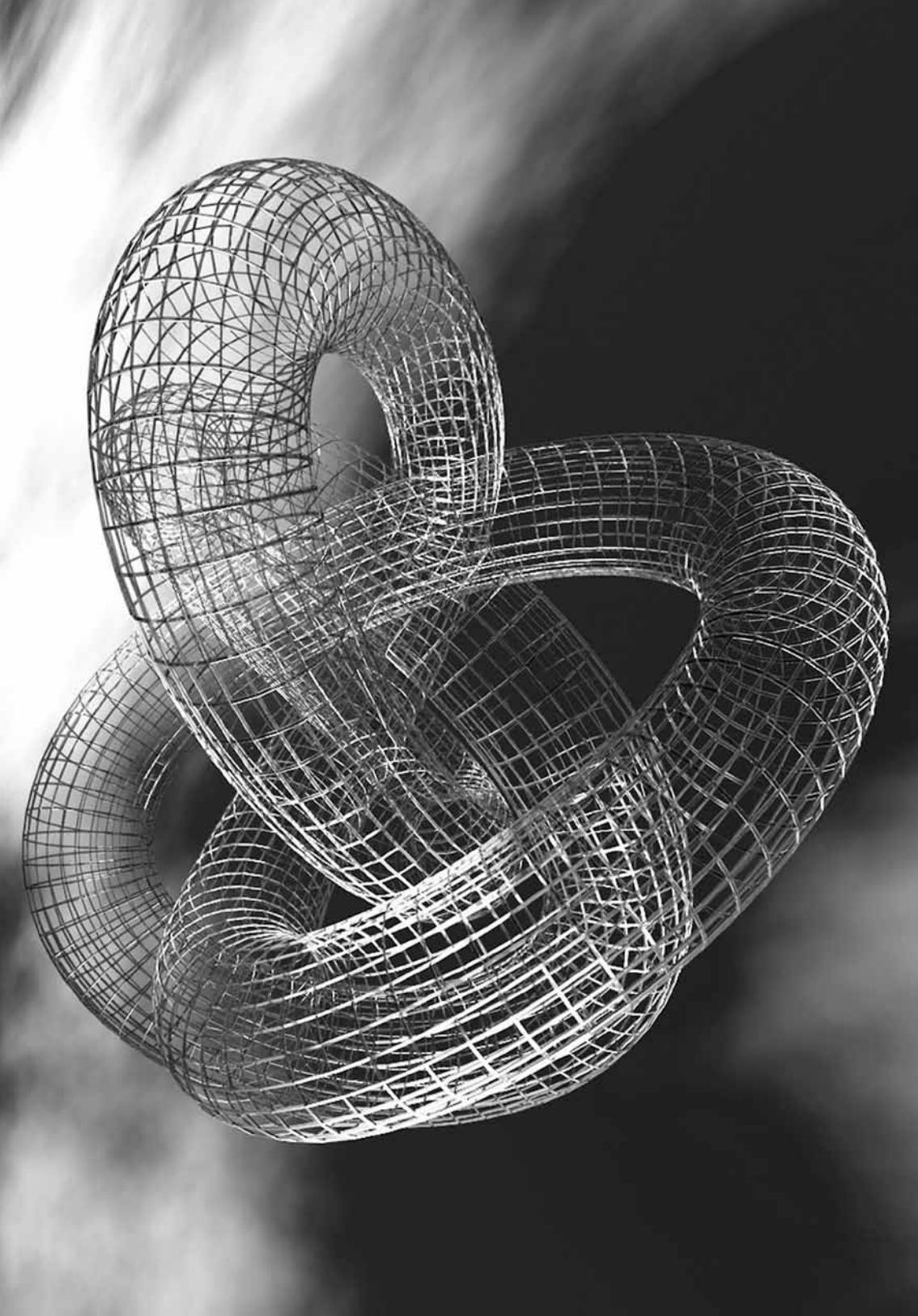
Mas no seu primeiro mandato, o governador Moisés Lupion (1949/51) obteve a aprovação de leis que permitiram a construção de escolas em todo o Estado, o Colégio Estadual do Paraná e a manutenção de programas educacionais.

O governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951/55) nomeou o Professor Erasmo Pilotto, educador, filósofo e reconhecido intelectual como Secretário de Educação e Cultura, que tratou de organizar as escolas complementares, primária e secundária, dando início ao ensino profissionalizante no Paraná.

Entre suas realizações estão a Lei Orgânica da Educação, os Programas Experimentais, a instalação dos Jardins de Infância e das Escolas Normais Regionais. Instituiu um projeto de experiências escolares relacionado ao mundo da natureza, adequado às exigências e necessidades bio-psicológicas da criança, que recebeu o nome de Escola Nova. Treinou um grupo de professoras como orientadoras para dar atendimento à execução do referido. Nessa época, o Paraná contava com 27 grupos escolares, 605 escolas isoladas e em Curitiba funcionavam 66 estabelecimentos de ensino. Deve-se a Erasmo Pilotto a criação de mais de 1000 escolas rurais, beneficiando 25 mil crianças e a criação de associações de amigos da Escola, precursora das Associações de Pais e Mestres, integrando a família na educação de seus filhos e, ainda, a determinação da gratuidade do ensino primário e secundário. Atualizou o ensino de acordo com os preceitos pedagógicos e científicos, determinando ordem administrativa para regular tais medidas. No governo seguinte, novamente Moisés Lupion (1956/1961) instalou o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, destinado à pesquisa e orientação psicopedagógica e houve o reaparelhamento de todos os jardins de infância com o método e material montessoriano.

Até meados de 1970, perdurou tal metodologia, que priorizava o atendimento das necessidades básicas da criança e a boa formação do professor. O Paraná teve, então, uma escola pública de qualidade que, além de prestigiar o educador, concorria para a educação integral do indivíduo e habilitava o jovem para o ingresso nas escolas superiores.

*Diretora do Departamento de Memória e Arquivo da Associação dos Magistrados PR. Editora da revista **Toga e Literatura**, e colaboradora da publicação **Novos Rumos**. Autora dos livros **Fóruns do Paraná** e **Amapar, Capítulos de sua História**



DISCURSO DE SAUDAÇÃO A LUCI COLIN



Por GUIDO VIARO

Paço da Liberdade, 30 de outubro de 2017

Senhoras e senhores,

De onde viemos, para onde vamos, quem somos?

Peço perdão por começar meu discurso com três perguntas tão difíceis de serem respondidas. A dificuldade é tanta que podemos atravessar muitos milênios sem conseguirmos levantar o véu que encobre o grande mistério. Mas talvez esse véu só possa ser levantado quando ganharmos asas, abandonarmos nossos corpos vazios, como fazem as borboletas com seus casulos, e atravessarmos anos-luz, com largos passos de sabedoria adquirida.

Até atingirmos a idade adulta da humanidade quando conseguimos responder plenamente por nossos atos e finalmente sanar as grandes dúvidas existenciais, cometeremos todos os tipos de atitudes características da infância e juventude, brigas inúteis, choros por razões sem importância, destruiremos sonhos e planetas, mas também construiremos, represas, estádios de futebol, pontes sobre rios e outras sobre leitos secos, até que, como sempre acontece, apareça uma primeira ponta de ferro deteriorada tentando escapar para fora da viga de concreto.

Em um piscar de olhos, feito a partir do infinito, não haverá mais nenhuma construção sobre a Terra. O planeta haverá virado a página da aventura humana e a humanidade deixará para trás a grande bola azulada, que logo transformará os antigos espaços ocupados pelas cidades em densas florestas superpovoadas por novos animais, que, fugitivos da extinção e misturados pelos milênios,

multiplicarão possibilidades, novos olhos e caudas, outras maneiras de nascimento e reprodução.

Todas as épocas sempre tiveram algo em comum, tanto os homens e mulheres do império Assírio quanto do Asteca, tanto o homem renascentista quanto os filhos da revolução digital, todos eles em algum momento se julgaram no ápice da pirâmide civilizatória. Cada um deles um habitante abençoado pela sorte de poder viver em tempos em que a tecnologia e o progresso projetam sobre um futuro próximo a resolução dos problemas que ainda incomodam a eles e a seus contemporâneos. O que a história nos mostra é que todas as épocas, e a nossa não será diferente, têm seus triunfos tecnológicos tornados obsoletos, em períodos cada vez mais curtos. O “admirável mundo novo” transforma-se em sombras científicas e depois em riso de desdém estampado no rosto das gerações seguintes.

Então eu pergunto “O que nos sobra?” Se a modernidade só é moderna porque nossos olhos são míopes o suficiente para que não enxerguemos as descobertas das próximas gerações. Se as ideologias que prometiam um mundo mais justo só serviram para construir figuras patéticas de sanguinários tiranos, se a perseguição ao dinheiro mostra-se absolutamente vazia, se as novas gerações mergulham no vício digital esquecendo-se da vida e decepcionando-se por não encontrá-la dentro da tela de um computador. Então o que fazer, quando as religiões se enrijessem em dogmas e buscam fiéis da mesma maneira que uma loja busca fregueses? O que fazer com uma educação, que mesmo quando eficiente, consegue no máximo formar um cidadão, esquecendo-se que deveria ajudar a construir homens e mulheres. Sócrates dizia “O cidadão é o cadáver do homem.” E nós queremos um mundo vivo, queremos animais cruzando a floresta e à noite uivando pelo mistério da escuridão, e não apenas um zoológico morto construído com animais empalhados.

O que faremos com esse mundo, o que fará o homem, cujos sonhos continuarão pulsando, cujo sangue continuará correndo, cujos desejos líquidos escorrerão em uma velocidade cada vez maior?

Todas as áreas do conhecimento precisam constantemente de renovação, novas formas de viver, pensar e criar surgem e desaparecem. Mas há algo imutável : as três perguntas com as quais iniciei o meu discurso, de onde viemos, para onde vamos, quem somos?

Senhoras e senhores, hoje a Academia Paranaense de Letras está reunida para receber alguém que em sua obra luta com todas suas forças para responder às três perguntas fundamentais. Luci Colin, filha do Harold e da Maria José, mãe do Victor e do César, curitibana há sete gerações. Luci professora de língua e literaturas inglesas da UFPR, tradutora, pianista e percussionista clássica, Luci escritora. Uma grande escritora, profunda, inovadora, que não contente em abordar grandes questões existenciais, o faz utilizando-se de uma forma absolutamente inovadora. Luci escreve contos, poesias e romances com maestria, algo muito raro em qualquer literatura. Mesmo Machado de Assis, sublime romancista e contista, foi um poeta apenas razoável.

Talvez o segredo de Luci esteja na perpétua escavação, busca sentidos, descobre brilhos, encontra reflexos, reproduz suspiros e finalmente depara-se com a encruzilhada que somos todos, o entrelaçamento onde estão contidas todas as coisas, ideias e pessoas que já existiram e ainda existirão.

A ciência que estuda o infinitamente pequeno, horizonte tão extenso quanto as grandeszas cósmicas, chama-se física quântica. Para os que desejam conhecer um pouco mais desse mundo fascinante sugiro o maravilhoso livro “O Universo Virtual”, do nosso confrade da Academia Paranaense de Letras, Antônio Celso Mendes.

Em um experimento quântico clássico descobriu-se que os elétrons, por vezes comportavam-se como onda e em outras ocasiões como partículas sólidas. Mas o que chocou os cientistas e abriu novos caminhos para a ciência do futuro foi a descoberta da razão pela qual ocorria essa modificação na condição dos elétrons.

Eles se apresentavam como partículas quando havia alguém observando e eram onda quando não havia testemunhas.

Não cabe aqui explicar as possíveis teorias que tentam justificar tão estranho comportamento, mas podemos falar sobre uma suspeita, que silenciosamente espalhou-se pela ciência, e porque não dizer também sobre a ficção. Suspeita-se, e as grandes teorias científicas sempre iniciaram-se com suspeitas, que nada de fato exista além da consciência. Que um átomo, um homem ou um asteróide não passariam de construções de muitas consciências entrelaçadas, pulsando e sonhando, imunes ao tempo-espacô, criadoras de tudo e todos, que por exemplo, nesse instante imaginam a posse de Luci Colin.

E é dessa forma, com multiplas consciências entrelaçadas, algumas vezes de forma consciente, em outras não, que Luci constrói o intrincado labirinto de seus contos, poemas e romances. Seus sonhos-textos percorrem estradas simbólicas iluminadas por grandes luas amarelas povoadas por outros sonhadores. Depois de atravessar galáxias de tédio coletando pequenas impressões escondidas no fundo de rostos, nos restos de brilhos, no sorriso que desaba depois que a graça terminou, Luci arrasta essa bagagem para perto de nós, desenhando em seus personagens a indefinível sensação de se estar vivo. Depois disso afia as palavras, tornando-as pontudas e corrosivas, leva essa mistura ao fogo primordial, cujas chamas são feitas de amores, desejos e ódios, até que finalmente obtém o produto final. Uma pasta gosmenta que gruda para sempre na mão de quem lê seus livros.

Isso mesmo, quem mergulha na literatura de Luci jamais respirará o mesmo ar que antes. Estará condenado a ser uma pessoa diferente.

Assim acontece com Hamlet “Ser ou não ser...” ou então com a física quântica “... elétrons por vezes partículas, por vezes onda”, a obra de Luci é construída sobre os alicerces da mais pura dúvida.

O homem perde-se em labirintos até se conformar que seu destino é desconhecer-se e a seus caminhos. Aceitar a dúvida e não degladiar-se na busca por uma resposta definitiva. Tornar-se imenso justamente por aceitar sua condição de infinitamente pequeno. É quando o artista aceita essa condição que torna-se grande.

Talvez a escola de sabedoria que melhor compreenda essa condição humana seja o Zen-budismo, religião (se assim podemos nominá-la) praticada por Luci. O Zen-budismo aceita a correnteza do rio da vida, e tenta ler na língua em que ela, a vida, é escrita, pistas sobre o ritmo e o significado das coisas. Tenta descobrir a ponta do fio de lá que constrói o mundo, mas como não a encontra, contenta-se em vestir a roupa que a protege do frio.

Uma curiosidade: apesar de ser praticante do Zen Budismo, Luci é parente de uma ilustre figura do catolicismo, Giuseppe Sarto, ninguém menos do que o Papa Pio X, sumo pontífice entre 1903 e 1914, e que após sua morte tornou-se Santo Pio X.

Aqui vai uma revelação que poucos sabem, Luci, assim como seu antepassado, também opera milagres, vou revelar um deles. Do livro “A palavra algo” o poema Ciclorama:

*o infinito
daquela mulher
era um espelho
daquele animal
era um disparo
daquela menininha
era um coelho
daquele mendicante
era um retalho
daquele ancião
era um xarope
daquele temporal
era um compasso
daquele imperador
era um decálogo
daquele especialista
era um lapso
daquela meretriz*

*era um suspiro
daquele marinheiro
era um rito
daquele vendaval
era o abandono
daquela mulher
o infinito*

Muito obrigado



DISCURSO DE POSSE LUCI COLIN



Paço da Liberdade, 30 de outubro de 2017

Senhoras e senhores, amigos, familiares, colegas, confreras e confrades.

Nesta noite, em que me é atribuída a honrosa condição de membro da Academia Paranaense de Letras, quero iniciar minha fala com palavras de agradecimento. Primeiramente, a todos os acadêmicos que, votando em meu nome, num gesto de generosidade me aceitaram como sua companhia nesta Entidade a qual pertencem tantos intelectuais representativos de nossa cultura e de nossa literatura.

Na sequência, agradeço ao amigo Guido Viaro Neto pelas palavras que proferiu apresentando o meu trabalho. Saiba, Guido, que é uma emoção enorme ser saudada por você, escritor admirável e que reputo como um dos melhores do cenário paranaense da atualidade.

De uma longa lista de agradecimentos, e sim, o “longa” evidencia que fui amparada por muitas pessoas amorosas a quem gostaria de simbolicamente abraçar, destacarei, pela amizade antiga, que remonta ao início da década de 1980, dois ora meus confrades, que pacientemente me orientaram no caminho das Letras e cujo apoio – que jamais será esquecido – foi essencial para que eu me firmasse nas escolhas que fiz; são dois nomes queridos e que tenho como referências extraordinárias: Dr. João Manuel Simões e, igualmente, Dr. Eduardo Rocha Virmond. A ambos, meu muito obrigada. Também desta Casa, mas não mais entre nós, expresso meu agradecimento a mais uma figura de excepcional magnitude, pelos ensinamentos,

pela docilidade com que os transmitiu, pelo exemplo de integridade em todos os sentidos da palavra: refiro-me à Dona Helena Kolody, Dra. Helena Kolody, grande mestra e amiga para muitos de nós aqui presentes. Louvo a poesia e a memória de Helena Kolody.

Ocupar a Cadeira de número 32 na APL é uma enorme emoção para mim. E este é momento de saudarmos a memória do seu Patrono, Joaquim Procópio Pinto **Chichorro Júnior** (1866 – 1926), notável por sua atuação nos cenários literário, filosófico e político, figura eminente na história do Paraná, que ocupou diversos cargos prestigiosos na administração pública paranaense, como o de procurador da Fazenda e o de Secretário das Finanças e que também atuou no magistério. De sua numerosa prole, destaco seu filho **Alceu Chichorro** (1896 -1977) Fundador da Cadeira 32 que ora ocupo, figura brilhante e de grande popularidade, encantou gerações com seus contos, crônicas, poemas mas, sobretudo, com suas irreverentes charges – de acentuado teor crítico - nos jornais em que colaborava e que traziam os inesquecíveis personagens, como o sempre lembrado Chico Fumaça, que marcaram a vida cultural curitibana. Antecederam-me como ocupantes da Cadeira 32, primeiramente o Dr. **Emílio Leão de Mattos Sounis** (1913 – 1999), médico, literato e professor universitário e, a seguir, o magistrado, escritor, poeta e professor **José Wanderlei Resende** (1938 – 2015). Exalto aqui a memória de todos os citados.

E quando acima afirmei ser emocionante poder ocupar a Cadeira 32 desta Academia, além de referir-me à responsabilidade de suceder às eminentes figuras que mencionei, considerei também o próprio compromisso que se estabelece com o conhecimento literário e linguístico que configura o universo das Letras. Estar na APL é parte significativa de uma espécie de pacto maior que estabeleci com a Literatura quando, há 40 anos, me perguntei se eu teria condições de trilhar um caminho que demanda de persistência à criatividade, passando pela observação e a reflexão profundas, um caminho que requer muita dedicação a um fazer de acentuada dimensão estética e que não subsiste sem uma grande dose de paixão.

Não quero aqui fazer uma apologia floreada da figura do escritor. Quero, antes, voltar a um questionamento, até mesmo uma dúvida que é geral, que infelizmente não foi minha apenas, e que ressurge em muitos aspirantes ao caminho das Letras. Hoje, talvez mais do que em épocas anteriores, inúmeras questões críticas ameaçam a Humanidade. O crescimento populacional desestruturado; a prevalência de Governos autoritários, protegidos por leis e mecanismos sórdidos criados por e para si próprios; os absurdos efeitos da massificação e da vulgarização do saber e do pensar face à deliberada manipulação promovida pelas mídias; a discriminação quanto a credo, etnia, sexualidade, convicção política; os colapsos seríssimos que sofremos em diversos âmbitos da nossa sociedade, que incluem do colapso financeiro à exaustão da nossa Mãe Terra; em nome do lucro desbragado, os diversos tipos de poluição e toxidez que enfrentamos, desde a poluição do ar e da água, à corrupção dos valores mais preciosos que definem nossa humanidade. Sobrevivemos em meio a uma sociedade marcada pela competição, pela segregação, pela injustiça em formas as mais hediondas, pela violência e pela ganância. E a questão que levanto aqui é justamente essa: em meio a tal configuração da chamada era pós-moderna, qual a importância de se cultivar as Belas Letras? Não é indício de alienação, não é anacronismo (?); em meio a uma época tão caótica, devotar interesse a uma esfera do conhecimento humano que fala ao espírito e não tem, portanto, uma utilidade prática, uma razão de ser que gere lucro material? Afinal, a maioria das carreiras conta com uma evidência de sua relevância social. E o que realiza de fato, e o que pode realizar um escritor?

Infelizmente a figura social do escritor é estigmatizada, sofre um apagamento, é desconsiderada, menosprezada até. Mas o impacto da contribuição do homem de Letras – aquele idealista e visionário – deveria ser tão real, tão presente quanto a de qualquer outro profissional de grande importância. Precisamos tirar o Escritor desse limbo romântico que o vê como elemento acessório da nossa sociedade. Pelo labor da escrita, o escritor registra, redimensiona e

restitui a dimensão mais filosófica e amorosa ao Homem. Sua função é construir expressões a partir de um tratamento da linguagem que nos liberte para podermos pensar e sentir para fora do que é utilitário. Contando histórias, transmitindo sabedoria e entendimento à tribo, à coletividade, o escritor reconecta as pessoas de uma comunidade e assim preserva os sentidos mais profundos da vida. Como os demais artistas, o escritor é o guardião das essencialidades da existência. Ele preserva, difunde e multiplica nossos sentimentos e experiências mais preciosos, como o amor, a compaixão, o enfrentamento da dor e da tristeza, a coragem e a graça.

Para muito além do entretenimento das boas histórias, o escritor tem a especial habilidade de recriar - de toda uma época -, o tempo [n'A hora da Estrela, n'A Cinza das horas?], o lugar [Pasárgada? Perto do coração selvagem?], as pessoas [A normalista, a Obscena Senhora D, Dom Casmurro, Macunaíma e Ismália], as relações [Laços de família?], nossas tantas dúvidas [Claro enigma?], nossos encontros com o inusitado [O cão sem plumas, O centauro no jardim?], nossas descobertas sutis [As impurezas do branco, Felicidade clandestina?], superfícies e profundezas [de Espumas flutuantes ao Mar Absoluto], as evocações de lembranças [Memórias póstumas, Reinações, Recordações do Escrivão?], vivências e sobrevivências [Vidas secas, Morangos mofados?], espantos [Rútilo nada?].

Enfim, a escrita criativa propõe-se a recuperar o mundo e a vida de um modo diferente daquele da descrição de enciclopédias; os detalhes que um escritor expõe revelam o sabor, as vozes, a sonoridade, a atmosfera, os medos, os confortos e os desconfortos de uma geração – mais do que isso, o que se preserva através da arte da escrita é um espaço de existência moral, ética, espiritual e emocional para as gerações futuras. Infelizmente, em algum ponto da história, a figura do escritor passa a parecer insignificante, acessória, periférica. Mas, enquanto artista, é o escritor que, pensando na ação libertária, oferece espaço para que o espírito possa respirar a partir da expressão da palavra. Como no poema do excepcional poeta capixaba Casé Lontra Marques, que aqui evoco:

*Algo na palavra nos indelimita
do corte
(ou ogiva) inevitável desponta
a mão
como um fôlego, viscosa
de
nervos – a mão que
envereda pela
árvore
dos alvéolos (e longamente
a
ventila): os cacos
coalhando
o caos compõem
um
cais suculento
de saídas.*

Expandindo nossas experiências de percepção e reflexão, a literatura nos traz encantamento, conhecimento e reconhecimento. Quebrando a esterilidade do previsível, ela nos apresenta novas combinações de sentidos, novas direções a serem seguidas, nos habilita a ver com novos olhos, nos estimula a levantar questionamentos com base no pensar crítico e cintilante. Falando por entrelinhas, metáforas, imagens, símbolos, insuspeitas cadências, a literatura preserva e revela o passado, o nosso e de outras culturas. Toda a literatura – poemas, romances, contos, ensaios, crônicas – dirigindo-se ao coração do homem, nos aproxima das nossas próprias dúvidas, medos, êxtases, do nosso desejo, da necessidade de amigos e de todas as configurações possíveis de “família”. Das nossas perfeições e imperfeições. Nos reconecta e nos reconfirma. Portanto, em meio a estertores do mundo em sua feiúra e violência contemporâneas, acredito que a palavra é o algo que pode recuperar e reafirmar a beleza da vida.

Pensando na minha ação por meio da palavra poética, tomo a liberdade de aqui incluir um poema de minha autoria cujo título é "Lida":

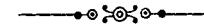
*nesse dia mesmo
em que se é pura perda
em que se sofre saques e ludíbrio
catar os cacos
porque seguem tendo a mesma feição do todo
ajuntar migalha e estilhaço
e conjugar em modo subjuntivo
porque se quer depurar o que nos diz
o exórdio das rosas de inédito semanticismo*

*e não se pode demorar tempo
porque instaura-se um limo impeditivo
e mirram-se asas e expiram voos
e não se queira demorar tempo
porque precisa-se de quem cuspa firme à distância
de quem preste-se a ter os pés queimados pela brasa
de quem espante o logro dos discursos ferrugentos
e delate a rigidez das pétalas dissimuladas
de quem cutuque de quem esgaravate
porque nesse dia mesmo
não se pode mais tomar como acalanto
a ode espúria dos cínicos
e não se pode mais tingir de falso rubro
o fundamento do sangue
e não se pode permitir que façam gorar
a pulsão apta e evoluída
flórea e vigorosa
do verso*

Seguramente quem escreve não estará preocupado com o prestígio e o sucesso material que sua profissão pode ou não lhe oferecer. E, seguramente, a ação da literatura é importantíssima, é humanizante, é reveladora e promove a transformação. Literatura é condição potente de valorização de nossas essencialidades. Acreditemos nela.

Para mim sempre foi bastante nítido que valores mais nobres, mais profundos e mais duradouros subjazem a escolha que alguém faz de ser um escritor. Assim, como escritora, me alegro em estar aqui com meus pares, confrades e confreiras, na promoção dos valores intrínsecos às Letras, comprometendo-me a honrar os ideais desta Academia.

Muito obrigada.





DISCURSO DE SAUDAÇÃO A ETEL FROTA

Por ROBERTO GOMES

Paço da Liberdade, 12 de março de 2018

Quando minha amiga Etel Frota me convidou para apresentá-la nessa cerimônia de posse, eu, que não me sinto bem em cerimônias e me atrapalho ao lidar com isso de falar em público, pensei aliviado: tiro de letra.

Afinal, conheço Etel há muitos anos, pensei. Já gastamos horas conversando, trocando ideias, batendo papo furado, falando mal de desafetos, xingando governos, concordando ou discordando politicamente, levando filhos ao colégio etc.

Com esse histórico, é claro que será fácil falar a respeito dela e apresentá-la numa fatiota bem talhada tal como merece.

Bom, foi o que pensei num primeiro momento.

Esqueci do assunto por uns tempos e, quando vi que era chegada a hora de definir o que falaria, senti um apagão fulminante: quem era afinal a Etel Frota que eu deveria apresentar?

Convenhamos que é tarefa difícil traçar um perfil de alguém em oito páginas espaço duplo, mas a questão do tempo, que de início me assustou, não era a mais importante. Sempre é possível sintetizar muita coisa em oito páginas. O problema estava no objeto, digamos assim, a ser abordado.

Foi quando me lembrei de Miguel de Unamuno, o célebre escritor e filósofo espanhol. No prefácio de um livro em que reuniu algumas de suas novelas – que ele chamava de *nívolas* - adverte que somos afinal uma multidão de eus.

Gostaria de fazer algumas observações sobre essa ideia do notável pensador espanhol.

Há de início quem eu penso ser. Mas também existe quem eu gostaria de ser, além daquele que eu fui – e não só num momento, mas em diferentes momentos de minha vida. São muitos os eus que criamos vida afora. O eu que vai à feira não é o mesmo que faz um discurso, o que nos multiplica ao infinito. Além disso, teríamos também o personagem que eu gostaria que vissem em mim, figura que nem sempre coincide com o que os outros veem em mim. Temos então uma multidão de eus que penso ou desejo ser e outra multidão de eus que dependem dos olhos de quem me observa. E há também aquilo que eu penso que pensam de mim.

É uma confusão medonha.

Foi quando entrei em pânico.

Afinal, de quem eu deveria falar?

Decidi, ingênuo, que falaria de quem ela é – mas eu teria acesso a isso? Ou falaria do que ela foi – mas foi em que momento? Falaria talvez a respeito de como é vista pela multidão de amigos que fabricou ao longo da vida, ela que é dada a fabricar milhões de amizades. Quem sabe falaria daquela que conheci nos anos 1970, quando levávamos nossos filhos ao mesmo colégio?

Achei interessante essa ideia, pois talvez se tratasse de uma personagem que não seria apenas diversa da que hoje toma posse nessa academia, mas também de alguém que tinha outro nome.

O nome dela era Etelvina, revelo aqui e temo que por isso ela me castigue.

Quando soube de seu nome, fiquei muito feliz, pois Etelvina era o nome de minha avó materna – e eu, que não conheci minha avó, passara a vida inteira sem conhecer ninguém com aquele nome.

Imaginei então que eu estava salvo, mas não era verdade.

O fato é que essa Etelvina me lembra uma convivência marcada por circunstâncias familiares: filhos, idas e vindas ao colégio onde eles estudavam, as tardes em que os filhos – João Marcelo, meu

filho, e Jonas, o filho de Etelvina e Luiz – passavam juntos. É verdade que não lembro de ter percebido uma Etelvina ocupada com livros e literatura. Talvez uma distração imperdoável de minha parte. Acho que lá pelas tantas, conversamos certo dia sobre Guimarães Rosa e *Grande Sertão: Veredas*, se não me engano. E ela, num outra ocasião, me falou de Thiago de Mello, se bem me lembro.

Como se vê, não apenas há muitos eus nessa conversa como há também armadilhas insuperáveis de memória.

Essa era, no entanto, a Etelvina que conheci. A mãe do Jonas, grande amigo de meu filho João Marcelo, casada com Luiz Frota, para mim uma espécie de dublê de Dom Quixote. Mas fiquei sabendo também que ela era médica e funcionária do Banco do Brasil. Ou seja, outros eus.

Tempos depois, essa trupe que formávamos passou umas férias num lugar paradisíaco chamado Sítio dos Tucanos, na Ilha do Desterro. Acumulamos então uma quantidade imensa de memórias e de conversas.

A vida seguiu.

Os meninos cresceram, nós começamos a perceber que acabaríamos envelhecendo, os sonhos de que mudaríamos o mundo e a espécie humana com ações revolucionárias se esvaíram. No fundo ainda vivíamos sob o poder daquela frase que foi escrita em 1968 num muro de Paris: *seja realista, peça o impossível*.

Dando uma pírueta arbitrária nessas memórias, me encontrei certo dia folheando um livro do qual caiu uma foto. Nela havia uma mulher sorridente, Etelvina. Ele, magro e aéreo, é Luiz. O menino é o Jonas. Luiza e Clara ainda não haviam nascido para fazer poses e caretas para a câmera. Lá estão todos nessa foto em que tudo sempre me pareceu perfeito. Os amigos são estas presenças com as quais contamos. Fazem parte do cenário, do mundo, da linguagem, tão essenciais quanto o sol, tão óbvios quanto o ar.

Mas não é o que pensa o telefone, essa invenção diabólica.

Alguém me liga – já não sei se era dia ou noite – e me conta do falecimento do Jonas. Atordoado, sem entender e não querendo entender, perguntei: *você tem certeza?*

Passamos o resto do dia e da noite insones, falando do Jonas.

Eu admirava nele o humor, um modo ácido e divertido de olhar o mundo, o fato de que não perdia a compaixão humana mas também não abria mão da piada. Um dia chamei-o para tomar um lanche com João Marcelo, meu filho. Observei a dificuldade com que subia na cadeira – jamais me passara pela cabeça que uma cadeira pudesse ser um desafio tão imenso. Tarefa que Jonas venceu com bravura.

Tinha um modo especial de usar um tratamento que me parecia delicioso: *amigão*. Vinha correndo, erguia os braços, dependurava-se em João Marcelo:

- Ô amigão!

Alguns anos depois, novamente o telefone disparou, na minha memória era meia noite. Do outro lado, a notícia: Luiz perdera o controle do carro numa curva perto da cidade de Castro.

Outra noite em claro. Outro dia no escuro. Luiz nas fotos, exibindo a timidez desajeitada e uma intrigante dentuça. Luiz de olhar triste, abandonado, como se perguntasse a todo momento: *o que estamos fazendo aqui?* Que é, aliás, a única pergunta essencial nessa vida.

Fiquei pensando no Luiz que ardia de indignação diante dos extravios da vida política brasileira, que nutria um amor apaixonado pela ilha de Cuba, que ouvia Pablo Milanez, que tinha sonhos de justiça. O Luiz que adiava há anos uma partida de sinuca onde veríamos afinal quem de nós dois merecia o troféu Carne Frita – o mítico jogador de sinuca – que instituiríamos para a ocasião. Luiz encontrado por acaso numa esquina da Amintas de Barros com uma chaleira na mão, lutando para acalmar a fúria vulcânica do radiador do carro. Perguntei lá da janela do meu carro:

- O que aconteceu, Luiz?

E ele, de braços abertos, erguendo a chaleira:

- Não sei!

Rimos, no meio da rua, atrapalhando o trânsito. Aquele *não sei*, nós sabíamos, era a resposta que dávamos a muitas perguntas, inclusive às essenciais.

Ele me telefonou dois dias antes do acidente. Parecia feliz e me confessou, tímido, que estava pensando em escrever algumas coisas.

- Que coisas? perguntei.

- Uns contos.

Comemorei o aparecimento de mais um ficcionista perplexo neste país de realistas cínicos. Ele me disse que ia passar o primeiro de maio em Cuba e que andava lendo minhas crônicas, estava gostando. E repetiu várias vezes:

- Continue. Continue.

Dois dias depois, as palavras de Luiz ganhavam outro sentido, como costuma acontecer com tudo que alguém faz ou diz nos dias que antecedem a sua morte. É como se segundas intenções se insinuassem por detrás das palavras e dos gestos. Tudo ganha outra dimensão. Os projetos, as brincadeiras, qualquer frase, até uma chaleira surrealista no meio da rua.

Agora, vivendo num mundo no qual não estão mais Jonas e Luiz, cumprimos todos os rituais. Acrescentamos um sentido insuspeito a outras fotos e palavras, outros encontros, às lembranças de um jogo de sinuca que jamais realizamos e de um jantar para sempre adiado, no qual Etel nos serviria um frango com aspargos, promessa que ela jamais cumpriu.

A vida seguiu e por algum truque dos destinos humanos, passamos algum tempo sem nos encontrar. Não sei quanto tempo nem a razão daquela distância.

Até que certo dia, não sei quando, me falararam de uma certa Etel que andava escrevendo canções, fazendo poesia.

- Que Etel? – perguntei.

- Etel Frota.

Era ela. Lá estava, em outra fatiota, a minha amiga Etel. Agora

para sempre livre da medicina, aposentada do Banco do Brasil, e fora do alcance das minhas preocupações de hipocondríaco. Uma mulher que decretara independência frente ao mundo e à multidão de eus que todos acumulamos.

E trocara de nome. Senti pela minha avó, mas gostei do novo nome.

Nome de poeta. Mas também letrista. E, mais adiante, apresentadora de programas na Rádio Educativa. Os eus se multiplicavam. Não bastasse, certo dia, talvez há uns três anos, me manda mensagem com uma intimação: precisamos conversar.

Marcamos ali na praça da Espanha. Foram algumas horas de papo, que começou com algo que me assustou: ela queria falar comigo sobre um romance que estava escrevendo. Levei um susto. Romance? Eu tenho uma desconfiança enorme com o que acontece quando poetas resolvem escrever ficção – e quando ficcionistas resolvem escrever poemas. São coisas aparentemente próximas, mas que na verdade são muito distantes. Duas virtudes que parecem incapazes de conviver num mesmo corpo.

Fiquei ouvindo desconfiado o que ela me contava das pesquisas que fizera sobre um entrevero envolvendo canhões, navios, padres, indígenas, batalhas, farsas, portugueses e ingleses ali no litoral paranaense. Gostei do que ouvi.

Mas sempre temo dar opinião a quem está escrevendo um livro – se sou favorável, julgam que estou sendo condescendente. Quando faço reparos, corro o sério risco de perder um amigo, o que já aconteceu.

Bom, foi o meu primeiro contato, ali na Praça da Espanha, com as histórias que seriam contadas no romance *O herói provisório*, que desmentiu inteiramente as minhas restrições a poetas que se aventuraram a escrever ficção.

Etel criou uma narrativa sem ideologias fáceis. Nela, a guerra não é alegoria. É tormento nos pesadelos do Tenente Joaquim, o herói de quem fala o título: “Se não fôssemos nós a vencer, seríamos nós

os massacrados”, diz ele. As razões da matança? Não se sabe. É como a chaleira erguida pelo Luiz no meio do trânsito. O tenente explica: “Sentei praça e passei vinte e três anos lutando em uma guerra que mal comprehendia”.

Da mesma forma, as angústias do Frei Tristão e suas fantasias com Maria Rocha, a enfermeira, que sussurra em seus sonhos: “calma, não se mexa, me deixa cuidar de você”. Pele percorrida por mãos suaves que reinventam seu corpo.

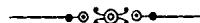
Ignácia, a negra cuja trajetória sintetiza todos os martírios. Eulália, que se empanturra em seu leito, ela, que o marido não engravidou, se vinga tiranizando o mundo a sua volta.

O texto de Etel é vigoroso, firme, direto. Não deve nada a ninguém. Os personagens são criaturas vivas e densas – nada ali é artificial ou gratuito. Há um respeito absoluto pelos dados históricos e uma devastadora liberdade de criação ficcional. A linguagem é trabalhada com delicadeza e competência.

Nesses tempos em que a literatura brasileira anda produzindo historietas magrelas e roteiros raquíticos, modelados em visões jornalísticas de roteiristas de filmes de segunda extração, Etel escreveu um romance de verdade, que cumprirá o papel dos bons livros: ficar de pé nas prateleiras.

Eis então Etel, a mulher agitada, faladeira, pequenina, que não se rende e que recomeça. Parece estar em vários lugares ao mesmo tempo. Mãe do Jonas, da Clara e da Luiza. Amiga de um mundão de gente. Que já foi bancária e médica. Poeta, letrista, produtora e apresentadora de programas de rádio, agora também jornalista e que nos brindou recentemente com essa surpresa deliciosa: é também romancista.

Que ela seja bem vinda à Academia.





DISCURSO DE POSSE

Por ETEL FROTA

Paço da Liberdade, 12 de março de 2018

Boa noite.

Sinto-me orgulhosa de vestir, pela primeira vez, a pelerine que me sagra membro desta confraria. Nada sei de discursos e carrego um irremediável pendor às informalidades, raciocínios tortuosos e comadrios. Temo que o planejamento desta minha fala tenha resultado em uma malcosturada colcha de retalhos de reminiscências, citações, datas e agradecimentos. Se assim for, peço-lhes, desde já, desculpas e paciência.

Licenciada em Ciências e graduada em Medicina, minha alegria ao cruzar este portal é ainda maior pelo assento que me coube, essa cadeira 22, que fundada em nome da fé foi continuada sob os auspícios da ciência, em suas interfaces com a literatura.

Lembro, aqui, o patrono, Monsenhor Manoel Vicente, antoninense nascido em 1851, cuja carreira eclesiástica se desenrolou em paralelo com sua atuação como professor. Cônego da Catedral da Sé, como pensador e educador foi um dos fundadores do Colégio Atheneu, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e vice-presidente da Sociedade dos Homens de Letras, sempre em São Paulo, cidade em que morreu, em 1909, segundo seu obituário no Jornal do Brasil,

*“...succumbindo aos insultos de uma gripe,
mantendo ate ao fim toda a lucidez de
seu preclaríssimo espirito.”*

Saúdo, ainda, a memória dos ocupantes desta cadeira.

O fundador, igualmente sacerdote, educador e destacado político, Dom Alberto Gonçalves.

E depois, inaugurando a linhagem da ciência, o farmacêutico e pesquisador Carlos Stellfeld, que – em paralelo aos frascos e penicilinas – foi autor de extensa produção historiográfica. O médico Metry Bacila, inquieto e brilhante cientista, professor de latim, estudioso do poeta Augusto dos Anjos – em um tempo em que médicos se dedicavam à poesia – responsável, entre outros inúmeros feitos, pela implantação do nosso Centro de Biologia Marinha, na atual Pontal do Paraná. Por contiguidade, uma palavra de homenagem à acadêmica cuja ausência empana o brilho desta noite. No sétimo dia de seu falecimento, nossa gratidão à aluna de Bacila, a professora Clotilde Germiniani.

Neste ponto das homenagens, preciso abrir um parêntese autobiográfico.

Embora minha professora do ginásio, Gilda Poli, que me honra e emociona com sua presença, de vez em quando me atribua algum adjetivo superlativo, a verdade é que fui uma estudante irregular. Talvez tenha feito por merecer um lugar no coração de uma professora de História, mas o mesmo não aconteceu em outros momentos da minha educação, notadamente em física, química e seus odiosos correlatos, disciplinas das quais não retive o nome de nenhum professor, nem conhecimentos mínimos que no presente poderiam estar me ajudando na solução de palavras cruzadas. Pois bem. Um único nome, acompanhado sinesteticamente de imagem e tom de voz, figura na galeria das precárias aquisições que me trouxe o fato de um dia ter sido estudante de química: João José Bigarella, que certa vez foi a Cornélio Procópio para uma aula especial em que nos falou de algum dos seus incríveis projetos ao redor do mundo. Nunca mais pude esquecer aquele pacifista precursor de Indiana Jones, a simplicidade e a paixão com que nos relatou as suas peripécias científicas. Acompanhei, depois disto, aqui e ali, os fatos da sua vida, como leitora e admiradora, embora nunca mais o tenha visto. Em

2016, a notícia da sua morte entristeceu o dia do meu sexagésimo quarto aniversário.

Saúdo, então, com o olhar da estudante deslumbrada, a memória do Professor Bigarella, quiromante do solo, visionário da poesia de Pangeia, desvendando o mistério dos recortes da Serra do Mar. Sua mirada nunca tão atual, sua voz nunca tão necessária quanto neste momento de inseguranças quanto ao futuro de nossa Mata Atlântica e de nossa Escarpa Devoniana.

É com emoção e gratidão que acato, acolho e me reconheço no legado dos meus antecessores na cadeira 22 da Academia Paranaense de Letras.

Mulher, artista tardia, sobrenome Souza, sou espécime da geração híbrida cujo imaginário da infância foi povoado pelas boas mulheres do lar; o da adolescência excitado pelo 1968 da então longínqua Paris e pela efervescência da música popular brasileira, a juventude prazerosamente imolada à construção do mundo solidário que nos esperava, logo ali depois da esquina.

Pé vermelho, como o poeta Nilson Monteiro, venho da terra da

*“...poeira endiabrada
as tetas vermelhas desta lama
a morte branca torrando o café e o pão.”*

e percebo com clareza o sentido da aceitação do meu nome para essa academia. Agradeço a todos os acadêmicos a generosa e maciça votação que me conduziu até este momento, notadamente a dose extra de carinho do presidente Ernani Buchmann, Dr. Eduardo Virmond, Adélia Woellner, Chloris Justen e Roberto Gomes, meu “padrinho acadêmico”, que me dá o mote para a continuação das minhas reminiscências.

Outro dia, citado por José Carlos Fernandes na sua coluna da Gazeta do Povo, Roberto manifestava a estranheza de constatar o quão comum é, entre gente do circuito das letras, fazer panegíricos

à pobreza, como se não tivessem tido a fortuna de um livro em casa.

Durante muito tempo, a percepção que tive da minha própria trajetória se fundamentou no paradoxo entre a precariedade material da infância, a escassez de educação formal da minha família, e esse jeito em que a minha vida foi se configurando, tão multitarefa, tão eclética na aquisição de saberes, tão pontuada de inflexões radicais e imprevistas como a deste momento.

Meu pai, o Candinho, filho de lavradores colonos, no final da sua vida dizia, com orgulho, que tinha trabalhado em mais de 40 empregos. Formalmente, tinha frequentado apenas dois anos de escola primária.

No meu sexto aniversário, numa cidade onde não havia livraria nem biblioteca, meu pai me presenteou com os dois primeiros livros da coleção Alvorada da Vida, que foi me dando, homeopaticamente, ao longo das datas dos anos seguintes, fazendo render o que, com certeza, fora um grande investimento.

Veio depois o Tesouro da Juventude. Ah, o Tesouro da Juventude...

As folhas de guarda de cada volume traziam uma ilustração em preto e branco, sobre um fundo verde clarinho. Uma porção de água separava as terras de cá, selvagens, da terra da outra margem, com ícones da obra humana: moinho de vento, torre do Parlamento Britânico, Estátua da Liberdade, trem, mesquita, templo oriental, lado a lado com choupana, esfinge egípcia, esculturas primitivas. Tudo sobrevoado por um avião de um lado e um foguete espacial do outro. No canto inferior direito, uma menina e um menino de costas, sentados e abraçados, pairavam em um tapete voador, observando a cena.

Sonhei tardes e mais tardes a bordo desse tapete. Havia o "Livro de Nossa Vida", onde se ensinava o que era a memória e o que eram os glóbulos brancos do sangue, o "Livro da Poesia", que tinha Fernando Pessoa, La Fontaine, Walt Whitman e Álvares de Azevedo, o "Livro do Velho Mundo", os livros "das Belas Artes", "dos Porquês", "das Coisas que Podemos Fazer", "das Lições Atraentes", entre dezenas de outros.

Como o menino do engenho de José Lins do Rego, eu

"...amava a solidão. Tudo eu queria ter nesses meus retiros. O tesouro da história de Trancoso, o cavalinho de sela, aquela vara mágica das fadas, que virava em tudo o que a gente quisesse."

Sim, Roberto Gomes, havia uma outra riqueza.

E o que será deste mundo pobre, já que o livro agoniza?

...

Mas ainda há reminiscências, datas e agradecimentos.

Candinho, meu pai, voltou à escola aos 64 anos. Aos 70, graduou-se em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina e portou, orgulhoso, sua carteira número 15.242 da OAB por mais 23 anos. Esse personagem, cujo centenário de nascimento acontece neste 2018, a quem sempre encantaram as academias e os galardões que não pode conquistar, ofereço inteiramente a minha alegria na noite de hoje.

Também à minha mãe, a Bela, que foi quem administrou o feijão a menos que virava o livro a mais. Ao meu filho Jonas, cuja ausência precisei transformar em arte. Às filhas Clara, Luisa, Edla, à neta Sofia, a meu paciente companheiro Luiz Barreto, o Luiz segundo.

Gratidão também à memória do Luiz Frota, o Luiz primeiro, que trouxe para a nossa casa o seu contagioso amor à música e à literatura latino-americana. E que morreu em um 12 de março, há exatos 20 anos: a terceira das coincidências de datas ligadas ao dia de hoje.

Meu agradecimento aos editores Adriana Sydor e Fábio Campana, que acreditaram no voo d'Ó Herói Provisório, antes mesmo que ele bicasse o ovo. Também aos coletivos M-Música e Mulherio das Letras. À Rádio Educativa do Paraná.

Sonhei com o avental todo sujo de ovo enquanto ansiava pela janela para o mundo. Depois, bastarda medrosa da contracultura, atravessei a faculdade de medicina da UEL, sentada ao lado da minha querida amiga e afilhada Hi Kyung Ann, que hoje me honra com a

sua presença. Com um megafone na mão e um ideal na cabeça, cantei em dueto com Nilson Monteiro

“...levanta, sacode a poeira, dá a volta por cima.”

Quem poderia supor um reencontro destes, Nilson, sob a égide da ‘imortalidade’? Talvez, pensando bem, mais uma vez o filósofo Roberto Gomes, meu futuro parceiro no chorinho “Conversa de Catarina”, para quem

“...do ponto de vista de um pensar brasileiro, Noel Rosa tem mais a nos ensinar do que Immanuel Kant, uma vez que a filosofia, como o samba, não se aprende no colégio.”

E por falar em música, me detengo aqui para mais uma rodada de agradecimentos. A Dudu Ramos, Cris Lemos e Suzie Franco, aos parceiros das canções por eles interpretadas: Cláudio Menandro, Iso Fischer e Angel Roman. A Vicente Ribeiro e o Tao do Trio, pelo recente “Flor de Dor”. E a Laís Pires, Bebel Ritzmann e Cris Mascarenhas.

Chego, afinal, ao que tem sido o ponto principal das minhas reflexões atuais. O fato de – tendo conhecido a televisão aos 10 anos de idade – ter tido vida útil suficiente para testemunhar a maior inflexão da história da humanidade: a internet. E é aí que se volta à literatura, ao livro, cuja morte anunciada nos tem assombrado as últimas décadas.

Análogo a toda jornada de herói, onde monstros vigiam os portais, o universo da internet será de difícil acesso e compreensão à nossa geração. Nós não chegaremos a entender o que é literatura *geek*, e as suas diferenças com a literatura *nerd*, atual objeto de acaloradas discussões na rede. É no coração da tecnologia, no entanto, que *booktubers*, competindo entre si por visualizações e *likes*, que lhes rendem patrocínios, estão a falar dos escritores que lhes alcançam os corações e mentes. Entre um John Green e uma Nina LaCour,

podemos achar, por exemplo, um vídeo sobre “Ao correr da pena”, em que José de Alencar, em 1855, profetizava:

“...Uma palavra que cair do bico, daí a uma hora correrá o universo por uma rede imensa de caminhos de ferro e de barcos de vapor, falando por milhões de bocas, reproduzindo-se infinitamente como as folhas de uma grande árvore.”

Na grande árvore tecnológica do século XXI, a hora de José de Alencar se converteu em bilionésimo de segundo. Os trens e barcos a vapor, em satélites e fibras óticas.

Da poesia feminista da jovem indiana Rupi Kaur, que fala sobre todas as violências cotidianas, o algoritmo que tudo sabe e tudo vê pode nos levar instantaneamente a um outro canal com a resenha de “Crime e Castigo”, a grande obra de 1866, de Dostoevski, com 41 mil visualizações.

O leitor *Kindle* oferece mais de 700 mil títulos. Só em português, são mais de 2.000 livros gratuitos.

Em Curitiba, um coletivo de professores e alunos de letras clássicas da UFPR, que coleciona nove prêmios nacionais de tradução literária, acaba de lançar no *YouTube* o canal “Pecora Loca”, onde textos clássicos são apresentados em performances literomusicais.

Vídeos com resenhas de “Cem Anos de Solidão” foram visualizados 163 mil vezes. E o algoritmo nos levará rapidamente a Macondo em audiolivro, disponibilizado gratuitamente há quatro meses, contando com 1.200 acessos. Se o título for “Dom Casmurro”, as resenhas foram visualizadas por 200 mil pessoas e o audiolivro, disponível há quatro anos, acessado por 205 mil leitores/ouvintes.

Não sei o que significam esses números. São compilações minhas, inexatas, de canais brasileiros e ao acaso, apenas para ilustrar o rascunho de uma hipótese para este momento.

A poesia de Luci Collin nos ensina que:

*“... existem coisas que eu digo
no meio das coisas que esconde
vigoram silêncios imensos
no meio de certos estrondos”*

Poderiam estes versos sintetizar e simbolizar a internet, esta superposição dos três círculos de Dante, com franco predomínio aparente do primeiro. Em seu interior, entretanto, repousam – diuturnamente acrescentadas – todas as bibliotecas de todas as Alexandrias.

O tapete voador do Tesouro da Juventude se fez realidade. O menino do engenho pode, enfim, montar o cavalinho de sela e partir em busca do tesouro de Trancoso.

O livro, vivo, migra inexoravelmente dos átomos para os *bytes**. Enquanto houver a aventura humana, e gente que queira cantá-la, poetizá-la ou romantizá-la, o livro – em formato coisa, em formato áudio ou em formato *megabytes* – não morrerá.

A nós, comunidades letradas tradicionais, a história convoca a destorcer o nariz, na tentativa de compreender a essência da vertiginosa, irreversível e potencialmente maravilhosa transformação destes tempos, sua mecânica, e ao menos supor uma possível síntese.

Confrades e confreiras, seguremos na mão da dialética, e sejamos otimistas. Parece que não é mais agora que o mundo vai acabar. Talvez o meteoro ainda demore a chegar, malgrado a torcida do nosso grupo grisalho da Folha de S.Paulo, os focassauros, aqui representados pelo João Marcelo Alves e a Jacqueline Wyant. Desta véspera do apocalipse há de nascer um destino diferente para o planeta, para o homem, para a literatura.

Ou não.

Na pior das hipóteses, que o juízo final nos surpreenda, então, vestindo nossas pelerines à moda de parangolés e debatendo, online, a última tradução do Ulisses ou a traição de Capitu.

*imagem cunhada por Louis Rossetto, escritor e editor italoamericano.

Como uma versão *high tech* de:

“...Zé, Carlão, Pé Ligeiro, Chiquinho e Lico,...”

os moleques de João Manoel Simões, resta-nos

“...sentarmos em roda sobre a terra de ninguém, o infinito terreno baldio do quotidiano.”

À nossa maneira, do jeito que pudermos, como no poema de Adélia Woellner

*“... amalgamados
deixando fluir a seiva
até as raízes
e fecundando a terra.”*

Muito obrigada.





ODE AO CAMÕES DO SÉCULO VINTE, FERNANDO PESSOA

—•••—
Por JOÃO MANUEL SIMÕES

Não! Não cantarei teu Canto, tua Obra, tua Vida,
sinfonia fantástica de palavras
gravitando em órbitas perfeitas, desenhando
no cosmo branco do papel vazio
constelações, galáxias.

Não cantarei as odisseias, as ilíadas, os périplos
ásperos no infinito pélago do Desconhecido, nem
as lutas insanas com o fado cruel,
os erros quotidianos, as dúvidas vãs, os sonhos
inúteis, as esperanças adiadas,
as máscaras, os rituais, os medos.

Não cantarei os labirintos, com seus
talismãs, dédalos, minotauros em vigília
que os teus pés sangrando trilharam duramente,
nem os oceanos e a fúria das ondas
que os teus olhos marítimos de vagabundo sulcaram
com as velhas velas pandas do olhar iluminadas
por um sol interior implacável, mais causticante do que o sol
dos trópicos em brasa.

Não cantarei os delírios, as febres, o espanto ácido, os temores
noturnos, as angústias subterrâneas, os desesperos
clandestinos, a certeza nítida, a certeza veemente de que
para ser gênio é necessário arder, arder como lenha

numa fogueira ciclópica, arder como carvão
 numa fornalha, arder, arder misteriosamente
 em convulsões, gemidos e espasmos,
 e ao mesmo tempo em que se arde,
 saber, claramente saber que é preciso superar
 barreiras de alma, muros altos, obstáculos intransponíveis,
 percorrer desertos adustos, atravessar
 com o rosto sonâmbulo de Esfinge impassível,
 pântanos, lodaçais, pauis de areias movediças, pontes
 suspensas no ar, sinistramente instáveis, escalar
 montanhas coroadas de branca neve nos píncaros hieráticos,
 com seus dentes de pedra cravados no céu,
 sobretudo saber que é inevitável ter a alma violada
 por todas as inquietações, o cérebro
 torturado pelo cilício amargo de todas as dúvidas,
 o coração dilacerado por todos os sentimentos,
 emoções, paixões, êxtases, orgasmos.
 Não cantarei teus possíveis/impossíveis amores
 (se tivesse casado com a filha da tua lavadeira,
 terias sido realmente feliz, Fernando?)
 que talvez pudessem ter sido (sim, talvez) parágrafos
 serenos, oásis breves entre imensidões inóspitas
 de areias escaldantes.

Não cantarei teus exílios (com suas agoniias) nas misteriosas
 cidades longínquas do país estranho de ti mesmo, nem
 teu gesto demiúrgico que do nada conseguia
 erguer magicamente universos rítmicos em voo
 através do éter.

Não cantarei sequer o teu imperial,
 olímpico domínio sobre a nossa
 bela, antiga, doce portuguesa língua,
 que a tua pena soube transformar em música
 das esferas, em cântico dos cânticos.

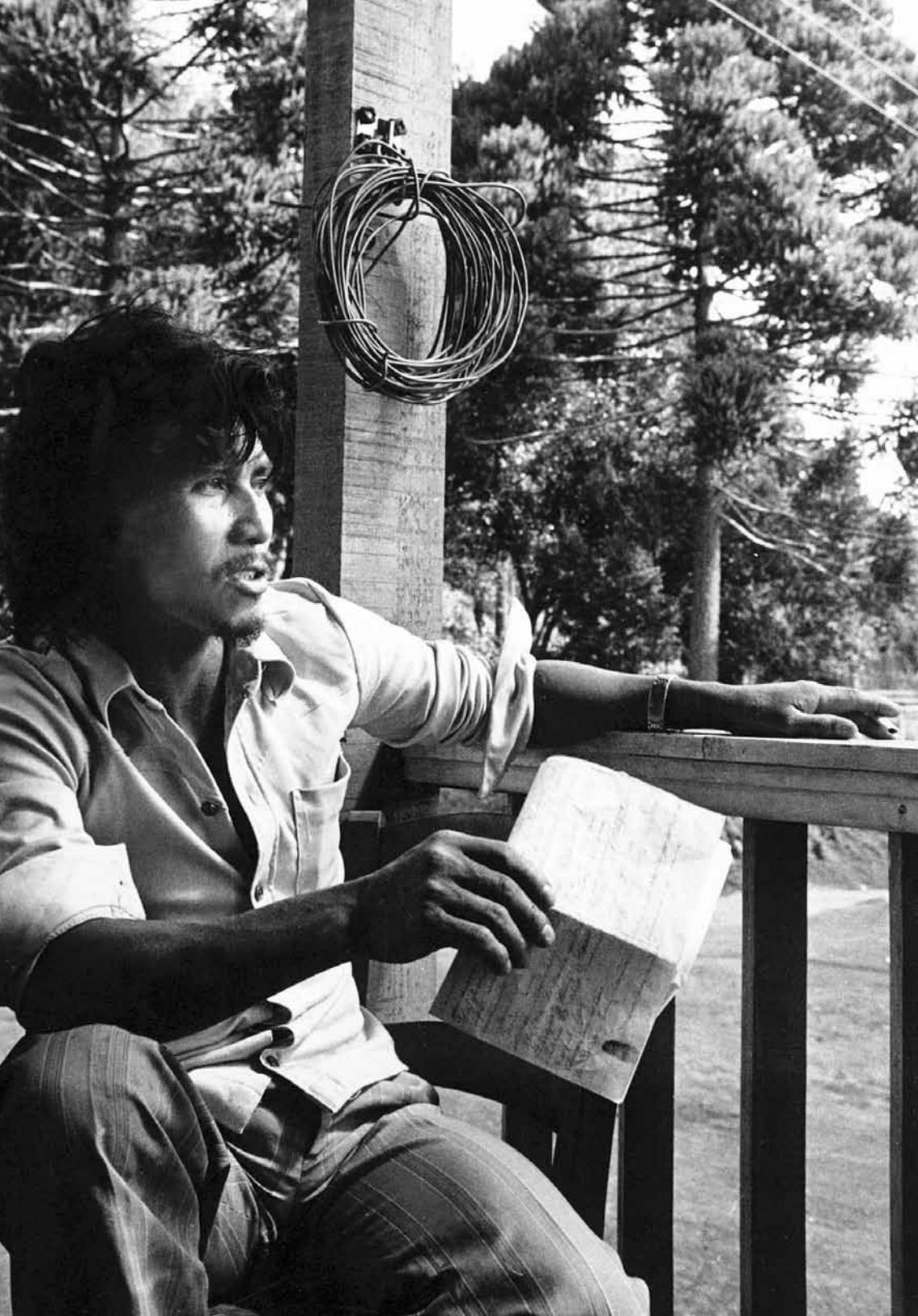
Não cantarei o cantor, as fícções do interlúdio,
 as (tão lúcidas) tuas criaturas, Campos, Reis, Caeiro,
 que eram outros e simultaneamente eram
 o que tu próprio foste: pessoas. Tão fernandinamente!

Quero cantar apenas,
 como quem reza em surdina uma oração
 aprendida com a avó no país secreto da infância,
 a tua mensagem emblemática
 com seu brasão, seus campos, latifúndios,
 seus castelos, quinas, timbres e coroas,
 infantes, padrões, horizontes, mostrengos,
 com suas insígnias rutilantes, suas naus, seus gládios,
 calmas, tormentas, antemanhãs, nevoeiros
 em cujas dobras se esconde o vulto ansiado, desejado
 d'El Rei Dom Sebastião.

Rangendo os dentes cantarei,
 de mãos crispadas cantarei,
 com mel nos lábios cantarei,
 com fel na boca cantarei,
 eu cantarei sobretudo
 a Hora.

Pois esta é a tua e a nossa Hora!





EM MEMÓRIA DE ÂNGELO KRETÃ

Por CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

HISTÓRIA E AÇÕES DE ÂNGELO KRETÃ

1. História do personagem Angelo Kretã

O personagem Angelo Kretã é descendente de Antonio Joaquim Kretã. Filho de Balbina da Luz Abreu Souza e de um não índio, Prof. Gentil Souza, que foi contratado para atuar na Escola Indígena da Terra Cacique Capanema.

O nome Kretã significa *aquele que enxerga mais alto, que olha por cima, que tem poder para comandar*.

Antonio Joaquim Kretã, o cacique Kretã, como é lembrado pelos Kaingang de Mangueirinha, deixou o aldeamento de Atalaia, em Guarapuava, em 1819. Junto com algumas unidades familiares se dirigiu aos campos de Palmas e foi se estabelecer no Covó, junto aos rios Iguaçú e Chopim.

Antonio Joaquim Kretã criou aldeias nesse local e os Kaingang passaram a viver dirigidos por Kretã. Na Campina, na parte mais alta, ficava a aldeia principal. Também o cemitério Kaingang foi colocado na parte alta da Campina.

Quando os militares se estabeleceram no Chopim, (1859), usaram os Kaingang para auxiliar na implantação da Colônia Militar do Chopim e empregaram os indígenas na abertura de estradas, eram exímios no corte do mato.

O pagamento dos trabalhos realizados, não aceitaram em

dinheiro; as mulheres Kaingang disseram que deveria ser reservada uma área para garantia da permanência dos Kaingang naquelas terras.

Foi elaborado um Decreto, em 1903, pelo governo estadual, que reservou as terras ocupadas pelos indígenas para os descendentes de Antonio Joaquim Kretã. Contam os Kaingang que receberam terras em pagamento pelos serviços prestados aos militares.

Os Kaingang permaneceram instalados no local que foi denominado Campina do Kretã.

Em 1915, um grupo de índios Guarani Mbyá solicitou ao cacique Capanema, filho de Antonio Joaquim Kretã, para ceder uma área para que pudessem habitar na Reserva Cacique Capanema.

Os Kaingang permaneceram ocupando todas as terras reservadas para eles até 1961. Devido a uma decisão dos dirigentes dos governos Estadual e Federal, foi elaborado um Acordo em 1949 com a finalidade de diminuir as áreas indígenas localizadas no Sul do Brasil, inclusive a Terra Cacique Capanema, que se chamava Campina do Kretã, passou a se denominar Cacique Capanema filho de Antonio Joaquim Kretã. A finalidade do governo era implantar projetos agrícolas, para que a região se tornasse mais desenvolvida.

Os membros da Fundação Paranaense de Terras, Imigração e Colonização dividiram a Terra Cacique Capanema fizeram nova medição; a parte do meio foi transferida para a Fundação Paranaense de Terras, Imigração e Colonização que cedeu a madeireiros de União da Vitória a parte do centro da Terra Indígena, a Gleba B. Esta área B, a mais rica, com 150.000 pés de Araucária Angustifolia, o pinheiro-do-Paraná, foi negociada na década de 50 com um grupo econômico madeireiro. No local da aldeia Passo Liso foi montada uma fazenda, colocaram um capataz, alguns empregados, cercaram toda a parte B e expulsaram os habitantes indígenas, para outros locais da Terra Indígena, para as Glebas A e C.

O cacique, responsável pelos indígenas, era Augusto Luiz dos Santos, irmão de Angelo Kretã. Entrevistei este Kaingang, em 1995, junto ao rio Iguaçu, na área habitada pelos Guarani. Narrou

que recebeu ordens do chefe da Terra (o Encarregado do SPI) e dos dirigentes do SPI, em Curitiba. A polícia civil foi incumbida de auxiliar na expulsão dos indígenas habitantes da Gleba B. Os indígenas necessitaram deixar a parte negociada e se estabelecer na Campina e na Palmeirinha, em 1961. Houve indignação e revolta. Os sítios indígenas foram destruídos, bem como suas casas e algumas foram queimadas.

Angelo Kretã ouviu durante sua juventude a mãe, Balbina da Luz, narrar a história da ocupação de sua terra por Antonio Joaquim Kretã, seu bisavô materno, e decidiu que iria comandar uma ação para expulsar os não índios da Terra Mangueirinha.

2. As ações de Kretã

Havia recebido o nome Kretã, nome forte, da facção Kamé, que também foi herdado por Francisco Luiz dos Santos, narrou este informante.

Estudou, se tornou vereador do município e se articulou com outros indígenas da região sul. Dirigiu o movimento político indígena, na década de 70, para expulsão dos madeireiros da parte B. Seu propósito maior era deixar a área livre da ocupação de não índios.

Trabalhou na serraria implantada na aldeia Campina. Mais tarde, se mobilizou para que fosse fechada a serraria, para proteção do Meio Ambiente da rica Terra Indígena.

Kretã era perseguido pelos não índios, principalmente pelos que invadiram a parte B da Terra Mangueirinha. Fez alianças, era inteligente, e junto com sua mãe e sua mulher, filha de meu informante Francisco Luiz dos Santos, estabeleceu um plano de ação para ser reocupada a Gleba B. Sua aliança se estendia a colonos vizinhos da Terra Indígena que conheciam a história, os fatos ocorridos. Entrevissei vários deles em 1995.

Visitou várias aldeias, fez reuniões com caciques e lideranças

Kaingang e Guarani do Sul do Brasil, discutindo as estratégias sobre quando deveriam expulsar os invasores, e reocupar a Terra Indígena Mangueirinha.

Faleceu vítima de acidente, em fevereiro de 1980, antes de completar seu plano de ação. Também o vice cacique Gabriel, mestiço de Kaingang com Guarani, foi vítima de acidente de carro algum tempo depois.

Vários líderes indígenas viajaram a Curitiba, visitaram a Superintendência do SPI e o Ministério Público Federal para que fossem tomadas providências para que os invasores deixassem a Terra Mangueirinha.

Alguns foram transferidos para outras áreas, como o meu informante João Vicente Capanema, que entrevistei, em 1965, no Posto Indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, que narrou o motivo de ser transferido do PI Mangueirinha para esse Posto, porque se rebelara contra a decisão do SPI. Havia sido castigado e colocado no tronco pelo cacique J. Fernandes devido a sua revolta contra a invasão de sua terra.

Os indígenas da Área Mangueirinha, junto com membros das terras vizinhas, se reorganizaram e, em 1985, dirigidos pelos membros do Conselho Indígena, conseguiram expulsar os invasores e ocupar novamente a terra que havia sido invadida e era de ocupação tradicional e de posse permanente dos indígenas; sendo Terra da União, não poderia ser negociada.

Usaram um caminhão para levar os não índios e os colocaram na rodovia, distante do local que ocupavam ilegalmente. Os informantes contaram que a ação ocorreu de madrugada. Luís Alâ Juvêncio, Francisco Luiz dos Santos e outros Kaingang narraram para mim como se deu a expulsão.

Kretã atuou na Câmara de Vereadores de Mangueirinha, se elegeu com o votos dos indígenas da Terra Mangueirinha, sabia se expressar e reivindicava tomar a terra que foi obtida pelo trabalho de seus ascendentes, no período em que seu bisavô ocupou o local (1819).

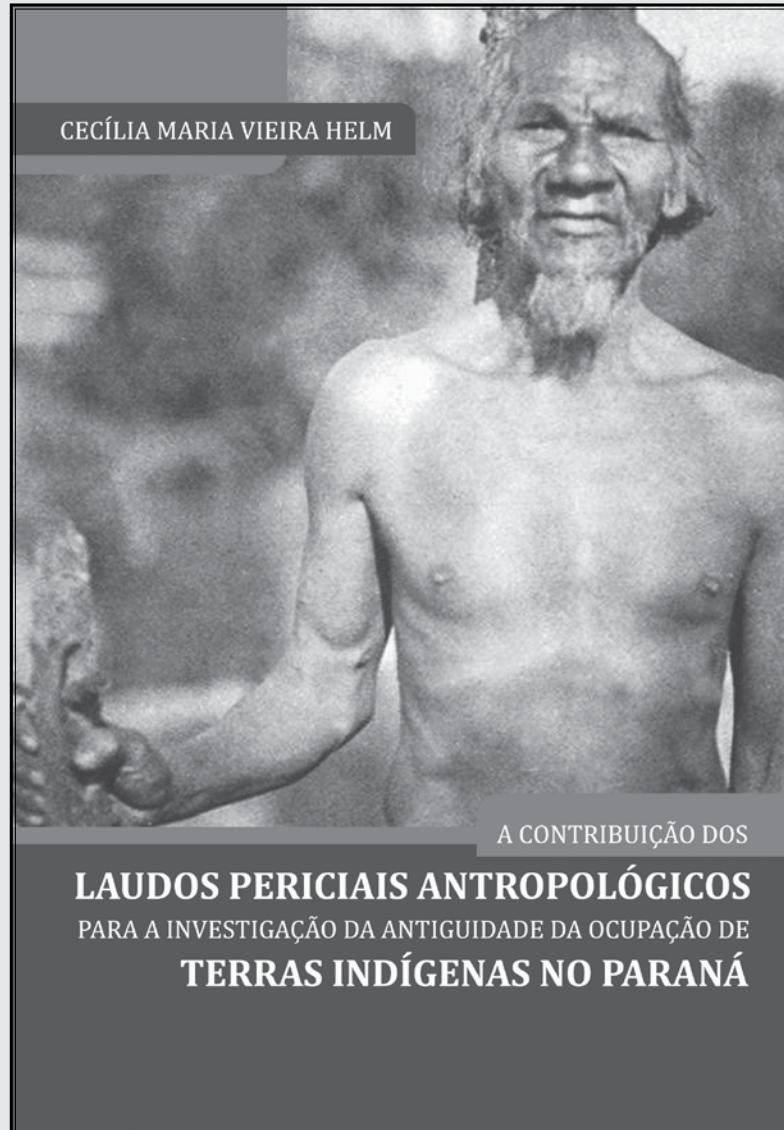
O processo na Justiça que ocorria desde 1974, quando fiz um laudo antropológico em 1996 tinha 14.000 páginas. Procuradores, estudiosos da questão indígena deram seus depoimentos, Francisco Luiz dos Santos, se deslocou a Curitiba para participar de audiências sempre convocadas e não realizadas. Somente em 1994 fui contratada, para realizar o Laudo, a perícia antropológica. Em 1996 foi apresentado o Laudo e, em 2005, publicada a sentença favorável aos Kaingang e Guarani da Terra Indígena Mangueirinha.

A minha contribuição diz respeito aos inúmeros trabalhos, viagens que realizei à Terra Indígena Mangueirinha, para estudar a fundo a questão dos conflitos e comprovar que a Terra sempre foi dos indígenas, desde que Antonio Joaquim Kretã se estabeleceu junto aos rios Iguaçu e Chopim. Seus descendentes têm defendido a ocupação tradicional e permanente, apesar de não índios haverem invadido a Terra. Juízes federais (MM. Juiz Mauro Spalding), procuradores (Dr. Derli Fiua), desembargadores (Des. Tessler), ex-ministro do Supremo (Carlos Ayres Brito) deram sentença favorável e justa à causa dos índios da Terra Indígena Mangueirinha, fundamentados nos Laudos antropológicos e na sentença do Juiz Federal Mauro Spalding que defenderam os direitos históricos dos indígenas.

Curitiba, abril de 2018.

Cecília Maria Vieira Helm - Antropóloga





BREVE RESENHA SOBRE O LIVRO MAIS RECENTE DE CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

Por JOÃO MANUEL SIMÕES

A professora Cecília Maria Vieira Helm, uma das mais importantes antropólogas do Paraná, de quem me honro de ser amigo e confrade, no âmbito desse sodalício prestigioso que é a Academia Paranaense de Letras, acaba de publicar uma obra preciosa.

Título do livro, que tem uma extensão por assim dizer “ituana”? “Laudos periciais antropológicos para investigação da antiguidade da ocupação de terras indígenas do Paraná”.

Evidentemente, pela sua natureza intrínseca, trata-se de um livro para especialistas nessa vasta e não menos rica área do conhecimento que é a Antropologia, seja ela física, social, cultural, econômica ou política.

Não ignoro que a Antropologia é a ciência mais profundamente voltada para o homem, para a espécie humana, evidenciando um espectro amplo de características físicas ou fisiológicas, e uma gama variada de componentes sócio-culturais, como a linguagem, a expressão estética, os usos e costumes, a organização econômica e social, e mesmo política, bem como o sistema de crenças dos indivíduos – e comunidades.

Tenho que admitir, a bem da verdade, “hic et nunc”, que sou leigo, para não dizer jejuno, nessa província cognitiva que é a Antropologia. Não obstante, confesso que sempre me senti profundamente fascinado por essa temática/problemática tão proficientemente estudada por Franz Boas, Claude Lévy-Strauss, Malinowski, Linton, Durckheim, Gaertz, Blumenbach e “tutti quanti”.

Li um pugilo de livros desses nomes emblemáticas, verdadeiras autoridades na matéria. Tais leituras, ainda que não muito aprofundadas, para não dizer superficiais, foram suficientes, no entanto, para que eu possa avaliar, em termos axiológicos, o valor e a importância do trabalho da professora Cecília Maria.

Bem andaram os Kaigang e os Guarani ao pleitear que a notável antropóloga publicasse, como de fato está publicando, os Laudos que teve oportunidade de elaborar, em 1996. Eles permitem que as novas gerações tomem conhecimento dos fatos sobre a história dos contatos físicos e as relações de conflito que ocorreram, “in ilo tempore”, numa importante parcela da Ecuména do Paraná, ou seja, a Terra Indígena de Mangueirinha.

Em suma: oferece-nos Cecília Maria Vieira Helm, filha do grande e saudoso Vieira Neto, insigne mestre do Direito e notável advogado, um livro que enriquece sobremaneira a Estante Paranaense, e honra a própria Academia que integra. Com brilho.



A POBREZA DO MUNDO TERÁ FIM?



Por RUI CAVALLIN PINTO

Segundo a FGV Social e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), somos hoje, no Brasil, uma população de 26 milhões de pobres, abaixo da linha da pobreza, com renda familiar que não alcança quatrocentos reais. Pobre, para o Banco Mundial e na versão familiar, é quem ganha até US\$5,50 por dia. E isso nos coloca entre os países mais pobres do mundo e o segundo deles com maior desigualdade de riqueza da população. Porém, o que acontece aqui, acontece também no chamado primeiro mundo e retrata um fenômeno aparentemente semelhante, mas num outro plano, porque lá, apesar deles deterem uma imensa riqueza nacional acumulada, persiste ainda uma crescente desigualdade na sua distribuição social. Assim, nos Estados Unidos, três dos seus maiores bilionários detém, por sua vez, riqueza tão grande que correspondente a de 160 milhões dos mais pobres, assenhoreando-se de quase cinquenta por cento de toda a riqueza do país.

Quanto a nós, diz a revista “Veja” que, hoje, os nossos cinco maiores bilionários chegam a ter uma riqueza de 85 bilhões de dólares, o que corresponde à metade do que tem a população mais pobre.

Assim, independente do seu acúmulo a desigualdade mundial persiste e ainda aumenta e é cada vez mais injusta!...

A riqueza do mundo é, na verdade, um fenômeno relativamente recente, mas, nesses tempos atuais sua distribuição tem demonstrado ser cada vez mais injusta. Ora, sabemos que o capitalismo surgiu no século XVIII, como resultado da expansão do mundo e das atividades do comércio. Mas foi a partir do século XIX, com o advento

da Revolução Industrial, que as máquinas passaram a substituir o trabalhador na produção da riqueza.

Até então o trabalhador era independente e sua função era suprir com seu trabalho o mercado de matéria prima. Quando surgiu a máquina para ocupar o seu lugar, ele se converteu em parte dela e em assalariado do patrão, que a possuía. Então a riqueza se multiplicou, mas até há pouco mais de um século atrás, o milionário, propriamente dito, o que se distinguia dos demais era quase só o americano John Rockefeller.

Por sua vez, numa resenha simples o historiador inglês Walter Scheidel sustenta que o começo dessa desigualdade é ainda mais remota, e começou com a conversão do hominídeo errante em sedentário, quando saltou da árvore e se fixou na terra, como produtor de riqueza.

Foi então que o homem encontrou a oportunidade de desenvolver habilidades e criar utensílios que passaram a compor um patrimônio pessoal, que acumulado no tempo pode transmitir a seus sucessores. Porém, já nos tempos modernos, com a gradativa substituição do trabalhador pela máquina, seu espaço social foi ficando menor e a riqueza passou a sinalizar as distâncias sociais. E a humanidade se dividiu em classes, em torno da riqueza e da soma de poderes que ela passou a representar, acumulada nas mãos de menor número.

E assim se constituíram as desigualdades e as exclusões, que, à medida que se agravavam e encontravam resistência, a sociedade foi criando anestésicos e antídotos contra o mal da pobreza que se generalizava e ameaçava se voltar.

Um desses amortecedores mais simples foi converter a pobreza em virtude espiritual e fazer do desprendimento dos valores materiais da vida, uma das maiores benemerências para alcançar as graças do além-mundo; reino da perfeita igualdade e plácida bem-aventurança. A riqueza, por sua vez, não passou então de simples credencial passível de confirmação.

A desigualdade, porém, passou a assumir formas tão contundentes que as classes dominantes passaram a fazer concessões para poder manter suas instituições e seus privilégios. Conta-se que houve governo dos tempos medievais que distribuiu dinheiro aos pobres, na esperança de paliar as diferenças e estimular as ambições, mas eles só serviram para gerar filhos e aumentar as desigualdades.

Como a reação passasse a assumir maiores formas de insubmissão, próprias de sua organização e reação crescente dos oprimidos, o sistema de políticas públicas passou a conceder “direitos”, que, gradativamente se converteram em benefícios, como o salário-mínimo, tempo de trabalho, descanso remunerado, aposentadoria por tempo de serviço ou incapacitação, previdência e tantos outros benefícios de caráter trabalhista e social, na esperança de acomodar o sistema e manter a convivência social com a submissão do trabalhador.

Assim, é certo que, à medida que esses “direitos” foram estrategicamente concedidos, o capitalismo se manteve seguro, contendo os trabalhadores dentro dos limites de suas reivindicações e benefícios de natureza trabalhista, afastando, portanto, as reivindicações de natureza política e social, que garantiam ficar a riqueza e o poder em mãos das classes dominantes. Seria uma forma de afastar da classe trabalhadora sua própria consciência e seu espírito revolucionário: o fogo sagrado de sua missão messiânica.

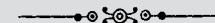
Vejo agora, porém, que embora Walter Scheidel confesse a conquista de benefícios sociais, com a melhoria da renda per capita e a diminuição das distâncias sociais, a pobreza jamais será expurgada da terra, senão na hipótese da humanidade sofrer uma grande catástrofe, como a das guerras do passado, ou revoluções e epidemias, com tal de nível de destruição que obrigasse a sociedade a se reconstruir, desde o zero.

Certamente me filio aos que não crêem na possibilidade de construir uma humanidade em que as riquezas se distribuam por igual entre todos seus membros. As experiências do passado demonstram

essa impossibilidade e antecipam sua persistência na visão do futuro. O tema é sempre um desafio e resiste à pretensão a tentar resumi-lo. Porém, felizmente, já se vislumbra no horizonte atual o prenúncio de que essa igualdade procura ganhar forma e que, embora ainda fora do seu alcance, tenta, no tempo, uma proximidade que, se for servida por uma política social bem dirigida, atribua à igualdade a mera condição de abstração, como vício de imaginação e alimento da propagação da cobiça e da inveja, haveremos de construir um mundo ainda melhor, confiando sua construção ao poder do nosso próprio trabalho e ao orgulho de nossa inteligência e aos dotes de nossa criação. Cedo, portanto, diante dessa bela esperança...



1968, UMA CICATRIZ EM TODOS NÓS



Por NILSON MONTEIRO

Entre autores enfrontados nas barbas de Marx e dogmas de Lênin, maio de 1968, revisto por dentro e por fora ao completar meio século de existência, foi uma crítica, à enésima potência, para a sociedade do trabalho por ter como ponta de lança a maior greve espontânea da história, com a paralisação completa da França, que teve como cereja do bolo a revolta estudantil em Sorbonne.

Para outros, das mais variadas tendências, foi a proposta de um mundo novo, o de maior liberdade individual, uma verdadeira revolução de costumes, que se postou contra o velho – governantes, professores, tédio, conceitos, vida, uma revolta incendiada, a partir da prisão de meia dúzia de estudantes na Faculdade de Sociologia em Sorbonne, e ferimentos em 482 deles, após o levante comandado por Daniel Cohn-Bendit ou “Dany, le Rouge”, como o chamava o governo de Charles De Gaulle, um militar que liderou as Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial. Uma revolução pintada nos muros de Paris com slogans de cores utópicas: “É proibido proibir”, “O tédio chora”, “A sociedade é uma flor carnívora”, entre outros.

E para todos, uns e outros? E para nós, crianças traídas nascidas após o final da Segunda Guerra, que ficamos com o mundo dividido como uma melancia – russos e americanos?

Para uns, 68 ainda lateja, ferida aberta, mundo apartado e dogmatizado entre “nós” e “eles”. Para outros, cicatriz que marca a vida, em Paris, Saigon, Londres, Londrina ou Curitiba.

Que marcas ficaram daquele maio ou daquele ano?

No Brasil, o frêmito se deu ainda em março com o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Sua camisa manchada de sangue e exposta ao mundo virou ícone da reivindicação pelo fim da ditadura militar que se implantara há quatro anos no país. Seu enterro se deu a 29 de março.

Em Curitiba, a 1º de abril daquele ano, o Levante Popular da Juventude arrancou e arrastou pelas ruas o busto do lapeano Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da Universidade Federal do Paraná e ministro da Educação de 1964 a 1966, considerado a “alma” do Convênio MEC-USAID, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos.

Acionado pela United States Agency for International Development (USAID) e o governo militar brasileiro, o convênio objetivava implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras por meio de uma profunda reforma universitária.

Segundo estudiosos, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar um quadro técnico que elaborasse um novo projeto econômico brasileiro, devidamente alinhado com a política do Tio Sam.

Na Educação, seria a troca do modelo francês, baseado fundamentalmente no humanismo, para o americano, fundamentado no tecnicismo, com o abandono da prática e dos conceitos franceses.

O busto de Suplicy da Lacerda foi ao chão e, a partir de maio daquele ano, os muros brasileiros amanheceram tingidos com “Abaixo o Acordo MEC-USAID”, “Fora americanos” etc.

Em dezembro de 68, o governo militar brasileiro, chefiado pelo general Costa e Silva, editou o Ato Institucional nº 5, conhecido por AI-5, que decretou o suspiro final da democracia.

Foi o mais duro golpe a todos que ainda tinham a expectativa da devolução do poder aos civis, como fora prometido pelos articuladores do movimento de 64. E, a História nos ensina, foi um dos fatores que empurraram tantos jovens sufocados pela falta de espaço democrático à luta armada, aos manuais de guerrilha.

A Passeata dos 100 Mil, no Rio, passou a ideia de que princípios democráticos viriam novamente à superfície. Continuariam afogados, porém.

Em Campinas, cidade próxima a São Paulo, onde fora estudar, trabalhar e jogar futebol, morando na casa de meu avô (militar), senti o bafo de algo esquisito no ar, alguma coisa que meu coração de adolescente não decifrava.

Vinha em lufadas, como “*Alegria, Alegria*”, interpretada por Caetano Veloso acompanhado pelo grupo argentino Beat Boys, misturando MPB com rock, um dos códigos do Tropicalismo. O Festival da Record em 1967 ganhou novas cores musicais, como um prenúncio. Vibrei e decorei sua letra, como boa parte do país.

Naquele mesmo ano estreou no teatro “*O Rei da Vela*”, escrita por Oswald de Andrade em 1937, e apresentada pelo Grupo Oficina, dirigido por Zé Celso Correa, em São Paulo, como um libelo contra a elite urbana e rural.

Eram notícias que iam e vinham a cada jogo de futebol do qual eu participava, a cada momento solitário e nas primeiras noções políticas nas salas de aula do curso Clássico. “Pra que tanta notícia?”, cantou Caetano, eu repetia o refrão e me embatucava: “Por que não mais e mais notícias?”. Mas passava.

1968, nas fraldas de mandos e desmandos embutidos, cicatrizou de vez ou abriu a cicatriz quando no Festival Internacional da Canção, Geraldo Vandré apresentou, primeiro sob vaias e depois aplausos, “*Pra não dizer que não falei das flores*” ou, como ficou conhecida, “*Caminhando*”. Virou hino de quem à época se sentia reprimido pelo movimento militar.

Este ano ainda não acabou, segundo Zuenir Ventura, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, que cravou: “não foi ano, foi um personagem que teima em não sair de cena”. “*1968, um ano que não acabou*” é o título de seu livro mais famoso e um ano que me deixou marcas profundas.

No Curso Clássico, as aulas de Filosofia traziam, além da graça

da professora Cecília, sopros de um mundo para o qual meus olhos não davam maior espaço. Cecília, porém, nos convidou e levou para São Paulo, em caravana, para assistir Roda Vida. Foi um choque.

A leitura de *Le Petit Prince*, de Saint-Exupéry, assumia nova interpretação, lúdica e provocadora “Quando a gente anda sempre em frente não pode ir muito longe”.

Fiquei diabético e fui afastado das doçuras. Não só do açúcar, mas inclusive do futebol, que eu esperava transformar em algo mais “sério”, talvez profissão, ou de outras loucuras de adolescente. Aliás, continuo com muitas loucuras e não faço questão de jogá-las fora. Parei de jogar futebol de vez há 20 anos, mas continuo um apaixonado, torcedor fanático.

Havia perturbações aqui e ali. Ao retornar do colégio, em ônibus da Companhia Campineira de Transporte Coletivo dirigido por Zezo, que manobrava o veículo desafinando músicas de Elvis Presley, berrávamos o hino do Vandré, cuja letra nem havíamos decorado, e outros slogans contrários à ditadura e seus condutores, que a maioria nem sabia direito o que era e nem quem eram.

Ao passar em frente ao 18º Batalhão da Policia, a maior parte de nós vestida com a camiseta vermelha do Brasinha, grupo do qual eu participava e que ganhara as eleições no diretório estudantil, o caldo entornou.

O ônibus foi detido e Zezo o manobrou, por orientação dos militares, para dentro do pátio do Batalhão. O motorista gastou toda sua lábia temperada a la Presley para convencer aos militares superiores que “este bando de moleques não sabe nem usar estilingue ou acertar tiro ao alvo nas quermesses” etc. O ônibus, seu condutor e usuários foram liberados com vaias aos soldados e vivas a Zezo, nosso novo ídolo, nosso Vandré caseiro. Troquei com ele a camiseta do Brasinha pela do CCTC.

O que acontecia, afinal, neste país? Eu matutava ao somar fatos, músicas, protestos, leitura, greves constantes de professores e alunos no colégio durante o ano... Tudo virou um grande ponto de interrogação.

A democracia fora enterrada, sabíamos ou iríamos saber, e esta é uma cicatriz no peito da maioria daquelas crianças traídas.

Minha despedida dolorida da cidade e dos amigos que cultivara em Campinas, ao voltar à casa de meus pais, em Londrina, também se soma a um turbilhão.

A tempestade de primeiras leituras de livros proibidos, fatos escondidos, os gritos da multidão em passeata no Rio contra a morte de Edson Luis, o conhecimento das ações de “Dany Le Rouge” e das centenas mobilizadas pelas ruas de Paris, a paixão por Drummond e Marcel Proust, após enfiar-me em “À la recherche du temps perdu”, maior atenção e curiosidade em relação à Revolução de 1917 e suas consequências, ao Movimento Modernista de 1922, o dedo enfiado no que a censura ditatorial proibia em notícias no país, a curiosidade incendiando-me etc. Esta onda espraiou na terra roxa e visguenta de Londrina.

Enquanto a madeira rachava no país, a cidade, de tradição libertária, com histórico de forte movimento sindical e político/partidário transferido a núcleos clandestinos ou organizações estudantis, me recebeu de peito aberto, languidamente deitada sobre um platô roxo, a despertar mais dúvidas e menos certezas.

A mesma radicalização da guerra-fria estava viva em suas ruas – favor ou contra norte-americanos e aliados ou russos e seus amigos? A favor de John Kennedy e Lyndon Johnson ou das barbas de Fidel e Guevara?

As visões radicais ardiam: eu, que amava os Beatles, Rolling Stones, Caetano, Gil, Adoniran Barbosa e outros, me sentia um lambari fora d’água. Nem falasse nos grupos de teatro que não compareceria a compromissos porque iria jogar futebol.

1968 já fora cruel para muitos em Londrina, com prisões e sumiços inexplicáveis. Nos colégios, estudantes organizavam protestos e passeatas, grupos de teatro, de leitura e de jornalismo (nesses, o tema essencial era a política), o comportamento dos jovens virava a cidade pelo avesso. Graciliano Ramos e Maria Carolina de

Jesus eram leitura obrigatória, assim como outros autores em escala menor e dependente do conhecimento político do leitor.

O sumiço inexplicável de membros da comunidade, jovens (principalmente estudantes) ou idosos, as histórias inacabadas etc. começaram a me espantar agudamente – 68 pulsava.

Como em todo o regime de exceção, a desconfiança e o medo estavam semeados em Londrina e no país. Muito bem recebido por um grupo de colegiais, logo conheci a desconfiança porque lhes mostrei documentos do diretório estudantil campineiro dirigido pelo pessoal do Brasinha. As perguntas, fiquei sabendo depois, entre meus novos amigos eram ácidas: será que não é um dedo-duro?, por que será que procurou exatamente a nós para fazer amizade?. Entre eles, se perguntavam e cochichavam os novos amigos, alguns inclusive ligados a partidos clandestinos, alguns que escondiam armas para outros nunca identificados e alguns alimentar os sonhos de um país democratizado.

Instalou-se o medo. O medo mostrava seus dentes em cada gesto, nas conversas, nas ruas, nos livros que precisavam ser enterrados, no perigo de se ter em casa qualquer publicação que não fizesse o gosto dos ditadores, inclusive a *Encíclica Rerum Novarum* (sobre a condição dos operários), uma espécie de bússola para a esquerda da Igreja Católica.

Em agosto de 1969, outro banho de liberação de costumes e de mudança cultural lavou o mundo. Em agosto daquele ano, em uma área rural de Bethel, no interior de Nova York (EUA), os sons estridentes e gritos de Woodstock pediam: “Façam o amor, não a guerra”!

A cultura americana subiu aos céus, como Sorbonne em 1968, a reivindicar mudança na cultura, no comportamento amplo, geral e irrestrito das pessoas. Aqui e ali, *O Pequeno Príncipe* assoprava-me nas orelhas: “Ele não sabia que, para os reis, o mundo é muito mais simples. Todos os homens são súditos.”; “É bom ter um amigo. Mesmo se a gente vá morrer”.

A história andou e desandou dos anos 70 ao novo século. Os cabelos longos caíram e o mundo mudou em velocidade estonteante. A correlação econômica, política e cultural também mudou. Houve

uma revolução cultural e esta é uma cicatriz que atingiu pessoas em todo o mundo.

O Brasil livrou-se da ditadura que o obscureceu durante três décadas, em períodos de maiores ou menores trevas. A maior delas foi a supressão do debate político, do respeito à diversidade e ao seu aprendizado, com dores e sangue que teimam em não escorrer de sua história, com a tragédia do abominável “nós” e “eles” a marcar nossos dias. Há uma longa e difícil trilha para se consolidar a imberbe democracia que nos atinge, sempre ameaçada por cutucões autoritários. A insegurança nos abate em plena noite na luz do dia.

De volta a Paris, “Dany, Le Rouge”, que foi expulso da França no último dia de maio de 1968, mudou e se autodenomina “Dany, o Razoável”. Cumpriu quatro mandatos no Parlamento Europeu, identificado como “Dany, Le Vert”, ligado às causas ecológicas, e, nas eleições passadas, foi um dos principais teóricos da campanha eleitoral de Emmanuel Macron à presidência da França. Assanhou a ira da esquerda, que considerava Macron um liberal e contrário aos direitos dos trabalhadores, e da direita, que o considerava um comunista por ter pertencido a partidos de esquerda na juventude.

Macron, filiado ao partido “Em Marcha”, foi eleito presidente da França, em maio de 2017 (49 anos pós 1968!), derrotando a candidata de extrema-direita Marine Le Pen. Sim, não só Daniel Cohn-Bendit é outro, mas o mundo mudou.

Pode ser que Zuenir Ventura fortaleça sua razão lançada no livro “1968, um ano que não acabou!”. Ou a mostra clara da cicatriz que nos identifica.

As décadas que vieram, especialmente a dos anos 1970 em extrema turbulência no país e em especial em Londrina, com fatos gerais que extrapolam, mas não excluem (aliás, incluem) a visão pessoal, e as seguintes, que espraiam atualmente, são outros 500. Mas...

Sim, nos restaram a cicatriz de 1968, a garganta irritada de Sorbonne, seus livros e autores, e pétalas das flores de Woodstock, embaladas por uma certeza: a dúvida é o nosso motor, a impulsion do mundo.



LEITURA HERÁLDICA DO BRASÃO OFICIAL DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Por ERNANI COSTA STRAUBE



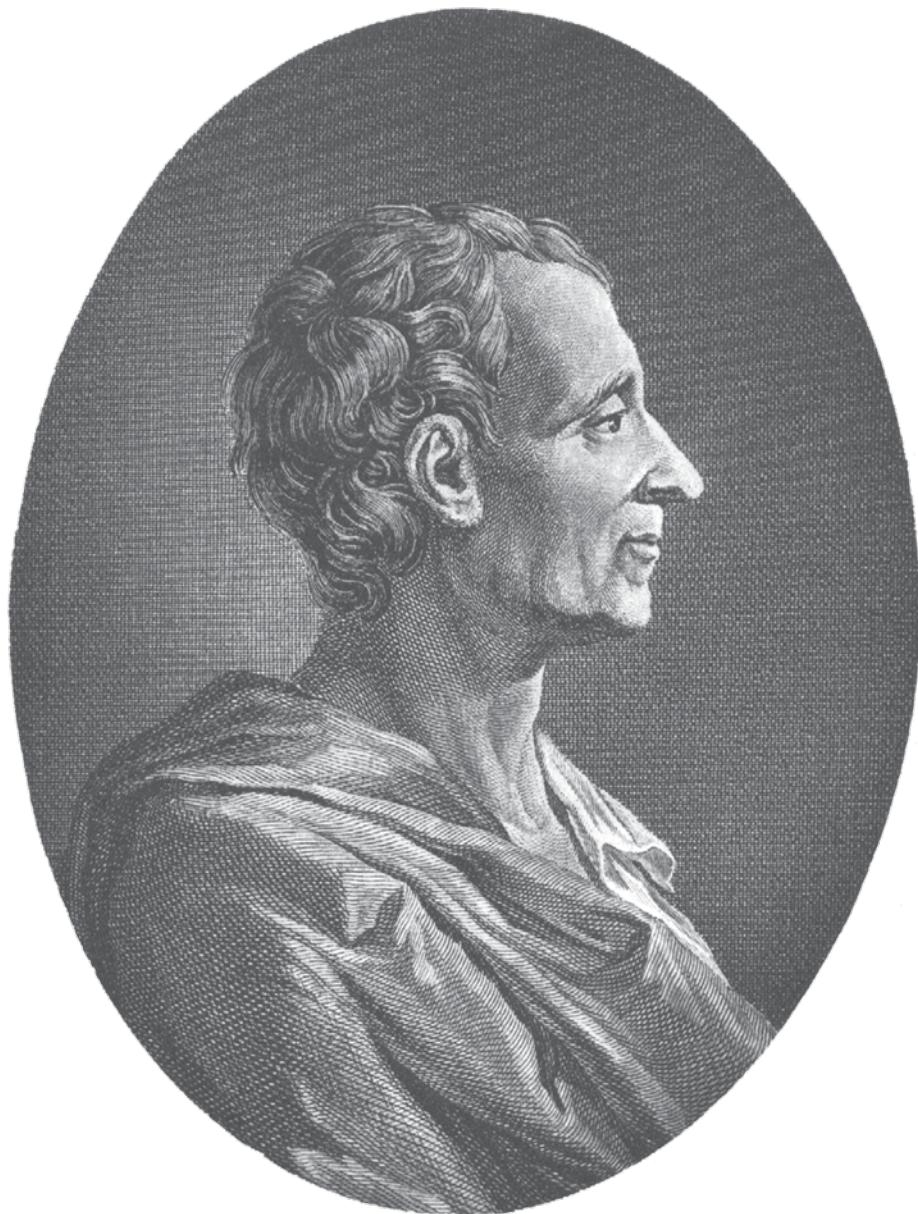
CRIAÇÃO ARTÍSTICA DE JOÃO PÂMPHILO ASSUMPÇÃO,
FUNDADOR DA CADEIRA N.º 7

Escudo oval, trazendo em campo azul, a representação de uma pena de prata em pala, com o raque terminando superiormente em galhadas de pinheiro-do paraná (*Araucaria angustifolia*), em verde, companhada, à sinistra da constelação do Cruzeiro do Sul, em prata.

A pena suplanta a ponta do escudo, cujo cálamo se superpõe a uma faixa azul com a expressão “Semper Excelsior”, em prata, ficando tudo sobre a representação de um livro aberto, de prata, bordado de preto, com marcador de azul. Bordadura de azul, carregada de pérolas de prata.

Como timbre, a representação de uma máscara indígena, sainte, em prata e azul. Lambrequim, constituído de ramos e frutos de pinheiro-do-paraná, nas cores naturais, cruzantes na ponta e sobre o livro e cálamo.

O brasão é circundado na metade superior, pela expressão “Academia Paranaense de Letras”, em preto.



A MORTE DE MONTESQUIEU



Por GUIDO VIARO

O filósofo, político e escritor francês Charles-Louis de Secondat, conhecido como barão de Montesquieu, ou simplesmente Montesquieu (1689-1755), estabeleceu com seu livro “O espírito das leis”, a divisão de poderes. O Estado não poderia mais ser controlado pelo poder absoluto do monarca.

Mesmo as monarquias, e Montesquieu nunca deixou de ser um deles, necessitariam dividir as forças, para, a partir daí, diminuir o poder absoluto do Estado sobre o cidadão e aumentar a influência do homem comum sobre o poder político.

A consequência de suas ideias foi a modernização do Estado, o aumento da participação popular nas decisões coletivas e os consequentes e graduais aumentos da segurança social, diminuição da pobreza e violência.

Durante um século e meio o ideário de Montesquieu tornou o mundo melhor.

O primeiro grande sinal de fadiga de suas ideias foi a explosão da Primeira Guerra Mundial (1914-18). Forças monárquicas e democráticas chocavam-se dentro do grande caldeirão europeu, disputas étnicas, religiosas, ideológicas e novas descobertas científicas e o consequente reflexo de toda essa tempestade nas artes, fizeram transbordar os diques do pensamento montesquiano. O mundo se quisesse continuar com seu progresso político-social precisaria reformar as ideias do grande pensador.

Vinte anos depois, sem que a reforma tivesse sido feita, a Europa foi devastada por um tsunami político chamado nazismo, que derreteu o coração de um humanismo com séculos de peso. Veio a guerra e depois a paz. O mundo precisava renascer, a doença aparentemente havia sido extirpada, mas o medo sobreviveu, virou contestação, depois riqueza e desencanto. Montesquieu envelhecia. Os novos-velhos Estados continuavam com a mesma estrutura de duzentos anos atrás.

A tecnologia avançou exponencialmente, a quantidade de informação disponível no mundo passou a dobrar primeiro a cada década, depois a cada dois anos, seis meses, quarenta e cinco dias...

A democracia passou a ser não um instrumento pelo qual se atinge o bem-estar, mas o objetivo último "... antes de sermos felizes precisamos ser democráticos.". O meio transformou-se em fim. O indivíduo afoga-se em informações inúteis e perde a capacidade de priorizar raciocínios, deve seguir uma prioridade decidida pelos controladores e distribuidores de informações. O que vale é o instante, o prazer individual, que ironicamente torna-se coletivo.

O homem do século 21 é um naufrago isolado em sua pequena ilha de prazeres sensoriais e rodeado por oceanos de informações radioativas. Montesquieu não serve mais para esse mundo. Os governos nacionais e a própria noção de Estado começam a perder solidez. As megacorporações e o oceano de informação, grandes forças que comandam o mundo, desconhecem fronteiras físicas.

A nova divisão de poderes, que antigamente atendia pelos nomes de executivo, legislativo e judiciário, agora, talvez, possa ter apenas duas categorias: humanidade e tecnologia. Essa última sendo ferramenta para o desenvolvimento e bem-estar da primeira. Governos, em todas suas formas de atuação, podem ser exercidos de maneira muito mais eficiente e infinitamente mais barata por supercomputadores. A computação quântica já é uma realidade e em poucos anos será de tão fácil acesso quanto os smartphones.

Computadores quânticos de pequeno porte possuem um poder de processamento bilhões de vezes maior do que os mais poderosos computadores tradicionais. Pequenos e grandes problemas administrativos poderão ser resolvidos a custos baixos e de maneira quase instantânea. Sensores dos computadores detectarão a formação de buracos em uma estrada e imediatamente comandarão pequenos robôs que realizarão o serviço de tapá-los.

Hoje em dia fala-se muito em corrupção, e apesar de ser um grande problema social, do ponto de vista financeiro é algo infinitamente menos nocivo do que o desperdício, a ineficiência e as decisões mal tomadas. Ao sermos governados por supercomputadores extinguiríamos desperdício e ineficiência e eliminaríamos a possibilidade de escolhas equivocadas. Até mesmo a democracia poderia ser incluída nessa nova forma de governo. Todo o espectro político-ideológico faria parte da programação dos supercomputadores, dessa forma todas as ideologias serviriam de influência para as decisões da máquina, que eliminaria apenas os desperdícios e repetições, e receberia atualizações periódicas através de representantes do povo (eleições). Novas leis e decisões jurídicas também poderiam emanar de inteligências artificiais, inteligências que incluiriam em si algoritmos que jamais permitiriam que a máquina passasse de administradora para tirana. O homem, portanto, permaneceria livre, e talvez, pela primeira vez na história, pudesse descobrir as delícias de, parafraseando Nietzsche, descobrir-se "Humano, demasiadamente humano".



WEBINSOMNIA



Por GUIDO VIARO

A noite encerra todos que não quero ser. Temo cada gota de escuridão silenciosa. Nos pedaços de treva descubro espelhos. Antes de enxergar imagens mergulho nos abismos químicos dos soníferos e de repente, encontro-me na metade da manhã.

Depois de vários anos bebendo da mesma rotina azeda, descobri adoçantes. Toda noite mergulho fundo no mar digital e antes de me afogar, tento sair de lá carregando alguns peixes dourados. O que costuma acontecer é que antes de fisgá-los acabo encantado com algas marinhas ou enroscado em algum coral cinzento. O que faz que para cada belo poema ou paisagem, para cada nova descoberta da ciência ou realização artística eu consuma doses dez vezes maiores de piadas, vídeos de violência e pornográficos. Mas lá pelas duas e meia da manhã me bate um vazio atroz, tudo o que pesquisei, mesmo meus peixes dourados transformam-se em esqueletos fedorentos.

Esse vazio é tão poderoso que nem tristeza deixa entrar. Sou eu contra tudo o que existe. Sinto-me uma mosca esmagada. Depois disso é esperar o Stilnox fazer efeito, às vezes um, noutras um e meio. Nesses dias de um e meio, acordo quando o sol está a pino e a fome pede passagem. Almoço, e o que me sobra do dia é a tarde. Caminho até o centro da cidade. Chegando lá não tenho o que fazer. Bebo um café, depois outro, vago como barata tonta até o sol perder a força. Volto para casa de ônibus, inflado por um vácuo capaz de me fazer explodir. Tenho certeza que se fosse de natureza mais frágil teria

escolhido um desses dias para pendurar-me na soleira de alguma porta importante.

Meu nome é Guido e sou aposentado pela Receita Federal, invalidez, puxo um pouco a perna. Levei um tiro durante uma inspeção de rotina, o empresário falido atirou em mim e depois na própria cabeça. Destruiu meu joelho. Um médico queria reconstruir a rótula, o outro tentou me vender um joelho de titânio. Fui dando tempo ao tempo, sinto alguma dor, que assim como vem vai embora.

Iniciei esse texto falando de medos e trevas, escuras realidades. Mas também tenho carinho pela noite, afinal, é só ela que aguenta alguém repetindo baixinho que a vida não vale a pena. Uso-a para descobrir tudo o que, pelo menos por alguns instantes, ainda não se tornou vazio.

As pequenas novidades são as colunas dóricas de minha vida. Descobri um site com centenas de webcams ao vivo, elas estão posicionadas nos lugares mais estranhos ou banais do planeta, como uma que mostra vinte e quatro horas por dia um ativo formigueiro na cidade de Albuquerque nos Estados Unidos. Há outras que monitoram interiores de fábricas, dia após dia você reconhece o mesmo trabalhador fazendo o velho serviço repetitivo. Há câmeras apontadas para pontos turísticos conhecidos, há outras posicionadas em estradas desertas ou no Polo Norte. Há uma instalada na parte traseira da cabeça de um homem, em desinteressantes estacionamentos, em portos, aeroportos, iceberges, navios, no rabo de focas e baleias, nos esgotos de Paris, em túmulos onde o espectador pode acompanhar em tempo real a decomposição dos corpos. Há câmeras em abatedouros, em florestas selvagens, há outras filmando o céu vinte e quatro horas por dia. Você pode assistir à guerra da Síria através de uma delas, ou a uma cremação à beira do rio Ganges.

Eu elegi algumas câmeras como favoritas. A cada noite dava uma passeada por esses lugares distantes. Mesmo informado pelos dispositivos da tela sobre o horário de cada local e sua exata localização, havia algo de irreal naquelas imagens. Nunca aceitei de verdade o

fato de que enquanto o Brasil dorme, há chineses palitando os dentes após o almoço. Quando esses choques violentos transformavam o que vivia em pontadas de sonho, optava por uma câmera que mostrasse o nascer do sol sobre o Canal de Suez. Uma continuação mais aceitável da noite que espiava através de minha janela.

Começava minha viagem diária pelo formigueiro americano. Fazia-me a determinação. Talvez perturbadas pela luz artificial, as formigas lutavam obstinadamente por seus destinos. Fundidos em um. A comunidade era missão, religião e existência. Invejava-as pelo fato de eu nunca haver pertencido a missões ou religiões, e de sentir o esgarçamento das cordas de minha existência. Abandonei essa câmera no dia em que o formigueiro foi inundado por um jato de urina.

Tinha especial predileção por câmeras que mostrasse a Europa na alta madrugada, mas antes de qualquer sinal da chegada do novo dia. Passeava por pequenas cidades suíças, capitais do leste europeu, ruas vazias, alguns prédios barrocos guardando o sono daqueles que em três horas colocariam o mundo para funcionar. As ruas muitas vezes cobertas por neve, relativamente escuras, com seus neons avermelhados anunciando produtos que poderiam ser comprados em qualquer canto do mundo. Aquela solidão parecia diminuir a minha. O sol nascendo apunhalava minha sensação de bem-estar.

Em uma fábrica no Canadá a câmera estava instalada em uma pequena sala onde trabalhava apenas um homem. Ele separava dois tipos de chapas metálicas durante oito horas. Assim como as formigas, era muito eficiente. No meio da madrugada gostava de sair para fumar um cigarro e beber uns goles de cerveja, mas meia hora depois parecia ainda mais produtivo do que antes da parada.

Atravessei continentes para descobri-los parecidos. Em uma câmera de alta definição no centro de Tóquio, encontrei fisionomias dissipadas de suas certezas. O sol forte imprimia sombras duras no asfalto cinza. Os homens e mulheres, assim como as formigas, mas ao contrário delas, eram impulsionados em conjunto, mas o combustível

que fazia a máquina viver chamava-se dúvida. Atados a suas individualidades, titubeavam diante da força coletiva, e ainda mais diante de uma outra, desconhecida, que parecia não fazer nenhum sentido, mas que segundo li naqueles rostos, e também no meu todas as manhãs, é a força mais poderosa da humanidade. E assim o é porque duvida de todos nossos poderes, imanentes ou adquiridos.

A suspeita de que tudo pode não passar de uma interminável perda de tempo, faz com que aceitemos o que poderia ser questionado. Finalmente sobram poucos homens que, após uma bela noite de sono e no momento em que espalham espuma de barba no rosto, são flechados por uma pergunta que se repete todas as manhãs: Qual o sentido de tudo? Vivemos e produzimos vida por inércia, por isso perdemos grande parte de nossa capacidade investigativa. Mas assim como na produção de pães ou macarrão sempre há sobras, sobram alguns homens que perguntam: Fomos postos nesse mundo sem possibilidade de recusar essa oferta, constatado isso, o que devemos fazer com essa capacidade? Destruí-la? Combatê-la? Aceitá-la, fingindo não saber que as coisas poderiam ser de maneira diferente?

As câmeras também precisam de respostas, vou monitorá-las diariamente com qual objetivo? Suprir meu vazio? Imaginar o vazio dos outros? Encontrar um lugar onde as pessoas sintam menos vazio?

Uma semana atrás descobri uma estranha webcâmera instalada na cidade italiana de Salerno. A imagem focalizada era a da tela de um computador com algumas palavras escritas. A cada dia elas cresciam em número. Com meus parvos conhecimentos do idioma italiano e com o auxílio de um dicionário, arrisquei-me em uma tradução:

“Não vivo. Sou apenas restos de esperanças alheias. Pequenas esperanças ausentes de glórias. E aos outros, também eu dedico minhas expectativas mesquinhias. Sobre nosso tempo minúsculo flutuam sonhos empapados em tédio. Como plumas esquecidas no riacho de dejetos,

em cujas águas cinzentas refletem-se torres espelhadas, erguemos, monumentos egóicos que não conseguem descobrir se são esgotados, arranha-céu ou pluma.

O homem moderno não saiu das cavernas, desenha seus objetos de desejo nas paredes líquidas do cristal. Depois projeta nas sombras ocas da tecnologia o habitante púido do futuro. É naufrago fluvial de correntezas milenares, engrossadas com o denso caldo vermelho, somado ao grito ossudo dos profetas e ao peso do egoísmo. E assim, sem assenhorrar-se de seu destino, o homem será carregado para futuros muito distantes. Um dia o lodaçal sangrento desaguará no mar e ferirá mortalmente o oceano. Mas ele não morrerá, e aos poucos recobrará a cor azulada da saúde. Os profetas que antes tinham vozes ossudas serão transformados apenas em ossos.

O homem, que sempre foi carregado por forças alheias, antes de ser atirado ao mar ficará atolado em uma réstia de areia. Chegará lá semi-morto, sem pulsações morais, terá olhos estanhados, que não conseguirão distinguir entre um côco e uma lua cheia.

Em poucas horas as ondas arrastarão seu corpo inerte para o fundo do oceano e o homem passará a ser o que sempre foi: morto, vivo. Mas há uma possibilidade que poderá mudar o rumo da evolução humana, elevar padrões éticos e espirituais, criar homens imunes a alegrias ou pavores. Criaturas que concebam suas próprias vidas e incluam dentro delas a vida de todos os outros homens, dos animais, plantas, planetas, mistérios indecifráveis, dos contrários de suas mais aferradas convicções. Homens que carregarão dentro de si toda a humanidade, suas crenças e faltas de esperanças.

Para que isso aconteça, é preciso que o homem inconsciente da praia, recobre sua consciência e desista de deixar-se levar por forças alheias às suas. O primeiro passo é ficar de pé, depois deverá inteirar-se daquilo que está ao seu redor, mar, céu, praia, nuvens, árvores. Então deve caminhar para que as ideias possam fluir. Se encerrado seu passeio, ainda não tiver chegado a nenhuma conclusão, esse será um dos bons homens. Deve atrair outros como ele para a beira do mar, construir casas por lá, e apenas permitir que a tão prostituída palavra:

felicidade, tenha algumas oportunidades de convivência com o gênero humano. Depois disso o homem poderá reproduzir-se à vontade, para depois, orgulhosamente, deixar de existir."

Depois disso ninguém escreveu mais nada, a câmera continua focalizada na tela do computador, mas nas poucas vezes em que o encontrei ligado, alguém navegava em águas rasas pela internet. Até que desisti, assim como fiz com o formigueiro, com o trabalhador canadense, cada noite desisto de uma nova câmera, por mais interessante que seja. Muitas delas reaparecem em sonhos, às vezes três ou quatro delas estão dentro de meu quarto, e tudo o que filmam transforma-se nos objetos que elas costumavam filmar quando estava acordado.

Faz um mês comprei uma câmera para usar na segurança da casa, decidi colocá-la no meu quarto. Funcionou e logo inscrevi a câmera em um site de voyeurs. Comprei mais seis câmeras e espalhei-as por todos os cômodos da casa, inclusive o banheiro. Meu objetivo, não é ganhar dinheiro exibindo meu corpo, acho que muita pouca gente iria se interessar. Só quero que algumas pessoas, nem que seja apenas uma, conheça minha minúscula rotina, perceba que não há qualquer heroísmo em qualquer de meus atos. Sou um homem perfeitamente medíocre. O mundo é feito para campeões. Por isso sou frustrado, como todos os outros.

Agora que passei de consumidor a produtor de conteúdos, e posso dizer com todas as letras "NÃO TENHO MAIS NADA A TEMER", pensei em usar a criatividade para montar um programa diferente. Em poucos dias dominei completamente a parte técnica. Tenho um monitor onde posso ver as mensagens dos eventuais assinantes. Não tenho a menor ideia de quem serão, de onde virão, que idade terão, que tipo de coisa me pedirão. Eles pagam um dólar por minuto. Se eu fizer isso durante umas oito ou dez horas por semana dará para ganhar um salário bastante razoável. Mas não estou nessa pelo dinheiro, faria mesmo de graça. O que me interessa é a perversão em si, como funciona, até onde vai. Amanhã vou ligar a câmera e a tela.

A noite transcorreu ansiosa, eu estava um pouco nervoso, mas

comi bastante e tomei dois grandes copos de uísque cheios até a boca. Depois fui para o quarto liguei a câmera principal e surpreendi-me, pois já havia chamadas. Desliguei imediatamente a televisão. Ainda não estava preparado para encarar desconhecidos vindos de não sei onde. Mas não queria abandonar o projeto. Em dois dias estaria pronto para ser esquartejado por adolescentes que moram a sete mil quilômetros de distância, e que enquanto andam de skate e fumam seus baseados gastam alguns tostões para verem um velho de outra parate do mundo defecando ou tomando banho.

O mundo funciona assim, e eu, um homem medíocre, não desejo combater sua força, o que quero é fazer parte dela. Liguei a câmera e a tela onde posso ler os pedidos. Eles começam a saltar como pipocas dentro da panela. “Acenda um cigarro e o fume.” “Deite-se em sua cama, trance os dedos sobre o ventre e se finja de morto.” “Mostre-me seus discos... agora me deixe escolher um... pode ser *Alberta Hunter em Berlin -1982...* agora tire suas roupas e dance para mim, vire sua bunda na direção da câmera e rebole o máximo que puder... isso está indo muito bem, abra suas nádegas e deixe-me ver seu cu.”

No dia seguinte um morador da Moldávia me pediu para que eu apenas vivesse, assistisse televisão, deitasse para descansar, levasse minha rotina normal. Ele pagaria para assistí-la. Na hora do almoço ele fez questão de que eu aproximasse a câmera da geladeira, viu que eu tinha bastante comida guardada. Pediu para que retirasse todos os pratos da geladeira e os colocasse na mesa. Foi o que fiz. Então me pediu para que comesse tudo o que estava ali. Respondi que era impossível. Pediu então que eu comesse até onde aguentasse, mas que tentasse muito ultrapassar as dores e mal-estares, garantiu que eu seria premiado com um bônus de cinquenta dólares. Devorei um prato de arroz e um de feijão, a salada desceu com dificuldade, mas havia ainda um prato de maionese caseira e outro de carne de panela. Comecei pela maionese, quando estava na metade senti que iria vomitar, respirei fundo, pensei na resolução de problemas matemáticos e aos poucos a ânsia foi diminuindo. Tomei bastante água e desliguei a tela por alguns

minutos. Quando voltei a ligá-la o mesmo homem da Moldávia insistia para que eu terminasse as comidas que estavam em cima da mesa, dobraria o bônus para cem dólares.

Eu disse que não aguentava mais, aquele era o meu limite. Então ele me ofereceu duzentos dólares por um pouquinho de arroz com feijão preto. Aceitei, mas sabia que iria vomitar, e foi o que aconteceu. Quando voltei do banheiro o Moldavo havia escrito: AAAAALLLLEEEELLLUUUIIIAAAHHHH”, e deixado os códigos referentes às minhas premiações. Cada uma dessas chamadas tinha um custo emocional elevadíssimo. Duas horas por dia era o limite suportável. Depois que desliguei as câmeras, nunca mais fui o mesmo. Enquanto fumava um cigarro olhando pela janela o movimento das ruas, senti-me como as sobras de lixo esquecidas pelos lixeiros. Aos poucos fui sendo tomado por uma sensação que desde a adolescência me incomoda, funciona assim: uns meses me perturbando, depois dois anos e meio livre. Ela estava de volta: nesses dias nada vale a pena, nem ser feliz vale a pena, nenhuma pessoa, nenhuma crença, nem amores, nem filhos, nem orgulhos por obras realizadas, nada disso merece existir. Janelas, carros, nuvens, Deus, bancas de revista, mulheres bonitas, grandes fortunas, amor, ódio, poder, nada disso possui direito à existência. Nem mesmo minha vida possui direito de existir. Mas o suicídio, também ele não vale a pena.

Sinto-me dentro de uma grande sala sem sentido que abriga tudo o que existe, homens e mulheres, objetos, animais, tudo. Nessa sala não há nenhuma atividade. No escuro, cada ser se entreolha sem nunca dizer nada. Essa disciplina dura enquanto o medo não se instala dentro dos bilhões de seres vivos, desesperados por não poderem ser mais eles mesmos. A balbúrdia vence a paz medrosa, as paredes metálicas são rasgadas como folhas de papel, e as bestas, os homens transformados em tigres, os homens destruídos moralmente, as mulheres histéricas, os animais que perderam características e ganharam outras, serão jogados em uma selva concretada. Lá, voltamos para o presente, não há comida nem água, os mais fortes devoram os mais fracos e bebem

seu sangue, depois os igualmente fortes lutam entre si e se matam. Sobre o país de cimento, restos de todos os tamanhos expelem odores insuportáveis. O sol de cinquenta graus levará alguns meses para transformar tudo em esqueletos brancos que serão varridos pelas marés. E fazer desaparecer os sinais de que naquele lugar aconteceu tamanho sofrimento.

Mas sei que para mim, o melhor remédio quando chegam essas ondas imensas de melancolia é trancar-me no quarto, levar até comida para dentro, e ficar no escuro, procurando desviar o pensamento de coisas negativas. E depois de iniciada a primeira fase, sair um pouco, tentar conversar com algumas pessoas de quem que se gosta.

Desci o elevador carregando o computador, a tela que o acompanha e todas minhas câmeras de monitoramento, além do aparelho que distribui a imagem. Perguntei ao porteiro se ele não queria aquele material. Ele se interessou imediatamente e guardou-o em seu carro. Não me fez uma pergunta sobre porque queria me desvencilhar daquilo. Conversamos um pouco sobre futebol, tempo, mulheres, ele perguntou se eu não gostava de jogar baralho. Respondi que achava chato. Ele então me convidou para me unir a sua turma de sinuca, assim que terminasse o trabalho em meia hora, eles iriam jogar. Contrariado, disse que sim, mas depois percebi que aquela atividade poderia ajudar na defesa contra o mal que me afligia.

Jogamos oito partidas, perdi todas. Bebi quatro cervejas grandes e dois conhaques. Quando saí do salão senti que aqueles homens que acabara de conhecer eram meus amigos há duas décadas. O álcool torna as amizades mais fáceis, mesmo que elas se dissolvam junto com a ressaca. Mas o que importava era o instante, e naquele momento eu estava sendo extremamente feliz. Não me lembrava da visita dessa felicidade nos últimos vinte anos. Terminado o passeio, fui para casa e dormi como uma criança. Sonhos tão doces que foram todos esquecidos. Desci e encontrei o porteiro com quem normalmente só trocava duas palavras. Discutimos os jogos de ontem e ele me convidou a participar da turma, disse que os outros gostaram muito de mim.

A falta de sentido, pelo menos por ora, parecia ter ido embora, talvez tenha pousado em algum outro apartamento do prédio. Quando encontrei o porteiro novamente ele me convidou para um grupo que joga futebol às quintas-feiras da meia-noite às duas da manhã, são na maioria taxistas que passaram doze horas atrás do volante e que querem limpar a cabeça e o corpo antes de mergulharem em um sono profundo e provavelmente sem sonhos. Apesar de meu problema de joelho aceitei na hora, para um insone como eu, talvez fosse a chance de colocar meu sono nos trilhos. O corpo fatigado desmaiaria sobre o colchão e as pílulas aos poucos iriam ficando de lado.

Nos três primeiros minutos de partida descobri que o joelho era o menor dos impecílios. Os trinta últimos anos sem jogar bola eram o que afetavam minha capacidade. Sentei-me à beira do campo e pedi uma cerveja. Fiquei observando a partida, os jogadores tinham todos mais de quarenta anos, estavam fora de forma, mas mantinham-se aferrados ao jogo, que contava com empurrões, gritos e inícios de confusões apartados por outros, que alguns minutos depois começariam suas próprias brigas. Quando descobri que já passava de uma da manhã comecei a achar tudo aquilo ridículo. As luzes artificiais eram uma ilha verde no meio da cidade escura. Quatorze homens fracassados lutavam para colocar uma bola dentro de uma rede. Suados como porcos e vestidos como crianças gordas, talvez secretamente ambicionassem pelo infarto fulminante que encerraria a eterna espera por algum sentido.

Paguei a cerveja e saí de fininho. Eu não precisava daquilo, nem daquilo nem da sinuca. Não precisava de câmeras, nem de internet, não precisava de mulheres nem de amigos. Nem de mim mesmo precisava.

Estava dez quilômetros distante de casa, mesmo assim decidi ir a pé. A cidade dormia dentro de nuvens pesadas. O asfalto parecia úmido por alguma chuva que nem percebi. Meu coração estava seco, nada de alegrias ou tristezas. Caminhei por becos feios, descobri casas repetitivas, atravessei bairros onde as mansões não tinham nenhuma

personalidade. Chegando perto de onde moro, vi pessoas dormindo nas ruas, não senti nada por elas. Quando cheguei em frente ao meu prédio estava suado, cansado. Passavam de duas e meia da manhã, o horário da chegada da angústia. Mas ela não veio. Tomei um banho, esqueci-me do remédio. Só fui acordar ao meio-dia.



DAQUI

—••••—
Por LUCI COLLIN

Olho o tecido de listras. Vermelho verde e marrom claro vermelho verde e marrom claro. É uma toalha estendida no chão. A mesma toalha de todos os dias e é ali que comemos com o sol ardendo sobre nós. É assim que se faz neste lugar. Não sei quantos anos eu tenho. Sete talvez. Estamos sentados em volta dum enorme prato de farinha misturada com carne de carneiro. Minha mãe faz um movimento com a cabeça e isso significa que podemos começar a comer. Cada um avança com sua colher de madeira e se serve, vai se servindo diretamente do enorme prato. Minha mãe está quieta. Como sempre. É muito magra. Usa um lenço azul na cabeça. Quase nunca vi os cabelos da minha mãe. Tem mais de dez filhos. Felizmente a maioria é de homens — só nós três que não. Nas mãos cheias de calos os anéis dançam. Aqui neste lugar as mulheres casadas usam vários anéis, mas eu ainda não sei o que significam. Meu irmão mais velho morreu no primeiro ano da guerra. Foi em Eifaés. Olho pra escada branca escavada na rocha. Tenho orgulho. Os degraus exatamente do mesmo tamanho. São perfeitos. Foi feita pelo pai do meu avô. Eu não sei como ele se chamava. Minha irmã, essa aqui do meu lado, vive rindo de tudo — não entendo bem por quê. Não sei nem se eu gosto muito dela. Tenho um irmão que trabalha na companhia de extração de hulha. Quando eu pedi pra ele me explicar como é o trabalho lá ele disse: nem dá pra contar. Sempre tenho fome. Hussein avança na comida, Messali também. Têm fome. Daqui a dois dias Messali vai embora. Vai trabalhar em Onme. Ferhat partirá no mês que vem (vai

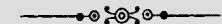
sobrar mais comida sem eles, pensei) pra um lugar com montanhas perto do mar. Foi lá que o pai do meu avô viveu. Plantou muitas figueiras. Messali tentou conseguir emprego nas planícies, mas a região não presta pros vinhedos. E ele teve que voltar. Voltou magro. Eu levei um susto quando vi e fiquei mais triste. Os homens daqui não sabem fazer muita coisa. Meu avô sabe. Foi ele que fez as colheres e o prato. De madeira. Meu pai veio de um lugar onde não chove. Não chove nunca. Ele tem o rosto escuro e uma barba rala e branca. Ele tem os lábios muito grossos e umas rugas fundas na testa. Muito fundas. Eu queria passar a mão ali pra sentir. Tenho dez anos talvez. Nunca falei com o meu pai. Meu pai é um homem sempre quieto. Também é triste eu acho. Não sei. Perdeu um braço na mina em Bechiara. Meu avô conversava bastante comigo. Foi ele que me explicou que se você dividir em dez este território onde eu nasci nove partes serão de deserto. Ele riscou a areia do chão e disse: esta região se chamava Hiareb n-Housat. O nome ficou na minha cabeça. E volta. É sempre a mesma paisagem aqui a mesma comida pouca e a minha mãe sem dizer uma palavra. Quando eu era bem pequena ela cantava enquanto escolhia lentilha. Cantava baixinho. Passava semanas separando as pequenas pedras dos grãos. Agora ela olha sempre pra baixo. Meu avô plantava trigo quando era moço. Eu tenho doze anos talvez. A cidade onde eu nasci no passado se chamou Teefsium. Os berberes vivem nas montanhas. Berbere é uma palavra parecida com bárbaro (é como os romanos chamavam os homens das montanhas, meu avô me ensinou isso também). Eu vivo numa aldeia. As casas são amontoadas. Os irmãos que ficaram cultivam trigo e cevada nas encostas. Na época das frutas dá damasco. E também dá romã. Casaram a Nastiha com um homem que levou ela embora num cavalo baio. Ela nem sabia disso mas não reclamou. O pai deu um abraço nela antes dela partir. Abraço pela metade. No inverno o pai abandonava a casa de pedra e ia morar numa tenda. Pastoreava as ovelhas perto de Giskrat. O pai é triste. Meu irmão mais velho morreu em Eifaés. Lá tem vales férteis e tem desfiladeiros com água da chuva. Quando a minha mãe morreu

tiraram os anéis dos dedos dela. Eu queria ter ficado com um. Ferhat mandou uma enorme caixa de madeira pro pai. Tinha alcachofras. O pai ficou olhando. Durante dias a caixa ficou ali no pátio. Durante dias. Não comeu e não deu pra ninguém. As alcachofras murcharam e depois apodreceram. E aí ele apenas apontou pra caixa: era pra eu jogar fora. Então eu vi as alcachofras secas — me lembrei das mãos da mãe. Sem os anéis aquelas mãos não pareciam mais as dela. Daqui a dois anos vou fugir desse lugar. Antes que o pai me case. Vou fugir até aquela cidade grande que eu vi na revista que o Arouj guardava na mala dele. Vou trabalhar em Seaba porque tem o porto. E o Arouj disse que é de lá que saem os barcos. Depois de três semanas os barcos chegam na cidade. Lá cada pessoa come num prato só seu. E é isso que eu mais quero ver.





É DIREITO DOS LOBOS COMER OVELHAS



Por ALBINO FREIRE

Dia desses, lendo o impagável Rubem Alves, deparei-me com essa frase acima, tão apropriada a nosso sistema democrático, e, neste passo, eu a tomo dele emprestado.

Antes de mais nada, ele analisa as circunstâncias em que Chapeuzinho Vermelho, tão inocente, se atreve, com anuênciada própria mãe, a atravessar uma floresta habitada por lobos ferozes, para visitar a vovozinha, que ela conhecia muito bem. Apesar disso, de conhecer bem a boa velhinha, a menina entra na casa, aproxima-se da cama e não percebe a diferença. Apesar das orelhas de lobo, do focinho de lobo, dos caninos de lobo, dos pelos na pata, e sobretudo do cheiro putrefato de corrupção, ela não nota a diferença! E o autor concluía, dizendo que a burrice não merece ser poupada. Portanto, na vida real, outro é o desfecho. O lobo, juntamente com os caçadores, acabam por devorar Chapeuzinho Vermelho, como atestam todos esses anos de “democracia” no Brasil.

Na verdade, os lobos foram eleitos por seus representantes para fazer as leis. E foram eles, lobos vorazes, que fizeram esta lei: “É direito dos lobos comer ovelhas”. Ora, eles nunca vão alterar o sistema atual. Não espontaneamente. A eles não interessa mudar. É pura ingenuidade pensar o contrário. E quem é o culpado de tudo isso? As ovelhas! Elas, pobrezinhas, tolinhas e caducas, é que são culpadas da própria desgraça. Não foram elas que, pelo voto, deram esse poder aos lobos? Portanto, não adianta balir ou berrar, agora!

Rios de dinheiro foram gastos em propaganda oficial. Propaganda? Como assim? Propaganda do quê? Ah! Sim! Os lobos precisam, através da mídia, demonstrar a ocorrência do *estado de necessidade*, ou seja, que foi absolutamente necessário devorar aquelas ovelhas que estavam turvando a água deles, no riacho. Turvando, sim senhor! E se não foram elas, porque a água corria em sentido contrário, então foram, em algum momento do passado, seus pais ou avós. Precisam também os lobos provar, com a propaganda repetitiva, insistente, que todo aquele dinheiro foi gasto honestamente, e que a fortuna que eles amealharam até agora foi fruto, não da rapina, como pensam as desinformadas ovelhas, mas de trabalho duro e mérito dos operosos lobos.

Lobos engravatados, de golas altas para esconder orelhas e focinhos, são reconduzidos para comandar o rebanho, apesar do protesto surdo e inútil das ovelhas. Ora! É preciso manter o sistema a qualquer custo, para não se correr o menor risco de perder o mando. A única concessão que se dispõem os lobos fazer, de vez em quando, mas muito raramente, é reprimir episodicamente um pouquinho de sua voracidade atávica e poupar algumas ovelhas, não por clemência ou generosidade, mas apenas para futuramente constituir material probatório, junto à imprensa, de que eles só querem o bem delas...

Por falar em lobos, faz algum tempo L'Osservatore Romano – ó profética notícia! – já alertava que o Papa Bento XVI se encontrava refém, no Vaticano, como um pastor cercado de lobos vorazes, disfarçados por detrás de longos mantos carmim...

Lembro-me que, nessa época, navegava na internet o vídeo de uma visita do Papa a Berlim, retratando o constrangimento de autoridades que presenciaram uma cena deplorável, em que vários cardeais deixavam Sua Santidade com a mão suspensa no ar por não querer cumprimentá-lo, nem muito menos lhe beijavam a mão, como é do protocolo... Isso aí, até onde sei, é falta de educação, de urbanidade, e não apenas um sinal de rebeldia ao pastor! As imagens falam por si. Não é invenção de uma imprensa “anticlerical”, como

pretendem uns e outros, os mesmos que já sustentaram, antes, no episódio dos pedófilos de batina, e o das aves de rapina que se aninharam dentro dos muros do Vaticano, até Bento XVI dizer um *basta a tudo aquilo* e fazer o *mea culpa* da Igreja! Atitude um pouco tardia, é verdade. Mas, já foi um avanço.

Seria aquela renúncia papal um pedido de socorro, um sinal dos tempos? Seria o começo de uma mudança? Um milagre que se anuncia? Será que, enfim, as ovelhas vão mesmo conseguir isso?

Salve, salve, ó *emérito* Bento XVI! A humanidade lhe perdoa o tardíngueiro brado, bem como a inesperada descida da cruz, porque ainda insiste em entender seu gesto insólito. E acolhe, com entusiasmo, as propostas do *poverello* Francisco que, com sua humildade e firmeza, promete revolucionar o sistema.





POEMAS

Por MARTA MORAIS DA COSTA

CHACINA

na calçada
uma flor de sangue
desabrocha

no coração de mãe
o sangue se esvai
em gemidos

nos alicerces da sociedade
a hemorragia da justiça
segue o derrame
incontrolável

INEXORÁVEL

Sei que posso
reviver a infância
renovar o amor
rever lugares
restaurar crenças.

Sei que devo
ser grata
generosa
toda bondade.

Mas dentro de mim
anjos não moram,
esta rua não é minha,
meu anel se quebrou,
quem manda em mim já nasceu.

Vida, noves fora,
este fiapo de tempo
na lâmina da tesoura
sempre inexorável.

MALA

No chão do quarto de hotel,
silenciosa,
contida em seus fechos e correias,
a mala aguarda
o desventramento.

Mãos em alegre azáfama
depositam chaves,
acendem luzes,
apalpam toalhas
e sabonetes.

Num rápido elevar-se,
a mala repousa agora
sobre a cama e
sente abrirem-se cadeados,
saltarem fechos,
desatarem-se correias.

A luz invade
a organizada escuridão.
Em revoada saem partículas de pó
e cheiros guardados.

Mãos vasculham superfícies,
tecidos e recantos.
Quando o nada e o vazio
predominam,

SOLAR

mãos cerram a tampa,
buscam a posição de repouso,
e o viajante descansa,
recoberto por sua viagem.

No quarto,
o silêncio da mala aconchegante
sobre a cama.

Por LUCI COLLIN

—••¤¤¤•—
Não, não ficaram feridas.
E, nem de longe, expiações.
(Fumaça solo).

Da casa onde os degraus rangiam
(tábuas desgastadas, cuide!)
Os pequenos quartos
Antes do salão de acordes maiores ao piano.

Adega de licores escuros e poeirentos,
Marolos e butiás de um verão que se envasou.
Porão onde se engomam linhos,
Punhos e pregas saltam dos cestos de vime.

Nas tintas se alvejam lençóis enodoados de desuso,
(noites subtraídas do enxoaval),
Tácitas criadas na lavanderia
Curtem seus ventres que crescem e murcham
Pensando em nome bom pra filho sem sobrenome.
À beira de tanques, fantasiam galãs radiofônicos.
Mãos calosas transportam baldes de zinco.

Na cozinha, timbres e registros em *fugato*
 Discutem técnicas de quaradura e compotagem.
 De vestido de chita e discreto retardo mental,
 A vesga lava os litros com uma bucha.

A frigidaire vanguardista respira obstinada.
 Na copa, onde as primas viúvas debatem
 A aposentadoria no magistério e sianinhas,
 Até o amor-aos-pedaços é cristianíssimo.

A biblioteca proibida do tio que desapareceu.
 (Talvez ratos. Perdeu-se a chave. Talvez comunismos).
 A alcova da tia-avó ausente pela fraqueza dos pulmões.
 Soalho íntegro à custa de escovão e lumbagos.
 Na penteadeira, o leque e o pó-de-arroz indiferentes.

Um quarto de teto inclinado onde
 A avó de alguém, talvez minha, conversa com a Lanofix
 Que cospe pontinhos doutos e calculados;
 Uma matemática anotada em caderno de quadradinho
 Garante a profusão de raglás e rulês
 (sacadas a olho duma Burda na banquinha).
 Mão que rege com um transportador de pontos.

Pegado, a agregada alemã de estada indefinida ali
 Que perdeu fortuna e marido, os cabelos longos e a língua,
 Reza luteranismos e espera.
 Talvez um telegrama.

No jardim, camélias imaculadas viçam e fenecem,
 Apesar de as mãos pequenas, talvez minhas,
 Sabotarem um que outro botão.

No quintal, marmelos e galinhas dão conta do tempo,
 Mainos e bonançosos, cirzem cenas de espelho.

O pai não chegará às seis da tarde.
 Talvez meu.

A lenha empilhada remata o dia
 (friagem, cuide!). Grilos procedem. Vésper.
 Tomamos sopa em dois turnos.
 Nós antes. Eles depois.
 Sabão de cinzas. Trempe areada.
 Pratos no guarda-louças, hieráticos de novo.

De um rádio escapa a novena
 De Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.
 As moças velhas sussurram Glórias.

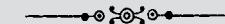
O cuco apregoa braços de Morfeu,
 Por conta de automatismos.
 Os olhos do pequinês estão miúdos.
 Sagrado o tudo de novo.

Aranhas vazam de frestas e de breviários.
 Alguém toma um trago de garrafa clandestina.
 Alguém chupa a pastilha pra dor de garganta.
 Livre de anágua e liga, alguém deixa os dentes no copo.
 Sob o oratório esconde-se a chave da despensa.

No escuro, a chama do cigarro de alguém.
 Talvez hoje.
 Talvez eu.



TEORIA DO BODE RUSSO



Por ALBINO FREIRE



*“O bem e o mal não existem.
O pensamento é que os cria”.*

Shakespeare

Você conhece a estória? Não? Então vou contá-la, apesar de tê-la escutado (ou lido), não faz muito tempo, de famoso jornalista e escritor.

Aconteceu na Rússia comunista. O Inspetor de Quarteirão já não aguentava mais os queixumes daquele “camarada” que insistia em exigir um quarto maior para abrigar a família composta por ele, a mulher e cinco filhos.

- Se ele me chatear mais uma vez, vai se haver comigo!

Não deu outra. No dia seguinte, logo de manhã, lá estava de novo o pobre homem, quase de joelhos, implorando a troca daquele pequenino quarto por uma moradia um pouco mais espaçosa para sua família.

O Inspetor não teve dúvidas. Castigou severamente sua “ambição”, entregando-lhe um bode que passaria a conviver com sua família dentro de casa, da mesma casa (se é que aquilo era casa).

O coitado ficou louco. Não, mil vezes não! Prometeu não se queixar mais, jurou que ficaria o resto da vida bem quietinho e conformado. Mas, de nada adiantaram suas lamentações e súplicas.

Só meses depois de convivência pacífica com o “bodum” repelente do caprino, o castigo foi suspenso condicionalmente,

enquanto durasse o silêncio do mísero cidadão. E a família passou então a viver aliviada, sem aquele hóspede indesejável, feliz da vida, ali no mesmo cubículo... A conclusão a que chego é que a felicidade não se encontra fora, mas no íntimo da gente. Aqui reside o grande equívoco da humanidade, que vive procurando a “árvore de dourados pomos” em plagas onde nunca estamos. Uns a buscam no poder, no sucesso, no dinheiro. E quando o conseguem, frustram-se, quase sempre caem em depressão e se suicidam.

Ora, a causa da depressão é o vazio interior. Se o agricultor não fizer suas plantações, a roça não vai produzir nada, a não ser ervas daninhas. Assim é a mente humana. É preciso cultivar pensamentos positivos, recheá-la de bons sentimentos, com trabalho, boa leitura, espetáculos alegres e sadios, reflexão e meditação para alimento do espírito.

Você já se deu conta de que, às vezes, você vai andando sozinho pela rua e, de repente, (não mais que de repente...) sua alma se enche de uma alegria súbita e divinal, sem nenhuma razão aparente, e permanece por algum tempo em verdadeiro êxtase, e inefável estado de graça, beirando as raias do sobrenatural? Pois fique sabendo que o que está acontecendo aí é que a alegria interior, os fluidos positivos estão “saindo pelo ladrão”, transbordando de uma alma plena de sentimentos nobres e de felicidade. Pergunte ao invejoso, ao iracundo, ao complexado, se eles já experimentaram alguma vez tais sensações...

Se você vai mal, se sua vida não vai bem, é pelo poder de sua mente. Não entendeu? Eu explico. Se os pensamentos dominantes em você forem negativos, aí está a resposta. Pensamentos de fracasso atraem o fracasso; pensamentos de medo provocam o medo; pensamentos de inveja prejudicam o invejoso.

O pensamento é uma realidade mental que atrai a realidade física. Eu costumo dizer que, pelo menos por medida de economia, vale a pena ser otimista. E que o pessimista sofre duas vezes: sofre antes, por achar que tudo vai dar errado; e sofre depois, quando tudo

dá errado, principalmente por atração do pensamento negativo. Já o otimista não sofre por antecipação: ele confia em que tudo vai dar certo; e geralmente não sofre depois, porque vai dando tudo certo para ele, não somente pela força das vibrações positivas, mas também porque menos de 10% de nossos planos – dizem que isso está comprovado – é que não têm sucesso.

Cada um colhe o que semeia. Não existe acaso, má sorte, azar. É a soma dos pensamentos diários que levam a esses resultados.

Os pensamentos, portanto, fazem nossa vida. Nossa vida é a materialização, a expressão de nossos pensamentos constantes. E o futuro será a colheita dos pensamentos semeados hoje, em nossa mente.

Vale, pois, a pena escolher cuidadosamente as sementes que vamos plantar, agora: que sejam de alegria, de amor, de amizade, de paz, de prosperidade.

Você falou em “crise”? Sei de muita gente que está ficando cada vez mais rica, honestamente, apesar da crise... Siga em frente, amigo. Mantenha seus pensamentos acesos pela chama do entusiasmo e ligados nas boas coisas da vida! Foi o pensamento persistente de Santos Dumont que criou o avião, um feito quase impossível, que fez (e ainda faz) voar uma nave mais pesada que o ar, desafiando a lei da gravidade. E foi assim que aconteceram todas as conquistas e grandes inventos da humanidade: pela força do pensamento positivo.

Coragem, amigo, vá em frente! Já! Não espere que o Governo retire o bode da inflação de sua vida, para você se tornar feliz!





A QUEM SERVE O MONOPÓLIO?

Por JOSÉ PIO MARTINS

A greve dos caminhoneiros demonstrou potencial para criar colapso no sistema econômico e certo grau de pânico na população, em alguns casos com efeitos dramáticos – como a falta de oxigênio em hospitais, desabastecimento de alimentos, medicamentos e muitos outros produtos básicos. Essa crise serviu para expor uma velha ferida da cultura política nacional, ainda não compreendida por boa parte dos políticos e dos dirigentes: o perigo real para a economia popular derivado da existência de monopólios de produtos essenciais e que não têm sucedâneos. Os monopólios dessa natureza têm a capacidade de encurralar a população e sequestrar a dignidade humana, razão pela qual eles se constituem ameaça à estabilidade social.

Muitos acreditam que os monopólios estatais estão a salvo do poder ameaçador, tese que os brasileiros vivem provando tratar-se de uma grande mentira e de ingenuidade. As muitas greves no sistema estatal – caso dos auditores da Receita Federal, funcionários dos Correios, médicos do INSS, controladores do voo e dos petroleiros no início do governo Fernando Henrique – demonstraram que os serviços públicos e as empresas estatais são tão ou mais perigosas e ameaçadoras quanto qualquer empresa que forneça bens e serviços essenciais. Atualmente, se o Brasil tivesse uma dezena de empresas produzindo o mesmo que a Petrobras e concorrendo entre si, dificilmente a crise teria chegado ao ponto a que chegou, e mais: a própria Petrobras não seria a única a receber toda a carga de problemas ligados ao mundo do petróleo e seus derivados.

De início, vale destacar que a Petrobras é sozinha em seu segmento, nunca teve que se preocupar com concorrentes eventualmente mais capazes nem se esforçar ao máximo para ser eficiente, austera e competitiva. Pelo contrário: a empresa tem um histórico de ser usada por partidos políticos – cujo mais grave exemplo é a pilhagem de bilhões de dólares na corrupção revelada pela Lava Jato –, de ser usada e prejudicada pelo governo para tentar combater a inflação – como foi o congelamento dos preços dos combustíveis no governo Dilma – e também de ser extremamente generosa com o fundo de pensão de seus empregados, cobrindo os déficits atuariais das aposentadorias (essa “generosidade” foi diminuída, em boa parte, nos últimos anos).

O presidente Castelo Branco dizia que “se a Petrobras é eficiente, ela não precisa do monopólio; se é ineficiente, não o merece”, pois, embora fosse favorável à existência de uma empresa estatal de petróleo, ele não via motivos para dar a ela o monopólio e impedir que empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, operassem no setor. O próprio presidente Getúlio Vargas, ao propor a criação da Petrobras em 1951, não queria uma empresa monopolista, mas uma estatal sem monopólio. Foi o Congresso que emendou o projeto original e introduziu a cláusula monopolista. Foi um equívoco, que muito prejudicou o Brasil, pois a liberdade de ingresso de outras empresas no setor teria submetido a Petrobras à competição (o que seria bom para a própria estatal), forçaria a entrada de tecnologia estrangeira, promoveria o ingresso de capitais internacionais (que o Brasil, sendo uma nação pobre e carente de investidores, precisava desesperadamente) e reduziria a dependência nacional do petróleo importado.

O monopólio do petróleo foi um erro que nasceu da combinação de fanatismo ideológico com ignorância econômica, sobretudo porque a implantação da indústria nacional a partir dos anos 1940 revelou o quanto o Brasil era dependente de suprimentos externos, especialmente nos setores de aço, celulose, papel, químicos,

máquinas e equipamentos. Sem a importação de insumos e produtos, principalmente dos Estados Unidos, a economia brasileira seria paralisada, razão por que era recomendável e necessário atrair os produtores estrangeiros para reduzir a dependência de importações. A dependência brasileira em relação a suprimentos externos e a enorme vulnerabilidade energética do Brasil eram situações que preocupavam o próprio governo dos Estados Unidos. A fórmula racional teria sido absorver investimentos e dividir riscos, que são imensos no setor, deixando os escassos capitais nacionais para atividades de menor risco e remuneração certa.

O monopólio manteve o Brasil atrasado na prospecção e retardou a conquista da autossuficiência. Passados 22 anos da criação da Petrobras, em 1973 o país importava 75% do petróleo consumido internamente, ano em que os preços do barril explodiram no mercado internacional e lançaram a economia brasileira numa grave crise de endividamento externo, recessão e desemprego. A autossuficiência de petróleo veio somente 45 anos depois da criação da Petrobras, e a brutal dívida externa do Brasil formada a partir dos 1970 foi, na verdade, uma petrodívida. Resta perguntar: a quem serve o monopólio?

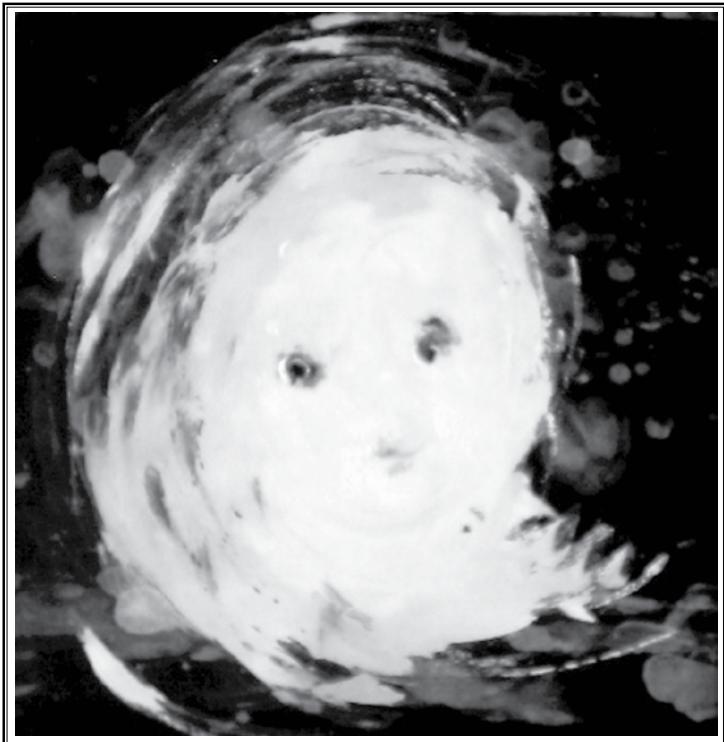
Este texto foi escrito para editorial da *Gazeta do Povo*.



PEQUENINA



Por ÍRIS BIGARELLA



A NOSSA CRIANÇA INTERIOR

Uma preciosa concepção do pensador e psiquiatra suíço Carl Gustav Jung.

Em todos nós ela existe. No adulto mais famoso quanto no garoto diligente que limpa nossas ruas; no adolescente, no adulto e nos velhinhos e velhinhos de todo mundo.

Nossa criança interior. Pequenina, indefesa, carente e desconhecida. Aquela parte de nosso ser que simbolicamente representa o que ainda não foi reconhecido, cuidado e amado em nós.

PEQUENINA

*Pequenina criança triste que chora
escondida dentro de mim,*

*onde estiveste
ontem
e anteontem
estes anos todos...*

*Que eu não escutei o teu soluço
desesperado?*

*Onde estiveste
criança querida,
pobrezinha,
tão pequenina,
tão só
e infeliz...*

*Como o teu choro é doído.
Tão baixinho,
tão pungente
que vai subindo, devagarinho
como miasma gosmento de um calabouço secreto.*

*Pobre criança distante,
ai, distante.
Não podia te escutar – longe demais...*

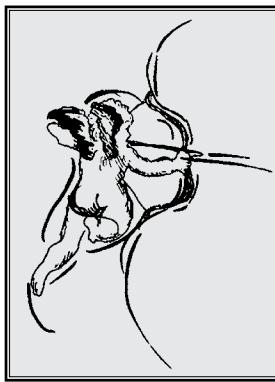
*Agora me inclino,
profundamente... até te alcançar.*

*E seguro tua cabecinha linda
para receber meu beijo tardio.
E abrigar-te no doce aconchego
do meu colo de boa mãe...*



O MAIS PODEROSO DOS DEUSES

Por ÍRIS BIGARELLA



Quando foram criados os tempos e as coisas, criou-se primeiro um reino imenso onde se reuniram todas as forças e poderes que governariam o mundo – o reino do Olimpo.

Era um reino colorido e infinitamente variado, formado por seres caprichosos, criativos e de potência monumental: os deuses.

Eles governavam e dirigiam o destino dos homens e da terra com todos os animais grandes e pequenos e todas as plantas, desde os mais humildes musgos até as árvores mais frondosas, os pássaros, as nuvens e a imensidão do mar e do ar e todos seus habitantes. Não dormiam nunca e tinham acesso tanto à mais humilde das cabanas, quanto ao mais suntuoso dos palácios e seu poder não tinha limite, nem tempo ou espaço.

Eram os deuses do Olimpo.

Certa vez, invejosos, resolveram decidir qual seria o mais poderoso entre eles, não só entre os doze principais como entre os menores e minúsculos também.

Todos estavam reunidos, cada qual querendo ocupar um lugar mais proeminente, discutindo com incrível vigor e prepotência e usando de todos os fenomenais recursos de que dispunham. O calor

gerado estava insuportável e nem fortes ventos sibilantes, nem longas aguadas, conseguiram aplacar os ânimos.

Foi quando aconteceu... Um fulgor inexplicável começou a surgir ao longe, lenta e poderosamente, acompanhado de um som mavioso, jamais ouvido, terno e mais doce que o néctar de todos os deuses juntos, e surgiu vagamente se definindo, uma figura esplendorosa.

Ora feminina, ora masculina, um arco-íris irradiando irresistível força de atração.

Era ele, Eros, o poderoso!

Eternamente presente, inexplicável, jovem e muito, muito velho também, fascinante, inconcebivelmente criativo, certamente o mais potente de todos os deuses!

Silêncio absoluto com sua magnífica chegada!

Todos emudeceram e baixaram a cabeça.

De então em diante reinaria entre eles, também, sempre presente com seus encantos e cantos, suas loucuras, travessuras, malefícios e benesses.

Eros, o deus do amor.



TUDO QUE É VIRTUAL É REAL



Por ANTONIO CELSO MENDES

Parafraseando HEGEL, ousamos dizer que tudo que é virtual é também real. Sem dúvida, todos nós, seres humanos, desejamos alcançar coisas concretas, palpáveis, que sejam acessíveis aos nossos sentidos. Não obstante, as coisas não são assim, e nos parecem ser difíceis de serem atingidas. Como diria BERGSON, é como se nossos sentidos não estivessem suficientemente preparados para atingi-las, criando um embaraço em nossas condições naturais de integração com as coisas.

Daí o surgimento das situações de virtualidade para superar estas dificuldades, dadas as características nebulosas e pretensamente ocasionais que envolvem todos os fenômenos relativos a nossos conhecimentos, nos levando a construir um artifício epistemológico destinado a satisfazer nossos ímpetos espirituais de compreensão de tudo.

PIERRE LÉVY no livro *O Que é Virtual* (SP, Ed 34,1999), distingue quatro modos de ser: dois latentes, o possível e o virtual; e dois manifestos, o real e o atual. Assim, o real concretiza o possível e o atual concretiza o virtual. Assim, o virtual é um prognóstico, uma situação subjetiva, uma configuração de tendências, um propósito de ação, que se atualizam na dinâmica da transformação.

Dessa forma, cumpre considerar o virtual como constituindo a própria realidade, quando as coisas existentes nos parecem ser apenas vislumbradas, no sentido de se nos apresentarem bastantes subjetivas, ocasionais ou frutos de nossa imaginação, criando uma

situação embaraçosa para nosso espírito, que sempre anseia atingir o verdadeiro e o concreto, cabendo a nós apenas considerar as condições pelas quais tudo que é virtual possa parecer de fato real.

Assim, são exemplos de virtualidades tudo que é vislumbre de realização, a concreção esperada de certos fenômenos, como ocorre na expectativa das orações, nos sinais da presença de Deus, em nossos projetos de futuro, os dados estatísticos variados (como o PIB, índices de produção, riqueza, etc); também as expectativas de vida, os transcendentais de nossa mente, como os valores, a felicidade, a liberdade ou a paz. Ora, isto ocorre pela transcendência do Espírito, que presente no mundo, ultrapassa o fático, procurando efetivar o melhor, dando assim sentido a uma criação instável e imperfeita, no sentido pontual.

A tecnologia atual se constitui numa forma dinâmica de efetivar a exploração de virtualidades, como os novos processos de pesquisas, os aparelhos virtuais, que criam realidades cheias de fantasia e artificialidade, aperfeiçoando e facilitando a vida normal das pessoas. De larga aplicação no lazer, tem tornado a vida mais divertida, como a televisão, os fones celulares ou os videogames.

Ora, tudo isso só se tornou possível pela concretização das artificialidades inerentes ao nosso espírito, parcela de uma natureza humana cheia de poderes e transcendência, sem os quais nada teria sido possível, cabendo a nós reconhecer o caráter original de que somos dotados como espécie humana, uma espiritualidade criativa, racional, mas dotada de sentimento e liberdade. Dessa forma, cabemos reconhecer em que tipo de realidade estamos imersos, na qual as virtualidades são mais reais que aquilo que indicam nossos sentidos exteriores, pobres e insuficientes para abarcar a complexidade do Espírito que nos abriga

RAYMOND CHANDLER SIMPLICIDADE E DECÊNCIA

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

O escritor de livros policiais Raymond Chandler é muito mais que simplesmente um escritor de livros policiais. A sua vida foi perpassada pela contradição de sua absoluta decência – de um lado, moral e intelectualmente impecável em seu comportamento – e, de outro, a sua vida material descontrolada. É bastante curioso que um homem tão inteligente, com rasgos de genialidade, e que vivia na irresistível boemia de suas profissões (teve mais de duas), assistindo à vida de degradação de tantos, tenha casado, ainda relativamente moço, com uma mulher dezoito anos mais velha que ele, e tenham sido até o fim o suporte um do outro. E permanecido fiel à presença dela em sua vida durante todo o tempo, fidelidade escamoteada por fugidas aventuras sexuais decorrentes do eventual teor etílico de seu sangue, certa época em risco de vida, sem perigo, contudo, para a estabilidade de seu casamento. Ela, mulher extraordinariamente bela e calma, de saúde frágil, sabia perdoar e entender que esse comportamento de maneira alguma manchava a fidelidade. Quando ela morreu, tinha oitenta e quatro anos, ele perdeu completamente o controle sobre si mesmo, e não houve arranjo, feito por amigos, por tentativas de aventuras, por estudos de literaturas (digo, leitura de livros, dado que tinha desprezo profundo por livros teóricos, como todo gênio que ultrapassou o interesse em enquadramentos), que fizesse com que ele amainasse o seu desespero. Chandler não resistiu cinco anos à solidão e veio a morrer em 26 de março de 1959, de



pneumonia, mas passou os poucos anos que lhe restaram dominado pela bebida.

Escreveu a um amigo sobre Cissy, quando tinha pouco menos de setenta anos:

"Durante trinta anos, dez meses e quatro dias, ela foi a luz da minha vida, toda minha ambição. Tudo o que eu fiz de diferente não foi senão um fogo para esquentar suas mãos".

Quando ele conheceu Cissy, que se chamava Pearl Eugene Hulbert Pascal, e desce logo passou a viver com ela, em estado de concubinato, ele tinha 31 anos e ela 49. Ela já havia casado duas vezes e ele só passara por ligações esporádicas. Só veio a casar com Cissy quatro anos depois da sua ligação, um mês após o falecimento da mãe dele, Florence.

Esse suposto respeito explicaria tal casamento? Sua mãe se oporia a que se ligasse, em matrimônio, com mulher tão mais velha e experiente, com dois casamentos nas costas? Tudo o que escreveu sobre isso constitui especulações, conforme a visão duvidosa do especulador: matéria como a fidelidade de Capitu.

E por que a literatura de Raymond Chandler é importante? Em seu ensaio pela Record há muito tempo (tradução de A. B. Pinheiro de Lemos), o próprio Chandler dá o verdadeiro significado, embora não fosse evidentemente essa a intenção, da qualidade literária de seu trabalho, como ele concebia que devesse sê-lo – o que, diferente de muitos teóricos, conseguiu em plenitude. Em um de seus romances, ele afirmou: “Escrever como Jane Austen”, isto é, com precisão e clareza, ter um estilo (com a mesma maneira de se expressar, Stendhal dizia: “Escrever como o Código Civil”...). “Como Jane Austen”, quer dizer, no melhor inglês.

Diziam os que o conheciam que Chandler, embora tivesse nascido nos Estados Unidos, falava mesmo o inglês de Jane Austen, no coloquial. Que maravilha! Será possível? Por isso, se possível, ele dominava a língua, poderia em consequência ter um estilo. Escreveu

assim: “O estilo é o produto da qualidade de sua emoção e de sua percepção; é a capacidade de as traduzir sobre o papel que faz de fato um escritor”.

Ele queria que os autores policiais mais talentosos pensassem como ele; por isso escreveu a Erle Stanley Gardner, doutrinando:

“Quando um livro, qualquer sorte de livro, atinge a certa intensidade de performance artística, transforma-se em literatura. Essa intensidade pode ser questão de estilo, situação, caráter, tom emocional, ou ideia, ou meia dúzia de outras coisas. Pode também ser um controle sobre o movimento de uma história similar ao controle de um grande jogador sobre a bola.”

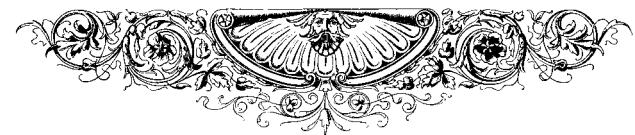
Incrível, não? Ele dizia também:

“Suponho que todos os escritores são loucos, mas se eles valem qualquer coisa, creio que são de honestidade irrepreensível”.

Que sujeito espetacular, que disse de si mesmo:

“Eu vivo à margem do nada”!





RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES



CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Osvaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.º OCUPANTE

Ernani Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO
Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)
FUNDADOR
Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)
1.º OCUPANTE
Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)
2.º OCUPANTE
Leopoldo Scherner (1919-2011)
3º OCUPANTE
Paulo Venturelli (1950)

CADEIRA N.º 6

PATRONO
Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)
FUNDADOR
Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)
1.º OCUPANTE
Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)
2.º OCUPANTE
Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)
3.º OCUPANTE
Francisco Raitani (1897-1971)
4.º OCUPANTE
Felício Raitani Neto (1917 - 2000)
5º OCUPANTE
Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)
6º OCUPANTE
Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO
Bento Fernandes de Barros (1834-1903)
FUNDADOR
João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)
1.º OCUPANTE
Oscar Martins Gomes (1893-1977)
2.º OCUPANTE
Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)
3º OCUPANTE
Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO
Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)
FUNDADOR
Jaime Ballão (1869-1930)
1.º OCUPANTE
Ildefonso Serra Azul (1888-1949)
(Ildefonso Pereira Correia)
2.º OCUPANTE
Jaime Ballão Júnior (1891-1968)
3.º OCUPANTE
Elias Karam (1902-1975)
4.º OCUPANTE
Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)
5º OCUPANTE
Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO
Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)
FUNDADOR
Leônico Correia (1865-1950)
1.º OCUPANTE
Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)
2.º OCUPANTE
Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO
Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)
FUNDADOR
Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)
1.º OCUPANTE
Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)
2.º OCUPANTE
Arthur Martins Franco (1876-1979)
3.º OCUPANTE
Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)
4º OCUPANTE
Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)
5º OCUPANTE
Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911-2014)
6º OCUPANTE
Flávio Arns (1950)

CADEIRA N.º 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N.º 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michaele (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N.º 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N.º 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

4.º OCUPANTE

Guido Viaro (1968)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918 - 2013)

5.º OCUPANTE

Paulo Sérgio da Graça Torres Pereira (1954)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dário Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)
FUNDADOR
Hipólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)
1.º OCUPANTE
Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)
2.º OCUPANTE
Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)
3º OCUPANTE
José Laurentino Gomes (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO
José Gonçalves de Moraes (1849-1909)
FUNDADOR
José Gelbecke (1879-1960)
1.º OCUPANTE
Arildo José de Albuquerque (1914-1974)
2.º OCUPANTE
Joaquim Carvalho (1910-1974)
3.º OCUPANTE
Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO
Albino José Silva (1845-1905)
FUNDADOR
José Nipce da Silva (1876-1935)
1.º OCUPANTE
Ciro Silva (1883-1968)
2.º OCUPANTE
Francisco Pereira da Silva (1909-1974)
3.º OCUPANTE
Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)
4.º OCUPANTE
Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO
João Evangelista Braga (1850-1913)
FUNDADOR
Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)
1.º OCUPANTE
Milton Erickson Carneiro (1902-1975)
2.º OCUPANTE
Ernani Simas Alves (1914-2000)
3º OCUPANTE
Albino de Brito Freire (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO
Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)
FUNDADOR
Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)
1.º OCUPANTE
Carlos Stellfeld (1900-1970)
2.º OCUPANTE
Metry Bacila (1922 - 2012)
3.º OCUPANTE
João José Bigarella (1923 - 2016)
4.º OCUPANTE
Etel Frota (1952)

CADEIRA N.º 23

PATRONO
Fernando Machado Simas (1851-1916)
FUNDADOR
Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)
1.º OCUPANTE
Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)
2.º OCUPANTE
Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)
3.º OCUPANTE
Odilon Túlio Vargas (1929-2008)
4º OCUPANTE
Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO
Luiz Ferreira França (1853-1921)
FUNDADOR
Serafim França (1888-1967)
1.º OCUPANTE
Assad Amadeu Yassim (1935-1985)
2.º OCUPANTE
Chloris Casagrande Justen (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO
Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)
FUNDADOR
João Cândido Ferreira (1864-1948)
1.º OCUPANTE
Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)
2.º OCUPANTE
Ruy Noronha Miranda (1914-2010)
3º OCUPANTE
Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)**CADEIRA N.º 27**

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925-2013)

2.º OCUPANTE

Marta Morais da Costa (1945)**CADEIRA N.º 28**

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942-2014)

4º OCUPANTE

Nilson Monteiro (1951)**CADEIRA N.º 29**

PATRONO

Leônidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Leonilda Justus (1923-2012)

5º OCUPANTE

Darci Piana (1941)**CADEIRA N.º 30**

PATRONO

Emiliano David Perneta (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Rita (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)**CADEIRA N.º 31**

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921 - 2015)

2.º OCUPANTE

Roberto Gomes (1944)**CADEIRA N.º 32**

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938 - 2016)

3º OCUPANTE

Luci Collin (1964)**CADEIRA N.º 33**

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascenção Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5º OCUPANTE

Roberto Mugiaatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO
Júlio David Perneta (1869-1921)
FUNDADOR
João David Perneta (1874-1933)
1.º OCUPANTE
Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)
2.º OCUPANTE
Antônio Celso Mendes (1934)

CADEIRA N.º 35

PATRONO
Nilo Cairo da Silva (1874-1928)
FUNDADOR
José Pereira de Macedo (1883-1965)
1.º OCUPANTE
Mario Braga de Abreu (1906-1981)
2.º OCUPANTE
Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)
3º OCUPANTE
Ricardo Pasquini (1938)

CADEIRA N.º 36

PATRONO
Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)
FUNDADOR
Heitor Stockler de França (1888-1975)
1.º OCUPANTE
Apollo Taborda França (1926-2017)
2.º OCUPANTE
Marcio Renato dos Santos (1974)

CADEIRA N.º 37

PATRONO
Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)
FUNDADOR
Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)
1.º OCUPANTE
José Augusto Gumy (1889-1971)
2.º OCUPANTE
Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)
3.º OCUPANTE
Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)
4.º OCUPANTE
Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008)
5º OCUPANTE
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938-2018)
6º OCUPANTE
José Pio Martins (1951)

CADEIRA N.º 38

PATRONO
Reinaldino Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)
FUNDADOR
Durval Borges de Macedo (1895-1984)
1.º OCUPANTE
Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)
2.º OCUPANTE
Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945-2013)
3.º OCUPANTE
Maria José Justino (1949)

CADEIRA N.º 39

PATRONO
Aristides de Paula França (1879-1910)
FUNDADOR
José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)
1.º OCUPANTE
José Farani Mansur Guérios (1906-1943)
2.º OCUPANTE
Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)
3.º OCUPANTE
Francisco Filipak (1924-2010)
4º OCUPANTE
Cecília Helm (1937)

CADEIRA N.º 40

PATRONO
Cícero Marcondes França (1884-1908)
FUNDADOR
Generoso Borges de Macedo (1875-1945)
1.º OCUPANTE
Ângelo Guarinello (1876-1959)
2.º OCUPANTE
Alvir Riesemberg (1907-1975)
3.º OCUPANTE
Valério Hoerner Júnior (1943-2015)
4.º OCUPANTE
Antonio Carlos Carneiro Neto (1948)

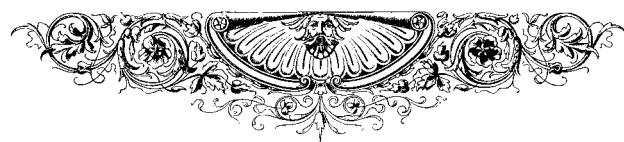
BENEMÉRITOS

LUÍS RENATO PEDROSO
CAÍQUE FERRANTE

HONORÁRIOS

ENNIO MARQUES FERREIRA
HENRIQUETA P. MONTEIRO GARCEZ DUARTE
ORLANDO SOARES CARBONAR

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS



Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rodovia Delegado João Leopoldo Jacomel, 5020, casa 659 Piraquara – PR 83310-170	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702, ap.103 Curitiba – PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa, 941, ap.902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Antônio Carlos Carneiro Neto carneiro.neto@terra.com.br	Rua Padre Agostinho, 1835, ap. 2302 - Bigorrilho Curitiba – PR 80710-000	(41) 3339-7909
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av.Anita Garibaldi, 31, ap.1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Ário Taborda Dergint ligiadergint@gmail.com.br	Rua Des. Otávio Amaral 770, ap.3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Carlos Alberto Sanches carlosasanches2@yahoo.com.br	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3244-9279
Cecília Maria Vieira Helm helmcecilia@gmail.com	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba – PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen cjusten@onda.com.br	Rua Des.OtávioAmaral,557 ap.142 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3018-1127
Clemente Ivo Juliatto cijpucpr@yahoo.com.br	Rua Justo Azambuja,365 São Paulo – SP 01518-000	(11) 3209 0977

Dante Mendonça dantejmendonca@gmail.com	Rua Augusto Stelfelld, 873 ap. 203, Centro Curitiba – PR 80430-140	(41) 3233-2346
Darci Piana presidencia@fecomerciopr.com.br	Rua Visconde do Rio Branco 931, 6º andar Curitiba – PR 80410-001	(41) 3883-4512
Eduardo Rocha Virmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins,940 Curitiba – PR 80020-917	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ihgpr1900@hotmail.com	Av. Paraná, 775, ap.06 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-4767
Ernani Buchmann ernanibuchmann@gmail.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 ap. 2303 Curitiba – PR 81200-110	(41) 3883-4530
Etel Frota etel.frota.01@gmail.com	Rua Padre Anchieta, 1251 ap.901, Bigorrilho Curitiba – PR 80730-000	(41) 3013-3981
Flávio Arns flavioarns.parana@gmail.com	Rua Nunes Machado,2035 Rebouças Curitiba – PR 80220-070	(41) 3332-9161
Guido Viaro guidoviaro@outlook.com	Rua Rafael Papa , 109 Jardim Social Curitiba – PR 82530-190	(41) 3262-2747
Jeorling Cordeiro Clève dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba – PR 80530-280	(41) 3253-4539
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba – PR 80060-110	(41) 3222-9988

José Pio Martins pio@up.edu.br	Avenida João Gualberto, 2000 ap. 701, Juvevê Curitiba – PR 80030-001	(41) 3317-4010
Laurentino Gomes laurentinogomes@me.com	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu–SP 13312-393	(11) 99626-7252
Léo de Almeida Neves leoalmeidanunes@hotmail.com	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 1º andar, cj 101 São Paulo – SP 04538-132	(11) 2175-2707
Luci Collin collinluci@gmail.com	Rua Treze de Maio, 1083, ap.41 São Francisco Curitiba – PR 80510-030	(41) 3077- 6079
Luiz Geraldo Mazza cbn@cbncuritiba.com.br	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Marcio Renato dos Santos marcio.renatodossantos@gmail.com	Rua Marechal Hermes, 297, ap.41 Curitiba – PR 80530-230	(41) 3352-9107
Maria José Justino mjjustino@gmail.com	Rua Alfredo Schwartz,37 Santo Inácio, Curitiba – PR 82010-410	(41) 3272-1069
Marta Moraes da Costa mcosta45@yahoo.com.br	Avenida Nossa Senhora da Luz, 340 ap.602 - Bacacheri Curitiba – PR 80510-020	(41) 3606-2240
Ney José de Freitas gabneyfreitas@gmail.com	Rua Terra Boa, 36 Pinhais – PR 83324-040	(41) 3310-7000

Nilson Monteiro nilson_monteiro51@hotmail.com	Rua Mauá, 1251, ap.301B Alto da Glória, Curitiba – PR 80030-200	(41) 3267-1112
Oriovisto Guimarães eladir@ogdm.com.br	Alameda Dr. Carlos de Carvalho 417, 25º andar, sala 2501 Curitiba – PR 80410-180	(41) 3335-1441
Paulo Torres drpaulotorres@gmail.com	7 LLOVERA PL ' Palm Cost USA 32164	
Paulo Venturelli paventur@uol.com.br	Rua Nicarágua, 888, ap.103 Curitiba – PR CEP 82510 170	(41) 3356-8010
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Padre Agostinho, 1415 Mercês , Curitiba – PR 80710-000	(41) 3405- 3642
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@pmc.curitiba.pr.gov.br	Rua Ébano Pereira,11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3350-8006 3350-8168
René Ariel Dotti rene.dotti@adv.br	Av. Nossa Senhora da Luz, 2625 Jardim Social, Curitiba – PR 82510-010	(41) 3263-3843

Ricardo Pasquini rpasquini@uol.com.br	Rua Mendelssohn, 50 Vista Alegre, Curitiba – PR 80820-120	(41) 3338-6312
Roberto Gomes roberto.o.gomes@gmail.com	Rua Eça de Queiroz 1102, ap.302 Ahú Curitiba – PR 80540-140	(41) 99855-8052
Roberto Fernando Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82, casa 3 Rio de Janeiro – RJ 22281-034	(21) 2537-4900 (41) 97174-5088
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado 1171, ap.402 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3232-8767



SUMÁRIO

EPÍGRAFES 5

Editor

PREÂMBULO 7

Eduardo Rocha Virmond

BRASIL, UM PAÍS MAL-EDUCADO? 11

Clemente Ivo Juliatto

A EDUCAÇÃO E OS PROBLEMAS DE HOJE 16

Clemente Ivo Juliatto

PARA QUE FALAR TANTO EM EDUCAÇÃO? 21

Clemente Ivo Juliatto

AS ARMAS E OS BARÕES ASSINALADOS 25

Eduardo Rocha Virmond

HERANÇAS DA GRANDE GUERRA 35

Ernani Buchmann

OS 125 ANOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA
E O SEU LEGADO NA HISTÓRIA DO PARANÁ 55

Laurentino Gomes

AS MULHERES SÃO DIFERENTES 69

Louis I. Dublin

JÚLIA, O ROMANCE, E JÚLIA MARIA DA COSTA, A MULHER 73

Roberto Gomes

SÉVIGNÉ, SINETES E ZELOS 81

Marta Morais da Costa

MADAME DE SÉVIGNÉ CARTAS - PRIVILÉGIO DE MULHERES? 89

Roger Duchêne

Tradução Lélia M. M. Virmond *Preâmbulo* Eduardo Rocha Virmond

RACHEL DE QUEIROZ EM SEU TEMPO 97

Etel Frota

A PORTA QUE RANGE 109

Eduardo Rocha Virmond

MULHER, LUZ DO FUTURO 115

Chloris Casagrande Justen

O DIREITO DE SER MULHER 117

Chloris Casagrande Justen

A VOZ DA MULHER NA LITERATURA DO PARANÁ 125

Adélia Maria Woellner

OS 130 ANOS DA LEI DE OURO 143

Maria Sandra Teixeira Gonçalves

O MÁGICO DA PALAVRA 151

René Ariel Dotti

DESAFIOS E DISSONÂNCIAS 155

Marta Morais da Costa

O SILENCIO GRITANTE DE INGMAR BERGMAN 159

Roberto Muggiati

UM GÊNIO DA ARTE DO SÉCULO XX 169

Tânia Buchmann

INGMAR BERGMAN 171

Eduardo Rocha Virmond

SAUDAÇÃO 40 ANOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB 175

Ernani Buchmann

SAUDAÇÃO 40 ANOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB 181

José Augusto Araújo de Noronha

HÁ ECOS DE 46, DE 78 E DE 2018 **187**
Eduardo Rocha Virmond

VERGONHA - A MORTE DE UM MUSEU **193**
Eduardo Rocha Virmond

DIREITO E LITERATURA: COINCIDÊNCIAS **197**
Eroulths Cortiano Junior

PROBLEMÁTICA DA CULTURA: UM ENSAIO CRÍTICO **207**
João Manuel Simões

OS 350 ANOS DO PELOURINHO
E A LENDA DA FUNDAÇÃO DE CURITIBA **217**
Ernani Buchmann

OS CAMINHOS DA FELICIDADE **221**
Antonio Carlos Carneiro Neto

NO CORPO DO SONHO **223**
Marcio Renato dos Santos

O ENSINO PÚBLICO NO ESTADO DO PARANÁ **227**
Chloris Elaine Justen de Oliveira

DISCURSO DE SAUDAÇÃO A LUCI COLIN **233**
Guido Viaro

DISCURSO DE POSSE **239**
Luci Colin

DISCURSO DE SAUDAÇÃO A ETEL FROTA **247**
Roberto Gomes

DISCURSO DE POSSE **255**
Etel Frota

ODE AO CAMÕES DO SÉCULO VINTE, FERNANDO PESSOA **265**
João Manuel Simões

EM MEMÓRIA DE ÂNGELO KRETÁ **269**
Cecília Maria Vieira Helm

BREVE RESENHA SOBRE O LIVRO
MAIS RECENTE DE CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM **275**
João Manuel Simões

A POBREZA DO MUNDO TERÁ FIM? **277**
Rui Cavallin Pinto

1968, UMA CICATRIZ EM TODOS NÓS **281**
Nilson Monteiro

LEITURA HERÁLDICA DO BRASÃO
OFICIAL DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS **289**
Ernani Costa Straube

A MORTE DE MONTESQUIEU **291**
Guido Viaro

WEBINSOMNIA **294**
Guido Viaro

DAQUI **305**
Luci Collin

É DIREITO DOS LOBOS COMER OVELHAS **309**
Albino Freire

POEMAS **313**
Marta Morais da Costa

SOLAR **317**
Luci Colin

TEORIA DO BODE RUSSO **321**
Albino Freire

A QUEM SERVE O MONOPÓLIO? **325**

José Pio Martins

PEQUENINA **329**

Íris Bigarella

O MAIS PODEROSO DOS DEUSES **331**

Íris Bigarella

TUDO QUE É VIRTUAL É REAL **333**

Antonio Celso Mendes

RAYMOND CHANDLER, SIMPLICIDADE E DECÊNCIA **335**

Eduardo Rocha Virmond

RELAÇÃO DAS CADEIRAS **339**

Patronos | Fundadores | Ocupantes

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS **353**

